

7.8 Violações dos Direitos da Criança

7.8.1 Introdução

Durante o período abrangido pelo mandato da Comissão, de 25 de Abril de 1974 a 25 de Outubro de 1999, as crianças de Timor-Leste foram sujeitas a todo o tipo de violações dos direitos humanos. A pesquisa realizada pela Comissão revelou que todas as partes envolvidas nos conflitos políticos em Timor-Leste perpetraram violações contra os direitos das crianças. A esmagadora maioria destas violações foi cometida pelos militares indonésios e pelos seus grupos auxiliares. Uns e outros mataram crianças, violaram-nas sexualmente, detiveram-nas e torturaram-nas, deslocaram-nas e recrutaram-nas à força.

Assim, houve aspectos em que a experiência vivida pelas crianças foi semelhante à dos adultos; elas sofreram porque as várias partes foram incapazes de estabelecer a distinção entre civis e combatentes. Como resultado, as crianças não foram poupadas aquando das mortes em massa, nem quando, durante as operações militares, foram apanhadas na linha de fogo, juntamente com as suas famílias. Os dados recolhidos pela Comissão, durante o processo de recolha de testemunhos, demonstram que as crianças foram sujeitas a um maior número de violações durante os anos de 1976 a 1981, bem como em 1999, reflectindo aproximadamente o padrão das violações sofridas pela generalidade da população no seu todo.

Para além disso, a forma como as violações foram perpetradas contra as crianças reveste-se das mesmas características das que foram perpetradas contra os adultos. Exceptuando a idade das vítimas, o conteúdo dos relatos que se seguem sobre as violações sexuais das crianças apresenta diferenças mínimas em relação aos incidentes relatados no capítulo sobre a violência sexual. Estes relatos descrevem:

- Violações e escravidão sexual nos campos de reinstalação;
- Violência sexual por “interposta pessoa”, em substituição de familiares que ainda se encontravam na floresta;
- Violações contra crianças envolvidas em actividades clandestinas; estas violações podiam transformar-se em exploração sexual prolongada;
- Utilização estratégica da violência sexual como forma de tortura e sua perpetração aparentemente oportunista.

No caso das crianças, tal como no dos adultos, a violência sexual foi cometida abertamente e sem receio de sanções por parte de militares de todas as patentes e por paramilitares timorenses, assim como por certas pessoas que detinham autoridade civil, por exemplo chefes de suco.

O facto de os timorenses se regerem por uma noção de infância mais flexível do que a noção exacta adoptada nas disposições internacionais torna a questão da ausência de distinção entre a experiência dos adultos e a das crianças ainda mais perturbadora. Em conformidade com os instrumentos do direito internacional, tais como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Comissão adoptou a definição de criança como sendo uma pessoa com idade igual ou inferior a 17 anos.¹

¹ Em Timor-Leste, consideram-se crianças as pessoas que ainda não sejam casadas. Assim, pessoas com idade inferior a 18 anos, mas que sejam casadas, podem ser consideradas adultas, enquanto que pessoas solteiras, com idade superior a 17 anos, podem ser consideradas crianças. O próprio conflito esteve na origem de complicações ainda maiores: por exemplo, crianças com apenas 15 anos de idade ocupavam cargos de autoridade nas Falintil e eram tratadas como adultos; por causa da perturbação causada pela guerra, muitos alunos do liceu tinham idades superiores a 18 anos.

Como se explica, então, que neste Relatório as crianças mereçam uma abordagem específica?

Em primeiro lugar, as violações perpetradas contra crianças são universalmente repudiadas. Assim, as expectativas de que todas as partes do conflito mostrassem para com as crianças um respeito maior do que para com os adultos fez com que as violações contra as crianças fossem particularmente chocantes, independentemente da escala em que ocorreram. Este sentimento de que tais violações são particularmente chocantes deriva da noção de que as crianças, consideradas como um grupo, são inocentes e que a sua inocência deve ser preservada das corrupções da vida adulta, durante o máximo de tempo possível.

Em segundo lugar, é evidente que as crianças constituem um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, especialmente em condições de conflito e convulsão social, tais como as que Timor-Leste atravessou durante os 25 anos abrangidos pelo mandato da Comissão. Tal como descrito no Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome, as crianças contavam-se entre aqueles que foram afastados dos seus lares a seguir à invasão, por vezes durante vários anos consecutivos; foram, também, as principais vítimas da fome e da doença. Muitas outras ficaram sem familiares que as apoiassem e tornaram-se, por isso mesmo, vulneráveis a situações de abuso, de rapto, ou de recrutamento forçado. Por exemplo, a utilização de crianças como assistentes de operações (*Tenaga Bantuan Operasi, TBO*), punha em perigo as suas vidas, a sua saúde e as suas perspectivas futuras. A relativa fragilidade física destas crianças significava que a sua saúde seria mais facilmente prejudicada pelas cargas pesadas que eram obrigadas a transportar. Os períodos de serviço, que se podiam prolongar por vários anos, frustravam as suas possibilidades de acesso à educação.

Este destaque especial conferido às crianças de Timor-Leste não se deve apenas ao reconhecimento universal do seu estatuto singular. Deve-se igualmente ao facto de as crianças representarem o futuro. Ambas as partes se esforçaram por angariar a lealdade das crianças para a sua causa, mesmo das muito jovens. O exército indonésio envolveu activamente crianças no próprio exército e nas forças paramilitares, utilizando-as como *TBO* e como milícias. Algumas subiram na hierarquia e tornaram-se figuras importantes do movimento pró-integração. Tal como é descrito no Subcapítulo 7.9: Direitos Económicos e Sociais, a Indonésia utilizou abertamente, desde os primeiros dias da ocupação, o sistema educativo para disseminar, entre as crianças, propaganda a favor da integração e do Estado indonésio. A Resistência recorreu sobretudo às crianças para o desempenho de papéis menores, tais como o de estafetas e de guardas. No entanto, como é demonstrado pelas histórias que se seguem, a Resistência permitiu-lhes subir na hierarquia do movimento clandestino. Existiam, também, razões de ordem prática para que os militares indonésios se servissem das crianças: estas eram mais maleáveis e obedientes do que os adultos. Para a Resistência, a vantagem das crianças era o facto de as autoridades não suspeitarem delas e de se integrarem nas redes existentes das comunidades e da Igreja, redes essas cujos serviços poderiam ser cooptados para a luta.

Devido à especial vulnerabilidade das crianças, a Comissão pensa que existem muitos casos de trauma entre os timorenses que cresceram durante a ocupação indonésia. Há dados que indicam que a incidência do trauma pode ser aguda entre aquelas crianças que foram recrutadas para as milícias infantis em 1998/1999. Nestes casos, o trauma ficou a dever-se não só ao facto de as crianças terem estado expostas a situações de violência extrema mas, também, ao impacto psicológico do recrutamento forçado, das lealdades divididas e da vergonha de se encontrarem do lado errado. Incluem-se neste Relatório casos de outras crianças que foram submetidas a tensões semelhantes. Os *TBO*, por exemplo, eram muitas vezes recrutados precisamente por serem, eles ou as suas famílias, suspeitos de ligações com o movimento pró-independência. Havia um desequilíbrio marcante entre as capacidades e os recursos do ocupante e do ocupado. Tal como aconteceu com a restante população, a distinção entre a coacção e a aquiescência nunca foi muito clara. A necessidade de equilibrar estas pressões colocavam as crianças em risco de serem consideradas “duas-caras” (em indonésio: *kepala dua*, em tétum: *ulun rua*) por qualquer uma das partes envolvidas. A reacção das crianças a estas

pressões podia mudar ao longo do tempo, em consequência de tortura, de subornos ou de exposição a situações de combate.

Em terceiro lugar, as crianças timorenses sofreram abusos específicos e diferentes dos que foram perpetrados contra a generalidade da população. Especificamente, apenas crianças foram transferidas aos milhares para a Indonésia. Muitas destas crianças foram levadas à força para a Indonésia e perante a oposição dos pais, pelo que, na realidade, foram raptadas. Não é inteiramente claro se esta prática foi formalizada em política. No entanto, existem provas abundantes de que funcionários de escalões superiores, tanto militares como civis, negligenciaram o seu dever de a regulamentar e estiveram, por vezes, envolvidos a título pessoal. Mesmo quando as transferências foram parcialmente motivadas por preocupações humanitárias, ou quando o consentimento dos pais foi solicitado, não foram envidados grandes esforços para assegurar que as crianças mantinham o contacto com as respectivas famílias. As crianças não podiam escolher livremente regressar ou não a Timor-Leste, nem lhes era permitido manter a sua identidade cultural. Houve casos em que todas estas coisas foram activamente desencorajadas.

Tal como as mulheres, as crianças eram muitas vezes tratadas como bens móveis. Por exemplo, os serviços que prestavam como *TBO* não eram devidamente pagos. Era-lhes exigido que transportassem grandes cargas. Podiam ser levadas para a Indonésia pelo soldado que as tinha recrutado ou passadas a outro soldado. Os seus laços familiares e o seu estatuto especial de crianças eram geralmente ignorados.

Em quarto lugar, o direito internacional e a maioria dos sistemas de direito nacionais, incluindo o da Indonésia, reconhece o estatuto especial das crianças. A maior parte dos sistemas jurídicos prestam uma atenção especial às necessidades das crianças. Em situações de conflito armado e de ocupação, o direito internacional confere às crianças um nível de protecção mais elevado do que aquele que é conferido à população em geral.

Algumas das disposições relevantes do direito internacional aplicam-se de igual modo a todos os segmentos da população. Por exemplo, o direito humanitário¹ proíbe que civis sejam obrigados a servir em operações militares contra o seu próprio país, o que também constitui uma infracção grave da Convenção IV de Genebra.² A legislação relativa a direitos humanos confere direitos a crianças e a adultos, incluindo o direito à vida, à alimentação e à isenção de tortura e de detenção arbitrária. Existe também um vasto conjunto de normas internacionais, que determinam a forma como as crianças devem ser tratadas pelo Estado, tanto em situações de conflito armado como em tempo de paz.

Ao abrigo da Convenção IV de Genebra, a Indonésia tinha responsabilidades para com as crianças de Timor-Leste, durante o conflito. Era-lhe exigido que:

- i. se esforçasse por evacuar as crianças do campo de batalha;³
- ii. garantisse que os membros de uma mesma família não fossem separados uns dos outros, no caso de ser necessário recorrer a evacuações ou transferências da população no interior do território ocupado;⁴
- iii. tomasse medidas para cuidar das crianças com idade inferior a 15 anos, que ficassem órfãs ou estivessem separadas das suas famílias;⁵
- iv. tomasse todas as medidas necessárias para identificar as crianças e registar a sua filiação;⁶
- v. contribuisse para o bom funcionamento das instituições consagradas aos cuidados e à educação das crianças;⁷ e
- vi. se abstinhasse de mudar o estatuto pessoal das crianças ou de as alistar nas suas organizações.⁸

Ao ratificar a Convenção sobre os Direitos da Criança, em Setembro de 1990, a Indonésia aceitou, ao abrigo da lei internacional dos direitos humanos, outras obrigações para com as crianças de Timor-Leste, nomeadamente:

- i. ter primordialmente em conta o interesse superior da criança aquando da tomada de decisões com ela relacionadas;⁹
- ii. proteger as crianças de danos físicos e mentais, da exploração e do abuso sexuais e de todas as outras formas de exploração;¹⁰
- iii. proporcionar às crianças um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social;¹¹
- iv. regulamentar os processos de adopção e assegurar-se que a adopção fica sob a alçada de autoridades competentes, em conformidade com a lei aplicável¹²
- v. combater a deslocação ilícita de crianças para o estrangeiro, bem como o rapto, a venda e o tráfico de crianças;¹³
- vi. disponibilizar cuidados especiais às crianças separadas das suas famílias, tendo em conta os seus antecedentes culturais;¹⁴ e
- vii. tomar medidas no sentido de promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de conflitos armados e de abuso.¹⁵

O direito nacional indonésio contém igualmente disposições que podiam ser invocadas para proteger as crianças. Assim, para além das disposições gerais que proíbem o rapto (artigo 328º) e a privação da liberdade individual (artigo 333º), o Código Penal indonésio (*Kitab Undang-undang Hukum Pidana, KUHP*) também criminaliza especificamente o acto de afastar um menor daqueles que detêm a sua custódia legítima, sendo a pena agravada em caso logro, uso ou ameaça de uso da força (artigo 330º).

Métodos de pesquisa

Para investigar as violações cometidas contra crianças, a Comissão coligiu material proveniente de fontes diversas.

Através do processo de apuramento da verdade levado a cabo pela Comissão — que consistiu na recolha de testemunhos da comunidade e sua introdução numa base de dados — foi identificado um total de 2.991 vítimas com idade inferior a 18 anos, o que constitui 3,4% do número total de vítimas relatado à Comissão no decorrer do seu processo de recolha de testemunhos. No entanto, este número não representa a totalidade de vítimas crianças em Timor-Leste, dado que, em 73,3% dos casos, a idade da vítima não foi disponibilizada. Isto ficou a dever-se ao facto de muitos daqueles que testemunharam não saberem as idades das vítimas, especialmente quando não se tratava de parentes próximos. Noutros casos, quando as violações já tinham ocorrido havia algum tempo, os depoentes não se recordavam da idade da vítima. Por outro lado, o processo de recolha de testemunhos centrava-se mais na narrativa do que em pormenores biográficos específicos.

A Comissão realizou também mais de 100 entrevistas com indivíduos que, enquanto crianças, tinham sido vítimas de violações, ou que tinham conhecimento do modo como as crianças tinham sido tratadas durante a ocupação. Estas entrevistas foram particularmente importantes para a investigação realizada sobre as crianças levadas para a Indonésia, pois não constava como violação no processo estatístico de apuramento da verdade levado a cabo pela Comissão. A Comissão organizou ainda 257 Seminários de Perfil Comunitário em todo o país, a partir dos quais foi possível obter informações adicionais sobre as crianças. Nestes seminários foram apresentadas informações detalhadas sobre as violações dos direitos humanos em cada comunidade, incluindo as violações cometidas contra as crianças.

Os testemunhos dos perpetradores de violações menores, prestados à unidade de reconciliação comunitária da Comissão, contextualizaram a pesquisa sobre o envolvimento das crianças nas milícias pró-autonomia. No entanto, o objectivo destes testemunhos era facilitar a reintegração

dos depoentes nas suas comunidades e não o apuramento da verdade, pelo que não propiciaram informação pormenorizada sobre os tópicos tratados neste Subcapítulo.

7.8.2. Crianças nos conflitos políticos armados e no movimento clandestino

Uma das formas mais directas de envolver crianças no conflito é obrigá-las a integrar as Forças Armadas ou a tomar parte em actividades militares relacionadas com o conflito. Sendo fisicamente mais vulneráveis, mais impressionáveis e mais facilmente controladas do que os adultos, as crianças podem ser um valioso recurso de apoio a operações militares. No entanto, os custos tanto para as crianças como para a comunidade em geral são elevados. As crianças perdem o seu estatuto de civis em conflito armado, deixando, conseqüentemente, de ter direito à protecção contra a violência da guerra, prevista no direito humanitário internacional. Ficam ainda expostas a perigos extremos e à violência enquanto ocorrência quotidiana durante o período marcadamente formativo das suas vidas. Muitas vezes, isto engloba violações graves dos direitos humanos, seja enquanto vítimas, perpetradores ou testemunhas. A utilização de crianças desta forma contribui para a militarização e a polarização da sociedade no seu todo. Coloca as crianças não só na linha da frente do conflito militar, mas também na linha da frente do conflito social.

Por estas razões, o direito internacional proíbe especificamente que, nos territórios ocupados, as crianças sejam forçadas a integrar as Forças Armadas ou a trabalhar com elas. A questão da idade a partir da qual as crianças poderão integrar as Forças Armadas foi, e continua a ser, controversa.

Ao abrigo da Convenção sobre os Direitos da Criança, que a Indonésia ratificou em 1990, aplicam-se as seguintes regras:

- Os Estados devem abster-se de incorporar nas Forças Armadas as pessoas que não tenham a idade de 15 anos e devem tomar todas as medidas possíveis na prática para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos participe directamente nas hostilidades.¹⁶
- No caso de incorporação de pessoas de idade superior a 15 anos e inferior a 18 anos, os Estados Partes devem incorporar prioritariamente os mais velhos.¹⁷
- A criança tem o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição de trabalhos perigosos ou prejudiciais.¹⁸

Por outro lado, o artigo 51º da Convenção IV de Genebra proíbe a potência ocupante de obrigar civis a servirem nas suas Forças Armadas e de utilizar propaganda para conseguir o alistamento voluntário. As crianças com idade inferior a 18 anos não podem ser obrigadas a realizar qualquer trabalho.

Durante o processo de recolha de testemunhos, a Comissão documentou 146 casos de recrutamento de crianças. Este número representa 6,8% (146/2.157) do total de recrutamentos forçados documentados pela Comissão. No entanto, em 45,5% (981/2.157) dos casos de recrutamento, desconhece-se a idade da vítima. É provável, portanto, que alguns dos 981 casos de recrutamento, em que a idade da vítima é desconhecida, tenham sido perpetrados contra crianças.

A grande maioria, 83,6% (122/146), dos casos documentados de recrutamento de crianças ocorreu entre 1975 e 1983. Assim, o recrutamento de crianças parece ter sido principalmente praticado durante os primeiros anos da ocupação indonésia. Entre todos os casos de recrutamento de crianças documentados pela Comissão, 84,3% (123/146) foram atribuídos aos militares indonésios e 17,8% (26/146) foram atribuídos aos seus parceiros timorenses, incluindo

as milícias, em 1999^{II}. Apenas 3,4% (5/146) dos casos de recrutamento de crianças documentados pela Comissão foram atribuídos ao movimento clandestino, ou às Falintil.

Todas as partes envolvidas nos conflitos políticos em Timor-Leste utilizaram crianças no decurso do período abrangido pelo mandato da Comissão. As crianças realizaram uma variedade de tarefas enquanto *TBO*. Se bem que, em geral, não estivessem directamente envolvidas nos combates, as crianças *TBO* eram frequentemente levadas para os campos de batalha e, portanto, expostas a perigos físicos. No mínimo, viviam em condições difíceis e eram vítimas fáceis de maus-tratos por parte dos soldados. As crianças também desempenharam um papel importante na Resistência, quer a lutar ao lado das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste, Falintil, quer enquanto parte do movimento clandestino. Por último, as crianças foram recrutadas para as milícias que, em 1999, aterrorizaram Timor-Leste. Muitas vezes, a sua adesão às milícias resultava de intimidação o que era uma violação grave dos seus direitos humanos; depois passaram, elas próprias, a cometer violações graves dos direitos humanos.

A secção seguinte analisa não só os casos de recrutamento forçado mas, também, a experiência mais alargada de crianças envolvidas no conflito, como *TBO* do Exército indonésio, como milícias, em 1999, ou na Resistência, seja nos movimentos clandestinos ou nas Falintil.

Crianças *TBO* e a sua participação em operações

A forma principal de envolvimento de crianças timorenses no Exército indonésio era como *TBO*. Imediatamente após a invasão, o Exército indonésio começou a utilizar adultos e crianças, especialmente do sexo masculino, como *TBO*, para servirem de carregadores, de serviçais e de auxiliares gerais em operações militares. Os *TBO* eram mantidos em campos militares, mas acompanhavam frequentemente os soldados ao terreno. Os *TBO* foram recrutados com a finalidade principal de proporcionar apoio logístico às operações. Assim, quando era necessário transportar material através dum território desconhecido recorria-se ao recrutamento de *TBO*. Segundo documentos militares indonésios na posse da Comissão, a segunda finalidade era encorajar as crianças a tornarem-se apoiantes da integração.

A motivação das crianças para se tornarem *TBO* era complexa. Muitas foram abertamente coagidas através da ameaça do recurso à força contra elas ou contra as suas famílias. Outras tornaram-se *TBO* para terem acesso a alimentação para poderem sobreviver, ou para proporcionarem um certo grau de segurança às suas famílias. Isto foi particularmente evidente nos finais da década de 1970, altura em que se verificou uma acentuada carência de víveres e as famílias estavam vulneráveis. Algumas crianças ingressaram precisamente porque elas, ou as suas famílias, eram suspeitas de apoiar a Fretilin, Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente. Outras ainda, aderiram voluntariamente.

Segundo a pesquisa realizada pela Comissão e as fontes materiais secundárias, incluindo documentos militares, a maioria das crianças *TBO* foram recrutadas nos primeiros anos do conflito, entre 1976 e 1981. Embora se verificassem casos de *TBO* com seis anos de idade,^{III} o grupo de crianças mais representativo parece ter sido o de adolescentes do sexo masculino.¹⁹ Esta conclusão é consistente com os padrões estatísticos resultantes do processo de recolha de testemunhos levado a cabo pela Comissão, que sugere que o recrutamento forçado atingiu essencialmente jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 19 e os 34 anos. A quase totalidade das crianças recrutadas era adolescente. Os períodos de serviço variavam entre algumas semanas e mais de um ano. Na maioria dos casos, os *TBO* recebiam certificados

^{II} Quando se calcula a responsabilidade proporcional pelas violações, é possível que algumas violações sejam contabilizadas mais do que uma vez, porque a responsabilidade pode ser partilhada entre os perpetradores.

^{III} Na base de dados consta um relato, na primeira pessoa, de um rapaz recrutado pelo Batalhão de Infantaria Aerotransportado 700, das *ABRI*, em Ainaro, em 1978, altura em que tinha “cerca de 6 anos de idade”. No HRVD, Testemunho nº 3242, Eurico Guterres também afirma ter começado a trabalhar como *TBO* com 6 anos de idade.

ao terminarem o seu serviço e regressavam às respectivas habitações, por vezes em grandes grupos, após a partida de um batalhão. Também houve casos de *TBO* que partiram para a Indonésia com o soldado que tinham servido, que ingressaram num outro batalhão, ou que permaneceram em Díli.

Os depoimentos de antigos *TBO* demonstram claramente que eles foram expostos a perigos ao serem forçados a transportar munições, a guiar soldados para encontrar apoiantes da Fretilin na floresta e a recolher água e lenha em zonas de combate.

Padrões de recrutamento dos *TBO*

A Comissão não conseguiu realizar avaliações estatísticas directas sobre os *TBO* porque, durante o processo de recolha de testemunhos, estes casos de *TBO* foram documentados como recrutamento de crianças. O grosso do recrutamento de crianças documentado pela Comissão teve lugar entre 1975 e 1983, pelo que é provável que a utilização dos *TBO* fosse também mais frequente nesse período. Os documentos do exército e alguns casos individuais demonstram que os *TBO* foram recrutados continuamente até meados da década de 1980, embora a uma taxa mais reduzida e verificaram-se, também, casos isolados na década de 1990.²⁰ O declínio no recrutamento de crianças pode ter ficado a dever-se à redução das operações militares e ao incremento de regulamentação relativa a recrutamento.

No período imediatamente após a invasão, os batalhões indonésios recrutaram à força um grande número de pessoas de todas as idades, para ajudarem a transportar munições e mantimentos durante curtos períodos de tempo. Os Perfis Comunitários indicam que os recrutamentos em larga escala e de curta duração, incluindo os de crianças, continuaram ao longo da Operação *Seroja* (Lótus), entre 1975 e 1979, para satisfazerem as necessidades operacionais imediatas.

Albino Fernandes, por exemplo, relatou que, em Setembro de 1987, quando tinha 15 anos, foi recrutado à força em Lebos (Alas, Manufahi), juntamente com todas as crianças da aldeia de idade superior a 12 anos. Serviu durante mais de um mês e conseguiu fugir, antes que a sua unidade das Forças Armadas da República da Indonésia (*Angkatan Bersenjata Republik Indonesia, ABRI*) pudesse executar o seu plano de o embarcar num navio com rumo à região do Leste, para servir como *TBO*.^{IV} Bonifácio dos Reis relatou que, quando tinha 17 anos de idade, ele e muitos outros foram capturados e forçados a transportar material militar de Letefoho (Ermera) para Hatulia (Ermera), durante três dias e três noites, sem comer.²¹ Em Fevereiro de 1977, um jovem de 14 anos de idade fazia parte de um grande grupo de civis capturados e depois detidos no comando militar do subdistrito de Maubara (*Komando Rayon Militer, Koramil*).²² Foi um dos cinco jovens forçado, pelo Batalhão 310, a servir como *TBO* durante um mês.

Outros *TBO* foram recrutados individualmente, para prestarem assistência a um determinado soldado e, após a Operação *Seroja*, esta modalidade foi, progressivamente, transformando-se na norma-padrão. Estes *TBO* não só ajudavam a transportar material, como também desempenhavam tarefas domésticas e outras funções, consoante as instruções do soldado que serviam e viviam juntamente com o seu soldado nas casernas e acompanhavam-no ao terreno. A Comissão teve conhecimento de casos em que a relação foi suficientemente pessoal para que o *TBO* acompanhasse o seu soldado para o hospital, em Díli, quando este foi transportado de helicóptero na sequência de um ferimento.²³ Inicialmente, este tipo de recrutamento foi realizado pelos próprios soldados, de forma *ad hoc*. Em 1982, ou ainda antes, esta forma de recrutamento foi reconhecida e regulamentada e os soldados que queriam um *TBO* passaram a ter de se dirigir ao Oficial de Orientação da Aldeia (*Bintara Pembina Desa, Babinsa*).²⁴

^{IV} Entrevista da CAVR a Albino Fernandes, Alas, Manufahi, 6 de Março de 2003. Ver também o HRVD, Testemunho nº 06117, em que Augusto Guterres disse à Comissão que, aquando da sua rendição em 1978, em Baguia (Baucau), tinha visto muitos jovens recrutados como *TBO*.

O estatuto de *TBO* entre os militares

Os *TBO* não faziam parte das *ABRI/TNI* na medida em que não tinham posto, uniforme ou salário. No entanto, os *TBO* foram reconhecidos como uma categoria específica de auxiliares e eram distintos dos outros civis recrutados para operações como a Operação Segurança (*Operasi Keamanan*, também conhecida como Operação Cerco de Pernas [*Operasi Pagat Betis*], levada a cabo em 1981. Os seguintes factores indicam que o recrutamento de *TBO* fazia parte da política militar oficial:

- Os vários papéis e tarefas desempenhados pelos *TBO* eram comuns aos vários batalhões e constantes ao longo do tempo.
- Apesar de não serem remunerados, os *TBO* recebiam, em geral, alimentação e alojamento em troca dos seus serviços.
- Em 1982, de acordo com a Instrução Operacional 15, os *TBO* faziam parte formal e regulamentada da estrutura militar.²⁵ Todos os comandos militares distritais (*Kodim*) receberam instruções para disponibilizar *TBO* às unidades de combate, às forças territoriais e às forças policiais e para monitorizar e administrar os *TBO* recrutados.
- Este documento também instruía as unidades que precisassem de *TBO* a apresentarem uma requisição ao oficial local de orientação de aldeia, o representante militar ao nível de aldeia. Isto significa que, apesar de nem sempre ter sido respeitado, os militares dispunham de um sistema para o recrutamento de *TBO* nas suas aldeias de origem.
- A Instrução Operacional 15 também instruía os *Kodim* para registarem os *TBO*, de modo a reconhecer formalmente os que morriam, indemnizar os feridos e recompensar os que o mereciam. Outros documentos militares mencionam recompensas por bravura e, até, a elevação póstuma ao posto de cabo a *TBO* mortos em combate.
- No fim dos seus serviços, os *TBO* recebiam certificados assinados pelo comandante do batalhão, por vezes acompanhados por modestos quantitativos de dinheiro.

A forma de selecção dos *TBO* era muito variável. Entrevistas de pesquisa e testemunhos recolhidos pela Comissão indicam que, na década de 1970, muitas crianças foram recrutadas após se terem rendido às forças invasoras ou sido capturadas por estas. Outras foram seleccionadas porque, presumivelmente, eram solidárias com a causa indonésia. A Comissão recebeu o testemunho de um apoiante da União Democrática Timorense, UDT, de 15 anos de idade, António da Silva, que foi detido pela Fretilin. Quando foi libertado pelo exército invasor indonésio, tornou-se *TBO*.²⁶ Num outro caso, António da Costa relatou que fizera parte de um grande número de outros *TBO* recrutados pelas forças que iam chegando a Manatuto, às zonas conhecidas por pouco apoiarem a Fretilin, se bem que houvesse poucas crianças no grupo.²⁷

Num pequeno número de casos, os *TBO* foram recrutados depois de terem sido mortos outros membros do grupo com o qual foram capturados. Cipriano de Jesus Martins relata que, em Janeiro de 1976, depois da sua irmã mais velha e da filha desta terem sido abatidas pelas *ABRI* em Riheu (Ermera, Ermera), ele foi obrigado a servir como *TBO* durante um ano.²⁸ A Comissão recolheu de Eurico de Almeida e de Marcos Gusmão, dois testemunhos sobre um outro incidente. Contaram que um grupo formado por membros das suas famílias procurava víveres perto das casernas de Venilale (Baucau) no dia 12 de Outubro de 1979, quando depararam com três pelotões do Batalhão 745. Segundo o relatado, três homens foram mortos a tiro, três crianças pequenas mandadas para casa e uma criança de dez anos de idade, Manuel de Almeida, foi recrutada como *TBO*.²⁹ Num terceiro incidente deste tipo, Marcos Loina da Costa relatou à Comissão que, quando tinha 12 anos de idade, em Laleia (Manatuto), foi à procura de víveres e encontrou-se com dois homens, que, como veio a verificar, eram ex-membros das

Falintil. O grupo foi capturado pelo exército indonésio e levado para o posto de Laramasi, Laleia (Manatuto). Os dois homens foram mortos, e Marcos foi obrigado a servir como *TBO*.³⁰ V

Número de crianças *TBO*

Como acima referido, os *TBO* não foram especificamente documentados no processo de recolha de testemunhos, pelo que a Comissão não pôde realizar avaliações estatísticas directas sobre os *TBO*. No entanto, outras fontes que incluem as entrevistas conduzidas pela Comissão, os documentos militares e os Perfis Comunitários, sugerem que foi recrutado um grande número de *TBO*.

Com base nos documentos militares é possível fazer uma estimativa conservadora do número total de *TBO*. Em 1982, as orientações existentes para a mobilização de civis limitavam o número de *TBO* a 5 a 7% do número total de efectivos de uma unidade, reconhecendo-se, no entanto, que, na prática, o número geralmente atingia os 10%, o que sugere que cerca de 80 *TBO* servissem cada batalhão. Um documento militar de 1984 restringia ainda mais os números, permitindo que unidades com a dimensão de um batalhão recrutassem apenas quinze *TBO*, ou cinco por companhia.^{VI} Estes números globais são significativamente inferiores aos estimados por antigos *TBO* que falaram com a Comissão.^{VII} O número de batalhões variou ao longo do tempo. No auge das operações, em 1976 e 1978, encontrava-se em Timor-Leste um total de 30 batalhões — mas não se sabe ao certo se todos os batalhões tinham *TBO*, nem quantos *TBO* serviram em diferentes momentos, ou se os *TBO* foram “revezados” no serviço mais frequentemente do que os batalhões, como parece ter sido o caso, a julgar pela duração do período de serviço descrito por antigos *TBO*. No entanto, partindo do princípio que as orientações militares indonésias sobre o recrutamento de *TBO* eram, em geral, cumpridas e não excedidas, torna-se evidente que a utilização de *TBO* era prática comum e generalizada das unidades militares indonésias. A Comissão recomenda uma pesquisa mais aprofundada, para determinar a extensão desta prática.

Também é difícil calcular a proporção de crianças entre os *TBO*. Testemunhos orais sugerem que, apesar de as crianças representarem uma minoria entre os *TBO*, o seu número total era, ainda assim, bastante elevado. A Comissão recolheu relatos de existência de crianças *TBO* em todos os distritos, excepto em Oecusse. No entanto, algumas unidades poderão ter recrutado poucos ou nenhuns menores, enquanto outras terão recrutado muitos menores como carregadores durante dias, semanas ou anos. Uma fonte lembrava-se de que, num grupo de 200 a 300 *TBO* que serviam no Batalhão 121, havia cerca de sete crianças com idade inferior a dez anos, incluindo essa mesma fonte. Segundo os seus cálculos, haveria menos de 30 crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 13 anos e elevar-se-ia a cerca de 60 o número daquelas que tinham entre 14 e 17 anos, a quem ele já não considerava crianças. Ao todo, entre metade a um terço dos *TBO* desse batalhão tinham idade inferior a 18 anos.³¹ Em sintonia com estes dados, outro antigo *TBO* relatou que, segundo a sua experiência, um pelotão de cerca de 30 soldados tinha 10 a 15 *TBO* e que, no seu pelotão, havia sete crianças. Neste número incluíam-se duas crianças pequenas, que tinham sido apanhadas durante as operações e não tinham que desempenhar quaisquer tarefas.³² No entanto, uma outra pessoa que tinha servido

^V Agostinho Soares lembra que, após uma detenção em massa em Letefoho, muitos dos que se suspeitava serem membros da Fretilin ou das Falintil foram treinados como *Ratih* ou *Hansip*, incluindo alguns que tinham 14 e 15 anos. Entrevista da CAVR a Agostinho Soares, Ermera, Ermera, 13 de Agosto de 2003.

^{VI} Um batalhão de cerca de 800 soldados é normalmente constituído por cinco companhias, cada uma das quais tem cinco pelotões de cerca de 30 homens, que, por sua vez, são divididos em três esquadrões (*regu*).

^{VII} João Rui recorda-se que, depois do Batalhão 121 ter deixado Timor-Leste, em 1980, cerca de 200 a 300 *TBO* que haviam servido este batalhão foram enviados de barco de Díli, para as suas casas nos distritos a Leste, aventando a hipótese de que cerca de 40% do batalhão era constituído por *TBO*. Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004. Outra fonte recorda-se que, de acordo com a sua experiência, um pelotão de cerca de 30 soldados tinha 10 a 15 *TBO*, ou seja, um por cada dois soldados. Entrevista da CAVR a Alfredo Alves, Díli, 5 de Março de 2004. No entanto, Albino Fernandes recorda que, em 1978, no seu batalhão, cada companhia (cerca de 150 homens) tinha um total de cerca de dez *TBO*. Assim, parece ter havido uma variação significativa do número de *TBO* nos batalhões. Entrevista da CAVR a Albino Fernandes, Alas, Manufahi, 6 de Março de 2003.

como *TBO* em 1976 recordava-se que, em todo o seu batalhão, havia apenas 18 crianças *TBO*.³³

Razões por que as *ABRI* recrutavam crianças para *TBO*

O recrutamento dos *TBO* parece ter tido razões operacionais por finalidade principal: o transporte de material e a satisfação das necessidades quotidianas dos soldados. Em certos casos, os *TBO* foram utilizados para guiar os soldados, para ajudar a localizar civis e guerrilheiros na floresta, ou para transportar munições, equipamento e mantimentos durante o combate. Também foram recolhidos relatos sobre *TBO* colocados à frente das tropas na frente de combate.

Está ainda por saber a razão que levou a que crianças e jovens fossem seleccionados para servir. Existem várias possibilidades: a procura indiscriminada de trabalho não remunerado, uma táctica de conquista de corações e de mentes e a percepção de que os jovens *TBO* representavam menor risco de traição ou de fuga.

Existem alguns indícios de que o recrutamento de jovens foi motivado pela necessidade de satisfazer a avidez militar por trabalhos de apoio não remunerados. Esta explicação parece ser altamente provável, especialmente nos anos que se seguiram à invasão, quando grandes quantidades de *TBO* foram recrutados para a realização de tarefas *ad hoc* de curta duração. Uma fonte descreve que, de entre os membros de uma população local, crianças de onze anos tinham sido obrigadas a servir em substituição de alguns *TBO* adultos que tinham fugido, talvez pelo simples facto de estarem disponíveis ou talvez porque, por serem consideradas mais fáceis de controlar do que os adultos, eram preferidas para estes trabalhos.³⁴

Há indícios de que quando os próprios soldados passaram a ser os principais responsáveis pelo recrutamento de *TBO*, as crianças se tornaram alvos preferenciais do recrutamento. Um documento militar de 1982 descreve pormenorizadamente os papéis desempenhados pelos vários grupos paramilitares civis, especialmente no caso da *Operasi Kikis* (ver adiante, a secção intitulada, Crianças durante as operações: Operação Segurança). Numa passagem esclarecedora, o documento enumera os pontos fortes e fracos dos *TBO*. Os pontos fortes, que se deviam ao tempo passado com os soldados indonésios, incluíam a capacidade de falar indonésio e o facto de se manterem saudáveis e leais para com o soldado específico que serviam. De maior relevância para este Subcapítulo, o último ponto forte enumerado era “[A] idade relativamente jovem, entre 12 a 35 anos”, embora o excerto não explicitasse por que razão ser jovem era considerado um ponto forte.³⁵

Partiu-se, provavelmente, do pressuposto que as crianças seriam mais fáceis de influenciar ideologicamente do que os adultos e que, por consequência, apoiariam a Indonésia. Há vários casos de crianças que serviram como *TBO* e que, quando adultos, aderiram a grupos paramilitares, ou mesmo à estrutura militar indonésia.^{viii} O manual de 1982 dos oficiais de orientação de aldeia (*Babinsa*), apresenta os seguintes conselhos relativamente a antigos *TBO*:

Os que estão em idade escolar devem ser incentivados a regressar à escola, enquanto que aqueles que satisfazem os critérios necessários e têm idades compreendidas entre

^{viii} Ver CAVR, As Crianças e o Conflito, caso apresentado à CAVR por Helene van Klinken, *Case Summary Collection*, 2003. Ver também CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Vaviquinia, subdistrito de Maubara, distrito de Liquiça, 3 de Julho de 2003, que refere que doze aldeões de idades desconhecidas foram capturados em 1976 pelos Batalhões de Infantaria 403 e 401 e pelo Comando Secreto de Operações de Guerra (*Komando Pasukan Sandhi Yudha, Kopassandha*), obrigados a servir como *TBO* e, depois de completarem o seu período de serviço, recrutados pelas Forças de Defesa Civil (*Pertahanan Sipil, Hansip*).

os 18 e os 25 anos podem tornar-se membros das unidades *Ratih*^{IX} e, depois, ingressar nas *ABRI*.^X

Alguns dos líderes dos grupos de milícias que operaram em 1999 tinham sido *TBO*, incluindo, Joanico Cesário Belo da milícia *Tim Saka*, Câncio Lopes de Carvalho da milícia *Mahidi (Mati Hidup Demi Integrasi, Viver ou Morrer pela Integração)* e Eurico Guterres da milícia *Aitarak* ('Espinho' em tétum).³⁶

Algumas crianças foram recrutadas à força para servirem como *TBO* precisamente devido às suas ligações, reais ou suspeitas, com a Fretilin, num esforço para as manter sob controle. Segundo o padre Locatelli, o recrutamento de *TBO* também fazia parte de uma estratégia militar para evitar que os jovens se envolvessem com a Fretilin.³⁷ Alguns adultos, incluindo elementos das Falintil, foram muitas vezes forçados a ingressar na Defesa Civil (*Pertahanan Sipil, Hansip*), nos Civis Treinados (*Rakyat Terlatih, Ratih*), na Resistência Popular (*Perlawanan Rakyat, Wanra*) e noutros grupos paramilitares.

Por último, é possível que as crianças fossem preferidas por ser menos provável que desertassem ou traissem a sua unidade. Um ex-*TBO* disse à Comissão que dos três *TBO* da sua unidade, o único adulto fugiu de noite com os *TBO* das outras unidades mas, ele próprio e o outro *TBO* menor de idade não conheciam o caminho para a sua casa e, por essa razão, tiveram medo de fugir.³⁸ No entanto, como se refere na secção Crianças na rede clandestina, as crianças na rede clandestina desempenharam, de facto, um papel importante no fornecimento de informação e de material à Resistência e registaram-se vários casos de crianças *TBO* mortas ou desaparecidas, por serem suspeitas de comunicar com as Falintil.^{XI}

Efectivamente, vários documentos militares de 1982 alertavam para o facto de que os conhecimentos adquiridos pelos *TBO* poderiam, facilmente, cair nas mãos erradas:

*Como os [TBO] acompanham os membros das ABRI, aprenderão muito sobre os pontos fortes e as fraquezas dos membros das ABRI. Se não forem devidamente orientados, podem mudar de lado e passar a informação ao GPK, que a poderá utilizar. Diversos casos provam que o GPK enviou alguns dos seus membros para se tornarem TBO e depois regressarem ao mato com equipamento, logística e, mais importante, informação.*³⁹

Um outro documento avisa que os elementos do Bando de Perturbadores da Segurança (*Gerakan Pengacau Keamanan, GPK*) "também podem disfarçar-se de *TBO* ligados a unidades das *ABRI*, ou infiltrar-se nas suas fileiras".⁴⁰ Para evitarem este risco, um outro documento de

^{IX} Os civis indonésios eram seleccionados regularmente para receberem treino militar básico, sendo depois denominados Civis Treinados (*Rakyat Terlatih, Ratih*). Elementos dos *Ratih* poderiam ser, posteriormente, seleccionados para integrar (a) As Forças de Defesa Civil (*Pertahanan Sipil, Hansip*), responsáveis pela protecção dos civis em caso de desastres naturais ou de guerra, (b) A Força Popular de Segurança (*Keamanan Rakyat, Kamra*).

^X *ABRI*, "Petunjuk Tehnis tentang Kegiatan Babinsa" ["Manual de Instrução: Oficial de Orientação de Aldeia/TDP, Actividade no desenvolvimento e desmantelamento da Força de Civis Treinados"], *Juknis /06/IV/1982*, (Korem 164, Wira Dharma, Serviços de Informação, Willem da Costa [Chefe dos Serviços de Informação]), tradução in Budiardjo e Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, Londres, 1984, pp. 226-227; ver também "Komando Pelaksana Operasi Timor Timur" [Comando Militar das Operações em Timor Leste], *Rencana Operais No. 01/Bayu*, Lampiran D (Rencana Territorial) [Planos Operacionais, N° 01/Bayu, Anexo D (Plano Territorial)], p. 5, que instrui as forças para "proceder à colocação de *TBO* dos batalhões desmobilizados, no fortalecimento da *Wanra* nas bases de Resistência Tática, PPT".

^{XI} Ver HRVD, Testemunho n° 04435, onde João Pinto descreve a morte do seu filho, Domingos Mário, um *TBO* de 17 anos que foi recrutado à força no dia 4 de Dezembro de 1979 pelo *Koramil* de Luro, Lautém. Na sequência das *ABRI* se terem dado conta que ele tinha escrito cartas a um membro das Falintil que estava na floresta havia 4 meses, o Domingos foi levado pela Força 305 das *ABRI* para Nundelarin, Luro, espancado, apunhalado no peito com uma baioneta e queimado na face com pontas de cigarro. Depois de ter permanecido detido durante nove dias, foi-lhe permitido ir para casa durante três dias. Um membro da *Hansip* chamado C1, juntamente com as *ABRI*, levaram então o Domingos para o *Koramil* de Luro de onde nunca mais regressou.

1982 instruía os *babinsas* sobre como deveriam lidar com ex-*TBO*: “Orientá-los continuamente, para que não sejam influenciados pelo *GPK*.”⁴¹

Razões de alistamento

O trabalho de pesquisa realizado pela Comissão indica que os *TBO* foram recrutados de várias formas, consoante a sua situação individual e as condições sócio-económicas e militares em geral.

Em muitos casos, o recrutamento foi forçado, mas noutros casos, as crianças optaram livremente pela adesão por benefícios materiais ou de segurança, ou porque gostavam do trabalho. João Rui, que, quando era criança, serviu quatro vezes como *TBO*, explicou os motivos que o levaram a aderir: da primeira vez foi forçado, da segunda vez foi persuadido com a promessa de comida, doces e amigos, e da terceira e da quarta vezes ingressou voluntariamente, porque já estava habituado ao trabalho e não apreciava o trabalho árduo na quinta do seu tio. Também esperava poder estudar, embora tal nunca tivesse sido concretizado.⁴²

Coacção

José Pinto, que em 1977, se tornou *TBO* ao serviço do Batalhão de Infantaria 724, com 16 anos de idade, afirmou:

*Quando eles entravam em nossa casa, [os soldados indonésios] vinham sempre armados. Por isso, os meus pais tinham de concordar com tudo o que eles quisessem. Não podíamos dizer o que queríamos e o que não queríamos.*⁴³

Como verificado pelas histórias supra-referidas, em muitos casos as crianças foram abertamente forçadas a tornarem-se *TBO*, por exemplo, na sequência da sua captura ou rendição. Domingos Maria Bada contou à Comissão que, depois de ter vivido vários anos na montanha, ele e a sua família foram capturados em Faturasa (Remexio, Aileu) pelo Exército e por elementos da *Hansip*. Enquanto a sua família foi levada para a vila de Remexio, ele e um amigo ficaram no posto militar de Faturasa para servirem como *TBO*. Domingos explicou que não desejava ser *TBO*, mas que foi ameaçado com uma arma e não teve alternativa. Acompanhou o Exército e foi incumbido de transportar as mochilas dos militares para o campo da batalha.⁴⁴

A coacção era por vezes dirigida àqueles que eram suspeitos de apoiarem a Fretilin. Por exemplo, Luís Soares contou à Comissão que, em 1976, quando tinha 16 anos, foi capturado por um *Hansip* em Ermera e entregue ao Batalhão de Infantaria 412, por ter ajudado as Falintil. Foi obrigado a servir como *TBO* durante um ano em Aileu e Same.⁴⁵ No Perfil Comunitário de Aidabaleten (Atabae, Bobonaro) afirma-se que, num determinado ano, cerca de 300 jovens, suspeitos de serem membros das forças tradicionais (Armas Brancas)^{xii}, as milícias da Fretilin, foram presos e detidos durante três meses. Após a sua libertação, aqueles que ainda eram adolescentes foram forçados a receber treino militar e depois a servirem como *TBO*.

No contexto mais lato do controlo militar sobre a população civil também existiu coacção. Um antigo *TBO* sublinhou que:

^{xii} 'Armas Brancas' era a designação não oficial das forças civis acusadas de ajudarem as forças das Falintil no campo de batalha, abastecendo-as com víveres e outras provisões. As forças Armas Brancas estavam armadas com espadas, lanças ou arco e flecha, que utilizavam exclusivamente para a sua defesa pessoal. Não se envolviam directamente em combates.

Nenhum civil se podia opor a um soldado. As pessoas tinham medo. Nem um bupati (administrador do distrito) se atrevia a contrariar um soldado...Era perigoso não aderir — seríamos mortos, pura e simplesmente.⁴⁶

A abordagem persuasiva foi utilizada com Óscar Ramos Ximenes, que se tornou *TBO* aos doze anos em Cairui (Laleia, Manatuto):

Não podia ir para a escola porque tinha fome, pelo que me entreguei e me tornei *TBO*, apenas para poder sobreviver.⁴⁷

O Exército indonésio também recorreu a métodos mais subtis para recrutar rapazes e jovens para servirem como *TBO*.

Gil Parada Martins Belo contou à Comissão que, quando se rendeu em 1979 e começou a viver em Lacluta (Viqueque), foi regularmente abordado pelos militares indonésios numa tentativa de o persuadirem a tornar-se *TBO* apesar de na altura ter apenas dez anos de idade:

Estavam sempre a tentar convencer-me e, por isso, fui [com eles]. Trouxeram-me bolos, roupas, calças. Não me ameaçaram. No entanto, não me sentia confortável porque havia sempre soldados que me vinham chamar. Estavam sempre à espera do meu pai e foi por isso que acabei por partir...Na altura era difícil conseguir comida. Muitas pessoas morreram. Foi por isso que pensei que seria melhor juntar-me a eles.⁴⁸

Na sua autobiografia, Eurico Guterres escreve que se tornou *TBO* para sobreviver:

*Apesar de ter apenas seis anos, aderi para ajudar os *TBO* na Base do Batalhão 502 em Burkaila [Uatu-Lari, Viqueque]. Mesmo sabendo que as pessoas olhavam o trabalho dos *TBO* com desprezo, tinha de trabalhar intensamente para aliviar o fardo da minha mãe. Tornar-me *TBO* significava, no mínimo, que podia comer.⁴⁹*

Uma vez na Base, a promessa de alimentos adicionais permitia aos *TBO* ajudarem as suas famílias. Agustinho Soares relatou que apesar dos *TBO* receberem apenas o que sobrava da ração dos soldados, por vezes conseguia levar alguma comida à família: “Toda a minha família podia ter morrido se eu não me tivesse tornado *TBO*. Tivemos sorte, porque eu era *TBO*.”⁵⁰

Devido aos benefícios materiais decorrentes do serviço de *TBO*, verificaram-se casos de famílias que encorajaram os filhos a aderir. Após ter vivido durante três anos nas montanhas, José Viegas e a família renderam-se, em 1978. Apesar do forte envolvimento da família com a Fretilin, ele foi pressionado a tornar-se *TBO*:

*A maioria das pessoas sabia que o meu pai tinha andado armado, que a minha mãe era delegada e que eu era um estafeta. Em 1978 os movimentos da nossa família foram observados e monitorizados e, por isso, tornou-se difícil para o meu pai satisfazer as necessidades básicas da família. Nem sequer podíamos plantar vegetais... Como solução, a minha mãe pediu-me: “Inscreve-te como *TBO*, para conseguirmos obter alguma comida das [ABRI].” Mas, apesar da minha mãe me pedir, eu não queria, ao*

*ponto de ela ter de me bater. Fugi de casa e andei pela floresta durante uma semana.*⁵¹

Funções

Um documento militar de 1984 declara que os *TBO* podem ser utilizados como guias, apenas nas suas áreas de origem e com conhecimento do comando territorial.⁵² No entanto, aparentemente não parece que tenha sido a prática corrente. A informação prestada à Comissão por antigos *TBO*, indica que as suas funções eram variadas e que muitas vezes implicavam deslocações com as tropas para o teatro das operações.^{XIII}

Durante as operações militares, foram utilizados inúmeros *TBO* para fins logísticos, tais como o transporte de provisões militares ou das mochilas dos soldados contendo material que seria necessário no campo da batalha.⁵³ Nas bases militares, os *TBO* foram empregues na realização de tarefas domésticas tais como cozinhar, lavar roupa e procurar água e lenha. José Pinto relata que, quando tinha 16 anos, serviu durante quatro meses como *TBO*. Todos os dias, ia dez a vinte vezes buscar água a um poço, utilizando um recipiente de 15 litros. Como, simultaneamente, estava a frequentar a escola, tirava a água de manhã e ao fim do dia. Depois, tinha de transportar a água, calcorreando as colinas, num percurso de mais de 100 metros.⁵⁴

Os *TBO* também serviram como guias ou batedores, o que podia envolver a perigosa tarefa de caminhar na vanguarda da linha da frente para verificar que o caminho estava desimpedido.^{XIV} Alguns testemunhos recebidos indicam que, frequentemente, o papel de guia estava ligado ao papel de estafeta para estabelecer contacto entre as *ABRI* e os membros da Resistência, ou apelando à rendição das pessoas que viviam no mato. Domingos Maria Bada, que durante oito meses trabalhou como *TBO* ao serviço de quatro membros do Batalhão de Infantaria 410, descreve a sua experiência durante uma operação em Fahinehan e Turiscái, no distrito de Manufahi:

*Mas uma coisa importante era que, quando havia operações no mato, os TBO tinham de formar a linha da frente como guias dos soldados. E os TBO tinham de ir procurar as pessoas no mato e chamar por elas para que se rendessem.*⁵⁵

Na Audiência Pública Nacional da Comissão sobre Crianças e o Conflito, Belchior Francisco Bento Alves Pereira depôs sobre o seu trabalho forçado como *TBO*, durante 1990, em Manutasi (Ainaro, Ainaro), após ter sido detido por actividades clandestinas:

*Quando íamos realizar operações no mato, mandavam-me transportar as mochilas, as armas e as munições. Recebia um uniforme militar novo e usavam-me como isco na floresta. Eu estive primeiro com o [Batalhão de Infantaria] 613, depois com o [Batalhão de Infantaria] 641 e, finalmente, com o [Batalhão de Infantaria] 643.*⁵⁶

A Comissão foi informada de que os *TBO* eram obrigados a prestarem apoio uma vez iniciado um combate. No seu depoimento durante a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças

^{XIII} Por exemplo: Mário dos Santos contou que tinha viajado com os militares da sua terra natal em Bazartete (Liquiça) para Fatolia (Ermera), Dili, Ainaro e de volta para Bazartete, ao longo de um período de nove meses, CAVR, Equipa de Investigação sobre Crianças e o Conflito, Documento de pesquisa, "Recrutamento Forçado", 31 de Agosto de 2003; Albino Fernandes descreveu que, em 1978, *TBO* originários de Lebos (Bobonaro) viajaram pelas montanhas de Bobonaro, Ainaro e Manufahi, entrevista da CAVR a Albino Fernandes, Manufahi, 6 de Março de 2003.

^{XIV} Ver o testemunho de Leoneto Martins, que foi forçado a caminhar à frente das tropas, quando trabalhava como *TBO* para o Batalhão de Infantaria 410. Entrevista da CAVR a Leoneto Martins, Saburia, Aileu, 15 de Outubro de 2003.

e o Conflito, Alfredo Alves afirmou que, quando tinha onze anos, acompanhou o Batalhão 725 ao campo da batalha, principalmente para recarregar as câmaras das armas.^{XV}

Condições e trato

Embora em muitos casos, os *TBO* recebessem uma quantidade superior de alimentos comparativamente à generalidade da população, as suas condições de vida também eram difíceis. No mínimo, tinham de partilhar a dureza das condições em que viviam os soldados que serviam, apesar destes terem sido treinados para lidar com privações físicas. Antigos *TBO* relataram ter sofrido de exaustão, de fome e de sede. Vários antigos *TBO* relataram que só comiam as sobras dos soldados ou, nalguns casos, arroz que já estava podre.⁵⁷ Quando os fornecimentos por helicóptero se atrasavam, havia escassez de víveres para todos. No entanto, quando os mantimentos chegavam, os *TBO* tinham de transportar cargas pesadas, muitas vezes por longas distâncias. Alfredo Alves contou à Comissão que, por duas ocasiões, todos os *TBO* do seu Batalhão tinham recebido injeções nas pernas antes de transportarem cargas pesadas, para que não sentissem o peso nem o cansaço.

Marcos Loina da Costa de Cairui (Laleia, Manatuto), que tinha apenas doze anos quando foi obrigado a tornar-se *TBO*, disse que lhe foi difícil transportar as pesadas cargas.

*Ao longo da viagem sentíamos-nos quase como mortos,
porque o que transportávamos era tanto e tão pesado!
Quem não tivesse forças para transportar a carga era
simplesmente abandonado pelo caminho.*⁵⁸

Domingas Freitas contou à Comissão o caso do seu irmão mais novo, Rai Ano, que foi recrutado, em 1978, juntamente com um amigo, Zeca, em Ossu (Viqueque) por um elemento do Batalhão 744. Mais tarde, Zeca contou à família que Rai Ano tinha morrido em Uatu-Lari (Viqueque), porque não tinha força para carregar o pesado equipamento militar.⁵⁹

O modo como os militares tratavam os *TBO*, incluindo os casos de abuso físico, parece ter dependido da personalidade do soldado que o *TBO* servia.

^{XV} Ver também HRVD, Testemunho nº 09081 de Cipriano de Jesus Martins: "Enquanto estive com as *ABRI*, fui obrigado a transportar o equipamento de combate, tal como munições e víveres, para o campo da batalha entre as *ABRI* e as *Falintil*."

O cotidiano de um TBO

“Se morrêssemos, não fazia diferença”

Um rapaz ainda jovem foi recrutado por soldados do [Batalhão de Infantaria] 121, que lhe deram doces e lhe pediram para transportar uma mochila durante vários quilômetros. Quando chegaram ao seu destino, já era de noite e ele tinha medo de voltar para casa. Eles levaram-no consigo para o mato, onde recolhia lenha e buscava água, montava tendas e cozinhava:

[C]aminhávamos cerca de 12 horas por dia. Partíamos pelas 5.00 da manhã e caminhávamos até ao meio dia, altura em que descansávamos e almoçávamos. Depois, caminhávamos outra vez até escurecer. No dia seguinte arrancávamos de novo e andávamos, assim, de um lado para o outro no mato. Por essa altura já transportava cargas pesadas...Subimos o [Monte] Matebian e choveu o tempo todo e eu não consegui dormir porque tudo estava molhado. Por vezes recebíamos arroz por helicóptero, outras vezes íamos às vilas comprá-lo. Os soldados faziam sinais de fumo, ou utilizavam o rádio. Davam-nos comida e leite. Ficámos dois meses em Matebian, sempre de um lado para o outro. Eu pensava que iríamos às vilas, mas não fomos: não fomos a vila nenhuma, ficámos no mato o tempo todo.

Uma das montanhas foi extremamente difícil de subir; algumas pessoas caíram...na fronteira de Uatu-Lari, na base da montanha, descansámos durante dois dias, mas estava a chover muito e os helicópteros não nos puderam alcançar durante dois dias e duas noites. Acabou-se-nos o arroz e os cigarros. Acabou tudo. Eles estavam muito tensos e só bebiam chá. Quando o sol se punha íamos procurar fruta, cocos, qualquer coisa. Depois, de repente aterrou um helicóptero. Os soldados tinham mandado sinais de fumo e o helicóptero aterrou para nos levar arroz. Subitamente, todos os TBO mais velhos fugiram. Conheciam o caminho e fugiram para os seus sucos. Para nós [os mais pequenos], era mais difícil fugir: estávamos no meio do mato, como havíamos de encontrar o caminho? Naquela noite, quando o comandante da companhia nos mandou buscar arroz, descobriram que dois TBO tinham fugido. Nessa altura, outro TBO fugiu também do nosso regimento, restando apenas dois de nós. O outro TBO tinha 16 ou 17 anos de idade, mas eu tinha apenas oito ou nove.

Na manhã seguinte, começámos de novo a caminhar. Agora havia muito arroz e as sacas estavam molhadas...Normalmente, quando permanecíamos num determinado local, éramos abastecidos duas vezes por semana. Mas quando estávamos em movimento, apenas recebíamos [mantimentos] de semana a semana...como éramos nove pessoas, era muito arroz para transportar. Havia cerca de 50 quilos nas sacas...Tínhamos de transportar tudo aquilo e já não havia TBO suficientes, pelo que, em Uatu-Lari (Viqueque), pedimos a outras pessoas para aderirem. Havia algumas pessoas mais velhas e eu vi uma delas a transportar munições. Esta zona ainda era perigosa e as pessoas que chamámos tinham medo de se juntar a nós. Nós também não tínhamos muito cuidado, se morrêssemos, não fazia diferença. Dezenas de pessoas [aderiram], algumas das quais crianças com cerca de 11 anos de idade. Partimos directamente para a floresta, para subir de novo o Matebian. Alguns dos TBO mais velhos ficaram aborrecidos porque as sacas eram pesadas, pelo que lhes deram as balas. Quando chegamos a uma ribeira chamada Uaibobo, eles estavam tão aborrecidos que atiraram tudo para dentro da ribeira...Mandaram-nos subir de novo para o mato e ficámos junto a uma ribeira na fronteira de Venilale (Baucau) e Ossu (Viqueque). Ficamos lá uns seis meses ou mais...Depois fomos outra vez para uma vila, que era mais agradável, mas tínhamos de trabalhar todos os dias: cozinhar, buscar água, lavar roupa.⁶⁰

Mortes de TBO

Fontes qualitativas, como entrevistas e perfis comunitários, sugerem que muitos TBO, incluindo crianças, podem ter morrido em combate. No entanto, será necessário proceder à recolha de

dados e realizar pesquisa especificamente centrada nesta matéria para poder tirar uma conclusão.

Os depoimentos recolhidos pela Comissão também apontam para uma elevada taxa de mortes. Um *TBO*, que começou a servir em 1976 e serviu em três Batalhões diferentes ao longo de dois anos, acabou por fugir com outros três colegas, devido à elevada taxa de baixas nos distritos orientais:

*Quando havia uma operação na floresta, estávamos sempre na linha da frente. Alguns TBO foram alvejados pela Fretilin porque, sempre que havia uma operação, os TBO eram utilizados como guias. Dos nove TBO, três morreram e outros foram feridos. Os meus amigos TBO foram feridos ou mortos pelo simples facto de serem obrigados a caminhar na linha avançada.*⁶¹

Evaristo da Costa Silva relatou à Comissão que, em 1983, nove rapazes, entre os quais Aureliano da Silva (10 anos), Bonifácio da Silva (10 anos), Domingos Mendonça (11 anos), Ernesto Amaral (14 anos), Jacinto Amaral (14 anos) e Domingos Mesquita (14 anos), foram obrigados pelo Batalhão de Infantaria 514 a transportarem sacas cheias de arroz do suco de Liurai (Remexio, Aileu) para Hera (Díli). Foi relatado que, quando chegaram a Ailebur/Pamketaudun, Ernesto Amaral foi abatido por um soldado chamado Sukardi, porque já não conseguia transportar a sua carga. Os outros rapazes fugiram para Díli ou para as suas aldeias natais e elementos das *ABRI* andaram à sua procura, até que um soldado do *Koramil* de Remexio cancelou a busca.⁶²

Foram relatados à Comissão vários casos de crianças *TBO* que não voltaram a ser vistas após o seu recrutamento. Por exemplo, Apolinário Soares relatou que o seu irmão mais novo, João Soares, tinha dez anos de idade quando foi apanhado pelo Batalhão 745 e obrigado a servir como *TBO*, em 1980, pelo simples facto de que havia a suspeita de que a sua família apoiava a Fretilin.⁶³ Num outro caso, Gustavo da Costa Ximenes disse à Comissão que o seu irmão mais novo, Avelino Pinto, de dez anos de idade, foi levado pelas *ABRI*, em Novembro de 1982, da sua casa em Alaua Atas (Baguia, Baucau). Afirmaram ostensivamente que o levavam para ser adoptado, mas na verdade foi feito *TBO* e nunca mais foi visto.⁶⁴ Um homem de Atsabe (Ermera), Eduardo Casimiro, recorda-se da morte de várias crianças da área depois de serem recrutadas como *TBO*.⁶⁵

Algumas das crianças podem ter morrido em combate, mas a Comissão também tem conhecimento de vários casos em que os *TBO* foram mortos ou ameaçados de morte pelos militares indonésios. Alfredo Alves recorda-se da morte de um *TBO*, em 1977, às mãos do Batalhão 735, em Fatulou (Maubisse, Ainaro):

*Certo dia, um TBO recusou-se a que lhe aumentassem a carga que estava a transportar, o que provocou a reacção do comandante. Assim, quando chegámos ao acampamento, reuniram todos os soldados e TBO e o comandante disse: "Não é permitido aos TBO recusarem-se a transportar material, porque os militares estão aqui para vos ajudar e para vos dar a independência." Então, o TBO em questão foi chamado para a frente e abatido a tiro. Deste modo, relembrou-nos de forma clara que se alguém se recusasse [a fazer o que lhe mandavam], teria a mesma sorte.*⁶⁶

Segundo Marcos Loina da Costa, um ex-*TBO* de Cairui (Laleia, Manatuto), outro *TBO* da sua unidade ia sendo morto por um soldado porque não conseguia transportar uma carga pesada de

arroz, balas e munições para morteiros, mas foi salvo *in extremis* por outro soldado. Ele recorda-se que, depois daquele incidente, “todas as cargas que transportava me pareciam leves, devido ao meu medo.”^{xvi}

Como referido anteriormente, a Comissão foi informada de que um *TBO* de 17 anos de idade, Domingos Mário, foi torturado e desapareceu depois de ter escrito uma carta às Falintil.⁶⁷ Um outro testemunho relata o caso de um jovem de 14 anos, Teodoro de Oliveira, que foi abatido a tiro no dia de Natal de 1984, pelo Batalhão de Infantaria 131, em Serlau (Lospalos, Lautém), por razões desconhecidas.⁶⁸

Remuneração

De uma forma geral, em compensação pelos serviços prestados, os *TBO* recebiam alimentos para si próprios e para levarem às respectivas famílias. Nenhum *ex-TBO* declarou ter recebido regularmente um salário e, nos documentos militares, não existe referência a remunerações, o que contrasta com os membros da *Wanra* ou do *Ratih*, que auferiam salários mensais ou de acordo com a duração das operações (ver Capítulo 4: Regime de Ocupação, secção sobre a militarização da sociedade timorense).

Muitos *ex-TBO* declararam ter recebido pequenas quantias monetárias no final do seu período de serviço. Domingos Maria Bada contou que, em 1978, após seis meses de serviço, passados sobretudo no mato à procura de civis, terminou o seu trabalho com o Batalhão de Infantaria 410 e recebeu 6.000 rupias (equivalente a cerca de 14 USD, à taxa de câmbio da altura).⁶⁹ Um outro *ex-TBO* declarou ter recebido, em 1981, 20.000 rupias (cerca de 32 USD, à taxa de câmbio da altura) ao fim de nove meses de trabalho para o Batalhão de Infantaria 133 e 25.000 rupias (cerca de 23 USD, à taxa de câmbio da altura), em Fevereiro de 1985, depois do serviço prestado durante um ano para o Batalhão de Infantaria 507. Sempre que era desmobilizado, este *TBO* recebia certificados oficiais intitulados “Carta de Recomendação” (*Surat Tanda Penghargaan*) (em 1981) e “Expressão de Gratidão” (*Ucapan Terima Kasih*) (em 1985), assinados pelo comandante do batalhão.^{xvii} Gil Parada Belo Martins recebeu 25.000 rupias e um certificado da Batalhão de Infantaria Aerotransportado (*Lintas Udara, Linud*) 401 ou *Banteng Raiders*, tendo-lhe sido afirmado que o certificado seria útil para arranjar emprego.⁷⁰

Período pós-serviço

Em muitos casos, os *TBO* regressavam às suas aldeias no termo do serviço. O manual do oficial de orientação de aldeia (*Babinsa*) exige especificamente que os *TBO* sejam enviados para casa e encorajados a continuar os seus estudos. Um *TBO* recordou ter visto centenas de *TBO* a regressarem aos distritos orientais, de navio, depois do batalhão em que serviram ter deixado Timor-Leste. Recordou ainda:

Alguns ficaram em Díli, porque a situação económica em casa era difícil. Recebi 9.000 rupias e um certificado. Nós permanecemos no Kodim de Díli e depois mudámo-nos para o Koramil de Becora. Fomos abandonados pelos soldados. Os miúdos mais pequenos eram ameaçados pelos mais velhos, e havia o risco de sermos roubados. Era caótico e às vezes eu era assediado. Mas sentíamos-nos livres: já não cozinhávamos, não apanhávamos lenha

^{xvi} Entrevista da CAVR a Marcos Loina da Costa, Manatuto, 24 de Junho de 2003. Marcos Loina da Costa acrescentou que o comandante do Batalhão ordenou que todos os *TBO* fossem enviados para casa, dada a forma injusta como estavam a ser tratados pelos seus homens.

^{xvii} Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004. Este informou a Comissão que conseguiu poupar outras 25.000 rupias, a fazer recados ou outras tarefas para os soldados.

*e não lavávamos. Deram-me um uniforme militar, que me chegava aos joelhos, como se fosse um vestido.*⁷¹

Nalguns casos, os *TBO* eram levados com os soldados que regressavam à Indonésia ao fim da sua comissão de serviço. O caso de Alfredo Alves, a quem iludiram de modo a fazerem-no embarcar dentro dum caixote, ilustra que esta viagem nem sempre era voluntária (ver secção A transferência de crianças para a Indonésia).

Como acima foi dito, para alguns *TBO*, a experiência vivida esteve na origem de uma relação duradoura com os militares indonésios, que se manifestou quer através do seu ingresso no Exército quer da sua participação na *Wanra* ou noutros grupos paramilitares. No entanto, em muitos aspectos o serviço prestado enquanto *TBO* não comporta o mesmo estigma que pesa sobre aqueles que se tornaram milícias. É do conhecimento geral que muitos foram obrigados a aderir, que muitas vezes apenas desempenharam funções serviçais e que, em muitos outros aspectos, foram apenas vítimas.

Documentos militares apreendidos, datados de 1982, emitiam instruções específicas aos soldados para que estes mandassem regressar as crianças às escolas uma vez concluído o seu trabalho e, pelo menos, alguns *TBO* conseguiram regressar à escola graças à sua fluência na língua indonésia e eram apenas ligeiramente mais velhos do que os colegas.^{XVIII 72} No entanto, as oportunidades educativas eram muito limitadas nos primeiros anos do conflito, quando a utilização de crianças *TBO* atingiu o auge. Ao servirem durante um ano ou mais nos campos militares ou no mato, as crianças sujeitavam-se a perder as poucas oportunidades educativas existentes na altura.

Crianças durante as operações: Operação Segurança

Em meados de 1981, os militares indonésios realizaram uma operação onde dezenas de milhares de timorenses atravessaram o território como se fossem uma barreira humana, numa tentativa de capturar elementos da Fretilin e das Falintil. Esta tática, que foi utilizada em diversas operações, era genericamente conhecida como Operação Cerco de Pernas (*Operasi Kikis*). A operação que teve lugar em meados de 1981 foi designada Operação Segurança (*Operasi Keamanan*) e foi a maior das *Operasi Kikis* realizadas em Timor-Leste (ver Capítulo 4: Regime de Ocupação, secção sobre a Operação Segurança e Subcapítulo 7.5: Violações do Direito da Guerra, para uma descrição mais pormenorizada desta operação).

Para além dos *TBO* utilizados na *Operasi Keamanan*, foram igualmente recrutados vários milhares de cidadãos comuns, tanto crianças como adultos, especificamente para a operação. Verificaram-se variações regionais nos padrões de recrutamento, mas em muitas zonas todos os homens e rapazes com idade superior a doze anos foram reunidos pelos administradores locais ou pelos militares e destacados para uma das unidades militares envolvidas na operação. Hélio Freitas recorda-se de que o seu chefe de suco recebeu ordens dos militares para incorporar todos os indivíduos do sexo masculino, sem especificação de idade. Os chefes das associações de bairro (*rukun tetangga*) e das associações de subdivisões de bairro (*rukun warga*) encarregaram-se de verificar o recrutamento de todos os indivíduos do sexo masculino do suco. Não havia qualquer inscrição formal ou verificação de idades:

O liurai [chefe do suco] e os elementos do Koramil e da Hansip reuniram toda a comunidade, todos os homens e avaliaram o seu estado. As crianças pequenas foram separadas e avaliadas pelo seu estado, não pela sua idade.

^{XVIII} Quando Osório Florindo regressou à escola, depois de ter faltado durante três meses, devido à operação *Kikis*, verificou que a escola recompensava os participantes nas operações, promovendo-os para uma turma mais adiantada. Entrevista da CAVR a Osório Florindo, Díli, 31 de Maio de 2003.

Os elementos mais novos, seleccionados para ingressarem na operação, tinham cerca de dez anos.^{xix}

Eduardo Casimiro, de Atsabe (Ermera), relatou à Comissão que tinham ido soldados à sua escola para levar alunos ao *Kodim*, antes de partirem para Ainaro, mas que ele, com apenas 12 anos de idade, foi considerado demasiado jovem para ser recrutado para essa operação.⁷³ Osório Florindo também disse à Comissão que 1.000 residentes do subdistrito de Luro (Lautém) integraram a operação, incluindo todos os rapazes da sua escola primária, os professores e crianças da mesma idade que não frequentavam a escola.⁷⁴

A idade mínima para o recrutamento variava bastante. Os Perfis Comunitários sugerem que muitos dos alunos das escolas foram obrigados a participar na Operação *Keamanan* (Segurança). Em Pairara (Moro, Lautém), foram recrutados todos os indivíduos de 17 anos, ou de idade superior, enquanto em Vatuvou (Maubara, Liquiça) cerca de 600 indivíduos estiveram envolvidos na operação, incluindo crianças. A comunidade de Vemasse Tasi (Vemasse, Baucau) recorda-se que durante a operação apenas mulheres, bebés e idosos permaneceram na aldeia. Em Aisirimou (subdistrito de Aileu, Aileu) e em algumas aldeias de Liquiça, todas as crianças em idade escolar foram obrigadas a participar. Em Lospalos e Tutuala (Lautém), recrutados à força todos os residentes de sexo masculino de 15 anos de idade, ou superior. Em Quelicai (Baucau) e Viqueque participaram jovens do sexo masculino com apenas 13 anos de idade.⁷⁵

Também houve áreas onde o recrutamento foi limitado a adultos. No suco de Parlamento (Moro, Lautém) foram levados apenas indivíduos com idade superior a 17 anos e, em 1979, em Selo Malere (Aileu, Aileu), as mulheres e as crianças permaneceram em casa, enquanto todos os homens adultos participaram na operação.⁷⁶

Os administradores civis locais, como os administradores de subdistrito e chefes de suco, dirigiam o processo de recrutamento, em coordenação com os comandantes militares locais. É possível que, em alguns casos, possam ter influenciado a idade mínima do recrutamento. Por exemplo, em Railaco, Ermera, foi exigido ao administrador do subdistrito, Francisco da Conceição Guterres, que providenciasse 500 a 600 pessoas para a operação. Ele recorda ter informado o comandante militar subdistrital da existência de adultos em número suficiente para preencher a quota e de ter questionado quem assumiria a responsabilidade pelas crianças se a comida acabasse. Por fim, foram apenas registados indivíduos com mais de 30 anos de idade.⁷⁷

Embora haja poucos relatos de recrutas apanhados em fogo cruzado, aqueles que foram forçados a participar sofreram de doença e de fome, das quais, por vezes, resultou a morte.^{xx} Alguns participantes relataram que os soldados lhes davam semanalmente pequenas quantidades de milho. De acordo com Osório Florindo, que na altura tinha 15 anos, as pessoas sobreviveram procurando comida na floresta. Todas as manhãs, preparavam a comida para o dia e depois caminhavam, sem parar fosse para o que fosse. Se não existissem trilhos, abriam caminho através do mato.⁷⁸

O recrutamento em massa de homens e rapazes para esta operação foi um fenómeno diferente do recrutamento geral de *TBO*. No entanto, um grande número de *TBO* também participou na operação. Apesar dos *TBO* não terem recebido nenhum treino especial, diferenciavam-se dos restantes recrutas da Operação *Kikis* pelo facto de servirem um determinado soldado ou, em

^{xix} Entrevista da CAVR a Hélio Freitas, Díli, 19 de Maio de 2003. Várias fontes (incluindo um antigo administrador de subdistrito [*camat!*]) apontam o administrador de subdistrito como detentor de um papel preponderante no recrutamento dos participantes, sob a orientação das autoridades militares. Entrevista da CAVR a Francisco da Conceição Guterres, Tocolul, Railaco, Ermera, 17 de Junho de 2003.

^{xx} HRVD, Testemunho n° 05785 descreve que cinco dos amigos do depoente morreram por falta de alimento e de medicamentos durante as operações em Manatuto. A base de dados das violações também inclui um relato indirecto sobre um jovem de 15 anos chamado Januário Mendes que, durante a Operação *Kikis*, foi abatido a tiro no acampamento por um elemento da *Hansip*, frente a duas testemunhas [HRVD, Testemunho n° 03943].

alguns casos, um *Hansip*. Um documento militar de 1982, refere que, desde o início da operação, todas as unidades utilizaram *TBO*, num total que se estima ter atingido 1.200 pessoas, ou seja, 10% da força total (ultrapassando o limite máximo permitido, de 5 a 7%).^{xxi} Não se sabe qual era a percentagem de menores entre estes 1.200 *TBO*, embora o documento indique que os *TBO* poderiam ter entre os 12 e os 35 anos de idade e testemunhos de alguns participantes mencionem a participação de crianças de 11 anos de idade.

Uma criança de 11 anos, Hélio Freitas, não foi inicialmente seleccionada para a operação, mas aderiu voluntariamente e foi *TBO* ao serviço de um *Hansip* que conhecia a sua família. Hélio explicou à Comissão que tinha aderido porque tinha receio de ser castigado pelos soldados se ficasse na aldeia. O seu grupo subiu o Monte Matebian com a força de combate (*barisan tempur*) à frente, constituída por elementos da *Hansip*, por soldados e pelos respectivos *TBO*. Havia cerca de 15 a 20 *Hansip* e um pelotão de 30 soldados. A maioria dos elementos da *Hansip* tinha o seu próprio *TBO*, enquanto os soldados partilhavam entre si vários *TBO*. Um ou dois quilómetros atrás estavam mais militares, *Hansip*, *TBO* e civis. Hélio era o único *TBO* criança na linha da frente, mas havia mais *TBO* da sua idade na retaguarda e muitas crianças entre os civis. Todas as crianças tinham idades superiores a 10 anos. As suas responsabilidades eram semelhantes às dos *TBO* empregues nas operações regulares: cozinhar, lavar e instalar o acampamento. O seu grupo não avistou nenhum elemento das Falintil e capturou apenas dois civis, um dos quais era uma criança.⁷⁹

Crianças recrutadas pelas milícias pró-autonomia

Apesar da existência de grupos paramilitares desde os primórdios da ocupação indonésia, em 1998 e 1999 apareceu uma nova variante. Estes grupos foram criados em resposta ao clima político em Timor-Leste resultante da queda de Suharto e pelas indicações dadas pelo Presidente Habibie sobre uma alteração política relativamente ao território, que culminou com o anúncio de um referendo, em Janeiro de 1999. Já havia sinais de mobilização de grupos de milícias nos meses que antecederam este anúncio, mas a partir do início de 1999, o número de grupos multiplicou-se rapidamente e começaram a recrutar milhares de membros. Os grupos de milícias já existentes, tais como a *Tim Saka*, a *Tim Alfa* e a *Halilintar* (Relâmpago), também procuraram expandir as suas bases de apoio. Os grupos de milícias recrutaram elementos das organizações de defesa civil, tais como os *Ratih* e a *Hansip*, bem como de redes do crime, grupos de jovens e outros grupos, pessoas provenientes de Timor Ocidental e soldados no activo. Também recrutaram muitos jovens, incluindo um número indeterminado de crianças. (Pensa-se que as listas de membros e outros registos foram escondidos ou destruídos em 1999; ver Capítulo 4: Regime de Ocupação para mais informação sobre os grupos de milícias em 1999).

Cerca de 6,2% (9/146) dos casos de recrutamento de crianças documentados pela Comissão, foram atribuídos às milícias pró-autonomia. Todos estes casos ocorreram em 1999. Seis dos nove casos envolveram crianças com idades iguais ou superiores a quinze anos. Os restantes três casos envolveram crianças de idades desconhecidas. Estes números não sugerem que as crianças tenham sido alvo de recrutamento pelos grupos de milícias. No entanto, também não sugerem que as crianças tenham sido devidamente protegidas do recrutamento.

Esta análise é confirmada por outras fontes, que sugerem que os membros das milícias eram maioritariamente jovens e adolescentes. Uma repórter timorense disse a um investigador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que em Abril de 1999, quando se encontrou

^{xxi} Instrução Operacional No:INSOP 03/II/1982, p. 7: "Todas as unidades utilizaram *TBO* desde o início da operação *Keamaman*. O número de *TBO* permitido situava-se entre os 5 e os 7% da total de efectivos da força. Mas a maioria das unidades ultrapassou a sua quota, permitindo que os *TBO* prestassem apoio a soldados a nível individual e não à unidade como um todo, pelo que passaram a constituir cerca de 10% da força. Nos primórdios da Operação *Kikis*, em meados de 1981, estavam a operar 15 unidades de Batalhão, com 1.200 *TBO*."

com a milícia Ferro Vermelho e Branco (*Besi Merah Putih, BMP*) em Liquiça, esta tinha 100 membros com idade inferior a 18 anos:

*Falei com alguns e eram jovens, muito jovens. Alguns eram pouco maiores do que as armas que traziam.*⁸⁰

Em Setembro de 1999, um outro jornalista relatou que a maioria eram adolescentes e, em alguns casos, crianças que aparentavam ter cerca de doze anos.⁸¹ Uma criança membro da milícia de Atabae (Bobonaro) relatou que cerca de 60 outras crianças, incluindo 20 raparigas, tinham sido recrutadas para a *ARMUI (Atabae Rela Mati Untuk Integrasi, Atabae Disposta a Morrer pela Integração)*, que era uma ramificação em Atabae do já bem estabelecido grupo paramilitar *Halilintar*.⁸²

Os grupos de milícias estavam subdivididos em grupos quasi-militares de menor dimensão como pelotões e companhias. A título de exemplo, uma criança que foi membro do grupo de milícias *ARMUI* relatou à UNICEF que a *ARMUI* tinha 20 pelotões, cada um com cerca de 40 membros.⁸³ Apesar de terem sido entrevistadas poucas crianças membros de milícias, as que foram entrevistadas mencionaram a existência de outras crianças nos seus grupos. Um elemento do movimento clandestino, que foi obrigado a aderir ao Furacão Vermelho e Branco (*Dadurus Merah Putih*) em Maliana (Bobonaro), relatou à UNICEF que no seu grupo existiam mais de dez rapazes muito jovens, alguns com apenas dez anos de idade, que participavam nos turnos de guarda e nos incêndios de habitações.⁸⁴

Métodos de recrutamento

Segundo o relatório emitido pela Fundação HAK (*Yayasan HAK*) vários meses antes da Consulta Popular, verificou-se uma “onda de adesões forçadas” em Dezembro de 1998 e Janeiro de 1999, quando as milícias começaram a recrutar cidadãos comuns.⁸⁵ De acordo com o relatado, o recrutamento baseava-se em metas estabelecidas pelas autoridades civis e militares, habitualmente, de dez pessoas por suco.⁸⁶ A milícia *Besi Merah Putih*, criada no dia 27 de Dezembro de 1998 em Maubara, Liquiça:

Recrutou os seus membros de entre camponeses vulgares, pessoas idosas e rapazes com idade inferior a 18 anos. Segundo algumas fontes, o processo de recrutamento foi levado a cabo através do terror, da intimidação, de ameaças de morte e da estigmatização das pessoas “pró-independência”. Foi prometido um salário de 25.000 rupias àqueles que acabaram por optar pelo ingresso no *gang*. Tratou-se de um dos grupos mais activos nas práticas de aterrorizar, intimidar, ferir e matar civis.⁸⁷

Os depoimentos, notícias da comunicação social, testemunhos prestados pelos perpetradores no decorrer do Processo de Reconciliação Comunitária da Comissão (PRC)^{xxii} e nos Perfis Comunitários⁸⁸, indicam que muitas crianças aderiram às milícias devido a coacção e intimidação, incluindo ameaças de morte dirigidas a elas ou aos seus familiares. Todas as crianças entrevistadas para o estudo da UNICEF, e muitas daquelas que testemunharam no PRC, alegam terem sido recrutadas à força. Embora estas afirmações pareçam credíveis e sejam confirmadas pelos recrutamentos documentados de membros de grupos clandestinos,⁸⁹ é necessário ter em consideração o facto de esta amostragem contemplar apenas as crianças que

^{xxii} A Comissão criou uma base de dados dos testemunhos apresentados pelos perpetradores que desejavam regressar aos seus sucos, com um total de 1.543 entradas, das quais 47 são de crianças. Ver o Capítulo 9: Reconciliação Comunitária.

optaram por regressar a Timor-Leste, particularmente devido ao ostracismo a que os membros das antigas milícias são votados.

Rufino Mesak quis participar no processo de reconciliação no seu suco de Abani (Passabe, Oecusse), após o seu envolvimento na milícia *Sakunar* (Escorpião) quando tinha 17 anos de idade. Alegou que C3, o chefe do grupo da milícia, o obrigou a aderir sob ameaça de morte.⁹⁰

Antero aderiu à milícia *Sakunar* durante um mês, imediatamente antes da Consulta Popular de 1999, quando tinha 17 anos de idade. Numa entrevista realizada na prisão de Becora em Díli, disse a um investigador:

A milícia ameaçou matar-me caso eu não aderisse — foi por isso que me envolvi com eles...O líder do Sakunar disse-nos que todos os jovens tinham de se envolver na milícia e que seriam abatidos caso recusassem. Eu obedeci às ordens, porque tinha medo de morrer. As instruções eram para queimar casas, porque os donos pertenciam a grupos pró-independência...Em Kefa [Kefamenanu, Timor Ocidental] havia muitos elementos do Sakunar com idade inferior a 18 anos. Havia cerca de 50 a 60 jovens, com 14 anos ou mais, maioritariamente de Kefa. A maioria deles parecia receosa. Os seus comandantes podiam mandar-lhes fazer qualquer coisa e, se o não fizessem, eram espancados...Desde que me envolvi com a milícia, não aprendi nada de valor. Só aprendi crueldade — a maneira de matar, de destruir e de queimar tudo em Timor-Leste.^{XXIII}

Antes da Consulta Popular, Venâncio, da aldeia de Lauhata (Liquiça, Liquiça), que na altura tinha 16 anos de idade, aderiu à milícia *BMP* durante quatro meses. A sua família era pró-autonomia, mas ele relatou à UNICEF que aderiu à milícia devido a ameaças e a intimidações:

A milícia chegou em Abril de 1999, depois de ter atacado a igreja. Eu fiquei chocado e assustado, porque eles chegaram com catanas manchadas de sangue. Disseram-me: "Se não vieres connosco, matamos-te." Havia mais velhos e mais novos. Tinham estado a beber e alguns tinham as caras tapadas e pareciam ninjas...Às vezes, quando a milícia aparecia, oferecia-nos dinheiro e outras vezes ameaçava-nos. Disseram que tínhamos de aderir e que os indonésios nos iriam dar dinheiro, mas depois não recebemos nada...Muitas das outras crianças nas milícias eram órfãs, ou vinham de lares desfeitos, ou não frequentavam a escola ou estavam envolvidas em redes de jogo.⁹¹

Venâncio relatou que todas as noites tinha de fazer guarda e que havia mais 7 crianças a trabalhar no mesmo posto de controlo.

Em alguns casos, os jovens foram capturados e espancados antes de serem forçados a participarem nas actividades das milícias. Mundus de Jesus testemunhou, durante a Audiência de Reconciliação Comunitária na sua aldeia de Caicassa (Maubara, Liquiça), que apesar de

^{XXIII} Mais tarde, determinou-se que não existia qualquer prova contra ele, UNICEF, p. 56.

tentar fugir das milícias, foi apanhado pela milícia *BMP* no dia 23 de Abril de 1999. Aderiu porque teve medo de ser morto. Na altura tinha 15 anos de idade e foi-lhe entregue uma arma de fogo.⁹² A Comissão recebeu informação de outros casos de recrutamento forçado de jovens, por exemplo pelo grupo de milícias *Laksaur*, em Covalima.

A Comissão recolheu o depoimento de Santiago dos Santos Mendes sobre um outro caso que também revela a estreita cooperação entre o *TNI* (*Tentara Nasional Indonesia*, Exército Nacional Indonésio) e as milícias. Santiago era um rapaz de 17 anos, residente em Vaviquina (Maubara, Liquiça), que foi espancado e depois forçado a ficar de guarda num posto da milícia, antes de ser mandado para casa devido à gravidade dos seus ferimentos. Santiago contou:

Eu tinha 17 anos quando isto aconteceu. No dia 8 de Abril de 1999, o membro das milícias BMP [Besi Merah Putih], C7, espancou-me e deu-me socos, bofetadas e pontapés, em Lisalau, Maubara. Depois deste tratamento, fui levado a pé até a vila de Maubara. Eu ia a pé, enquanto o C7 [da BMP] seguia de motorizada.

Quando chegámos a Maubara, C7 mandou-me apresentar ao Koramil de Maubara e eu obedeci, pois fui ameaçado de morte caso o não fizesse. Quando cheguei ao Koramil de Maubara, fui interrogado por um membro [indonésio] do TNI chamado C8. Depois do interrogatório, C8 mandou-me ficar de guarda no posto da BMP.

Isto acabou por não se concretizar porque um membro da BMP, chamado Jorge, rejeitou essa ideia e disse que eu não podia ficar de guarda naquela condição lastimável, todo cheio de nódoas negras. Então, Jorge levou-me para a minha casa, em Pukulete. Só permaneci em casa durante duas semanas, porque depois o C7 obrigou-me a ir para Atambua (Belu, Timor Ocidental). Eu recusei-me, mas o C7 queria matar-me e ameaçou-me com uma arma artesanal. Por isso, acabei por fazer o que ele me tinha mandado. Tudo isto se ficou a dever ao facto de eu ser membro do movimento clandestino.^{xxiv}

Vasco contou à UNICEF que tinha 14 anos quando foi recrutado pelo *BMP* em Maubara (Liquiça), por um período de oito meses em 1999. Ele era uma de 15 crianças no seu grupo:

As milícias apareceram na minha aldeia no início de Janeiro. Logo que chegaram, espancaram muitas pessoas e mataram outras. Disseram-nos que nos matavam se não nos juntássemos ao seu grupo. Disseram que “a autonomia era a melhor opção”, que o caminho certo era permanecer com a Indonésia e que, se seguíssemos o CNRT [Conselho Nacional da Resistência Timorense] ou as Falintil, seríamos mortos. Tivemos tanto medo que aderimos, porque eles diziam que nos matavam se não o fizéssemos. Disseram que seríamos assassinados se não fizéssemos o que nos mandavam. O comandante apareceu com um grupo da milícia Besi Merah Putih.

^{xxiv} HRVD, Testemunho n° 05859. Ver também HRVD, Testemunho n° 07239, onde um rapaz de 15 anos foi repetidamente agredido e submerso em água por membros da milícia *Mahidi*, em Noumogue, Hato Builico, Ainaro e depois forçado a fazer a guarda nocturna na aldeia de Lelo-moo, durante uma noite, antes de conseguir fugir.

Quando as milícias chegaram os meus pais ficaram com muito medo e disseram-me: “Se as milícias te pedirem para fazer algo, obedece logo ou eles matam-nos.” Eles tinham medo. Inicialmente, os meus pais disseram-me para me esconder, mas as milícias encontraram-me. Em Janeiro, quando as milícias me apanharam pela primeira vez, disseram: “Agora também és milícia!” Prometeram-me dinheiro e arroz e deram-mos. Esporadicamente, davam-me 250 rupias (2 cêntimos de USD) e 10 kg de arroz.⁹³

Também houve raparigas recrutadas à força e, por vezes, obrigadas a cozinhar para as milícias. Verónica do Rosário, contou à Comissão que tinha 17 anos de idade quando foi detida com seis amigas em Umenoah (Cunha, Oecusse), em Abril de 1999, por milícias *Sakunar*. Os membros das milícias torturaram-na e obrigaram-na a cozinhar para eles durante vários dias.⁹⁴ Uma criança, membro das milícias *ARMUI* em Atabae, Bobonaro, disse a um investigador que cerca de 20 raparigas tinham sido obrigadas a cozinhar para os comandantes das milícias.⁹⁵

Em data tão tardia quanto 4 de Setembro de 1999, dia em que foram anunciados os resultados da Consulta Popular, um rapaz de 16 anos de idade, Feliciano Machado, terá sido recrutado pela milícia *Mahidi*, sob a ameaça de que seriam mortos todos os jovens que não aderissem. Foi obrigado a fazer guarda num posto da milícia e a incendiar habitações em Beicala (Hatu Udo, Ainaro).⁹⁶

A coacção também era exercida através das famílias. O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos verificou que:

Os pais foram ameaçados e subornados para coagir os jovens a aderirem, enquanto que os jovens foram assediados e intimidados a tornarem-se membros das milícias.⁹⁷

No entanto, nem todos os recrutas foram forçados a aderir. Outros motivos de adesão incluíam a promessa de recompensas materiais (embora as promessas raramente se cumprissem) e, nalguns casos, o desejo de fugir à pobreza ou a abusos em casa. Alguns recrutas também eram provenientes de famílias que apoiavam a ocupação indonésia ou dela beneficiavam, incluindo algumas famílias cujos membros tinham sido mortos por grupos pró-independência.⁹⁸

Actividades

Uma vez nas milícias, as crianças relatam ter participado em serviços de vigilância nocturna, nas aldeias e nos postos de controlo nas estradas principais, bem como nos incêndios e no abate do gado generalizados. Vasco descreve que as suas tarefas consistiam no transporte de mensagens, em cozinhar, na recolha de informação sobre o CNRT local, na construção de um posto local de controlo e no transporte de lenha. Mas também recebeu ordens para participar em crimes mais graves:

Da primeira vez que me levaram de casa, tivemos de violar uma mulher e, depois, matar tudo o que encontrássemos, fossem animais ou pessoas. Eles mandaram-nos violar. Fizemos isso em conjunto. Todos os dias, éramos transportados numa viatura, para queimar casas, matar animais e assediar pessoas...Eles ameaçaram-me e disseram-me que tinha de matar pessoas e violar mulheres. Treinaram-nos a utilizar armas

de fogo e facas e também a atacar e a matar. O nosso treino foi feito numa casa em Kaekasain – a sede da milícia BMP. O nosso instrutor era um milícia timorense. Também fomos treinados pelos militares indonésios. Éramos treinados duas vezes por semana, durante duas horas...Se eu chorasse à frente deles, matavam-me. Só chorava em minha casa.^{xxv}

Nove meses antes da Consulta Popular, Francis [pseudónimo], de 17 anos de idade, foi recrutado pela *ARMUI*. A UNICEF relata que o pai lhe tinha pedido que aderisse à *ARMUI* em Dezembro de 1998, depois de as milícias terem começado a espancar sistematicamente as pessoas do seu suco suspeitas de apoiarem a independência. Francis foi obrigado a participar nos ataques a pessoas suspeitas de serem membros do movimento clandestino:

*Fui obrigado a participar numa operação casa a casa em busca de membros de um grupo clandestino. Encontrámos membros do grupo clandestino Jesus O Meu Salvador (JMS)]. Sabíamos onde é que estavam, porque os milícias tinham elaborado uma lista de todos os elementos do movimento clandestino da nossa aldeia...Quando encontrávamos membros do grupo JMS, os milícias espancavam-nos e pediam-lhes o seu lulik (um objecto sagrado, neste caso um cinto de tecido vermelho). Os cintos lulik foram levados para o posto, onde se aguardava que os proprietários os fossem buscar. Nessa altura eram novamente espancados.*⁹⁹

O padrasto de Francis foi espancado e um amigo pertencente ao grupo JMS foi levado para uma praia e morto, por ter sido visto com uma bandeira timorense.

Desaparecimento e morte de crianças membros das milícias

A Comissão não recebeu qualquer informação sobre crianças membros das milícias mortas em Timor-Leste. No entanto, é possível que algumas possam ter morrido nos campos de refugiados em Timor Ocidental, Indonésia. Era bastante comum forçar as crianças membros de milícias a atravessarem a fronteira com os comandantes das milícias.¹⁰⁰ A Comissão tem conhecimento de, pelo menos, um caso de desaparecimento de uma criança numa tal situação. Alda Martins relatou que o seu filho de 17 anos de idade, Agostinho Martins Trindade, foi recrutado à força em Railaco (Ermera), em 1999, por C9, um comandante das milícias *Aitarak*. C9 obrigou Agostinho a fugir para Atambua com ele, mas depois regressou sozinho. Mais tarde, Alda soube por terceiros que Agostinho morrera em Atambua, mas não foi informada das circunstâncias desta morte.¹⁰¹

Consequências

Pensa-se que maior impacto sobre as crianças membros de milícias se verifique ao nível do seu bem-estar emocional. Não só enfrentaram o trauma habitual associado ao testemunhar e participar na violência, como também se sujeitam agora ao estigma duradouro que alguns membros da comunidade impõe aos que estiveram do “lado errado”. Muitos dos antigos membros das milícias ainda não regressaram de Timor Ocidental, por receio de retaliação ou ostracismo. Estes medos são agravados pela propaganda das milícias e pela coacção contínua por parte dos dirigentes das milícias, a que a população refugiada em Timor Ocidental continua sujeita.

^{xxv} Mais tarde, ele negou qualquer participação directa na violação, UNICEF, p.65.

Também aqueles que regressaram se defrontam com problemas sérios. Apesar do reduzido número de casos de violência contra antigos membros de milícias, especialmente contra os jovens nas fileiras de base, o receio de ser alvo do ostracismo social tem razão de ser. Segundo o estudo da UNICEF:

A radicalização dos jovens pró-autonomia gerou poucos resultados positivos. Em alguns casos, as crianças adquiriram o sentimento de pertença a uma comunidade. No entanto, quase todas as consequências foram negativas. A maioria das crianças que aderiram às milícias confessa sentir-se culpada e envergonhada, e parece estar extremamente traumatizada pela experiência que viveram. Muitas também se tornaram insensíveis perante a perpetração de actos de extrema violência. A maioria, como as crianças soldado pró-independência, expressam desconfiança relativamente à autoridade, em particular, das instituições governamentais.^{xxvi}

Venâncio, um recruta de 16 anos de idade de Liquiça, disse à UNICEF:

*Tinha, muitas vezes, pesadelos de que as milícias me iam matar. Quando acordava, sentia-me assustado e deprimido. As outras crianças no posto de controlo também costumavam ter pesadelos. Desde que regressei a Timor-Leste, tenho tido dores de cabeça. Tento esquecer aquele período mas, por vezes, as histórias más do passado regressam, pelo que tento fazer coisas para as esquecer. Sinto-me frequentemente triste. Por vezes, os outros alunos da escola acusam-me de ser da milícia e isso perturba-me, eu tive de permanecer com as milícias. Por vezes penso que as pessoas estão a falar de mim e sinto-me muito triste. Tenho medo de que as milícias voltem de novo para aqui.*¹⁰²

Vasco contou uma história semelhante a um investigador da UNICEF:

*Eu tinha pesadelos e acordava a pensar que alguém me queria matar. Ainda continuo a ter pesadelos. Não me recordo do que sonho, mas sinto medo quando acordo. Até hoje, nunca deixei de ter medo. Por vezes, passo rapidamente dum estado de alegria para um estado de tristeza.*¹⁰³

Crianças na rede clandestina

Crianças de escola, aqui na nossa pátria, da idade dos cinco a dez anos, já conhecem, tanto como os adultos, as tácticas do inimigo de suborno, de contra-informação, de

^{xxvi} UNICEF, p. 19. Um funcionário da UNICEF disse a um jornalista que “A maioria dos poucos jovens ex-milícia que regressaram às suas aldeias e vilas, tem sido vítima de ostracismo e estigmatizada pelas suas comunidades”, Christine T. Tjandraningsih, “Child soldiers, the story behind East Timor's freedom”, Kyodo, 13 de Setembro de 2001, p. 3.

aliciamento e as suas actividades de perseguição à organização clandestina. Crianças que nasceram na guerra e fazem guerra, uma guerra que não é somente dos seus pais, uma guerra que nem é somente delas, uma guerra, uma resistência de todo um Povo contra o ocupante estrangeiro!

Xanana Gusmão, Mensagem aos Jovens de Timor-Leste, 20 de Maio de 1986¹⁰⁴

A Frente Clandestina foi um dos pilares da Resistência contra a ocupação indonésia. Esta rede clandestina mantinha ligação com as Falintil, a Frente Armada, dando-lhe apoio e agindo de acordo com as suas instruções. Servia também de elo de ligação entre a Frente Armada e a Frente Diplomática dos activistas que trabalhavam no estrangeiro em prol da independência. Inicialmente, a rede clandestina funcionava apenas através dos contactos directos entre os comandantes das Falintil e grupos mais pequenos. No entanto, a partir do início da década de 1990, o movimento clandestino transformou-se numa rede de âmbito nacional e a organização das suas actividades passou a ser mais centralizada.^{xxvii}

Nos anos em que a Fretilin deteve o controlo do território e de uma parte considerável da população, as crianças estiveram envolvidas em actividades sociais e políticas, apesar destas actividades não serem, necessariamente, de natureza clandestina.^{xxviii} Após a destruição das últimas Zonas Libertadas em 1979, a rede clandestina iniciou as suas operações e, desde o início, envolveu crianças nas suas actividades. As principais tarefas por estas desempenhadas foram as de estafetas, espiões e na disseminação de informação. Não existia uma distinção clara entre estas actividades, pelo que sucedia frequentemente que uma criança começava como estafeta e, depois, acabava por se envolver noutras actividades clandestinas.

Como ocorreu o envolvimento de crianças

A Comissão não encontrou provas de que a Resistência tivesse uma política explícita para o envolvimento de crianças na rede. Não obstante, na prática, as crianças acabaram por ser envolvidas porque podiam ser úteis. Partia-se do pressuposto de que os militares indonésios não suspeitariam de crianças. O envolvimento das crianças era também considerado necessário para assegurar a continuidade da Resistência, naquilo que se calculava que viria a ser uma luta dura e prolongada.¹⁰⁵ Segundo o antigo chefe do Estado-Maior das Falintil, Taur Matan Ruak:

Se não preparássemos outras pessoas e morrêssemos a meio do caminho que estávamos a percorrer, a nossa luta terminaria. Se assim fosse, então porque é que estávamos a sofrer?...Pode-se afirmar que esta estratégia despertou, em muitos dirigentes, a consciência de que a geração seguinte constituía o factor determinante no processo da luta. A vitória ou a derrota dependiam dela. Se conseguíssemos envolver os jovens, então poderíamos

^{xxvii} Entrevista da CAVR a Aitahan Matak (António Tomás Amaral da Costa), Díli, Dezembro de 2003; Entrevista da CAVR a Francisco Guterres, Lú-Olo, Díli, 28 de Março de 2003. O antigo comandante das Falintil, Eli Foho Rai Boot (Cornélio Gama, L-7) descreveu da seguinte forma o desenvolvimento do movimento clandestino: "Assim, de ano para ano, pouco a pouco, foi havendo mudanças. Este grupo era cada vez mais conhecido em cada distrito. A reputação do grupo nos distritos demonstrava que o número de grupos que trabalhava em prol da independência estava a aumentar, apesar de os vários grupos não saberem da existência dos restantes. Mas tinham a mesma visão e a mesma missão, nomeadamente sobre a forma das [Frentes] se apoiarem mutuamente de modo a estreitarem as suas relações, tendo como meta comum a independência", Entrevista da CAVR a Eli Foho Rai Boot (Cornélio Gama, L-7), antigo comandante adjunto da Região III, Laga, Baucau, 9 de Abril de 2003.

^{xxviii} Entrevista da CAVR a Virgílio Guterres Silva, Díli, 25 de Maio de 2004: "Os indivíduos de idade inferior a 17 anos envolviam-se mais facilmente em actividades na aldeia, por exemplo em actividades culturais. Aqueles que já estavam na 3ª classe da escola primária eram recrutados para ministrar cursos de alfabetização e fazer formação nas áreas da saúde e da política. Para esse fim, baseavam-se no Manual e Programa Político da Fretilin e na Cartilha Política".

*dizer que a vitória era certa. Se não, a luta estava destinada a esmorecer e não podíamos garantir a sua continuidade. Assim, os jovens foram um factor fundamental. Com esse objectivo, toda a família timorense tinha um papel importante a desempenhar, dos pais, às mães e às crianças, tinham de transformar a família no núcleo da resistência.*¹⁰⁶

A Resistência recorreu desde o início às relações familiares para abordar as crianças. Por exemplo, os pais, tios e irmãos escondidos no mato contactavam os seus familiares mais jovens, para levarem mensagens ou trazerem víveres. Em pouco tempo, a rede alargou-se aos Escuteiros, aos grupos juvenis da Igreja em cada paróquia e a outros grupos de jovens.^{xxix} Com o estabelecimento do Conselho Nacional da Resistência Maubere, CNRM, em 1987, o papel da juventude clandestina mereceu reconhecimento mais formal e a Comissão Executiva nomeou uma pessoa específica para lidar especialmente com os jovens, incluindo as crianças.^{xxx}

A partir de 1988, verificou-se o envolvimento de um número crescente de alunos das escolas secundárias nas redes clandestinas. Os alunos da escola católica de língua portuguesa em Balide, Díli, Externato São José começaram a organizar-se e o seu movimento difundiu-se através de eventos desportivos ou através de antigos alunos que se tornaram professores noutras escolas. Os dirigentes das organizações estudantis intra-escolares (*Organisasi Siswa Intra Sekolah, OSIS*) encontravam-se frequentemente com outras organizações juvenis, para debaterem questões políticas a coberto dos eventos desportivos inter-escolas. Eurico Guterres era um líder da *OSIS* e quando foi preso, em 1988, fazia parte do movimento clandestino; o seu sucessor na liderança da *OSIS*, Ricardo da Costa Ribeiro, também estava envolvido em actividades clandestinas.¹⁰⁷

Existem indícios de que as Falintil fizeram um esforço explícito no sentido de recrutar estudantes para a rede clandestina. Um aluno sentiu o impacto da ocupação quando os seus tios foram mortos quando ele ainda frequentava a escola primária e lembra-se das lutas na escola preparatória, entre os alunos timorenses e indonésios, que faziam despertar sentimentos nacionalistas. Mas foi só na escola secundária que se envolveu formalmente com o movimento clandestino, depois de ter recebido uma mensagem das Falintil:

Fui para a escola secundária e encontrei muitos amigos que estavam envolvidos numa espécie de movimento clandestino, secreto. Comecei a sentir que tinha a obrigação de contribuir, como por exemplo doar dinheiro para aqueles que estavam no mato. Um dos meus familiares era militar e roubámos os seus uniformes e mandámo-los para o mato, para os dar às Falintil. Tinha cerca de 14 ou 15 anos...na verdade, na altura sabia pouco sobre o movimento clandestino, mas o meu amigo recebeu uma carta das Falintil e mostrou-ma...Havia uma

^{xxix} Maria Teresa dos Santos foi líder juvenil, em Baucau, e do *Mudika* (um grupo oficial de juventude da Igreja, criado nos fins da década de 1980.) Afirma que uma grande parte do trabalho do grupo consistia em transportar cartas e angariar fundos para as Falintil, através das doações para a Igreja. Dava-se preferência às raparigas para desempenharem este tipo de trabalho, porque era menos provável que fossem revistadas pelos soldados. Entrevista da CAVR a Maria Teresa dos Santos, Baucau (sem data). A Resistência também operava através de um outro grupo juvenil, a Sagrada Família. Este grupo já fazia parte da rede clandestina e, por consequência, não tinha o mesmo estatuto legal do *Mudika*.

^{xxx} Todas as escolas secundárias tinham as suas próprias *OSIS* e os grupos clandestinos tentavam infiltrar-se nas *OSIS* das escolas. Em Baucau, já em 1979, os líderes clandestinos que estavam a estabelecer a sua rede reconheceram o potencial dos grupos juvenis da Igreja. De acordo com Marito Reis, "Nessa altura planeámos edificar uma rede através da Igreja, porque nos apercebemos de que a Igreja tinha organizações juvenis", Entrevista da CAVR a Marito Reis, Baucau, 17 de Novembro de 2002.

*mensagem das Falintil que dizia: “Sois o futuro deste país. Tendes de estudar muito, mas também deveis encontrar formas de nos ajudar no mato.” Inspirou-me a fazer algo.*¹⁰⁸

Razões de adesão à Resistência

Tal como acima foi mencionado, as crianças envolviam-se muitas vezes nas actividades clandestinas através do contacto com familiares que viviam no mato, ou que eram membros das Falintil. Ricardo da Costa Ribeiro contou à Comissão que começou a contactar com o seu tio das Falintil em 1984, com a idade de 13 anos, depois dos colegas e do seu padre, o padre Locatelli, lhe terem falado sobre personalidades da Resistência. Ele descreve, da seguinte forma, as suas comunicações com o seu tio:

*Eu estava em contacto com o meu tio Rodak, que se encontrava no mato, não por cartas mas através de gravações que ele me mandava, em cassetes. Nessa altura, eu tinha apenas 15 anos e estava no primeiro ano da escola secundária e ele dava-me sempre orientações sobre política e sobre os objectivos da Resistência. Eu já tinha consciência de tudo isto e estava bem informado, porque, na escola preparatória de Fatumaca, quase todos eram filhos de um “GPK”. Todos os dias perguntávamos uns aos outros: “Onde está o teu pai?” e todos respondiam, “O meu pai está no mato”, “O meu pai foi morto pelos militares indonésios”.*¹⁰⁹

As crianças também se sentiam encorajadas a aderir ao movimento clandestino por testemunharem ou viverem experiências de violações cometidas pelos militares indonésios. Por exemplo, Naldo Gil da Costa disse à Comissão que se tornou membro activo como estafeta quando tinha 11 anos, quando o pai foi executado pelos soldados indonésios, depois de as Falintil terem atacado um posto das *ABRI* em Lospalos, no dia 11 de Março de 1985.¹¹⁰

Aquilina Imaculada explicou que se tornou estafeta tanto por causa dos seus laços familiares como das experiências negativas, sofridas às mãos dos militares indonésios. Ela e a família foram obrigadas pelas *ABRI* a persuadir alguns familiares que lutavam nas Falintil, a renderem-se. Quando isto resultou na morte de vários membros da sua família, ela recebeu instruções de um tio, comandante das Falintil da Região I, de nome Paulino Gama (Mauk Moruk), para se tornar estafeta e, desse modo, ajudar a família.¹¹¹

Nos casos analisados pela Comissão, as crianças aderiram voluntariamente à rede. Não foi recebida qualquer informação sobre crianças forçadas a aderirem. Contudo, dado que muitas crianças aderiram para ajudar os seus familiares, podem tê-lo feito por obrigação moral ou por sentirem que não podiam recusar. Algumas crianças foram recrutadas por acaso e a sua consciência política foi desenvolvida mais tarde. Por exemplo, segundo um relato, Mateus da Costa tinha 17 anos quando se cruzou, por acaso, com elementos das Falintil em 1983, enquanto caçava na floresta perto de Ainaro. Foi persuadido a trabalhar como estafeta o que veio a desenvolver-se, mais tarde, na organização grupos clandestinos.¹¹² Outros casos indicam que foram utilizadas crianças sem o seu consentimento expresso, ou conhecimento devido dos riscos envolvidos. Francisco Silva Guterres, de Becusi (Díli), descreve o dia em que um estranho lhe deu uma carta para entregar:

Ele disse que eu deveria ir ver televisão no Koramil e que lá estaria alguém à minha espera para receber a carta.

*Antes de eu me ir embora, ele disse-me, “tens de vestir-te de acordo com o que está combinado”, o que significava que tinha de vestir um uniforme branco. Essa pessoa meteu um envelope no bolso de trás das minhas calças, para ser entregue a uma pessoa que eu também não conhecia, que nessa noite também iria ao Koramil, quando eu e outras pessoas estivéssemos a ver televisão. A pessoa que me mandou fazer este trabalho disse-me que “Quando a pessoa vier, não te deves virar para a ver. Não faças isso”. Assim, segui essas instruções. E a pessoa veio e tirou a carta do meu bolso de trás e eu nunca cheguei a saber quem é que tinha tirado o envelope.*¹¹³

Consequências

Tal como foi revelado nos capítulos anteriores sobre mortes ilícitas, detenção e tortura, e violência sexual, o envolvimento com o movimento clandestino acarretava enormes riscos pessoais. Os militares, a Polícia e outras entidades estabeleciam por alvo os membros do movimento clandestino de modo a romper as linhas de apoio à Resistência armada. Pretendiam igualmente obter informações sobre as redes, sobre a Resistência armada e sobre a localização dos dirigentes das Falintil. As crianças não eram merecedoras de tratamento de excepção por parte das autoridades indonésias. Mais adiante, descrevem-se inúmeros casos de abuso de crianças da rede clandestina.

Tal como no caso das crianças muito novas envolvidas com os militares indonésios, aquelas que estavam activamente envolvidas nas redes clandestinas também sofreram perturbações a nível educativo. Aleixo Cobra afirmou que, depois do encerramento do Externato de Díli, que era um centro do movimento clandestino, alguns dos estudantes que eram regularmente detidos optaram por deixar de frequentar as aulas e concentrar-se no movimento.¹¹⁴ João Sarmiento, que na altura estudava no Seminário de Nossa Senhora de Fátima, ao lado da escola, disse que se ausentou da escola durante seis meses, porque corriam rumores de que o Externato e as escolas vizinhas iam ser atacadas e fechadas.¹¹⁵

Estafeta

O termo ‘estafeta’ era atribuído às pessoas que transportavam informação e correspondência para a Resistência. Também providenciavam alimentos, medicamentos e outros bens para os que viviam no mato. Como demonstram os exemplos acima, muitas crianças entraram para o movimento clandestino como estafetas. A actividade dos estafetas dependia muitas vezes das ligações familiares e tiveram início pouco depois da invasão, quando os guerrilheiros tentavam comunicar com as famílias nas zonas controladas pela Indonésia. Para informação mais detalhada sobre a emergência da frente clandestina, ver o Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia.

Gregório Saldanha contou que tinha 13 anos quando o conflito deflagrou e ele fugiu com a família para Karau Maten, uma região montanhosa perto de Díli. Regressaram a Díli passados três meses, quando os indonésios lançaram panfletos por via aérea, apelando à rendição. Francisco Lobo, o irmão mais velho de Gregório, permaneceu na floresta como guerrilheiro:

Decidimos que eu regressaria à cidade e o meu irmão, Francisco Lobo, continuaria como guerrilheiro. O meu tio, Mau Tersa, que vivia nos arredores da cidade, trabalhava como estafeta, passando correspondência de um lado para o outro...Em 1977 e 1978, eu também me encontrei com o meu irmão mais velho [Francisco Lobo]...A sua presença na floresta foi uma grande motivação para nós,

*saber que a Resistência continuava a existir e, por isso, na década de 1980, eu desempenhei um papel activo na extensa e sistemática rede clandestina.*¹¹⁶

À medida que o movimento clandestino se tornava mais organizado e estruturado, foram-se criando sistemas formais e profundamente secretos de distribuição de informação, que eram operados por estafetas. Naldo Gil da Costa descreve, da seguinte forma, o trabalho de um estafeta:

*Quando me tornei estafeta, nos primeiros dias, recebi instruções sobre como transportar as cartas para dentro e para fora da cidade e para o mato. Quando encontrávamos o inimigo ou os soldados no nosso caminho, tínhamos de nos livrar das cartas que transportávamos, engolindo-as. Éramos treinados por membros das Falintil, que tinham sido destacados pelo comandante para esta tarefa...Eu, enquanto estafeta, fui encarregado de organizar a caixa geral [o centro das redes clandestinas numa determinada área] e de entregar a correspondência aos membros das Falintil e aos membros da rede clandestina nas vilas. Nunca dei nenhuma informação oral ou escrita a ninguém a quem ela não se destinasse.*¹¹⁷

Nem todos os estafetas eram crianças. No entanto, existiam vantagens táticas na utilização de crianças para a realização deste trabalho. A análise dos testemunhos recolhidos pela Comissão demonstra que a maioria das violações cometidas pelo aparelho de segurança indonésio foi perpetrada contra indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos, sugerindo que este era grupo que se encontrava no centro das suas atenções.

Era menos provável que suspeitassem de crianças. Aquilina Imaculada contou a sua experiência enquanto estafeta, entre 1990 e 1993, quando se recorria a crianças para evitar suspeitas:

*Na altura, os adultos tinham pouca liberdade de movimentos, pelo que nós, as crianças, fomos ensinadas a desempenhar o papel de contactos, apesar de muito arriscado, porque poderia ser fatal para a segurança de toda a nossa família se fosse descoberto. Assim, tínhamos de ser criativos, funcionar como ratos no meio da erva. Se vínhamos por um lado, tínhamos de regressar por outro. Muitas vezes, despendíamos tempo a ir buscar água...ou apanhar lenha ou enquanto alimentávamos o gado. Por vezes saíamos à noite ou de madrugada, antes de as pessoas terem acordado.*¹¹⁸

Como demonstrado nos casos supra, trabalhar como estafeta era frequentemente o ponto de entrada no movimento clandestino e, em muitos casos, conduzia à realização de outras actividades clandestinas. Por exemplo, Ricardo Ribeiro passou a organizar jovens, tanto na Sagrada Família como noutros grupos juvenis. Foi precisamente devido ao apoio dado pelos civis aos seus familiares nas Falintil, que o Exército indonésio os começou a deslocar para fora dos seus sucros, acabando por os enviar para a Ilha de Ataúro (Díli), no início da década de 1980.¹¹⁹

Crianças como espíões e vigias

Na década de 1990, adultos envolvidos na frente clandestina começaram a atribuir às crianças funções de vigia e de segurança, para protecção dos dirigentes das Falintil e da Fretilin, quando estes entravam nas vilas.

Naldo Gil da Costa, filho de uma família pró-independência, tinha tentado fugir para a floresta quando o pai foi morto:

Eu queria refugiar-me na floresta, mas Larimau não concordou com o meu pedido e sugeriu que, como eu ainda era pequeno, deveria estudar e, ao mesmo tempo, encontrar uma forma de trabalhar para a Resistência.^{xxxI}

Posteriormente, ele conquistou a confiança dos dirigentes da Resistência, incluindo a de Xanana Gusmão e participou na organização da rede clandestina na Região Centro. Nessa altura, Naldo tinha 14 anos de idade:

Em 1990, Sabalae deu-me instruções para organizar uma caixa [grupo] na Ponta Leste...Em Junho de 1991, levei o comandante Xanana a Lospalos, para se reunir com as Falintil na Ponta Leste, juntamente com Sabalae, Inácio Bernardino (também conhecido por Adik, irmão mais novo), Acácio Bernardino (também conhecido por Moris Nafatin, continua a viver), Américo e o meu irmão mais velho [também conhecido por Doben Hadomi Timor, querido ama Timor].¹²⁰

Um professor de Ermera descreveu à Comissão como tinha treinado os seus próprios filhos de modo a garantir a segurança de Konis Santana, quando o líder da Resistência esteve alojado em sua casa, em 1993:

Inicialmente, mantivemos o segredo das crianças. Mas, quando Konis veio para nossa casa, tivemos de ensinar as crianças a manterem o segredo e atribuímos-lhes a responsabilidade de servirem como guardas de segurança. A sua tarefa era vigiarem os locais de grande visibilidade, de modo a poderem controlar claramente a situação. Tinham de comunicar connosco através de códigos já combinados, tais como tossir três vezes ou emitir certos gritos, de acordo com o código pré-definido.¹²¹

Da mesma forma, os filhos de Gil Araújo, de Ainaro, foram incumbidos de fazer companhia a Xanana e de actuar como vigias. Também em Soibada, Bibrani organizou os seus sobrinhos e sobrinhas para que estes vigiassem o esconderijo de Francisco Guterres (Lú-Olo), Virgílio dos Anjos (Ular Rheik), Domingos Raul (Falur Rate Laek) e Américo Ximenes (Sabica Besi Kulit).^{xxxII}

^{xxxI} Naldo Gil da Costa, depoimento apresentado na Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004. Larimau era o nome clandestino por que era conhecido um quadro político a trabalhar com as Falintil, na Região 1 - Lospalos, Lautém.

^{xxxII} Ver também UNICEF, p. 44. Um estudo de caso apresenta o exemplo de Luís, que tinha 10 anos de idade quando aderiu ao movimento clandestino como estafeta e espião: "Eu tinha de obter informação para as Falintil. Tinha de ouvir o que os outros diziam e passar essa informação ao meu irmão Fábio. Sentia medo quando fazia isso. Vigiava igualmente a casa de certas pessoas. O meu irmão pedia-me para o fazer e eu contava-lhe o que eles diziam ou faziam. Na aldeia, eu era o único jovem que tinha esta incumbência. Também levava água e legumes às Falintil que deixava nos campos, atrás da aldeia. Fingia que ia trabalhar nos campos. Realizava as minhas tarefas clandestinas, depois da escola".

Disseminação de informação

A rede clandestina também estava envolvida na disseminação de informação ao nível comunitário com o objectivo de alargar o apoio à Resistência e, a nível internacional, para que o mundo tomasse consciência da questão de Timor-Leste. A disseminação de informação era realizada por grupos de jovens, incluindo estudantes universitários e do secundário, bem como por membros de grupos de jovens da Igreja, como o *Mudika*. Algumas das pessoas anteriormente citadas como estafetas estiveram envolvidas na organização desta vertente do trabalho clandestino.

Aquilina Imaculada, por exemplo, aderiu à rede clandestina como estafeta e, mais tarde, veio a tornar-se líder nesta campanha de disseminação de informação. Em 1995, com 17 anos, organizou vários grupos clandestinos em Baucau. Com o nome clandestino de “Peregrina”, serviu de intermediária entre L-7 e a Sagrada Família, uma das maiores redes clandestinas de Baucau. A Peregrina passou então à organização de campanhas, porta-a-porta, entre os jovens, as mulheres e os mais idosos. Este método de campanha consistia na realização de debates clandestinos, frequentemente realizados durante festas de aniversário ou outros eventos que reuniam diversas pessoas, para evitar qualquer suspeita.¹²²

Gregório Saldanha, que também foi estafeta, passou mais tarde a ser um dos dirigentes da organização juvenil clandestina Ojetil e membro da Comissão Executiva da Frente Clandestina.

Na década de 1990, a visita de estrangeiros, embora limitadas e atentamente supervisionadas, proporcionaram novas oportunidades para fazer campanha. As manifestações públicas, normalmente organizadas e participadas por estudantes e jovens activistas, começaram a ser utilizadas enquanto tática para atrair a atenção internacional. Os activistas utilizavam várias técnicas como arremessar pedras, perguntar aos indonésios por quem passavam “Quando é que vão para a casa?” e escrever palavras de ordem anti-integração ou colocar cartazes e folhetos em lugares públicos.¹²³

Entre 1989 e 1999, o movimento pela independência organizou, pelo menos, 60 manifestações em Timor-Leste e na Indonésia.^{xxxiii} Algumas dessas manifestações foram espontâneas. Belchior Francisco Bento Alves Pereira afirmou à Comissão:

No dia 17 de Março de 1990 houve um incidente perto da Escola de S. Paulo, em Díli. Nós não sabíamos o que tinha acontecido, mas quando chegámos à escola de manhã, a bandeira e a corda (do mastro) tinham sido roubadas por alguém. Havia palavras de ordem nas paredes da escola. Escritos que diziam que a integração não prestava. Não demos atenção às palavras de ordem e continuámos a estudar. Mais tarde apareceram muitos Intel [pessoas associadas à rede formal ou informal dos serviços de informação indonésios] à volta da nossa escola, e então reagimos. Saímos da escola e começámos a atirar-lhes [objectos]. Fui o primeiro a atirar. Na altura tinha 13 ou 14 anos.^{xxxiv}

^{xxxiii} “Como estas acções se realizavam bastante abertamente, a estratégia poderá ser considerada ‘semi-clandestina’, apesar de estas acções serem planeadas por grupos clandestinos, Vitorino dos Reis, entrevista a Gregório Saldanha, Revista *Talitakum*, vol. 38, 25 de Março a 1 de Abril de 2002, pp. 24-25.

^{xxxiv} Belchior Francisco Bento Alves Pereira, depoimento perante a Audiência Pública da Nacional CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004. Ver Subcapítulo 7.6 Julgamentos Políticos. Num outro incidente, iniciou-se uma manifestação espontânea em consequência dos comentários de um funcionário indonésio numa escola preparatória (SMPN 4), no dia 17 de Março de 1999. Carolino Soares, que na altura tinha 15 anos de idade, recorda-se que o funcionário disse que “se nem sequer sabíamos fabricar um fósforo, Timor-Leste não podia ser independente”. Os sentimentos exaltaram-se e levaram os alunos a reagir e a organizar uma manifestação no pátio da Escola Preparatória

No entanto, a maioria das manifestações era cuidadosamente planeada, de modo a coincidirem com as visitas internacionais. Os activistas juvenis estavam habitualmente envolvidos no planeamento e organização destas acções^{xxxv} mas, em muitos casos, estes jovens eram orientados por líderes da Resistência que enviavam as suas instruções através das redes clandestinas. Mateus dos Santos, por exemplo, esteve envolvido nas actividades da célula clandestina Aleixo Cobra no início da década de 1990, e recebia informação e instruções através da rede sempre que era planeada uma manifestação.^{xxxvi}

A maior manifestação realizada durante a ocupação teve lugar no dia 12 de Novembro de 1991. A manifestação foi originalmente planeada de modo a coincidir com a visita de uma delegação parlamentar portuguesa prevista para o início de Novembro, mas foi cancelada à última da hora. Na noite do dia 28 de Outubro, um grupo de rufiões, aparentemente apoiados por elementos das *ABRI*, invadiram a Igreja de Motael e mataram Sebastião Gomes, um activista pró-independência de 18 anos de idade. Foi então programada uma manifestação, a ter lugar após a missa que seria realizada no dia 12 de Novembro, 15 dias após a data do funeral de Sebastião, dia em que o Relator Especial da ONU sobre a Tortura, Peter Kooijmans, visitava Díli.

João da Silva, na altura dirigente juvenil em Becora, Díli, recorda-se que “toda a informação relativa aos vários aspectos da preparação passava sempre pelas redes clandestinas.”¹²⁴ Constâncio Pinto, da Comissão Executiva da Frente Clandestina, recorda-se que Xanana Gusmão concordou com a manifestação, mas tornava-se claro que os jovens dirigentes clandestinos estavam dispostos a organizar as suas próprias acções caso não houvesse decisão superior.

Em última instância, muitas crianças pagaram caro pelo seu envolvimento no que ficou conhecido como o Massacre de 12 de Novembro ou de Santa Cruz. Da lista de 271 pessoas mortas no cemitério de Santa Cruz, 42 tinham idade inferior a 17 anos, contando-se, entre elas, algumas crianças de 10 anos de idade.¹²⁵ Conforme explicado adiante, depois do massacre de Santa Cruz, os estudantes passaram a ser o alvo preferencial das forças de segurança e o Externato de São José foi encerrado no ano seguinte. Para além de ter dado maior visibilidade internacional a Timor-Leste, o massacre de 12 de Novembro fomentou um sentimento nacionalista ainda mais profundo entre os jovens que tinham visto os amigos, colegas e irmãos assassinados durante e após o massacre.^{xxxvii}

A importância do papel desempenhado por estudantes e jovens nas manifestações pode ser eventualmente explicada pelo facto de se preocuparem menos com possíveis detenções e de estarem dispostos a correr outros riscos pessoais pela causa. No entanto, como é demonstrado pelo caso de Santa Cruz, o seu envolvimento resultou frequentemente em elevados custos pessoais, desde a expulsão da escola à detenção, à tortura e até à morte. É evidente que o aparelho de segurança considerava as manifestações como uma ameaça e os participantes como alvos apropriados. Um estudante, que na altura tinha 15 anos de idade, recorda:

nº 4. Passados alguns instantes, chegou ao local do incidente uma unidade da *Brimob*. Quando a *Brimob* chegou, os estudantes começaram a atirar-lhes objectos. A minha prima, Ana Maria Soares, foi morta a tiro pela Polícia, na estrada perto da SMPN 4 Díli. HRVD, Testemunho nº 00195-1.

^{xxxv} Por exemplo, a organização dos escuteiros católicos desempenhou um papel central na manifestação realizada em Outubro de 1989 em Tacitolu, Díli, no decurso da visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, que foi a primeira grande manifestação pública desde a invasão. Constâncio Pinto e Matthew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, (South End Press, 1997), pp. 108-109.

^{xxxvi} Entrevista da CAVR a Mateus dos Santos, Suai, 31 de Outubro de 2003; ver também a caixa de texto sobre Naldo Gil da Costa na secção Detenção arbitrária, assassinatos e violência sexual perpetradas contra as crianças. Em Agosto de 1992, Xanana pediu-lhe para organizar uma manifestação em Díli, de modo a coincidir com a reunião do Movimento dos Não Alinhados em Jacarta, prevista para Setembro de 1992.

^{xxxvii} Entrevista da CAVR a João Sarmento, Díli, 5 de Junho de 2004. João Sarmento, que na altura tinha 16 anos de idade e estava a 50 metros do cemitério quando começou o tiroteio, ajudou posteriormente a fundar o Conselho de Solidariedade Estudantil de Timor Leste (*Dewan Solidaritas Mahasiswa, Pelajar dan Pemuda Timor*), que desempenhou um importante papel na fase que antecedeu a Consulta Popular em Agosto de 1999.

*Particpei numa manifestação, pela primeira vez, durante a visita do embaixador americano...a Díli, mais especificamente, no Hotel Turismo, em 1990. Depois da manifestação fomos perseguidos pelas forças de segurança [indonésias]. Corri para a praia, onde vários manifestantes foram espancados e presos...Eu trazia vestido o uniforme da SMP [escola preparatória], pelo que fingi que estava na praia, tirei os sapatos e brinquei na água, até me ter certificado de que a situação já era segura.*¹²⁶

Alexandrino da Costa, que tinha 14 anos de idade em 1991, foi gravemente ferido na manifestação de Santa Cruz mas participou numa outra manifestação, em 1995. Foi preso pela Polícia e pelos militares que o ameaçaram: “Não tens medo de morrer? Ainda estás a participar em manifestações?”¹²⁷ Segundo Xanana Gusmão:

*A Juventude apareceu, então, aos olhos do ocupante, como o segmento mais perigoso da sociedade.*¹²⁸

Nas secções seguintes serão analisadas em maior detalhe as violações cometidas contra as crianças envolvidas nas actividades da Resistência.

Crianças nas Falintil

Jovens de 17 anos, ou idade inferior, aderiram às Falintil e às suas milícias desde o período que antecedeu a invasão e até poucos dias antes da Consulta Popular de Agosto de 1999. Antes da invasão indonésia, crianças com apenas 14 anos de idade foram recrutadas para grupos de milícias e algumas delas vieram mais tarde a integrar as forças regulares das Falintil. Segundo relatos recebidos, em 1976, crianças com apenas 13 anos aderiam às Falintil, mas a maioria das crianças que aderiam tinham entre 15 a 18 anos. Este facto não desrespeita o Protocolo I Adicional à Convenção de Genebra, datado de 1977^{xxxviii}, que estipula uma idade mínima de 15 anos. Um estudo da UNICEF, datado de 2000, verificou que a maioria, mas não todas, das crianças-soldado tinham idades entre os 15 e os 18 anos.¹²⁹ Segundo várias antigas crianças-soldado explicaram que foram inicialmente incumbidas de trabalhos menos perigosos, passando uns anos mais tarde a participar em operações militares. A maioria das crianças-soldado declara ter sido bem tratada.^{xxxix}

Encontravam-se crianças entre os soldados que se renderam, foram capturados ou mortos nos finais da década de 1970, mas também houve outras crianças recrutadas pelas Falintil que continuaram a lutar até à retirada da Indonésia. Nos finais da década de 1970, à medida que diminuía a força militar das Falintil, tanto em número de efectivos como em quantidade de

^{xxxviii} O Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, de 1977, estipula que: “As Partes no conflito tomarão todas as medidas possíveis na prática para que as crianças de menos de 15 anos não participem directamente nas hostilidades, abstendo-se nomeadamente de os recrutar para as suas forças armadas.”(Protocolo I, artº 77º). Um Protocolo Opcional da Convenção dos Direitos da Criança, que entrou em vigor em 2002, aumenta a idade mínima dos 15 para os 18 anos, no caso de soldados que participem directamente nas hostilidades.

^{xxxix} As crianças que participaram no estudo da UNICEF, maioritariamente pertencentes às Falintil, disseram que foram melhor tratadas pelas Falintil do que pelas suas próprias famílias. Uma criança afirmou: “Os comandantes trataram-nos muito bem. Ajudaram-nos quando tínhamos de combater e trataram-nos melhor do que os nossos próprios pais”, p. 27. Mas também houve relatos de detenção daqueles que se queriam render ou que não cumpriam as regras estabelecidas, ver Testemunhos HRVD nºs 02160-01 e 04846-01. Em 1977, um recruta com 16 anos de idade tencionava render-se, mas um comandante das Falintil [C10] ordenou a sua prisão. Foi amarrado e detido durante sete dias em Gua Batu, HRVD, Testemunho nº 02160-01. O Testemunho nº 04846-01 da HRVD descreve como um soldado com 16 anos de idade, foi detido em Bemalae (Manufahi) em 1977, por um comandante da Fretilin, sob a acusação de pertencer aos serviços de informação das *ABRI*. Esteve detido durante uma semana sob apertada vigilância, numa casa vazia e sem tecto.

armamento, é possível que o número de crianças-soldado também tenha diminuído. No entanto, durante a década de 1990, ainda havia adolescentes que aderiam ocasionalmente às Falintil, inclusive membros do movimento clandestino que fugiam das vilas e das aldeias depois de se tornarem alvos.

Para além da exposição a perigos inerentes aos combates, muitos destes jovens passaram por uma série de dificuldades após o termo do seu serviço. Tal como os membros adultos das Falintil, foram vítimas de violações dos direitos humanos após a sua rendição ou captura. Os que foram desmobilizados, depois de terem servido durante muito tempo nas Falintil, enfrentavam problemas de adaptação à vida civil.

Recrutamento

1975/1979

Mesmo antes do conflito partidário, os jovens, embora não necessariamente crianças, já estavam envolvidos com a Fretilin, através da Organização Popular de Segurança, OPS,^{XL} que funcionava ao nível de aldeia. Depois da derrota da UDT, a Fretilin criou milícias que, particularmente no período imediatamente anterior à invasão, incluíam rapazes de idade inferior a 18 anos e até alguns de idade inferior a 15 anos.

Em resposta à infiltração das *ABRI* e dos Partidários na fronteira a partir de Agosto de 1975, as Falintil começaram a organizar milícias, sob instruções do Comité Central da Fretilin.^{XLI} O recrutamento nestas milícias era geralmente voluntário, mas as crianças recrutadas nem sempre foram devidamente informadas dos riscos que corriam. Um participante recorda que todas as pessoas com mais de 14 anos foram convidadas a aderir. Jaime Ribeiro tinha, na altura, 17 anos. Disse à Comissão que fugiu com a sua família de Bazartete (Liquiça) para Tibar (Liquiça) e que foi recrutado para as milícias das Falintil, juntamente com outros jovens:

A secção de segurança [Falintil] convocou-nos para recebermos armas. Mas eu não sabia o que estava a acontecer...[Disseram-nos] “Agora o nosso país está seguro e somos livres.” Toda a gente dos 14/15 anos até aos 18, que fosse considerada apta, podia participar nos treinos para a protecção da segurança nacional, porque já éramos livres.

Nessa altura, éramos milícias e não soldados! O recrutamento nem sequer tinha terminado. No dia 7 de Dezembro houve a invasão indonésia. Não sabíamos — o que é que devíamos fazer? Mesmo os soldados disparavam uma vez e fugiam e escondiam-se, porque não sabiam o que fazer. Foi um problema! A polícia militar, e, especialmente, as milícias fugiram e abandonaram as armas.

^{XL} A OPS era um grupo de segurança ao nível comunitário, criado pela Fretilin antes da invasão aquando do início das infiltrações, com o objectivo de proteger a comunidade.

^{XLI} Na época de Nicolau dos Reis Lobato e do seu adjunto, a Fretilin já dispunha de uma força armada (Falintil) e de linhas de comando claramente definidas, o que foi reforçado pelas milícias criadas pelo Comité Central da Fretilin. Nessa altura, as milícias foram formadas por Camacho e abrangiam todo o território de Timor-Leste, tornando-se numa das forças em defesa da independência”, Entrevista da CAVR a Eli Foho Rai Boot (Cornélio Gama, L-7), Laga, Baucau, 9 de Abril de 2003; ver também Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia; ver ainda James Dunn, *A People Betrayed*, ABC Books, Sydney, 1996, p. 128, que apresenta jovens a serem treinados com armas, na região ocidental [nos distritos a Oeste], em Outubro de 1975.

Antes, pensava que lutar era uma coisa boa. Mas agora enfrentávamos uma guerra! Se eu soubesse, de certeza que não teria querido receber uma arma e poderia ter-me salvo, a mim e à minha família.^{XLII}

Depois da invasão, e tal como sucedeu com os outros membros das milícias, Jaime Ribeiro passou a integrar as Falintil. L-7 explicou:

*Após um processo de selecção, alguns dos membros das milícias passaram a integrar as Falintil.*¹³⁰

Faustino Cardoso Gomes é outro exemplo de membro das milícias que veio a integrar posteriormente as Falintil. Disse à Comissão que aderiu às milícias na altura do movimento armado da UDT, a 11 de Agosto de 1975, quando tinha 15 anos de idade. Começou por trabalhar como dactilógrafo, registando a distribuição dos uniformes numa base em Taibessi (Díli). Aquando da invasão indonésia, foi para o mato e serviu como soldado das Falintil, até ser capturado, passados quatro anos.¹³¹

Depois da invasão, a Fretilin também recrutou para as milícias novos membros inexperientes, incluindo crianças e jovens.^{XLIII} As informações recolhidas pela Comissão indicam que, em geral, os novos recrutas tinham mais de 15 anos de idade. Manuel Alves Pereira Moreira recorda-se de recrutar indivíduos que tinham mais de 15 anos quando era comandante adjunto em 1976. Explicou que o recrutamento foi efectuado de acordo com as instruções dos dirigentes das Falintil, incluindo Hermenegildo Alves, vice-ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior, e que o processo era voluntário.¹³²

Por exemplo, no dia 14 de Junho de 1976 foram recrutados jovens em Cailalui (Laleia, Manatuto). Segundo uma das pessoas recrutadas aos 17 anos de idade, este recrutamento foi realizado sob ordens directas do então comandante da Região, Tomás Anucaí, por intermédio do chefe de suco de Busa Kuak (Laleia, Manatuto). Foram recrutados cerca de 20 jovens, com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos.¹³³ Manuel dos Reis, que na altura tinha 15 anos, recorda:

*Em 1975, fugi para a floresta, até chegar a uma localidade chamada Fatului. Recebi uma arma, uma Mauser, para combater na guerra.*¹³⁴

No entanto, a Comissão recebeu um certo número de relatos em primeira mão de indivíduos que foram recrutados pelas Falintil para servirem como soldados e que, nessa altura, ainda não tinham 15 anos. Estes indivíduos também se recordam da existência de outras crianças da sua idade. Félix do Rosário tinha 13 anos quando foi recrutado em Alas (Manufahi). Disse à Comissão que muitos dos evacuados para o mato com as Falintil, entre 1976 e 1977, foram recrutados para participarem na luta. Todas as pessoas que conseguissem pegar numa arma foram recrutadas, sem considerar a sua idade, e muitas crianças estavam desejosas de aderir; nessa altura, muitas crianças de 13 e 14 anos de idade tornaram-se soldados das Falintil.¹³⁵

^{XLII} Jaime Ribeiro tornou-se conhecido como Samba Sembilan e manteve-se como guerrilheiro das Falintil durante 26 anos, até à formação da FDTL, no dia 1 de Fevereiro de 2001. “Samba” significa peixe e recebeu este nome porque os seus movimentos eram escorregadios, como um peixe. Recebeu também o nome de “Sembilan” (nove) por ter ferido, ou morto, nove adversários com a sua pistola, numa única operação militar; Jaime Ribeiro, história oral, Arquivos do Projecto de História Oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD nº 9.

^{XLIII} O Testemunho nº 06942 da HRVD descreve um jovem de 16 anos de idade que se tornou soldado depois de fugir à invasão: “Fugi para a floresta na zona de Laclubar porque tinha medo de enfrentar as forças indonésias. Em Laclubar, recebi uma arma dum comandante da Fretilin, para aderir à luta pela defesa da nossa terra, contra as ABR”.¹³⁵

Constâncio Pinto afirma que aderiu às Falintil em 1977, quando tinha 13 anos de idade, com o consentimento dos pais. A maioria dos elementos da sua unidade tinha entre 15 e 18 anos e ele conhecia outras crianças com apenas 12 anos que se juntaram aos irmãos e aos pais na linha da frente. Esporadicamente, as raparigas levavam comida aos guerrilheiros, mas raramente estavam na linha da frente. Constâncio descreve a sua experiência:

*Não foi para provar que já não era um miúdo que eu aderi; nessa época, já me sentia um homem. A guerra transforma rapidamente os jovens em adultos.*¹³⁶

Alguns dos recrutas mais novos ficaram incumbidos dos trabalhos menos perigosos, embora as circunstâncias implicassem que nunca fossem completamente excluídos do combate. Evaristo de Araújo, na altura cerca de 8 anos, conta que ao descer do Monte Kablaki (Manufahi) com a família para procurar comida foi atingido a tiro numa perna por um membro do Batalhão de Infantaria Aerotransportado (*Lintas Udara, Linud*) 100. Foi salvo por um membro das Falintil, que cuidou dele durante um ano:

*À tarde, António de Araújo e Ernesto apareceram e levaram-me medicamentos...Passado um ano, a minha perna estava curada. Continuámos a lutar em Kablaki e, em 1977, o exército iniciou as operações no Monte Kablaki. Então, até eu agarrei numa arma e fiquei de vigia no posto de segurança.*¹³⁷

Em 1979, com 16 anos, Evaristo foi atingido de novo e capturado.

Os estudos de casos apresentados pela UNICEF sobre a década de 1980, apresentam um padrão semelhante: aos soldados mais novos eram confiados os trabalhos menos perigosos, mas, ocasionalmente, participavam em operações ofensivas e defensivas.

Os mais capazes foram rapidamente promovidos, independentemente da idade. Aos 17 anos, Gabriel Ximenes era professor de alfabetização e ingressou nas Falintil após a invasão:

Tinha apenas 17 anos quando o inimigo entrou na região de Ermera e eu e a minha família fomos evacuados para a floresta na área de Fatubesi. Depois de Fatubesi, em 1976, comecei a deixar a minha família e a participar nas forças da Fretilin — com uma arma na mão, para combater o inimigo ABRI em Fatubesi. Pouco depois, a liderança da Fretilin apercebeu-se das minhas capacidades nas áreas da educação e militar, e promoveram-me a comandante de sector, com a incumbência de vigiar a zona da fronteira Norte, juntamente com 100 combatentes e a força de 100 armas, isto entre 1976 e 1978.^{XLIV}

Se bem que a maioria das crianças guerrilheiras afirmem ter participado voluntariamente, uma testemunha relata ter sido recrutado à força em 1976, quando tinha 17 anos:

^{XLIV} Entrevista da CAVR a Gabriel Ximenes, Ermera, 13 de Agosto de 2003. Em 1979, rendeu-se com um grande grupo ao Batalhão 611, após um conflito no interior da Fretilin e passaram vários meses à fome em Fatubesi e Ermera. Depois de lhe ser autorizado regressar a casa por um breve período de tempo, voltou a ser detido por membros das ABRI e da *Hansip*. Ele e um grupo de 100 homens de Ermera, Sakoko e Ponilala foram levados para o local da futura vila de Gleno, onde desbravaram o terreno durante quatro anos.

Em 1975, quando soubemos da entrada das forças indonésias em Timor-Leste e fugimos para o mato, um amigo nosso da mesma idade — que já era um comandante — obrigou-me a aderir à Fretilin, para desempenhar funções de vigia nocturno. Eles mandaram outros [membros] da Fretilin prender-me para aderir à Fretilin. Depois, levaram-me para o acampamento militar, onde recebi uma arma e tornei-me membro. Nessa altura ainda não sabia segurar numa arma e durante a vigia premi [o gatilho] e a arma disparou. Eles apanharam-me e depois puniram-me, amarrando-me até as 4 da madrugada do dia seguinte, altura em que me libertaram. As pessoas que me prenderam pertenciam ao comando militar da Fretilin. Apanharam-me em Nakroman [Lacluta, Viqueque]. Tiraram-me a arma e deram-na a outra pessoa e depois mandaram-me procurar comida.^{XLV}

A reorganização que teve lugar após a reunião do Comité Central da Fretilin (CCF) em Soibada (Manatuto), em Abril e Maio de 1976, tomou a decisão de formar três forças principais: Forças de Sector, Forças de Autodefesa, (FAD) e as Armas Brancas, ou forças não armadas. A Comissão não recebeu qualquer informação sobre a inclusão de crianças neste conceito de “defesa popular”, implementado pela Fretilin a partir do nível de zona até ao nível de aldeia. Segundo Virgílio Guterres, um antigo activista, as Armas Brancas deveriam englobar todos os indivíduos com mais de 17 anos, homens ou mulheres, no âmbito do conceito da “guerra do povo”.^{XLVI}

1980/1989

*Quando aderi às Falintil [em 1983] havia muitas pessoas de idade inferior a 18 anos, mas muitas foram mortas e agora restamos poucos.*¹³⁸

Nos primeiros anos da década de 1980, as Falintil continuaram a recrutar soldados com idade inferior a 18 anos. O estudo da UNICEF apresenta o caso de Bersama que, com 12 anos de idade, foi levado pelas Falintil depois do seu pai, um dirigente clandestino, ter sido morto na floresta pelo Exército indonésio. O comandante Ular disse: “Não tínhamos opção. Não podíamos abandonar o Bersama quando retirámos”.¹³⁹ Inicialmente Bersama foi encarregue de escrever as listas e inventários e, depois, cartas e histórias da guerra. Passados dois anos, também começou a participar nas operações de combate:

^{XLV} HRVD, Testemunho nº 04845. Um Perfil Comunitário do suco Clalok, Welaluhu, Manufahi, de 10 de Fevereiro de 2004, relata que, em 1981, “as crianças foram detidas pelas Falintil para servirem como guardas, mas nunca mais voltaram”.

^{XLVI} Entrevista da CAVR a Virgílio Guterres Silva, Dili 25 de Maio de 2004: “Todas as pessoas com mais de 17 anos, sem qualquer consideração relativamente a género ou outra condição, serviam como guardas no turno da noite. O serviço era atribuído a indivíduos e não a famílias. Entre aqueles que tinham de fazer o turno da noite constavam o secretário de Zona e o seu adjunto, pessoas com a posição mais elevada no Governo e na estrutura partidária. Todas as noites, a guarda era rendida duas vezes”.

Inicialmente, quando aderimos às Falintil não andávamos armados...A nossa tarefa era escondermo-nos e não lutar. Eu ingressei oficialmente nas Falintil em 1987, mas antes já tinha andado armado. Todos aqueles que sabiam utilizar armas podiam recebê-las das Falintil e ingressar. A primeira vez que segurei numa arma tinha 14 anos de idade. Na altura, o meu pai estava doente, pelo que tomei o seu lugar. A minha primeira arma foi uma FBP [uma pequena espingarda]. Os outros soldados tentaram tirar-me a arma, mas eu não a entreguei e disse-lhes que gostava realmente da espingarda!

Quando tinha de lutar, não seguia na linha da frente porque apesar de gostar de andar armado tinha medo, pelo que ficava na retaguarda e apoiava-os gritando e berrando...Tinham pedido aos jovens que se escondessem sempre que o grupo se envolvia em combate — mas quando o inimigo se tornou mais forte do que nós, cada um tinha que se salvar a si próprio.¹⁴⁰

Há indicações de que, na década de 1980, quando tanto os recursos humanos como o equipamento escasseavam, as Falintil recusavam crianças que quisessem aderir. Segundo o Comandante Ular, havia três razões para as Falintil já não quererem tantos jovens nas suas forças em meados da década de 1980:

1. A estratégia de guerrilha que estava a ser seguida necessitava de pequenos grupos para ser eficaz;
2. Os jovens urbanos eram raramente suficientemente fortes para aguentarem as condições difíceis da vida nas montanhas; e
3. Era mais importante para o futuro de um Timor-Leste independente que as crianças continuassem a frequentar a escola.¹⁴¹

Como exemplo Naldo Gil da Costa contou à Comissão que depois do Batalhão de Infantaria 503 ter morto o seu pai, José da Costa, no dia 3 de Março de 1985, ele tentou ingressar nas Falintil, em vão:

Quando fui para a floresta encontrei-me com o adjunto das Falintil, Larimau. Pedi ao Larimau para ficar com ele, mas ele disse que eu era demasiado novo e precisava de frequentar a escola para poder lutar pela Resistência. Mas eu continuei a defender o princípio de que tinha de trabalhar com as Falintil pela independência de Timor-Leste.¹⁴²

1990/1999

Durante a década de 1990, verificou-se uma oposição crescente à administração indonésia através de manifestações públicas, muitas vezes organizadas e participadas por jovens e grupos estudantis timorenses. A resposta dos militares indonésios levou à fuga de muitos jovens para o mato. Alguns tornaram-se soldados, enquanto outros permaneceram simplesmente com as Falintil, até sentirem que era seguro regressar.¹⁴³ Júlio José Exposto Gago estava a frequentar o último ano do ensino secundário em Hatulia, Ermera, quando participou na manifestação de

Santa Cruz (Díli). Quando regressou a Hatulia, foi preso e interrogado sobre as razões da sua ausência. Fugiu então para o mato. Júlio José calcula que, em consequência da repressão pós-Santa Cruz, cerca de 70 pessoas tenham aderido às Falintil; à excepção de um, todos eram jovens, embora não se saiba quantos tinham menos de 18 anos.¹⁴⁴

O relatório da UNICEF sobre as crianças timorenses no conflito armado refere que, no dia 20 de Agosto de 1999, Mausina, de 17 anos de idade, foi aceite como soldado — o último recruta na Região II antes da Consulta Popular. Foi um dos muitos jovens que fugiram para as áreas das Falintil quando a violência rebentou em 1999. Ele explica que:

*Antes de aderir ao movimento clandestino, não pensava tornar-me soldado das Falintil mas, depois de trabalhar algum tempo para os grupos clandestinos, decidi que queria ingressar nas Falintil. Já tinha contacto com as Falintil antes de ir ter com elas. Na altura, tinha ouvido dizer que as Falintil precisavam de jovens para trabalhar com elas o que era mais uma boa razão para aderir.*¹⁴⁵

Treino

A quantidade e o tipo de treino fornecido às crianças-soldado pela Resistência variava muito. Algumas antigas crianças-soldado relatam terem sido treinadas pelas milícias e pelas Falintil. Joaquim Simião disse que, depois de ter sido recrutado em 1976, se encontrou com o comandante regional e recebeu treino e uma arma. Recebeu treino de combate sobre como utilizar uma arma, como correr e como esconder-se. Depois, foi imediatamente enviado para lutar em Manatuto. Joaquim explicou que as Falintil estavam a recrutar jovens para substituir os membros das Falintil que já eram considerados demasiado velhos.¹⁴⁶

No entanto, há outros afirmam que o seu único treino foi a experiência. Várias crianças-soldado entrevistadas para o estudo da UNICEF sublinham ter tido pouco treino antes da sua primeira experiência de combate:

*Não tinha tido nenhuma preparação militar. Quando atirei pela primeira vez contra o inimigo, foi quando o meu treino começou...Inicialmente, quando fui para a floresta, estava sempre com medo, mas passado um ano já não sentia medo, pois pensava que, mesmo que tivéssemos medo, não havia nenhum outro lugar para onde pudéssemos ir. Esta é a nossa terra.*¹⁴⁷

*Não recebi qualquer treino militar — o único treino que tive foi sobre como limpar as armas, desmontá-las e voltar a montá-las. A única coisa que as Falintil me ensinaram sobre o combate foi “se vires [o] inimigo, atira sobre ele. Se não atirares, serás morto”.*¹⁴⁸

Os comandantes também ensinavam às crianças noções de política e de direitos humanos, incluindo a protecção de civis. Félix do Rosário contou à Comissão que quando foi recrutado pelo comandante Manuel Adão, em Labok (Alas, Manufahi) em 1977, com 13 anos de idade, recebeu instrução política de um membro do Comité Central da Fretilin. Foi-lhe proporcionada a oportunidade de frequentar a escola, para aprender a ler e escrever.¹⁴⁹

Riscos decorrentes da adesão às Falintil

Tal como os restantes membros das Falintil, as crianças eram combatentes e, consequentemente, alvos militares legítimos. Enfrentavam não apenas o risco de ferimentos

graves mas também, especialmente nos primeiros anos, o risco de morte. As suas condições de vida eram extremas e em nada diferiam das condições dos adultos com quem estavam. Um testemunho registado pela Comissão descreve a morte accidental a tiro de um soldado pelos próprios camaradas na altura da invasão.¹⁵⁰ Cisto Fernandes (Hélio Espírito Santo), foi recrutado pelo quartel-general das Falintil em Bikar Lari, no subdistrito de Uatu-Lari (Viqueque, Zona 17 de Agosto) quando tinha 15 anos de idade e participou nas operações militares a partir de 1975. Disse à Comissão que não foi obrigado a participar, mas que estava interessado na agenda política da Fretilin. Em 1978, foi gravemente ferido no braço direito quando uma granada explodiu prematuramente. Foi evacuado pelas Falintil e tratado em Osoleru (Quelicai, Baucau).¹⁵¹

Os riscos incorridos após a captura pelo Exército indonésio eram consideráveis. Estes riscos incluíam a execução, prisão, sujeição a abuso físico e mental, tortura e recrutamento obrigatório como *TBO*.^{XLVII}

A rendição também acarretava os seus próprios riscos. Num caso, Marito dos Reis contou que, no dia 1 de Novembro de 1978, rendeu-se em Hauba (Bobonaro, Bobonaro), depois de ser detido pela Fretilin durante sete dias, sob suspeita de planejar a rendição. Foi posteriormente preso pelas *ABRI*, interrogado e espancado, antes de o levarem para o *Koramil* em Bobonaro onde ficou detido durante mais três meses. Após a sua libertação, tornou-se *TBO* e participou nas operações em Hedalau (Cailaco, Bobonaro). Durante a operação, ele e vários outros timorenses ao serviço dos militares indonésios, foi atingido a tiro pelas Falintil, tendo ficado gravemente ferido.^{XLVIII}

Félix do Rosário descreveu o modo como, após a destruição das bases da Resistência, o CCF e os principais comandantes das Falintil deram ordens aos membros das Falintil e da Fretilin, e à comunidade que ainda permanecia na floresta, para que tomassem todas as medidas necessárias para se salvarem, incluindo a rendição. No dia 13 de Setembro de 1979, ele e outros guerrilheiros renderam-se à *Hansip* e, subsequentemente, foram presos. Ele foi castigado por pertencer às Falintil, sendo obrigado a limpar as ruas de Same e a trabalhar na construção da estrada Ainaro-Alas; também foi colocado dentro dum depósito com água suja e cobras. O seu castigo durou um ano, até que o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) intercedeu em seu favor.¹⁵²

Desmobilização e transformação em FDTL

Não se sabe quantos, de entre os cerca de 750 soldados das Falintil acantonados em Aileu em Novembro de 1999, tinham menos de 18 anos. Em 2001, as Falintil foram desmobilizadas e foi criada a Força de Defesa de Timor-Leste, FDTL, sendo 18 anos a idade mínima de recrutamento. Uma antiga criança-soldado disse à UNICEF que

*é bom que se tenha mais de 18 anos para poder ingressar no exército, porque os novos recrutas com idade inferior a 18 anos não passam de miúdos e não conseguem tomar correctamente as suas próprias decisões.*¹⁵³

Tal como no caso do movimento clandestino, muitos membros não cumpriram a sua escolaridade devido ao tempo passado no mato. Na sua Mensagem de 20 de Maio de 1986 aos Jovens de Timor-Leste, Xanana Gusmão refere-se aos guerrilheiros “muitos dos quais têm a

^{XLVII} Por exemplo, existe o caso anterior de Faustino Cardoso Gomes, que passou a ser *TBO* depois de ter sido capturado quando lutava ao lado das Falintil, Entrevista da CAVR a Faustino Cardoso Gomes, Díli, (sem data).

^{XLVIII} HRVD, Testemunho nº 02160-01. O Testemunho nº 03758 da HRVD inclui um incidente em que o depoente, António Maria e um elemento das Falintil com 15 anos de idade, João, foram capturados em Novembro de 1979, em Haefu-Madabenu (Aileu) e amarrados, espancados, queimados com pontas de cigarros e levados para serem mortos. Quando chegaram a meio do caminho, os depoentes tentaram fugir, mas foram capturados de novo pelas *ABRI*, juntamente com alguns civis.

vossa idade e não puderam passar pelos bancos da escola".¹⁵⁴ Em consequência, não dispõem hoje das habilitações ou da formação necessárias para arranjar trabalho no recentemente independente Timor-Leste. Alguns também podem ter sequelas dos ferimentos sofridos no tempo que passaram no mato, que limitam a sua capacidade de trabalho. A história de Annas Nasution é disso exemplo. Annas era uma criança quando foi membro do movimento clandestino e a partir de 1995, membro das Falintil. Embora se tenha candidatado à FDTL, não foi seleccionado. Agora diz:

*Decidi viver em Timor-Leste para sempre. Mas ainda tenho dúvidas, porque ainda não tenho um sítio para viver, apesar de já ter uma família. Agora não posso fazer trabalhos pesados, porque estou muitas vezes doente com a cólera. Numa situação destas, por vezes choro só de pensar nela — por vezes, até ficar exausto...É tudo tão difícil. Tenho procurado emprego por todo lado, até mesmo como segurança, mas os resultados são nulos.*¹⁵⁵

7.8.3 Detenção arbitrária, assassinatos e violência sexual perpetrados contra crianças

Detenção arbitrária e tortura

Introdução

Todas as partes envolvidas nos conflitos políticos em Timor-Leste detiveram crianças no decurso do período abrangido pelo mandato da Comissão.

As normas relativas à prisão e detenção arbitrárias ou ilegais e à tortura são analisadas em maior detalhe no Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos. Estas normas também se aplicam às crianças. No entanto, como já foi referido em relação às crianças, as partes envolvidas estavam vinculadas a garantir protecção adicional às crianças, quer pela legislação internacional quer, no caso da Indonésia, pela legislação nacional. As componentes desta protecção adicional eram de carácter geral, requerendo, por exemplo, que as crianças fossem tratadas com humanidade em qualquer situação e que os seus direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal, fossem respeitados. Em relação à detenção, prisão e tortura, as obrigações das partes em relação às crianças eram idênticas às referentes a adultos. No entanto, ao ratificar a Convenção dos Direitos da Criança, a 5 de Setembro de 1990, a Indonésia assumiu obrigações adicionais no que toca à prisão de crianças.

Assim, ao privar uma criança de liberdade, a Indonésia tinha a obrigação de considerar primordialmente os interesses superiores da criança (artigo 3º, nº 1). Ao abrigo do artigo 37º, alínea b) da Convenção, a Indonésia estava obrigada a assegurar que nenhuma criança fosse privada da sua liberdade de uma forma ilegal ou arbitrária. A captura, detenção ou encarceramento de uma criança deveriam processar-se em conformidade com a lei, e apenas como medida de último recurso e com a duração mais breve possível. Qualquer criança privada de liberdade devia ser tratada com humanidade e com o respeito devidos à dignidade da pessoa humana e de forma consentânea com as necessidades específicas das pessoas da sua idade. De uma forma mais geral, nos termos do artigo 38º, nº 4, a Indonésia era obrigada a “tomar todas as medidas possíveis na prática para assegurar protecção e assistência às crianças afectadas por um conflito armado”. De acordo com o disposto no artigo 39º, a Indonésia era obrigada a colaborar na recuperação física e psicológica e na reinserção social das crianças vítimas de conflito, em vez de exacerbar a sua situação através de detenção, prisão e tortura.

Padrões na detenção de menores

Durante o conflito político interno, tanto a UDT como a Fretilin detiveram jovens apoiantes do lado oposto, bem como alguns menores que eram familiares desses apoiantes. Das detenções de menores relatadas à CAVR, 2,9% (42/1.426) foram atribuídas à UDT, enquanto 11,3% (161/1.426) foram atribuídas à Fretilin e às forças das Falintil. Estes dados incluem o período de 1975 a 1979, quando a Fretilin detinha o controlo do território e da população. Durante este período, a Fretilin deteve crianças, sozinhas ou com os familiares, por infracção das regras da Fretilin ou por suspeita de colaboração com as autoridades indonésias.

As autoridades indonésias foram responsáveis pela vasta maioria das detenções e prisão de menores que foram relatadas. Das detenções de menores relatadas à Comissão, 73% (1.043/1.426) foram atribuídas aos militares indonésios. Geralmente, os militares indonésios detinham as crianças por uma das seguintes razões: suspeita de que elas, ou as suas famílias, mantinham contacto com membros da Fretilin/Falintil ainda no mato; ou, com maior incidência nos últimos anos, como resultado do seu envolvimento em actividades clandestinas.

A Comissão recebeu muito poucos relatos de tortura de menores perpetrada pela UDT ou pela Fretilin, apesar do facto de terem sido impostas às crianças condições muito difíceis. No entanto, no decurso de todo o período da ocupação, as autoridades indonésias recorreram regularmente à tortura e maus-tratos ao lidar com as crianças.

Da análise quantitativa da Comissão às narrativas de detenção arbitrária, 45,1% (38.910/86.263) dos casos indicam a idade da vítima e existem 1.426 casos evidentes de detenção arbitrária de menores. A Figura <220400b.pdf> apresentada adiante, revela um grande número de detenções de crianças durante os últimos anos da década de 1970, verificando-se um valor máximo em 1981, tanto para rapazes como para raparigas.^{XLIX} Este valor máximo reflecte o aumento do número de testemunhos recolhidos sobre a detenção de famílias inteiras em Ataúro, iniciada nesse período.^L As violações relatadas diminuem para níveis mais baixos após 1981, com picos menores em 1986 e em 1991, antes de aumentarem novamente em 1997/1998 retomando os níveis da década de 1970 em 1999 (ver Gráfico: Detenções arbitrárias relatadas de crianças vítimas ao longo do tempo).

A maioria das detenções de menores ocorreu entre 1975 e 1983 e em 1999, como revela a Figura <g220400.pdf>. Os casos de tortura de menores concentram-se sobretudo em 1999, como revela a Figura <g220600.pdf>.

INSERT Figures <g220400b.pdf> and <g220600b.pdf> about here.

Dos relatos documentados pela Comissão, as crianças em idade de adolescência constituem o grupo de vítimas de detenção mais frequente. Segundo a figura adiante reproduzida, a faixa etária dos 20 aos 24 anos é claramente aquela que revela o maior número de vítimas de detenção, enquanto a faixa etária dos 15 aos 19 anos ocupa apenas o quinto lugar.

INSERT g31210000400: Actos de detenção relatados, por idade e sexo – 1974/1999

As crianças (idade de 17 anos ou inferior) constituem 5,2% (577/11.135) dos casos de tortura e 5,6% (1.426/25.383) das detenções arbitrárias e incidentes de rapto.^{LI} A maioria dos membros deste grupo etário tinha entre 12 e 17 anos (três quartos das vítimas de tortura e dois terços das detenções de menores estão incluídas nesta categoria etária). A idade média dos 1.426 casos relatados de crianças vítimas de detenção é de 12 anos, sendo a mediana de 14 anos.^{LII}

A grande maioria das vítimas de ambas as categorias era constituída por indivíduos do sexo masculino, pelo que a distribuição da idade das vítimas masculinas reflecte aproximadamente a distribuição global de todos os menores vítimas de tortura e de todos os menores detidos. Tal como no caso das mortes ilícitas, em ambas as categorias, as vítimas femininas são ligeiramente mais jovens do que as vítimas masculinas. As crianças constituem 12% (108/857) de todas as vítimas femininas de tortura e 11,6% (408/3.521) das vítimas femininas de detenção, de novo maioritariamente com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos. Nos casos de detenção de pessoas do sexo feminino, as meninas de 12 a 17 anos constituem o quarto maior grupo, a seguir aos três grupos que abrangem o leque de idades entre os 18 e os 35 anos.^{LIII}

^{XLIX} As detenções da população em geral atingiram o seu auge em 1982, na sequência do ataque a Mauchiga e verificou-se um pico menos acentuado em 1980, após a queda de Matebian.

^L O pico registado nos dados relativos ao ano de 1981 podem estar relacionados com a *Operasi Keamanan* ou deverem-se apenas a um enviesamento na recolha de dados.

^{LI} Existe falta de informação, ou informação incompleta, relativamente às idades em muitas das entradas na base de dados, pelo que não serão incluídas nesta análise.

^{LII} Estas estatísticas fundamentam-se na Base de Dados de Violações dos Direitos Humanos (HRVD) da CAVR.

^{LIII} Romesh Silva, *Sex-Age Distributions of Victims of Reported Human Rights Violations*, HRVD, CAVR, 21 de Maio de 2004. Estas distribuições de frequência apenas mostram a distribuição idade-sexo das vítimas, cujas idades foram comunicadas à CAVR através do processo de recolha de testemunhos. A idade indicada de cada vítima foi deduzida da idade real relatada ao membro da Comissão que recolheu o testemunho ou, se esta não foi introduzida/codificada na HRVD, a idade foi deduzida a partir da data de nascimento da vítima conjugada com a informação sobre a data da violação.

INSERT g31210000600: Número dos actos de tortura relatados, por idade e sexo – 1974/1999

A maior incidência de detenções arbitrárias de menores ocorreu em Díli, com 18% (257/1.426) do total, seguida de Bobonaro 14% (203/1.426), Lautém 13,3% (189/1.426) e Baucau 11,2% (160/1.426).

Detenção pelas autoridades indonésias

1975/1979

Nos primeiros anos após a invasão indonésia, as autoridades indonésias detinham crianças por razões variadas mas, em geral, eram detidas em conjunto com as respectivas famílias. Muitos dos casos de detenção de crianças relatadas à Comissão sobre este período estão relacionados com a concentração de civis recentemente capturados ou rendidos com o intuito de os isolar daqueles que ainda permaneciam no mato.

A grande maioria das pessoas, entre as quais crianças, que se renderam ou foram capturadas durante este período, foi detida em vários tipos de campos onde foram sujeitas a inúmeras restrições à liberdade de movimentos (descritas pormenorizadamente no Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome). No entanto, algumas pessoas, entre as quais também se contavam crianças, foram separadas de outras que se tinham rendido e colocadas em centros de detenção. Num destes casos, Pedro Alexandre Belo contou que, no dia 11 de Agosto de 1976, quando tinha 16 anos, foi capturado no mato pelas *ABRI*, juntamente com mais sete familiares seus. Ficaram todos detidos no antigo Hotel Flamboyen, em Baucau. Pedro foi torturado durante várias semanas e ficou detido durante mais seis meses.¹⁵⁶ Damião da Silveira, de Lupal (Lolotoe, Bobonaro), relatou à Comissão que foi preso aos 12 anos de idade, juntamente com um grande grupo de pessoas, no dia 7 de Maio de 1978, pelo Batalhão de Infantaria 131. Ficou detido durante sete meses no *Koramil* de Lolotoe (Bobonaro), onde foi forçado a trabalhar na construção de um edifício.¹⁵⁷ Egídio Corte-Real tinha 16 anos quando se rendeu em Letefoho (Same, Manufahi) no dia 25 de Agosto de 1979. Ficou detido durante 14 dias e espancado por um membro das *ABRI* e por três membros da *Hansip*.¹⁵⁸

Como já foi referido, também as crianças guerrilheiras foram detidas e torturadas quando se renderam. Por exemplo, José da Conceição Carvalho, um membro das Falintil de 15 anos de idade, rendeu-se em Díli em 1977. Foi detido durante 12 dias por dois membros dos serviços de informação das *ABRI*, C11 (indonésio) e C12 (timorense), porque não trazia a sua arma consigo. Só foi libertado quando revelou a sua localização.¹⁵⁹

Para além das crianças detidas no contexto de rendição ou captura, foram detidas outras crianças quando as respectivas famílias foram presas neste período. Sónia, uma criança de Quelicai (Baucau) com 1 ano de idade, foi detida com a mãe, Domingas Moreira, no dia 1 de Novembro de 1976. Ficaram detidas no Flamboyen, na cidade de Baucau, durante uma semana, numa cela escura até Domingas ser interrogada sobre as suas actividades no mato. Foram, finalmente, libertadas no dia 4 de Maio de 1978, com ordens para se apresentarem semanalmente às autoridades.¹⁶⁰

Durante o mesmo período, as autoridades indonésias mataram, pelo menos, uma criança detida: Jaquiel da Costa Ximenes relatou que uma criança de quatro anos, Joaquim Ximenes, de uma família de sete, foi detida em Afaça (Quelicai, Baucau), em 1979. Segundo Jaquiel, Joaquim foi espancado até à morte durante a detenção por membros do Batalhão de Infantaria 321 e do *Sukarelawan* (Os Voluntários, uma força constituída por ex-Partidários timorenses).¹⁶¹

Noutros casos, quando os adultos eram presos com crianças e mortos durante a detenção, as crianças ou continuavam detidas ou eram libertadas. José Pereira relata que em 1976, quando tinha 12 anos e vivia em Babulu (Same, Manufahi), foi chamado com mais cinco adultos a comparecer no *Kodim* de Same para ajudarem a carregar arroz. À chegada, foram acusados de trabalhar com a Fretilin e os cinco adultos foram executados. José ficou detido numa cela no *Kodim* durante nove meses, onde foi ameaçado, interrogado e forçado a trabalhar no recinto da base militar.¹⁶² Duarte Ximenes relatou que em 1979, Domingos Ximenes, de 10 anos de idade, foi capturado com o pai pelas *ABRI* em Tequinomata (Laga, Baucau). Os militares levaram-nos para Quelicai (Baucau). O pai foi morto e, mais tarde, Domingos foi devolvido à família.¹⁶³

As crianças também eram detidas com o objectivo de recolher informação sobre outras pessoas. Juliana de Jesus contou à Comissão que a 20 de Outubro de 1979, quando tinha 11 anos, foi detida, com a irmã e mais um rapaz, duas vezes pelos militares no posto do Batalhão 745, em Liurai Fuiluro (Lospalos, Lautém). Foram interrogados sobre os presumíveis contactos de um homem da localidade com o seu filho, membro das Falintil.¹⁶⁴

As autoridades Indonésias prenderam famílias inteiras por suspeita de ajudarem as Falintil, ou quando procuravam informação sobre os guerrilheiros e sobre as redes clandestinas, então em desenvolvimento. Isabel dos Santos Neves depôs sobre a sua detenção em Maubisse (Ainaro), em 1979, quando tinha 16 anos, porque o seu irmão era conhecido como sendo membro da Fretilin e ainda vivia no mato:

*Fui presa com o meu irmão mais velho. Fomos espancados durante o interrogatório e dois dos meus irmãos mais novos, ainda crianças pequenas, foram forçados a confessar que a Fretilin ainda estava no mato. Durante a noite, os militares levaram o meu irmão mais velho. De manhã, um membro da Hansip, que testemunhou o assassinato do meu irmão, disse ao meu pai que o meu irmão já foi morto pelos militares. A Hansip tinha apenas o anel e o chapéu [do meu irmão] para nos mostrar. O meu pai permaneceu calado enquanto recebia esta informação, mas depois disse sempre que se tratava de uma consequência da guerra.*¹⁶⁵

1980/1988

Em 1981, continuavam a ser detidas as crianças capturadas no mato. No entanto, a maioria das detenções de menores durante este período enquadrava-se numa resposta mais global aos levantamentos, ou ao facto de a criança ser suspeita de manter contacto com as Falintil. A forma mais comum de detenção, durante estes anos, era a transferência da toda a família para a Ilha de Ataúro (Díli), para os afastar dos restantes familiares que ainda estavam no mato. Embora as manifestações públicas de apoio à independência ainda não tivessem sido iniciadas, os grupos clandestinos estavam a alastrar e a tornarem-se mais sofisticados. As tentativas indonésias para os controlar levaram também à detenção, e por vezes à tortura, de jovens membros dessas redes.

No início da década de 1980, a tática indonésia de contra-revolta assumiu essencialmente a forma de medidas de repressão, em resposta a actividades específicas da Resistência e de medidas para pôr cobro aos apoios materiais, informativos e políticos prestados aos guerrilheiros, particularmente pelas redes clandestinas que se desenvolviam nos centros urbanos.

Após o ataque das Falintil ao centro emissor de Marabia e ao arsenal do Batalhão 744 em Becora, Díli, a 10 de Junho de 1980, pelo menos dois adolescentes foram detidos por um curto período de tempo. Luís de Jesus, na altura com 14 anos de idade, contou que foi preso no dia 10 de Junho de 1980 e detido brevemente no *Koramil* de Becora antes de ser transferido para a prisão da Comarca em Díli.¹⁶⁶ Alberto de Deus Maia, na altura com 11 anos de idade, relatou que foi preso no dia 11 de Junho de 1980, pelo Batalhão 744 e pela Brigada Móvel da Polícia (*Brigade Mobil, Brimob*) e que ficou detido em Balibar, a Sul de Díli, onde foi forçado a transportar água.¹⁶⁷

Adelino Araújo e muitas outras pessoas foram detidas e torturadas depois do levantamento de Mauchiga, Ainaro, em Agosto de 1982. Esta retaliação militar incluiu um vasto conjunto de violações dos direitos humanos:

Na altura do levantamento de 20 de Agosto de 1982, em Mauchiga, [Hatu-Builico, Ainaro], eu tinha 14 anos. Este movimento ou revolta decidido pela liderança reanimou a actividade da Fretilin. No levantamento foram mortas muitas pessoas pelos militares. Como eu ainda era uma criança, os militares fizeram-me prisioneiro [no Koramil de Hatu-Builico]. Amarraram-me e espancaram-me até eu deixar de ter vida dentro de mim. Queimaram-me com pontas de cigarro e eu só podia aguentar e chorar. Eu vi como os tropas violaram as mulheres que estavam ali [no pátio do gabinete da administração da aldeia de Mauchiga].¹⁶⁸

Durante este período, os desafios ao domínio indonésio podiam resultar no castigo colectivo de toda a comunidade, incluindo a detenção e a tortura de crianças. Os habitantes de Porlamano, Mehara (Tutuala, Lautém), relataram que em 1983, após alguns *Hansip* e jovens terem fugido para o mato, os membros de Batalhão de Infantaria 641 detiveram e torturaram as suas esposas, filhos e familiares do sexo feminino no posto militar. Outra aldeia do suco contou que no mesmo ano, os soldados dos Batalhões de Infantaria 745, 321, 641 e do Batalhão de Infantaria Aerotransportado 100 obrigaram as crianças, com idade igual ou superior a 15 anos, a juntarem-se num campo aberto, onde foram torturadas e mergulhadas em água.¹⁶⁹

A actividade clandestina na década de 1980 tinha frequentemente por base os laços familiares e as autoridades indonésias recorriam à detenção e à prisão para romper estas linhas de apoio. Francisco Soares descreveu o modo como foi considerado suspeito de levar comida ao pai que estava no mato, em 1982, quando tinha 14 anos. Foi preso por um membro da *Hansip* chamado C13, por ordem do comandante Rifai (indonésio) do *Koramil*, de C108 (membro do órgão legislativo Indonésio) e de C15, o comandante da *Hansip*. Foi levado para o *Koramil* de Iliomar para ser interrogado e foi libertado passada uma semana, com a instrução de se apresentar para controlo durante um ano. Mais tarde, a sua família foi enviada para Ataúro durante um ano, porque o pai recusou a rendição.¹⁷⁰

Milhares de pessoas foram enviadas para Ataúro no início da década de 1980, numa tentativa de separar as tropas das Falintil dos seus familiares que supostamente as estariam a apoiar.^{LIV} No gráfico supra, o pico relativo à detenção de menores verificado na década de 1980 pode, em grande parte, ser atribuído a esta política.

^{LIV} O manual de instruções do *Korem*, de 1982, sugere que os membros das redes de apoio às Falintil sejam transferidas para Ataúro: "Desta forma, podemos cortar as ligações entre as redes de apoio nos campos de reinstalação e os Nurep"; *ABRI*, "Petunjuk Tehnis tentang Kegiatan Babinsa" ["Manual de Instrução: Oficial de Orientação de Aldeia/Actividade TDP no desenvolvimento e desmantelamento faseado das Forças de Resistência de Civis Treinados"] *Juknis/06/IV/1982*, (*Korem 164, Wira Dharma*, Secção de Serviços de Informação, Willem da Costa [chefe dos Serviços de Informação] traduzido in Budiardjo e Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, Londres, 1984 p. 181.

Algumas das crianças enviadas para Ataúro foram separadas dos pais ou já eram órfãs (ver caixa de texto adiante) ainda que a maioria tenha ido com as respectivas famílias:

Chamo-me Rosalina José da Costa e fui levada para Ataúro com os meus pais porque quando estávamos em Viqueque dávamos sempre comida à Fretilin que estava no mato. Os militares descobriram e, por isso, a minha família foi toda levada para Ataúro como prisioneira. Eu tinha apenas 10 anos. Fomos levados num carro das ABRI até Laga e depois fomos num barco militar, com o número 509. Não fomos só nós, havia outras famílias, com os filhos. Quando chegamos a Ataúro como prisioneiros, foi muito difícil encontrar comida e muitas pessoas, especialmente crianças, morreram de doença. Morria, pelo menos, uma criança por dia, mas chegaram a morrer sete.¹⁷¹

Outras crianças perderam os pais na ilha, como aconteceu a Mário Correia, que contou à Comissão que os pais morreram de fome quando ele tinha 12 anos; foram necessários mais dois anos e meio até a restante família ser autorizada a regressar a casa.¹⁷²

Os indivíduos suspeitos de realizarem actividades clandestinas também foram levados para Ataúro, entre os quais se contavam alguns adolescentes. Armando de Jesus Barreto relatou ter sido preso pelo *Kopassandha* na zona Oeste de Díli, a 10 de Junho de 1980, quando tinha 17 anos. Foi primeiro detido na Prisão da Comarca de Balide, depois torturado na sede do Comando Sub-regional (*Korem*) e, por fim, enviado para Ataúro, onde permaneceu quatro anos.¹⁷³

Uma criança em Ataúro

Joana Pereira esteve detida em Ataúro entre 1 de Setembro de 1981 e Novembro de 1982. Em 1978, os pais de Joana morreram no mato e Joana e o seu irmão mais novo, Mateus Pereira, renderam-se aos militares Indonésios. Eles viviam com os irmãos mais velhos em Lacolio (Quelical, Baucau). Entretanto, o irmão mais velho, Pascoal Pereira, era membro das Falintil no mato, com o nome de guerra Nixon.

Segundo Joana, a 29 de Agosto de 1981, altura em que tinha apenas 13 anos, o *Koramil* de Quelical anunciou à comunidade que as pessoas que tinham familiares no mato seriam castigadas. Em frente do edifício da sede da administração do suco foram colocados uns contraplacados com os nomes das pessoas que seriam castigadas indo para Ataúro. Os nomes de Joana e de Mateus constavam da lista. Mateus tinha apenas nove anos.

No dia 30 de Agosto de 1981, o *Koramil* de Quelical transportou os prisioneiros até ao porto de Laga, em quatro camiões. No dia seguinte, cerca das 7 da manhã, todos os prisioneiros de Seical, Buibau e Quelical e Laga que haviam sido reunidos foram transportados para Díli, no navio de guerra 502. O navio chegou a Díli cerca das 7 da noite. A 1 de Setembro de 1981, às 8 da manhã, os prisioneiros partiram para Ataúro, no navio de guerra 511.

Chegaram a Ataúro ao meio-dia. Foram recebidos pelos prisioneiros que já se encontravam na ilha, que descarregaram o barco. Os nomes dos prisioneiros recém-chegados foram verificados um a um e, em seguida, os presos foram levados para os seus lugares individuais de castigo. Joana foi levada para a casa nº 22, com mais 60 pessoas, enquanto Mateus foi colocado na casa nº 24, com 70 outros detidos.

À chegada a Ataúro, os prisioneiros não receberam qualquer comida. Joana e Mateus apenas tinham a comida que haviam trazido de Quelical. Passado um mês, as famílias começaram a receber das *ABRI* uma ração quinzenal de três latas de milho. Por causa da fome, algumas pessoas roubavam papaia e mandioca dos campos da população local. Mas, morreram muitas pessoas, particularmente crianças e idosos. Joana recorda essencialmente a morte de detidos oriundos de Lospalos e de Viqueque. Todos os dias morriam entre duas a cinco pessoas.

A Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) foi autorizado a visitar Ataúro em 1982 e distribuiu ajuda alimentar, nomeadamente arroz, feijão verde, soja, peixe seco, açúcar, sal e peixe enlatado. A ajuda do CICV permitiu que os prisioneiros se agarrassem à vida e mais ninguém morreu depois da sua chegada.

Em Outubro de 1982, o irmão de Eduardo Freitas visitou Ataúro. Quando regressou a Díli, apresentou um relatório ao *Kodim*. Em Novembro de 1982, Joana regressou a Díli de barco. Passou a viver com o seu tio Paulo, em Fomento (Comoro, Díli) e tinha de se apresentar diariamente à Polícia. Mateus já tinha regressado a Díli e vivia no Orfanato de Motael.¹⁷⁴

A prisão de algumas crianças visava obter informação sobre os seus familiares. Aida Maria dos Anjos que tinha 14 anos em 1983, foi interrogada em Viqueque sobre o paradeiro do irmão, Virgílio dos Anjos (Ular), um dos organizadores do levantamento de Kraras:

Durante o interrogatório, [as forças especiais] obrigaram-me a prestar informações sobre o paradeiro do comandante Ular. O interrogatório foi sempre realizado por cinco elementos [das forças especiais]. C16 era o administrador do subdistrito de Viqueque, enquanto C17 era o secretário para todo o distrito de Viqueque. Eles

*participaram activamente em todos os interrogatórios que me fizeram.*¹⁷⁵

À medida que as redes clandestinas se iam desenvolvendo, as crianças começaram a ser detidas e, por vezes, torturadas, em consequência das suas próprias actividades e não das suas ligações familiares. Em 1982, um adolescente de 14 anos foi detido em Ainaro e, depois, torturado, por suspeitarem que estaria em contacto com as Falintil:

Em 1982, eu, Pedro dos Santos, era um jovem envolvido nas actividades clandestinas das Falintil. Por causa disso, um dia (esqueço-me da data), um membro da Intel, C18, foi a minha casa e levou-me à aldeia de Tatiri [Hatu-Builico, Ainaro]. Quando chegámos, C18 amarrou-me os pés e as mãos com um cabo de plástico e pendurou-me do telhado da casa. Depois, espancou-me com um pau durante duas horas. Fiquei detido durante dois dias e C18 levou-me e deixou-me à guarda do chefe de Secção dos Serviços de Informação, no Kodim de Ainaro. Quando chegámos ao Kodim de Ainaro, C19 pediu-me informações. Como me não respondi, levei duas bofetadas e recebi choques eléctricos nos polegares e nos ouvidos durante meia hora. A partir daí, a minha audição ficou afectada...Depois, fiquei detido durante quatro meses, com muitas pessoas que não conhecia.^{LV}

Em Agosto de 1983, durante a represália que se seguiu ao levantamento de Kraras, foram detidas muitas pessoas em Bibileo (Viqueque), entre as quais várias jovens. Adalgisa Ximenes que na altura tinha 14 anos e participava activamente na rede clandestina, foi detida durante seis meses e interrogada pelo comandante do *Kodim*, major C20. Adalgisa foi presa com as suas amigas, sem o conhecimento dos pais, no dia 7 de Agosto de 1983, sob suspeita de colaborar com a Fretilin no mato. Foi interrogada pelos militares, às vezes até de madrugada e ameaçada de morte se não dissesse a verdade.¹⁷⁶

As crianças também eram detidas por violação do controlo rigoroso imposto à vida civil. Maria Amaral, de Tutuloro (Same, Manufahi), contou que em 1983, quando tinha 15 anos, fez parte dum grupo de pessoas que foram detidas e torturadas durante uma semana pelas *ABRI*, no *Kodim* de Manufahi. O grupo foi detido porque tinham ido trabalhar para a horta familiar sem a devida guia de marcha e, por isso, suspeitaram que estivessem a ajudar as Falintil.¹⁷⁷

A partir do final de 1983, as autoridades indonésias começaram a instruir processos formais e a julgar alguns presos políticos. No entanto, parece que este mecanismo não foi aplicado à generalidade das crianças detidas; dos 267 julgamentos identificados através dos registos dos tribunais sobre os primeiros quatro anos de acções judiciais (1983/1987), que também foram os

^{LV} HRVD, Testemunho 07180; num caso semelhante, cinco anos antes, uma rapariga de 11 anos de idade, suspeita de levar mantimentos à Fretilin, fez parte de um grupo de 11 pessoas detidas e torturadas pelo Comando de Forças Especiais (*Komando Pasukan Khusus, Kopassus*) em Sang Tai Hoo (uma antiga loja chinesa, que os militares indonésios utilizavam como local de tortura), em Agosto de 1977. Posteriormente, foi encarcerada numa cela sem iluminação na prisão de Balide, tendo depois ficado detida durante seis meses numa cela normal [HRVD, testemunho 05679].

anos de maior intensidade, apenas dois envolveram menores.^{LVI} Em ambos os casos, os menores foram considerados culpados de traição.^{LVII}

As autoridades indonésias também recorriam à tortura e à detenção para recrutar informadores e paramilitares. Lucas da Silva contou que foi detido com mais quatro pessoas em 1986, com 17 anos de idade, por dois membros das forças especiais, um dos quais se chamava C21 e era sargento-mor (*serka*). Foram detidos e torturados em casa do chefe do bairro, em Venilale (Baucau). Foram levados para Uatuhaco (Venilale, Baucau), onde foram interrogados enquanto eram estrangulados com uma corrente e lhes administravam choques eléctricos. Por fim, foram obrigados a tornarem-se informadores e, passados três anos, foram recrutados para o *Tim Sera*, um dos primeiros grupos de milícias.¹⁷⁸ Um caso mais conhecido é o de Eurico Guterres que em 1988 era um estudante do ensino secundário, com 19 anos de idade, quando foi preso por ser membro do grupo clandestino e semi-religioso de Santo António. Foi condenado a quatro meses de prisão, por pertencer a um grupo ilegal. Na década de 1990, ingressou no Jovens Guardas em Defesa da Integração (*Garda Muda Penegak Integrasi, Gadapaksi*). Ficou famoso em 1999 como comandante das milícias *Aitarak*, sediadas em Díli e como vice-comandante da organização de cúpula das milícias, Força de Combatentes pela Integração (*Pasukan Pembela Integrasi, PPI*).

1989/1998

Com a abertura limitada de Timor-Leste a visitantes estrangeiros em 1989, o movimento pela independência começou a recorrer às manifestações públicas contra a ocupação como uma forma de resistência. Este método dependia grandemente do envolvimento dos estudantes. Geralmente, as manifestações eram seguidas, e por vezes antecedidas, pela detenção daqueles que eram suspeitos de serem os organizadores.

Em Outubro de 1990, organizações de direitos humanos relataram mais de 100 detenções. Muitos dos detidos eram alunos de escolas secundárias, presos por períodos reduzidos de tempo e torturados. Os métodos de tortura utilizados incluíam a aplicação de choques eléctricos, queimaduras com cigarros e espancamentos graves. As detenções foram efectuadas na sequência do ataque a um soldado indonésio perpetrado por jovens timorenses, à ridicularização de um oficial indonésio numa escola preparatória e ao aparecimento de palavras de ordem anti-indonésia nas paredes do Externato.¹⁷⁹ Belchior Francisco Bento Alves Pereira contou à Comissão o modo como foi detido e torturado na sede da Unidade Conjunta dos Serviços de Informação (*Satuan Gabungan Intelijen, SGI*) em Colmera, Díli, em 1990, devido ao seu envolvimento no caso da Escola S. Paulus (ver secção sobre as Crianças no movimento clandestino, supra). Belchior passou quatro anos na prisão de Balide, Díli, até ser libertado em 1995.

Os estudantes foram o alvo preferencial da repressão que se seguiu ao Massacre de Santa Cruz. Mateus dos Santos estava envolvido em actividades clandestinas nessa época e era informado através da rede, sempre que se ia realizar uma manifestação. Recorda-se que, após o

^{LVI} Também é possível que este número seja reduzido porque a partir de 1983, os julgamentos de menores foram conduzidos de forma diversa dos julgamentos de adultos, o que incluiu o encerramento do tribunal durante os julgamentos. É ainda possível que os registos destes casos se tenham perdido, tal como outros registos dos tribunais, ver *Regulamentos do Ministério da Justiça Número M.06-UM>01, Ano 1983*, para informação mais detalhada sobre os procedimentos judiciais.

^{LVII} No entanto, segundo um testemunho, os mecanismos legais foram utilizados no caso de dois membros menores de um grupo clandestino. No dia 2 de Fevereiro de 1986, dois membros de 15 anos de idade de um grupo clandestino, foram detidos em Baucau depois de um deles ter sido acidentalmente baleado pelas Falintil e depois capturado pelas *ABRI*. Primeiro foram detidos no posto da *Kopassus* em Baucau, onde receberam choques eléctricos nas mãos, nos ouvidos e no nariz, foram despidos e espancados durante uma semana. Depois, foram levados para a Prisão de Balide em Díli, onde permaneceram detidos durante um mês, parte do qual numa cela escura. Seguidamente, foram levados ao Departamento dos Assuntos Sociais e Políticos (*Sospol*), onde foram interrogados durante um dia. Finalmente, foram levados a tribunal e condenados a um ano de prisão [HRVD, Testemunho nº 4199].

massacre, os militares indonésios dirigiram-se rapidamente às escolas secundárias para identificarem os manifestantes:

Quando ouvimos o tiroteio, voltámos para a escola, mas as ABRI já a tinham cercado com os seus veículos Hino, estacionados à frente de todas as entradas. Os homens fardados pertenciam ao BTT [Batalhão de Combate Territorial]. Eram de Java e tinham substituído o [Batalhão de Infantaria] 508. Não me recordo do seu número.^{LVIII} Estávamos cercados e a escola estava fechada. Eles já sabiam, sabiam exactamente. Temiam um motim por isso verificaram a folha de presenças da escola. Tratou-se de uma ordem dada directamente aos professores, segundo me disseram pessoalmente. Depois da sua vinda à escola, os serviços de informação [Forças Especiais (componente da Kopassus)] e [os serviços de informação] da Polícia receberam ordens para vigiar todas as pessoas que tinham faltado à escola nesse dia, 12 de Novembro de 1991.^{LIX}

Reconhecendo a ameaça colocada por estas acções, as autoridades indonésias passaram a realizar detenções preventivas, aquando da visita de estrangeiros ou de suspeita de manifestações (ver a caixa de texto, adiante). João Baptista Moniz relatou ter sido detido juntamente com um amigo em Díli em Março de 1992, quando tinha 15 anos de idade. Ambos participaram na manifestação de Santa Cruz. Os agentes dos serviços de informação levaram-nos primeiro para a sede do suco de Caicoli, depois para o *Kodim* de Díli e, finalmente, para Taibessi, onde muitos outros detidos estavam a ser espancados e agredidos por soldados.¹⁸⁰

Na Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Naldo Gil da Costa descreveu a sua prisão e tortura, numa acção de antecipação de uma manifestação, quando tinha 16 anos:

^{LVIII} O trabalho de pesquisa realizado pela CAVR sugere que pode-se tratar do Batalhão 516.

^{LIX} Entrevista da CAVR a Mateus dos Santos, Díli, 31 de Outubro de 2003. Ver também HRVD, testemunho nº 02726 de um indivíduo de 16 anos de idade, detido durante 3 meses depois de Santa Cruz.

O depoimento de Naldo Gil da Costa

No dia 28 de Agosto de 1992, Xanana enviou uma carta e uma cassete, dizendo-nos que organizássemos uma manifestação em Díli de modo a coincidir com a Cimeira do Movimento dos Não Alinhados em Jacarta, de 3 a 6 de Setembro. O objectivo da manifestação era protestar contra o incidente de Santa Cruz. Nós analisámos a possibilidade da sua realização, mas estávamos a ser controlados de perto pelos serviços de informação (SGI). Escrevi a Xanana, dizendo que não era possível realizar a manifestação. No entanto, isto causou muita discussão entre os jovens. Alguns diziam que, como era uma ordem do comandante Xanana, nós tínhamos de realizar a manifestação. Por fim, cerca de 20 de nós avançámos.

No entanto, fomos todos os 20 capturados pelo SGI. Eu fui perseguido e capturado. Fui algemado, vendado e espancado continuamente. Meteram-me uma pistola na boca e torturaram-me até quase perder a consciência. Depois, atiraram-me para dentro de um carro e levaram-me para o SGI no Farol. No Farol, fui vendado e algemado. Os meus pés foram amarrados a uma cadeira e um oficial da SGI bateu-me com um vara de ferro. Deram-me choques eléctricos em todo o corpo. C108 e os seus dez homens interrogaram-me. Eu permaneci calado, o que aumentou a sua raiva. Ele troçou de mim, dizendo repetidamente, 'Ei, filho de puta, vens de onde?' Durante todo esse tempo, fui continuamente espancado. Os nossos ossos foram partidos e o sangue escorria-nos das feridas.

No dia 6 de Setembro, dois soldados e quatro civis levaram-me para a escola primária de Tacitolu. Despiram-me e ataram-me a um carro. Fui arrastado pelo carro durante cerca de 200 metros. Levaram-me para o Rochedo de Díli, que era um lugar onde matavam pessoas. Obrigaram-me a escavar a minha própria sepultura e a entrar nela. Disseram-me para rezar, porque estava prestes a ser morto. Depois, mesmo quando iam disparar, de repente um dos soldados disse "se matarmos esta criança, não vamos para o céu. Esta criança é inocente. Devíamos deixá-la viver." Tiraram-me da sepultura e, em vez de me matarem, espancaram-me com um pé-de-cabra e uma pá e torturaram-me ao longo de todo o caminho, desde Tacitolu até à sede do SGI em Colmera.

Estive detido no SGI durante uma semana, onde fui espancado e interrogado. Depois, fui transferido para a prisão de Balide com outros prisioneiros. Na prisão de Balide, fomos algemados e agredidos por 50 soldados. A seguir, tiraram-nos as algemas e puseram-nos nas celas. A cela tinha uma sanita que estava cheia e a transbordar de fezes e urina. Os dejectos enchiam por completo a sanita e escorriam para o chão. Para além disso, todos estávamos nus. Eu e um dos outros prisioneiros, Marcos, rimo-nos da nossa condição, sentados, nus, em cima dos dejectos que cobriam o chão. No dia 16 de Setembro de 1992, os soldados do batalhão 745 em Lospalos tiraram o Marcos da cela e ele nunca mais foi visto.

Alexandrino da Costa descreveu à Comissão a sua detenção e prisão depois de uma manifestação, em 1995:

A 9 de Janeiro de 1995, os estudantes da Universidade de Timor Leste [Universitas Timor Timur, Untim] realizaram uma manifestação na qual eu estive envolvido. Assim, fui preso de novo, pelos militares e pela Polícia. Eles disseram-me que era óbvio que não tinha medo de morrer dado estar a participar noutra manifestação. Um deles espancou-me e deu-me pontapés, enquanto me arrastava e atirava para o seu veículo Hino. Fui levado para a Polwil [Kepolisian Wilayah, sede da Polícia sub-regional] em Comoro, Díli, para ser interrogado. Na Polwil fui interrogado, espancado, pontapeado e sujeito a choques

*eléctricos. Deram-me choques em todo o corpo, até nos órgãos genitais. Também me despiram por completo. Éramos cerca de 20 os que fomos detidos e ficámos presos [na sede da Polícia sub-regional] durante cerca de um ano. Depois, em 1995 fomos transferidos para a prisão de Becora, Díli. Fomos julgados e condenados a três anos de prisão, mas acabámos por ficar em Becora dois anos e oito meses.*¹⁸¹

As manifestações e as detenções continuaram durante a década de 1990. No dia 15 de Novembro de 1995, um grupo de estudantes do ensino secundário desfilou ao encontro de uma manifestação que decorria no recinto da Universidade de Timor Leste. O grupo foi cercado por dois camiões da polícia anti-motim, perto do Hotel Mahkota, Díli. Muitos conseguiram escapar, mas existem relatos que afirmam que cerca de 30 foram espancados e levados para o quartel-general da Polícia, antes de serem libertados.¹⁸²

As crianças continuaram a ser detidas ao longo da década de 1990 por suspeita de contacto com as Falintil. Zeca Soares relatou à Comissão que, aos 16 anos, quando era estafeta, foi levado para o posto do SGI em Letefoho (Ermera) pelo secretário do suco. O SGI ordenou que ficasse detido numa cela escura e foi espancado por três civis. Ele foi libertado passados dois meses, mas, alguns meses mais tarde, voltou a ser preso por membros do SGI da área de Asulau (Ermera) e levado para Tata Hatulia (Ermera). No caminho, meteram-no num saco e atiraram-no de uma falésia. Sobreviveu e foi levado junto das forças *Rajawali*, Batalhão de Infantaria 713 (*Kostrad*) em Suai onde ficou detido durante uma semana e foi repetidamente espancado.¹⁸³

1999

Em 1999 surgiu uma nova vaga de detenções, efectuadas pelos militares e pelos seus auxiliares das milícias (ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos). Havia crianças entre os detidos. Por exemplo, em Abril de 1999, o comandante do SGI de Marco (Cailaco, Bobonaro), C22, ordenou ao TNI e à milícia *Halilintar* que trabalhassem em conjunto para identificar os autores da morte de uma figura local pró-autonomia, Manuel Gama. Os soldados e as milícias realizaram uma operação de busca nos sucos próximos e detiveram cerca de 30 residentes, incluindo mulheres e crianças. Eles foram obrigados a caminhar até ao *Koramil* de Cailaco, em Marco, onde ficaram detidos durante quatro dias.¹⁸⁴

As detenções eram, por vezes, seguidas de recrutamento forçado. A Comissão recolheu testemunhos que descrevem o processo de recrutamento forçado de jovens para a milícia *Laksaur* em Covalima.¹⁸⁵

Também Florentino Nunes disse à Comissão que a 8 de Abril de 1999, quando tinha 17 anos, foi preso por suspeita de ser simpatizante do CNRT. Foi espancado em Leopa (Liquiça, Liquiça) por membros da milícia *BMP* e detido durante vários dias em casa do administrador do distrito de Liquiça. Depois, ficou detido na fortaleza de Maubara (Liquiça) durante outros dois meses.¹⁸⁶

Um grupo de quatro alunos do secundário (SMP Negeri 2 Beco), entre os quais um adolescente de 17 anos, foi detido por um membro da milícia *Mahidi*, chamado C23, por um soldado chamado C22 e por outros. O grupo foi levado para a sede da *Mahidi* em Zumalai (Covalima), onde ficou detido durante a noite para interrogatório. No dia seguinte foram levados até às suas habitações, tendo estas sido revistadas à procura de provas do envolvimento dos jovens com a Fretilin e de armas. Os jovens foram espancados e queimados com cigarros. Por fim, foram levados para casa do comandante local da *Mahidi*, C24, onde ficaram detidos mais três dias para interrogatório, durante os quais não receberam nem comida nem água.¹⁸⁷

Detenções efectuadas pela UDT

A Comissão concluiu que, em Agosto de 1975, a UDT realizou um grande número de detenções (ver Subcapítulo 7.4: Detenção, Tortura e Maus-Tratos). A Comissão recolheu dois testemunhos que descrevem casos de detenção pela UDT de adolescentes apoiantes da Fretilin, no decurso do movimento armado de Agosto de 1975, em que as vítimas permaneceram detidas durante cerca de uma semana. Bernardino da Costa relatou que tinha 9 anos quando foi preso em Atudara (Cailaco, Bobonaro) por um elemento da UDT chamado C25.¹⁸⁸ João do Carmo de Araújo descreveu como foi preso pela UDT na vila de Ataúro (Ataúro, Díli) com três outras pessoas, incluindo um adolescente de 15 anos chamado Agostinho.¹⁸⁹ Luís de Jesus Guterres disse que uma criança de um ano, Filomeno de Jesus Pereira, fazia parte do grupo detido pela UDT, no dia 11 de Agosto de 1975, em Ailoklaran (Díli).¹⁹⁰ Existe ainda o relato de Domingos do Santos, que disse ter sido detido em Díli, em Julho de 1975, por três soldados portugueses, quando tinha 16 anos. O jovem foi levado para a sede da UDT em Palapaço, de onde conseguiu escapar depois de estar detido durante três dias.^{LX}

Detenções efectuadas pela Fretilin

Em 1975/1976, a Fretilin detinha normalmente as crianças juntamente com os seus familiares adultos por razões relacionadas com o conflito partidário. Mais tarde, as crianças foram detidas por infracção às regras, por suspeita de serem “traidores”, ou no âmbito do conflito intrapartidário.

Durante o conflito partidário, a Fretilin deteve crianças juntamente com os respectivos pais. Um apoiante da UDT, João da Costa, contou à Comissão como foi detido em Setembro de 1975 e torturado durante cinco meses, juntamente com a filha de três meses Saturnina, o seu amigo João Castro e o filho deste, de seis meses. João da Costa, a mulher e a filha tinham fugido para Venilale (Baucau) na altura da insurreição armada da Fretilin, mas acabaram por ali serem capturados, juntamente com outros apoiantes da UDT. João da Costa e João Castro foram espancados, enquanto Saturnina e o bebé de João Castro foram apunhalados. Depois, a Fretilin levou as famílias para Viqueque, onde continuaram a ser torturadas.¹⁹¹

Algumas crianças mais velhas foram detidas durante o conflito, sem as suas famílias, por causa das filiações políticas, suas ou das suas famílias. Por exemplo, Antero Soares testemunhou que, em 1974, quando tinha 16 anos e estava a viver em Mindelo (Turiscai, Manufahi), foi detido pela Fretilin porque o pai era apoiante da Associação Popular Democrática Timorense, Apodeti.¹⁹²

Os laços familiares continuaram a desempenhar um papel importante nas rivalidades no seio dos partidos, e entre estes, e existem vários relatos de detenção de crianças e das suas famílias alargadas, levadas a cabo pela Fretilin. Constantino Ornai relatou à Comissão a sua detenção em 1976, quando tinha 11 anos, motivada pelos conflitos internos da Fretilin:

“Em Outubro a Comissão Regional...queria deter-nos em Uatu-Carbau [Viqueque]. Fomos capturados numa madrugada e levados para Iliomar [Lautém]. Em Iliomar fomos amarrados e levados para Salari [Iliomar, Lautém]. Aí fomos amarrados e metidos numa pocilga. Fomos interrogados um por um, começando pelos adultos e

^{LX} Ver também o HRVD, Testemunho nº 04677: “Em Julho de 1975, fui detido por três militares portugueses que não conhecia, frente ao heliporto de Díli onde aguardava o transporte para Liquiça. Depois de detido, eles [soldados portugueses] espancaram-me até perder a consciência, por cerca de cinco minutos. Quando recuperei os sentidos eles amarraram-me as mãos e levaram-me para a sede do partido político UDT em Palapaço, Díli. Quando chegámos à sede, fui entregue a C26 (timorense). Este mandou os seus homens desamarrarem-me as mãos e prenderem-me numa sala, ou cela, durante três dias e três noites, sem comida nem bebida. Fugi da sede da UDT quando a situação em Díli ficou caótica.”

depois as crianças, incluindo eu. Ficámos ali amarrados durante vários dias. Éramos alimentados apenas uma vez por dia. Estávamos amarrados com cordas feitas das palmeiras de açúcar e das palmeiras sagueiro. Tínhamos os braços amarrados atrás das costas, em três pontos: nas palmas da mão, nos cotovelos e também nos braços e depois fomos suspensos de uma árvore. Entretanto, os nossos pés estavam metidos entre dois pedaços de madeira.

Depois, C27, o comandante operacional, empunhando uma G3 [espingarda automática], escoltou-me para ser interrogado. Os Comandantes C28 e C29 interrogaram-me. Após o interrogatório, passei a ter o estatuto de preso com liberdade de movimentos, para poder trabalhar na cozinha comum. Algumas das minhas tarefas eram buscar água e lenha para o fogão. Passada uma noite, passei à condição de detido na cozinha comum. O meu tio e algumas outras pessoas foram mortos pela Fretilin, dirigida pelos comandantes C28 e C29, por volta do dia 16 de Novembro de 1976.¹⁹³

Se as famílias fossem capturadas a procurar comida sem autorização, corriam o risco de serem consideradas suspeitas de estar a planear a sua rendição, ou de estar em contacto com o inimigo. Isabel Amaral relatou que, em 1976, quando tinha 17 anos, foi presa com a sua família pela Fretilin, durante um breve período, porque estavam a tentar voltar para o local onde tinham escondido víveres.¹⁹⁴ A Comissão também ouviu o testemunho da mãe de Bastião, Luzia de Jesus Barreto, sobre a detenção de Bastião por suspeita de traição, quando procurava comida em Remexio (Aileu), em 1978, aos 14 anos de idade. Mais tarde, Bastião veio a morrer de doença no Campo de Reabilitação Nacional (Renal) da Fretilin.¹⁹⁵

Tal como foi mencionado na secção sobre Crianças nas Falintil, verificaram-se vários casos de guerrilheiros menores de idade, detidos por infracções à disciplina. Ijaías da Costa testemunhou que em 1976, quando tinha 17 anos, foi detido durante dois dias em Berelau (Lequidoe, Aileu), por ter disparado uma arma acidentalmente.¹⁹⁶ O período de detenção por infracções à disciplina (por exemplo, deixar fugir um prisioneiro) poderia atingir um ano ou mais. Jaime da Costa relatou à Comissão que, em Junho de 1977, quando tinha 14 anos e era membro das Falintil, adormeceu enquanto estava de guarda, permitindo, assim, a fuga de um prisioneiro. Foi detido em Lacló (Manatuto), no dia 19 de Junho de 1977, com base num “mandado de prisão” emitido pelo comandante da região. Ficou detido durante um ano e três meses (parte deste tempo num buraco) e foi obrigado a trabalhar nos campos.¹⁹⁷

As condições de detenção das crianças presas pela Fretilin foram variadas. Constantino Ornai permaneceu algum tempo como detido formal, antes de lhe ser concedido o estatuto de “detido com liberdade de movimentos” (*tahanan bebas luar*) e de ser obrigado a trabalhar.¹⁹⁸ Por vezes, as crianças eram detidas durante curtos períodos de tempo e depois forçadas a trabalharem durante períodos que variavam entre alguns dias e vários anos. Paulino Laserda da Costa descreveu o modo como foi preso em 1976, quando tinha 16 anos de idade, em Cairui (Laleia, Manatuto). Depois de ter estado detido durante somente 30 minutos, foi-lhe concedido o estatuto de “detido com liberdade de movimentos” e foi forçado a trabalhar na extracção de sal marinho, que trocava por comida para as Falintil.^{LXI}

^{LXI} HRVD, Testemunho nº 05226; num caso semelhante, em Manatuto, Sebastião da Silva relatou que, quando tinha 12 anos de idade, foi detido e obrigado a trabalhar. Foi capturado em Barique (Manatuto) pela Fretilin, juntamente com o seu irmão mais velho, por serem ex-apoiantes da UDT e a Fretilin recear que eles tivessem “duas caras”. Durante três anos, foi obrigado a preparar sagu para as Falintil [HRVD, Testemunho nº 06513].

José dos Santos, de 12 anos de idade, e a sua família estiveram sujeitos a condições bem mais difíceis. O pai era apoiante da UDT, mas José vivia em território da Fretilin, em Manatuto, com outros membros da sua família alargada, alguns dos quais activos nas Falintil e na Fretilin. Por suspeita de estar em contacto com o pai e de distribuir os bens da família, toda a família foi detida nos finais de 1976 ou inícios de 1977. Durante os 18 meses seguintes, acompanharam a movimentação da Fretilin por todo o distrito de Manatuto, até finalmente serem cercados e capturados pelo Batalhão de Infantaria 315, no dia 20 de Julho de 1978. A família ficou inicialmente detida em Welihumeta (Lacló, Manatuto) durante três ou quatro meses. Nesta localidade, José e alguns dos seus familiares ficaram detidos num buraco cavado no chão, enquanto outros, incluindo os seus irmãos de 13 anos e de dois meses, ficaram detidos numa barraca. A seguir, foram levados para Hatucona (Lacló, Manatuto), base da liderança local da Fretilin. As crianças com idade inferior a dez anos ficaram detidas numa estrutura pequena que servia de creche, enquanto José, o seu irmão de 13 anos e três outros rapazes, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, ficaram com a liderança da Fretilin, realizando tarefas como lavar roupa e ajudar na distribuição dos mantimentos. José foi enviado para um Renal (um campo de “reabilitação” da Fretilin), onde ficou detido numa barraca durante quatro dias, antes de regressar a Hatucona. Depois de terem passado um ano em Hatucona e três meses em Nanalete (Lacló, Manatuto), mudaram frequentemente de local até ao momento da sua captura.¹⁹⁹

Após a destruição das Zonas Libertadas no início de 1979, a Fretilin já não controlava território ou população suficientes que permitisse manter pessoas detidas e, apesar de haver relatos de alguns casos, não só o seu número é reduzido como nenhum dos casos conhecidos pela Comissão envolvia crianças.

Assassinatos e desaparecimentos

Introdução

Desde os primeiros dias do conflito partidário, em 1975, até aos últimos dias de domínio indonésio, morreram crianças, em consequência dos conflitos políticos em Timor-Leste. No entanto, as circunstâncias da morte das crianças mudou ao longo do tempo. Após a invasão da Indonésia em 1975, morreu um número elevado de crianças por privação (ver Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome), mas muitas outras crianças foram mortas em ataques militares específicos e indiscriminados, e em execuções individuais. Nos casos identificados pela Comissão referentes à década de 1980, a morte de crianças tende a ocorrer em conjunto com a de adultos em resultado de mortes em massa como foram os casos de Kraras, Bibileo (Viqueque) e Monte Aitana (Laleia, Manatuto). Durante este período, verificaram-se também casos isolados de crianças seleccionadas com base em suspeita de actividades pró-independência. Esta tendência foi continuada na década de 1990, especialmente na sequência de manifestações públicas, das quais o Massacre de Santa Cruz, no dia 12 de Novembro de 1991, foi a mais notória. Em 1999 verificou-se novo aumento de mortes ilícitas de crianças, muitas das quais eram membros do movimento clandestino ou de famílias ou comunidades pró-independência. Estas mortes ocorreram frequentemente enquanto parte de ataques indiscriminados contra grupos que se refugiaram em igrejas ou em habitações particulares, mas também houve casos em que as crianças foram deliberadamente mortas com outros membros da família ou em substituição da família que não foi localizada. Ainda que a maioria das mortes de crianças tenha sido cometida pelas *ABRI/TNI* e pelos seus organismos paramilitares, a Fretilin e as Falintil também foram responsáveis pela morte de crianças.

A pesquisa que a Comissão realizou não conclui que as crianças enquanto grupo tenham sido, durante o período coberto pelo seu mandato, alvo específico de qualquer um dos grupos perpetradores. Não obstante, as crianças que morreram durante este período devem ser

reconhecidas e lembradas. Por esta razão, a análise seguinte esboça as causas e as circunstâncias da morte de crianças, em consequência dos conflitos políticos.

Perfil das violações

Dos 5.120 relatos de morte de civis recolhidos pela Comissão, 7,1% (362/5.120) referem-se a menores, apesar de apenas 41,4% (2.120/5.120) dos casos indicarem a idade da vítima. Estes dados sugerem que as crianças não foram especificamente visadas como alvos de morte ilícita, particularmente quando tomada em consideração a proporção de menores no todo da população (ver Figura <g4910000100.pdf>). No entanto, como deveria existir uma maior inibição quanto à morte de crianças relativamente à de adultos e dado que as crianças estavam menos representadas do que os adultos nas linhas da frente, política e militar (apesar do seu envolvimento em ambas), estes dados sugerem que, na verdade, as crianças estão sobrerrepresentadas entre as vítimas civis de mortes ilícitas.

[INSERT Figure <g4910000100.pdf> about here]

O Quadro [g220100b.pdf] abaixo representa o padrão de mortes ilícitas de crianças civis ao longo do tempo. Torna-se claro que o grosso das mortes ilícitas de crianças ocorre nos períodos em que o número total de mortes ilícitas foi relativamente alto. Por outro lado, 63,3% (229/362) das mortes ilícitas civis documentadas são atribuídas aos militares indonésios. Assim, aparentemente, os militares indonésios executaram mortes ilícitas em larga escala de uma forma que revela a tomada de medidas inadequadas para prevenir a morte de crianças.

[Insert graph g220100b.pdf – percentagem de assassinatos de crianças entre os civis]

O período compreendido entre 1975 e 1979 (em particular, entre 1975 e 1978) e o ano de 1999, registam os números mais elevados de mortes ilícitas de crianças. Após uma quebra em 1980, o número de crianças mortas sobe ligeiramente em 1981/1982 e na segunda metade da década de 1990. De uma forma geral, estes padrões são coerentes com os padrões registados relativamente à população adulta (à excepção da diminuição do número de crianças mortas em 1983). Nos casos relatados de morte de civis menores, 77,4% (274/354) das vítimas eram rapazes e em 20,6% (73/354) dos casos as vítimas eram raparigas.^{LXI}

Os militares indonésios são responsáveis por 63,3% das mortes de menores relatadas, a Fretilin/Falintil por 27,6% (100/362), as milícias apoiadas pela Indonésia por 11,9% (43/362) e a UDT por 1,9% (7/362).^{LXII}

Dentro da categoria de morte ilícita de civis menores, as crianças mais velhas, com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, foram as principais vítimas, registando quase o dobro do número de mortes do que os outros grupos etários que se lhe seguem em importância, o de crianças de idade compreendida entre os 10 e os 14 anos e entre os 0 e os 4 anos. O grupo que revela o menor número de crianças mortas ilicitamente é o grupo etário dos 5 aos 9 anos, que representa 10,5% do total de mortes ilícitas de menores. A mediana da idade das vítimas relatadas à Comissão no decurso do processo de recolha de testemunhos, era de 14 anos e cerca de um quarto do total tinha 16 ou 17 anos.

Os dados relativos aos rapazes, proporcionalmente ao total de pessoas do sexo masculino mortas ilicitamente, reflecte o perfil geral, o que não é surpreendente, dado os rapazes constituírem a vasta maioria de todos os casos de assassinato (77,6%, 281/362). O maior grupo etário de homens mortos ilicitamente é o compreendido entre os 30 e os 35 anos. No caso do

^{LXI} Em 2,0% (7/354) dos casos relatados à Comissão de vítimas de mortes de civis menores, o género da criança não foi referido ou não era do conhecimento do depoente.

^{LXII} No cálculo da responsabilidade proporcional pelas violações, algumas destas poderão vir a ser contabilizadas mais do que uma vez, devido ao facto de a violação ser partilhada por vários perpetradores.

sexo feminino, os grupos mais atingidos foram os das mais jovens. De entre todos os casos de morte ilícita de mulheres, o grupo etário dos 0 aos 17 anos representa mais de um quarto de todos os casos de mulheres mortas ilicitamente. O grupo etário mais atingido é o compreendido entre os 18 e os 23 anos, seguido do grupo dos 12 aos 17 anos. Aparentemente, as mulheres destes dois grupos etários eram também as mais vulneráveis enquanto potenciais vítimas de outros crimes, como a violação sexual que, em alguns casos, estavam associados à morte ilícita, embora os fundamentos para fazer prova desta ligação sejam escassos.²⁰⁰

O padrão relativo aos desaparecimentos é semelhante ao padrão relativo às mortes ilícitas, tendo 7,1% (59/835) das vítimas de desaparecimentos idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos e, entre estas, 32,3% (23/59) situam-se na faixa etária dos 12 aos 17 anos.

O perfil demográfico por idade-sexo das vítimas de desaparecimentos é semelhante ao perfil relativo à morte ilícita de civis. Especificamente, a maioria dos desaparecimentos relatados à Comissão refere-se a jovens de idade compreendida entre os 20 e os 34 anos; a quase totalidade de desaparecimentos de crianças relatados diz respeito a rapazes mais velhos, de idade compreendida entre os 15 e os 19 anos, conforme ilustra a Figura [g31210000500].

[insert <GRÁFICO 31210000500.PDF> about here]

Invasão e operações militares

1975/1979

Como anteriormente referido, durante todo o período de mandato da Comissão, o maior número de mortes de crianças verificou-se no período 1975/1979. Este padrão é coerente com o padrão do número total de pessoas mortas. Estes dados sugerem que as crianças não foram um alvo específico, mas antes apanhadas no meio da violência e do caos, em conjunto com os adultos. A análise qualitativa dos resultados da pesquisa realizada pela Comissão sugere igualmente que, naquele período, as crianças foram mortas pelas mesmas razões que os adultos e, muitas vezes em simultâneo com os adultos.

Algumas crianças morreram nos combates durante a invasão indonésia ou, mais tarde, nas operações militares contra as Falintil. Contudo, nem sempre é claro nos testemunhos recolhidos pela Comissão se a morte se ficou a dever a um ataque indiscriminado ou a uma execução deliberada. Por exemplo, em 1978, quatro crianças de uma família de Lupal (Lolotoe, Bobonaro) morreram quando o seu refúgio no Monte Manulor foi atacado pelos militares indonésios. Santina da Costa, que na altura tinha 7 anos de idade, explicou:

Durante as duas semanas na montanha, os meus irmãos mais novos, Lesu Bere [idade desconhecida], Olandina [cinco anos] e Olosili [dois anos], morreram, ao serem atingidos por balas disparadas pelas forças indonésias, e outra chamado Olasila morreu quando foi atingida por fragmentos de uma granada.²⁰¹

Um segundo padrão revelado nas baixas infantis na década de 1970 é a de crianças mortas enquanto procuravam alimento em grupo. A Comissão recebeu vários relatos que descrevem como as pessoas em busca de alimento no mato estavam sujeitas aos ataques das ABRI (e dos seus grupos de auxiliares, como a *Hansip*) ou da Fretilin/Falintil. Os primeiros consideravam a presença de tais grupos como suspeita da intenção de contactar a Resistência, ou que fossem membros da própria Resistência. A Fretilin/Falintil consideravam estes grupos como espíões, ou de pessoas que se iam potencialmente “render-se” (ver adiante).

Este padrão enfatiza uma das características do conflito político em Timor-Leste: a incapacidade generalizada de distinguir civis de combatentes. Esta incapacidade pode ter sido consequência da doutrina militar, nomeadamente da estratégia de “guerra popular” da Fretilin e da estratégia equivalente das *ABRI/TNI*, a *Hankamrata*, que justificavam a multiplicidade de unidades paramilitares e de defesa civil. Também pode ter sido causada pela simples desconfiança relativamente aos civis encontrados numa área de disputa, o que os tornava alvos militares legítimos. As crianças não foram nem poupadas ou protegidas desta incapacidade de distinguir.

A Comissão ouviu depoimentos que descrevem a morte civis às mãos das *ABRI* e das unidades de defesa civil.²⁰²

A Comissão recebeu um depoimento sobre a forma como os membros *Hansip* em Uai-Oli (Venilale, Baucau), mataram uma rapariga de seis anos chamada Kenauatu e o seu pai. O irmão mais novo, José Ximenes, descreveu como foram mortos e como ele próprio foi criado pelos perpetradores:

*Em 1978, descemos de Matebian para Uai-Oli, para a aldeia de Ibihae [Venilale, Baucau]. Toda a minha família foi para Venilale, mas eu fiquei com o meu pai Uatusu'u e a minha irmã mais velha Kenauatu em Uaibae Uai-Oli. Passado cerca de uma semana, um comandante da Hansip chamado C36 e os seus homens, C37, C38, C39 e outros, encontraram o nosso esconderijo em Nabolo. Apanharam a minha irmã mais velha e o meu pai e afastaram-nos de mim uns 200 metros. Depois, mataram-nos e deixaram os seus corpos em Nabolo-Uaile, Uai-Oli. Como eu tinha apenas cinco anos, C36 e C37 levaram-me com eles para Ossu, [Viqueque]. Quando chegámos a Ossu, passei a viver com o C37, que cuidou de mim até eu ser adulto. Em 1995, a minha família encontrou-me e levou-me de volta para Venilale (Baucau), para vivermos juntos.*²⁰³

As crianças que ficavam para trás quando os seus acompanhantes fugiam para o mato também corriam perigo. Segundo o relato de um membro da família, Felicidade Ximenes, em 1979 um homem ficou para trás, em Uai-Oli (Venilale, Baucau), com a filha doente, Helena, de 15 anos de idade, enquanto o resto da família fugia para o mato. Elementos do Batalhão 745 chegaram à região e obrigaram, alegadamente, o homem a matar a filha.²⁰⁴

Durante este período as crianças também foram mortas em contextos diferentes. Como anteriormente referido na secção sobre os *TBO*, existe a suspeita de vários casos de *TBO* menores mortos em operações de combate ou por soldados da sua própria unidade. Outras mortes estão ligadas à perpetração de outras violações de direitos humanos, como a violação sexual. Por exemplo, segundo Paulo da Costa Soares, em 1977, um soldado indonésio e um elemento da *Hansip* de Atabae (Bobonaro), C40 e C41, apanharam duas irmãs de idade inferior a 18 anos, uma das quais estava grávida de seis meses. Depois dos dois soldados terem violado as irmãs durante seis horas, as raparigas tentaram fugir. Uma das irmãs foi abatida a tiro e a segunda, que estava grávida, abortou espontaneamente.²⁰⁵ Gaspar Dias relatou um caso aparentemente aleatório: em 1975, Albano Dias, de 15 anos de idade, estava a trabalhar no seu campo em Fatlau, Aileu, quando foi abatido a tiro por um soldado não identificado das *ABRI*.²⁰⁶

1980/1988

Por volta de 1980, a Indonésia tinha já consolidado o seu controlo sobre o território. Muitos civis renderam-se ou foram capturados e foram reinstalados em vilas ou sucos. Os ataques das Falintil continuavam e as medidas de retaliação e operações das *ABRI* eram frequentemente

realizadas com alvos tão alargados que resultavam também na morte de crianças. Tal como no período anterior, as crianças não foram especificamente visadas como alvo, mas foram mortas enquanto elementos de grupos que incluíam adultos. No entanto, o contexto destas mortes já não era a invasão ou os ataques aéreos, como foi no caso do período anterior. Pelo contrário, as pessoas eram mortas em consequência das medidas de retaliação das *ABRI* em resposta à resistência activa contra a ocupação. Foram iniciados novos tipos de operação militar, como as várias operações “cerco de pernas”, conhecidas por Operação *Kikis* que envolviam a mobilização em massa de civis entre a população para eliminar os guerrilheiros da Resistência. A mais conhecida destas operações teve lugar de Julho a Setembro de 1981 (ver Capítulo 3: História do Conflito e Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome).

Neste período, as crianças foram apanhadas muitas vezes em mortes colectivas perpetradas durante este período. Por exemplo, existem relatos de que havia crianças entre as vítimas das mortes ilícitas perpetradas em Uaidada, na aldeia de Cairui (Laleia, Manatuto), no fim da *Operasi Kikis* em Setembro de 1981.²⁰⁷ A comunidade do suco de Leuro (Lospalos, Lautém) descreveu a situação que se vivia quando a Operação *Kikis* se aproximava do fim:

*A comunidade estava cada vez mais receosa, traumatizada e nervosa. Não tínhamos liberdade para tratar da nossa vida diária, porque as ABRI estavam sempre a vigiar os postos.*²⁰⁸

A comunidade afirmou que nessa altura, foram abatidas a tiro dez pessoas, incluindo uma criança de 15 anos de idade chamada Jepokilu.

Foram mortas também muitas crianças no decurso do conjunto de mortes ilícitas no distrito de Viqueque perpetradas pelas *ABRI* e membros da *Hansip* em retaliação pela morte de 14 soldados em Kraras, no dia 8 de Agosto de 1983. A Comissão foi informada de que pelo menos 26 das vítimas tinham idade inferior a 17 anos, e que mais de metade destas tinham 10 anos ou menos.^{LXIV} Silvino das Dores Soares descreveu como, nas semanas após a morte dos soldados das *ABRI*, os militares patrulharam as montanhas circundantes e executaram várias pessoas, entre as quais um jovem de 15 anos de idade em Uma Qui'ic (Viqueque), por volta do dia 12 Setembro de 1983.²⁰⁹

Numa das acções de retaliação que se seguiram ao levantamento de Kraras, as mortes perpetradas na aldeia de Fahite-laran, Caraubalo (Viqueque, Viqueque) no dia 16 de Setembro de 1983, incluíram muitas mulheres e crianças pequenas. O ex-comandante da *Hansip*, Jerónimo da Costa Amaral contou à Comissão:

*Certo dia, por volta das 2 da tarde, fomos chamados por 12 soldados, não sei de que unidade...Eu e mais três dos meus homens...trouxemos 18 pessoas [civis]. Algumas eram mulheres nos últimos meses de gravidez, outras eram crianças e outros eram idosos. Levámo-los a Karuik. Depois fomos rendidos por um grupo de outras forças indonésias. Vi, pelo símbolo que tinham nas mangas das fardas que eram do [Batalhão de Infantaria] 312. Os soldados disseram que iam levar aquelas pessoas, para se reunirem às famílias [que ainda estavam no mato] e para as convencer a renderem-se. Os soldados e os 18 civis ainda não se tinham afastado muito quando ouvimos o som dos disparos.*²¹⁰

^{LXIV} HRVD, Testemunhos nºs 0213 e 0501. Lista de nomes das vítimas constante no Relatório de vítimas; O Testemunho nº 4146 da HRVD identifica duas crianças que constavam entre os mortos, num incidente relacionado com o de Kraras, no dia 17 de Setembro de 1983, em Sawah Tahu-Bein-Baha-Fou: Eugénio (14) e Abílio Gomes (16).

Segundo outros testemunhos, o número de vítimas cifrou-se entre 26 e 54, mas todos concordam que no grupo havia muitas mulheres e crianças. A Comissão concluiu que foram mortas 14 crianças neste massacre, com idades compreendidas entre 1 e 17 anos (o Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados descreve os massacres de Carau-Balo e de Tahu Bein). No dia seguinte, os militares juntaram e abateram a tiro todos os indivíduos do sexo masculino, incluindo adolescentes, do suco de Bahalarauain. Nove destas vítimas eram menores, dos quais um com 10 anos de idade e os restantes com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos.

Durante a década de 1980, as redes clandestinas expandiram-se rapidamente. As crianças envolveram-se nas actividades das redes como estafetas ou mensageiros. Isto expunha as crianças a um risco crescente de captura ou maus-tratos pelos militares. Os primeiros casos de mortes relatadas de crianças do movimento clandestino ocorreram após o ataque da Resistência a Marabia e Becora (Díli), no dia 10 de Junho de 1980. Após os ataques, as autoridades indonésias iniciaram uma vaga de detenções e de prisões. Filomeno Ximenes relatou que entre aqueles que foram presos, desapareceram ou foram mortos enquanto estavam presos, encontravam-se três prisioneiros de 15 a 17 anos de idade, que desapareceram da prisão da Comarca. Esses jovens eram Sanco Sarmiento (17 anos) e dois irmãos, Cesmundo (15 anos) e Edmundo (16 anos), que foram identificados como membros do movimento clandestino. Segundo Filomeno, os três jovens foram detidos pelo *Kodim* 1627, na zona do antigo Mercado de Díli.²¹¹

1989/1998

A rede clandestina desenvolveu-se ainda mais após 1988, e surgiram novos grupos entre os estudantes da universidade e do ensino secundário. A partir de 1989, a realização de manifestações públicas exigia a mobilização de grande número de pessoas dispostas a enfrentarem o risco de detenção e de violência. As crianças e os jovens envolveram-se profundamente nestas acções. Quando os manifestantes deparavam com violência, como foi o caso do Massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, o número de vítimas menores era elevado. Das 271 pessoas listadas como tendo sido mortas em Santa Cruz, 42 tinham 17 anos ou menos, incluindo várias com 10 anos de idade.²¹² Há indícios de que, durante a violência, algumas destas vítimas foram visadas enquanto alvos específicos. Segundo Belchior Francisco Bento Alves Pereira:

Pouco depois da nossa chegada a Santa Cruz, os militares indonésios abriram fogo, pelo que me escondi perto do muro do cemitério. Vi polícias entrarem e procurarem pessoas no perímetro do cemitério de Santa Cruz. Vi soldados a apunhalar cegamente as pessoas. Depois ouvi Alau a chamar pelo meu nome, Abessy, a dizer que queria encontrar todas as crianças da escola São Paulus. Ele chamou-me e obrigou-me a sentar numa campa e depois um polícia espancou-me e deixou-me coberto de nódoas negras.^{LXV}

Tanto as raparigas como os rapazes estiveram envolvidos nas manifestações públicas e sofreram ferimentos. Por ocasião da visita de uma delegação da União Europeia em Junho de 1998, realizaram-se diversas manifestações, contramanifestações e confrontos. Duas jovens foram mortas em incidentes distintos, Dirce Elisabete do Rosário (15 anos) e Maria Imaculada do

^{LXV} Belchior Francisco Bento Alves Pereira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004. A secção do presente subcapítulo sobre Crianças na Rede Clandestina, faz notar que, após Santa Cruz, a polícia realizou uma rusga nas escolas e em casas particulares e deteve manifestantes menores de idade.

Rosário (17 anos), contam-se entre as cinco pessoas gravemente feridas quando as forças de segurança abriram fogo sobre os manifestantes que se encontravam em frente à residência do bispo D. Basílio do Nascimento, em Baucau (onde a delegação da UE se ia reunir com o bispo), depois do ataque a uma viatura dos serviços de informação indonésios.²¹³

1999

A violência perpetrada pelas *ABRI/TNI* e pelas milícias em 1999, reforçou os padrões anteriormente estabelecidos: as crianças eram mortas em massacres, tal como outros membros da comunidade suspeitos de serem pró-independência, ou, simplesmente, por apoiarem a independência, como era seu direito. Também resultaram mortes de incidentes de punição colectiva perpetrados em resposta ao apoio concedido às Falintil, ou devido a ataques contra as *ABRI/TNI*.

Muitas crianças morreram em resultado da violência verificada em 1999, tanto antes como depois da Consulta Popular. Raimundo Sarmento, um dirigente da Resistência em Laclubar, Manatuto, descreveu a forma que assumiu a retaliação que se seguiu à morte de um soldado do *TNI* pela Resistência. Ele explicou como os militares (fuzileiros, *Rajawali* e o Batalhão 741) juntamente com as milícias, efectuaram rusgas a todas as habitações onde se suspeitava que Raimundo pudesse estar escondido e, por fim, acabaram por capturar e matar Marcelino, figura conhecida da Resistência, e o seu filho, estudante da escola preparatória:

*[N]o dia 24 de Abril de 1999, pelas 10 da manhã, eles já tinham ido [ao local onde Raimundo estava]...passaram pela ribeira e o esconderijo. Depois vieram por baixo e prenderam o meu líder, Marcelino e o seu filho, Mateus. Marcelino e Mateus foram enterrados. Na verdade eles foram mortos, a cabeça decapitada e trocada antes de serem enterrados em posição sentada, com os corpos entrelaçados um no outro.*²¹⁴

Um outro testemunho, recolhido pela Comissão, cita a presença de importantes dirigentes das milícias no local de perpetração de mortes.²¹⁵

Muitos jovens fugiram para as montanhas nos meses que antecederam a votação ou durante a violência subsequente. À medida que os víveres escasseavam, verificou-se o retomar do padrão de morte registada 20 anos antes: aqueles que fugiram para as montanhas regressavam para procurar comida e eram mortos. Jorge Ximenes relatou à Comissão a morte de um jovem de 17 anos:

*No dia 21 de Setembro de 1999, eu e os meus amigos Félix da Costa, Horácio Pinheiro, Olívio, Joanico, Elias, Alfredo Araújo e Calisto Rodrigues [17 anos], juntamente com outros 20 amigos, fomos procurar comida em Ira Ara, suco de Parlamento [Moro, Lautém], porque a comida escasseava no lugar para onde fugíramos. Nunca pensámos que um grupo de milícias da Tim Alfa, sob o comando de C109, disparasse sobre nós. Fugimos e os meus amigos Alfredo Araújo e Calisto Rodrigues foram abatidos a tiro. Só passados dez dias é que pudemos recolher os seus corpos e sepultá-los.*²¹⁶

Em alguns dos massacres mais conhecidos de 1999, os homens eram os alvos e antes de serem perpetradas as mortes, eram separados das mulheres e das crianças. Foi o que sucedeu no dia 5 de Setembro, quando as milícias atacaram as pessoas que se tinham refugiado no

complexo da Diocese de Díli.²¹⁷ As mulheres e as crianças também foram separadas dos homens em Passabe (Oecusse) quando, pelo menos, 47 jovens foram mortos pelas milícias *Sakunar* no dia 10 de Setembro.²¹⁸

No entanto, o mesmo não sucedeu no Massacre da Igreja de Suai a 6 de Setembro, onde também foram mortas crianças. Em Novembro de 1999, quando foram exumados 27 corpos das vítimas do massacre de Suai (Covalima), de três valas comuns, foram encontrados os restos mortais de uma criança de cerca de 5 anos de idade e de uma adolescente.²¹⁹ Num outro caso bem conhecido, as mortes foram perpetradas pela milícia *Tim Alfa* em Lospalos (Lautém). No dia 25 de Setembro de 1999, a *Tim Alfa* atacou um veículo, matando duas freiras, três irmãos, uma leiga, um jornalista indonésio e o motorista. Dois rapazes que estavam a empurrar um carrinho de mão na estrada, pouco antes do ataque, foram igualmente perseguidos. Izino Freitas Amaral não conseguiu fugir. Foi amarrado a uma árvore, de onde testemunhou a execução dos ocupantes do veículo, e abatido.²²⁰

Num dos casos relatados de morte de crianças em 1999, a vítima foi especificamente visada como substituta de um seu parente adulto. Trata-se do caso das execuções em massa perpetradas na Esquadra de Polícia de Maliana (Bobonaro), no dia 8 de Setembro de 1999:

Entre as vítimas encontrava-se um rapaz de 13 anos de idade, José Barros Soares, que foi esquartejado até à morte por milícias perante a sua irmã. Mas a violência não foi aleatória como poderá sugerir esta cena. Os atacantes estavam nitidamente a seleccionar figuras conhecidas do movimento pró-independência. As vítimas incluíram alguns dirigentes do CNRT, um administrador de subdistrito, dois chefes de suco e vários funcionários públicos que eram simpatizantes pró-independência.

As milícias também tinham em mira as famílias destas figuras. Por exemplo, segundo um relato, as milícias que mataram o rapaz, José Barros Soares, disseram à irmã que o iam matar porque não encontravam o pai, uma figura pró-independência conhecida.²²¹

Segundo uma outra informação recebida pela Comissão, o pai de José Barros Soares, Agostinho Carvalho, membro do CNRT de Manapa (Cailaco, Bobonaro), era procurado por membros da milícia *Dadurus Merah Putih* e do *TNI*, mas tinha fugido para Díli. O filho foi morto em seu lugar.²²²

Num outro caso, em Bobonaro, dois rapazes foram mortos quando se recusaram a abandonar o corpo do pai que acabara de ser morto a tiro por membros do *TNI* do *Koramil* de Maliana. No dia 10 de Setembro de 1999, os soldados do *TNI* foram a casa de Duarte Gouveia Lopes, um membro do CNRT de Holsa, Maliana, e abateram-no em frente aos seus dois filhos, Viriato, de 17 anos de idade e Vitorino de 12. Os soldados mandaram os rapazes sair, mas quando estes se recusaram, dizendo que preferiam morrer do que viver sem o pai, também eles foram assassinados.²²³

Algumas crianças foram mortas com os seus familiares, eram conhecidos apoiantes pró-independência. Maria Santana Tilman Alves contou como a sua irmã mais nova, Georgina Tilman, foi morta com cinco dos seus filhos, tendo o mais novo apenas 2 anos de idade. A família da Georgina era conhecida por apoiar a independência. A sua casa em Ermera foi queimada pelas milícias após a Consulta Popular. Georgina fugiu com o marido e filhos para Díli. Ela e cinco dos seus filhos foram levados para o quartel-general da Polícia Regional (*Polda*), onde muitas outras pessoas estavam reunidas aguardando a deportação, e depois foram

enviados para Atambua (Belu, Timor Ocidental). O marido perdeu o contacto com Georgina e os filhos. Mais tarde, veio a descobrir que após a chegada a Atambua, membros do *TNI* e das milícias (C47 e C48, dois membros do *Kodim* 1637 de Ermera, bem como C49 e C50) tinham levado Georgina e os filhos de volta para Timor-Leste, para Manduki (Atabae, Bobonaro), de carro. Veio também a saber que foram abatidos a tiro em Manduki e os seus corpos abandonados, sem enterro. Mais tarde, os sogros do motorista que os transportara, enterraram os corpos, deixando as roupas das crianças para marcar o local. Foram eles que contaram ao marido de Georgina o que lhe acontecera bem como aos seus filhos.²²⁴

Mortes de crianças pela Fretilin e as Falintil

Cerca de um quarto das mortes de crianças relatadas nos testemunhos apresentados à Comissão são da responsabilidade da Fretilin e das Falintil, 38 vítimas em 20 casos. Tal como no caso das mortes perpetradas pelos militares indonésios, a maioria das crianças foram mortas enquanto parte de um grupo mais vasto de adultos. Para além destes testemunhos, existem outros relatos credíveis de activistas partidários adolescentes mortos tanto pela Fretilin como pela UDT.

Período do conflito partidário

Foi morto um número indiscriminado de crianças por membros dos partidos políticos antes e depois da invasão, devido às ligações das suas família ou à sua própria filiação política. Ângelo Araújo Fernandes, um apoiante da UDT, relatou à Comissão a morte da sua família alargada, em 1976, por membros da Fretilin do seu próprio suco. Depois de estar detido, durante vários dias, pela Fretilin, testemunhou a morte do irmão, mas conseguiu fugir. Segundo Fernandes

eles apareceram e abateram a tiro todos os membros da minha família no suco de Lahiria, [Lore I, Lautém], num total de 37 pessoas, incluindo crianças e mulheres grávidas. Apenas ouvi o som das armas vindo de Lahiria, onde eles estavam.^{LXVI}

Filomeno Pedro Cabral Fernandes era um activista da UDT e membro de uma família que incluía apoiantes da Fretilin e da Apodeti. Foi detido em Díli com o pai, dirigente da Apodeti, e levado para Aileu depois da invasão:

*Não sei porque é que era um preso político, ou se estava preso apenas por causa dos meus pais. Na noite de 26 de Dezembro de 1976, ouvimos o som de armas. Quando confirmámos de que se tratava, descobrimos que o meu pai e outros 75 prisioneiros foram mortos em Mantane [vila de Aileu, Aileu]. Os mais novos de entre os massacrados eram António Pinto e Rui Mai. Tinham apenas 15 anos. Jerónimo Maia e eu tínhamos 16 anos. Nós os quatro éramos os mais novos.*²²⁵

Existem também provas, durante este período, da morte de apoiantes da Fretilin menores de idade por membros da UDT. Ijídio Maria de Jesus depôs na Audiência Pública Nacional da CAVR sobre a morte do seu pai, José Maria e de outras dez pessoas por membros da UDT. Seis dos mortos no dia 27 de Agosto de 1975 em Wedauberek (Alas, Manufahi), incluindo o irmão mais novo de Nicolau Lobato, Domingos, eram membros da organização estudantil Unetim, da Fretilin. Foram detidos no dia 11 de Agosto e mantidos em Alas e Same (Manufahi) e em

^{LXVI} Para um relato em maior detalhe, ver caixa de texto no Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados, sob o título Depoimento de Ângelo Araújo Fernandes: Mortes Ilícitas pela Fretilin em Lautém.

Natarbora (Manatuto), antes de serem transferidos para Besusu, (Alas, Manufahi) no dia 27 de Agosto, quando Ijídio viu o seu pai a ser transportado por um camião que passava.

Às duas da tarde, quando Ijídio e a sua mãe fugiam para a floresta, ouviram o som de tiros vindo de Meti-Oan. Quatro dias mais tarde, Ijídio soube que residentes de Besusu tinham encontrado 11 corpos perto de Meti-Oan, incluindo o de seu pai, e foi ver. A mão de um dos estudantes, Domingos Ribeiro, foi cortada. Para além de Domingos Ribeiro, o grupo de estudantes incluía o presidente da Unetim, Domingos Lobato e quatro outros membros da Unetim, Chiquito Kaduak, Francisco, Alexandre da Costa e o irmão de Domingos Ribeiro, Tonito Ribeiro, de 17 anos de idade.^{LXVII}

Num outro caso, Vicente Rosário descreveu o modo como os militantes da UDT, C109 e C110, de Baltalde-Merkoluli (Turiscaí, Manufahi), mataram a sua família por serem militantes da Fretilin. Entre as seis vítimas, três eram ainda crianças: Dau Mali (7 anos), Malolo (6 anos) e Luru Leki (5 anos).²²⁶

Alguns testemunhos sugerem que durante este período várias crianças foram mortas, tanto em resultado de disputas pessoais e familiares de longa data, como de divergências políticas. Segundo o testemunho de Manuel da Silva sobre um incidente em Aitutu (Maubisse, Ainaro):

Em 1975, eu pertencia à UDT, mas não fiz nada contra a Fretilin. Apareceram membros [da Fretilin] e levaram Koli-Bere I e Koli-Bere II [ambos de 16 anos de idade]...[Os perpetradores] foram C51, C110 e C111...Estes três homens levaram os dois prisioneiros e entregaram-nos ao delegado da Fretilin, C112, que mandou C113 matar os dois Koli-Bere. Eles não tinham feito nada de mal, mas foram mortos por vingança porque tinham aderido à UDT e por causa das leis familiares tradicionais.²²⁷

1975/1979

A morte de crianças pela Fretilin e pelas Falintil depois da invasão pode ser tipificada em três categorias: mortes decorrentes de conflitos interpartidários e intrapartidários, mortes de pessoas suspeitas de ajudarem os indonésios (incluindo a morte de pessoas sob custódia e a morte de pessoas que procuravam comida) e mortes resultantes de ataques militares.

Os testemunhos indicam que as repercussões do conflito partidário continuaram a fazer-se sentir bem depois da invasão e que as crianças continuaram a ser vítimas. Lourenço Ximenes descreveu o modo como a sua família apoiante da Apodeti, foi detida em Baucau, em Outubro de 1976:

Eu e a minha família fugimos para Nai Naha [Quelicaí, Baucau] porque tínhamos medo de ser atacados pelas ABRI. Em Nai Naha, fomos detidos pelas forças das Falintil, sob suspeita de estarmos em contacto com as ABRI. Fomos interrogados durante três dias, com as mãos amarradas a um tronco. Depois, fomos libertados e obrigados a transportar terra para as fundações de uma casa. Depois, no dia 2 de Novembro de 1976, a família foi obrigada a cavar um grande buraco, com cerca de cinco metros de profundidade. Depois de terem acabado de cavar, Lourenço Ximenes escondeu-se e viu as Falintil matarem três pessoas: o

^{LXVII} CAVR, Ijídio Maria de Jesus, *Case Summary Collection*, 2003. Apesar de só se dispor da idade de Tonito, a Unetim era uma organização de alunos do ensino secundário, sendo provável que várias das outras vítimas fossem menores.

seu filho Filomeno [Ximenes] (de 12 anos de idade), o seu primo Quii Labe [um adulto de 20 anos de idade] e o seu irmão mais novo Laca Labi [idade desconhecida]. Depois de mortos, os três corpos foram atirados para dentro do buraco que tinha acabado de ser escavado.²²⁸

A Comissão também recolheu testemunhos sobre vários casos em que a Fretilin/Falintil matou pessoas suspeitas de ajudarem os indonésios. Em alguns casos as mortes ocorrem sob custódia e, noutros, quando as pessoas procuravam comida e se cruzavam com soldados das Falintil. Muito depois da invasão, a Fretilin deteve pessoas suspeitas de colaboracionismo e prisioneiros políticos nos seus centros de reabilitação (Renal). As mortes durante o período de detenção resultaram de execuções e tortura, bem como de fome e de doença (ver caso de Bastião da Silva descrito na Secção sobre Detenções pela Fretilin, supra).

Mariano Lopes tinha 10 anos de idade em Abril de 1976, quando fugiu com a sua família de Koliato-Leo Telo (Hatulia, Ermera) para Letefoho (Ermera), para fugir ao exército invasor indonésio. Passado um mês, a família regressou à sua horta para colher alguma batata-doce:

Em Maio de 1976 tínhamos medo, porque estávamos a passar fome. Eu, a minha mãe, Bimori, o meu irmão mais velho, Lakamau, a minha tia, Sara, o meu cunhado, Afonso e a minha irmã, Joaquina, deixámos Letefoho e voltámos à nossa horta para apanhar as batatas. Enquanto estávamos na horta, um membro da Fretilin, C52, deteve-me a mim, a minha mãe e outros membros da família e levou-nos para Hauhei...Quando chegámos ao desfiladeiro de Maufunu, começaram a disparar ao acaso. As balas atingiram Joaquina, que caiu no desfiladeiro. Eu deitei-me no chão, de cabeça para baixo, mas a minha bochecha direita foi atingida e rasgada por uma bala. A minha mãe e o meu irmão mais velho tiveram morte imediata. Eles pensaram que estávamos todos mortos e foram-se embora. A minha tia Sara e o meu cunhado tinham conseguido fugir quando ouviram os disparos. Quando viram que estava tudo calmo, regressaram e levaram-me a mim e à Joaquina de regresso a Letefoho. Permanecemos em Letefoho durante dois anos, antes de regressarmos de novo a casa.^{LXVIII}

Outras razões levaram à morte de crianças por membros da Fretilin e das Falintil. Por vezes, foram mortas pessoas, incluindo crianças, para servir de exemplo à comunidade. Bernardo Rodrigues relatou à Comissão que o seu irmão mais novo, Abrão (17 anos de idade) e um outro familiar foram executados perante a comunidade de Lequidoe (Aileu) em Março de 1978. Os dois jovens tinham tentado roubar milho, pertencente a um homem chamado C53. C53 capturou-os e deteve-os durante uma noite entregando-os depois às forças da Fretilin. Foram executados em público, por ordem do adjunto C54.²²⁹

Num outro caso, Armindo Barreto contou que, em 1978, um membro das Falintil tentou matar a sua filha de um mês, Domingas, em Zumalai (Suai, Covalima), porque a bebé estava a chorar e podia revelar aos militares a sua localização:

^{LXVIII} HRVD, Testemunho nº 06221; Entre 1976 e 1978, verificaram-se cinco casos que envolveram 13 vítimas de Aileu, Ermera e Manufahi, em que as vítimas faziam parte de um grupo que procurava comida, ver HRVD, Testemunhos nºs 02056, 04095, 04604, e 04992.

A minha filha tinha frio e fome e começou a chorar. A mãe levava-a ao colo. Ela só tinha um mês e chamava-se Domingas. Um membro das Falintil, C55, advertiu-nos, mas nós continuámos a andar. Voltou a advertir-nos e nós não ligamos por três vezes, até que eu disse à minha mulher: "Em vez de seres tu morta pelas Falintil, é melhor deixarmos que seja ele a matar a criança." Andámos mais 100 metros e aquele membro das Falintil alcançou-nos e tirou a bebé dos braços da mãe. Estrangulou Domingas e atirou o seu corpo para a ribeira, que continuava vermelha por volta da meia noite. Estávamos com medo, pelo que continuámos a andar. Eu continuava a ouvir o choro da criança, mesmo depois de termos andado bastante e percebi que ela não tinha morrido. Mandeí um soldado das Falintil, Olívio dos Santos, levar um pano e embrulhar a bebé. Continuámos a andar. Não sei se a minha bebé morreu ou se sobreviveu. Não podíamos saber porque já estávamos longe, perto do Monte Kolimau e dirigíamo-nos para Fatubesi (Hatulia, Ermera).²³⁰

Ataques das Falintil

Existe um relato de uma criança morta numa operação das Falintil. Paterno Soares relatou à Comissão que a sua irmã mais nova, Inês Soares, tinha 14 anos de idade quando foi morta num ataque das Falintil ao suco de Carlilo (Manatuto, Manatuto), em 1982. Os soldados queimaram as habitações da aldeia, incluindo a casa de Paterno. Inês e os seus pais foram queimados vivos, dentro de casa.²³¹ Apesar de as Falintil terem por vezes morto civis que trabalhavam nos postos de segurança locais das ABRI, a Comissão não tem indícios para afirmar que estes ataques vitimaram crianças.

Violações de natureza sexual

O Subcapítulo 7.7: Violência Sexual, analisa em pormenor a incidência, causas e consequências de violações de natureza sexual, durante o período abrangido pelo mandato da Comissão. No entanto, a Comissão apresenta aqui, em separado, casos em que as vítimas de violência sexual eram crianças, de modo a enfatizar a experiência particular que vivenciaram. O abuso sexual será, provavelmente, a violação mais cruel e, emocional e psicologicamente, mais prejudicial a que uma criança pode estar sujeita; é a traição da inocência.

No subcapítulo sobre Violência Sexual, a Comissão adoptou a definição de violência sexual como sendo qualquer forma de "violência, física ou psicológica, praticada por via sexual ou visando a sexualidade".²³² Esta definição inclui o crime de violação sexual, que é a invasão física de natureza sexual, cometida sobre uma pessoa em circunstâncias coercivas. É o acto sexual que tem lugar sem o consentimento da vítima.^{LXIX} A escravidão sexual também está incluída nesta definição.^{LXX}

A pesquisa realizada pela Comissão revelou que mulheres foram, quase exclusivamente, as vítimas de violência sexual relacionada com os conflitos políticos, especialmente as vítimas de

^{LXIX} Violação sexual é a penetração sexual, ainda que ligeira: (a) da vagina ou do ânus da vítima, pelo pénis do perpetrador ou por qualquer outro objecto utilizado pelo perpetrador; ou (b) da boca da vítima pelo pénis do perpetrador; através de coacção, ou de força, ou da ameaça do emprego de força, contra a vítima ou uma terceira pessoa. Esta é a definição do acto de violação sexual no caso Furundzija, do Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia (ICTY).

^{LXX} A escravidão sexual pode ter lugar quando mulheres e raparigas são privadas da sua liberdade, forçadas a contrair 'casamento', a sujeitar-se à servidão doméstica, ou a outras formas de trabalho forçado que implica a actividade sexual não consentida, incluindo a violação sexual, pelos captores. A situação tem que ser analisada no seu todo, para determinar se há posse a ser exercida sobre um outro ser humano.

violação e de escravidão sexuais. Tal como acontece em muitas outras comunidades, também em Timor-Leste a violência sexual contra mulheres e raparigas pode estar intimamente associada ao seu estatuto na sociedade, o que inclui os estereótipos sexuais rígidos relativamente ao homem e à mulher e o estatuto social geralmente inferior das mulheres que incentivam a atitude de que as mulheres são objectos que podem ser possuídos e utilizados à vontade pelos homens.

Para as crianças, o impacto desta atitude é agravado pela sua maior vulnerabilidade física e emocional. O contexto de um conflito violento, sem a existência de um Estado de direito, permitiu a indivíduos em posições de poder, agirem sobre as crianças de forma oportunista num ambiente de impunidade. Assim, mais uma vez, as crianças foram empurradas para a linha da frente dos conflitos.

De todos os casos documentados de violação sexual, 14,9% (127/853) foram cometidos contra menores. Destas violações sexuais contra menores, 98,4% (125/127) foram cometidas contra raparigas. No entanto, faz-se notar que em 33,9% (289/853) das violações sexuais relatadas à Comissão, não foi indicada a idade da vítima.

Conforme foi explicado no subcapítulo anterior sobre violência sexual, as vítimas de violação sexual são profundamente estigmatizadas, o que significa que, frequentemente, a perpetração destes actos permanece escondida por detrás de um muro de medo e silêncio. Este é certamente o caso das vítimas crianças numa cultura onde a virgindade é muito valorizada. Por estas razões, é muito provável que a incidência da violação sexual de crianças esteja significativamente sub-relatada.

Por último, é importante referir que a sexualidade está ligada a normas culturais e sociais. Não está determinada internacionalmente uma idade de consentimento, mas ao abrigo da Convenção dos Direitos da Criança (CRC), criança é qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos de idade. É esta a referência adoptada pela Comissão para definir a maioridade no presente Relatório.

A Indonésia aderiu à CRC em 1990, mas a respectiva ratificação está dependente da própria lei indonésia. A Lei nº 4/1979 sobre o Bem-Estar da Criança entrou em vigor no dia 23 de Julho de 1979 e define criança indonésia como qualquer pessoa de idade inferior a 21 anos e solteira. A idade legal para contrair matrimónio é de 16 anos para o sexo feminino e de 19 para o sexo masculino. Em Timor-Leste, uma mulher é considerada adulta quando se casa. No entanto, a Comissão considera que o consentimento para a prática de actos sexuais é inexistente em condições de cativeiro ou de privação, seja física, psicológica ou circunstancial. A idade de consentimento não tem qualquer relevância na tipologia de violência sexual investigada pela Comissão.

Padrão de violações

Dos casos de violência sexual contra menores relatados à Comissão, 41% (61/127) referem-se a violação sexual, 35,4% (45/127) envolvem escravidão sexual e 16,5% (21/127) foram outros actos de violência sexual.

Em 72,8% (91/125) dos casos documentados de violação de natureza sexual contra raparigas, as vítimas tinham idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos. De todas as violações de natureza sexual contra menores documentadas pela Comissão, 68,5% (87/127) concentram-se em cinco distritos, nomeadamente em Ermera, 19,7% (25/127), Ainaro, 15,0% (19/127), Manufahi, 13,4% (17/127), Bobonaro, 10,2% (13/127) e em Aileu, 10,2% (13/127).

A maioria das violações sexuais cometidas contra menores, documentadas pela Comissão, foi perpetrada em períodos do conflito em que foram cometidos outro tipo de violações físicas, mortes e desaparecimentos. 70,9% (90/127) das violações sexuais contra menores tiveram lugar entre 1975 e 1983 e 12,6% (16/127), em 1999. O padrão temporal das violações sexuais de

crianças e de adultos estão correlacionados positivamente. Quando se verificava uma oscilação no número de violações sexuais contra adultos o mesmo se verificava no número de violações sexuais contra crianças.^{LXXI} Este padrão sugere que a violação sexual de crianças e a de adultos foram motivadas pelos mesmos factores.

Dos casos documentados pela Comissão, os militares indonésios foram identificados como perpetradores de 72,4% (92/127) das violações de natureza sexual de menores; 34,7% (44 em 127) foram da responsabilidade de timorenses auxiliares dos militares indonésios e 2,4% (3 em 127) da responsabilidade das forças da Fretilin/Falintil. Não foi atribuído qualquer caso de violação sexual de menores à UDT.^{LXXII}

1974/1979

A maioria dos casos relatados à Comissão relativos a violência sexual contra crianças, foi perpetrada no período de violência e de caos da segunda metade da década de 1970. O padrão de violação sexual de menores reflecte o da violação sexual de mulheres adultas. As raparigas foram violadas após rendição com a respectiva família; a violação ocorreu em instalações militares ou na sua própria casa; e, foi perpetrada enquanto detidas ou aquando da sua libertação.

O padrão mais visível durante este período refere-se ao número de violações sexuais ocorridas nos campos de reinstalação e nas aldeias onde foi alojada a população que se rendeu ou foi capturada. Após a rendição ou captura, as crianças ficaram sob o controlo directo de guardas e de outro pessoal militar.^{LXXIII} Eufrásia de Jesus Soares disse à Comissão que foi capturada com a família, no dia 13 de Outubro de 1979, pelo Batalhão de Infantaria 721 e alojados num campo em Railaco (Ermera). Ela descreveu o modo como as raparigas eram tratadas no campo:

*[E]les escolhiam a rapariga que achavam bonita, diziam-lhe para tomar banho e depois levavam-na por uma ou duas semanas e devolviam-na depois à família.*²³³

Existem igualmente relatos de raparigas forçadas a situações de escravidão sexual nos campos de reinstalação. CM relata que, em 1978, quando tinha 14 anos de idade, foi capturada com a sua família e alojados num campo em Soro (Ainaro). Passados cinco meses, um *babinsa* chamado C56 ameaçou matar a tiro a rapariga, o seu pai e o seu irmão mais velho se ela não aceitasse tornar-se sua “mulher”. Ela teve um filho, fruto desta relação, antes de C56 deixar Timor-Leste e ela retomar a sua actividade clandestina.²³⁴

O segundo padrão observável neste período abrange a violência sexual cometida contra raparigas jovens, como forma de punição de familiares seus envolvidos na Fretilin/Falintil: alvo em substituição de interposta pessoa.^{LXXIV} Por exemplo, a Comissão ouviu diversos relatos de

^{LXXI} O coeficiente de correlação entre o número anual de violações sexuais de adultos e a de menores é de 0,61.

^{LXXII} O número total de violações reportadas por perpetrador excede 100% em resultado do relato relativo ao envolvimento de múltiplos perpetradores de diferentes instituições participarem na mesma violação.

^{LXXIII} O Subcapítulo 7.7: Violência Sexual documenta casos semelhantes nos campos de reinstalação: “Quando chegámos a Dotik (Alas, Manufahi), não havia lá casas...[as ABR] disseram à comunidade para construir as suas próprias casas. Um mês após a nossa chegada, ainda estávamos sob o seu controlo. À noite, eles vinham com uma estratégia, fingiam ir visitar a rapariga de quem gostavam. A mesma coisa aconteceu comigo. Uma noite chamaram-me e eu não sabia por que razão. Levaram-me para um local com capim alto. Começaram a ameaçar-me ‘Se não cederes, vais morrer aqui mesmo. Fizeste-o com as Falintil, porque é que não o fazes connosco?’ Como estava a ser ameaçada, fiz o que me mandavam”. HRVD, Testemunho nº 07241; ver outros casos de internamento no campo de Dotik em: Entrevista da CAVR a Romana dos Santos, Mauchiga, 31 de Maio de 2003; ver também Subcapítulo 7.7 Violência Sexual, secção E, Estudo de casos: Violação e Escravidão Sexual, Internamento em Dotik (Alas, Manufahi).

^{LXXIV} Como explanado no subcapítulo sobre violência sexual, a violência por substituição através de interposta pessoa é a “violência cometida na ausência do alvo principal...com o objectivo de destruir/conquistar o inimigo”, Galuh Wandita, “Sisa dari mati”: *Violence Towards Women and Transitional Justice*, Centro de Estudos de Direitos Humanos, Universidade de Surabaya, Surabaya, 2000.

ex-TBO sobre casos de violação sexual cometidos por tropas, nas instalações da sua unidade, contra mulheres e crianças, como forma de tortura psicológica de prisioneiros. Alfredo Alves, que serviu como TBO entre 1978 e 1982, apresentou o seguinte depoimento à Comissão:

Vi como os prisioneiros foram torturados e as filhas e esposas violadas à frente deles...Testemunhei como tratavam as mulheres com 15 anos ou acima dessa idade...Vi como foram tratadas. A partir daí, compreendi o significado de violação...Durante a tarde, faziam o que queriam com as mulheres. Há coisas que não posso revelar porque sucederam a pessoas que me são próximas.²³⁵

A pesquisa realizada pela Comissão junto das mulheres de Lalerek Mutin (Viqueque, Viqueque) revelou diversos casos de escravidão sexual de crianças durante este período. Em 1978, quando DM tinha 15 anos de idade, ela e a mãe renderam-se e foram viver em Beobe (Viqueque). O irmão e o pai permaneceram no mato e DM tornou-se suspeita de estar em contacto com eles. Foi interrogada no *Kodim* durante dez dias. Depois da sua libertação, um soldado chamado C57 começou a ir a casa dela. DM tentou evitá-lo, dormindo em casa de uma vizinha, mas nessa altura foi acusada de ir ao mato procurar os familiares. Por fim, C57 encontrou-a escondida num monte de milho armazenado no andar superior de uma casa tradicional:

Ai, ele trepou para o meu esconderijo. Tive tanto medo que desci a correr, mas caí e já não consegui correr fiquei muito magoada. Ele levantou-me e levou-me para o quarto. A partir dali, vivemos como marido e mulher e dei-lhe um filho. Ele prometeu-me regressar passados três anos, mas nunca mais o vi.²³⁶

FM, também de Beobe, tinha 14 anos quando suspeitaram que estava envolvida num incidente menor e a sujeitaram a um longo período de escravidão sexual. Em 1978, FM foi presa por suspeita de bloqueio de estradas e obstrução de viaturas de patrulha das *ABRI*. Foi levada para a sede da administração do suco de Boebe e interrogada pelo oficial de orientação de aldeia, C58, pelo oficial de orientação de aldeia adjunto, C59, e por um membro do Batalhão de Infantaria 330, chamado C60. Durante o interrogatório, C60 começou a despir FM. Ela chorou porque estava menstruada, mas foi ameaçada “Se não fizeres o que te mandamos, serás imediatamente esartejada”.²³⁷ Depois, foi violada pelos três homens.

FM ficou detida na sede da administração do suco durante três dias e foi violada reiteradamente pelos três homens. Depois da sua libertação, membros do *Kodim* levaram-na da sua casa para o *Kodim* de Viqueque, onde a fecharam num quarto durante três meses e foi reiteradamente violada pelo comandante do *Kodim*, C61, pelo operador de rádio e pelo motorista. Um mês após a sua libertação, FM foi levada pelo comandante do *Koramil* e mantida durante 18 meses como sua “mulher”, forçada a prestar os serviços sexuais solicitados. Por fim, deu à luz um filho dele.

Como demonstra o caso supra, depois de serem violadas uma vez, as raparigas tornavam-se vulneráveis à exploração prolongada, que abria caminho a longos períodos de escravidão sexual ou a outras formas de violência sexual reiterada.^{LXXV} O testemunho de GM, identificada como sendo membro das Falintil, narra a sua detenção em 1976 quando tinha 16 anos, em Hatu-Builico (Ainaro), pelo chefe do suco de Mulo e por C63, um soldado do *Koramil*:

^{LXXV} Ver HRVD, Testemunho nº 08736 sobre uma rapariga de 17 anos de idade, investigada no dia 28 de Março de 1979, em Lospalos, por Jainal Abidin, *Kasi 1* das *ABRI*, por ter família no mato. A partir de então foi forçada a ser uma “amante” durante dois anos.

O comandante da companhia, o Hansip C64 e o [soldado] C63, do Koramil, interrogaram-me sobre o comandante Hauta-Lafera. Depois do interrogatório...C65 tirou-me a combinação e a roupa interior e queimou-as, deixando-me nua. Depois fui violada por C65 – ele atirou-me ao chão e abriu-me as pernas. Eu gritei e chorei, mas eles continuaram a violar-me.

Depois, no mesmo ano, o Hansip C66 violou-me sexualmente. Sob ameaça da sua Mauser, obrigou-me a ser sua “mulher”...Despiu-me totalmente e depois chamou os seus amigos da Hansip para me verem e eles só se riam...depois levaram-me para o Koramil de Maubisse. Ele violou-me até que acabei por dar à luz uma criança.²³⁸

Uma rapariga membro da Fretilin, de 14 anos de idade, foi detida em 1977 juntamente com uma prima, em Letefoho, Ermera. As raparigas foram levadas para um quarto, ameaçadas de morte e violadas por soldados do comando militar subdistrital de Letefoho. Passados quatro dias, foi transferida para o comando militar distrital de Ermera, onde permaneceu durante um ano. Durante esse período, foi reiteradamente violada, proibida de ver a sua família e obrigada a “casar” com um primeiro-tenente. Nos dois anos seguintes deu à luz dois filhos. Ela conhecia outras mulheres que sofreram o mesmo destino.²³⁹

Por vezes, os funcionários locais cooperavam com os militares na subjugação das raparigas à escravidão sexual, para seu próprio benefício ou para benefício dos militares. Em 1979, em Betano (Same, Manufahi), o chefe de suco, C67, desejava casar-se com três mulheres que faziam parte da Organização Popular das Mulheres de Timor, OPMT que se tinham rendido recentemente. HM era uma das três mulheres e, na altura, tinha 16 anos de idade.^{LXXVI} HM declarou que C67 denunciou as mulheres ao *Kodim*, porque foi rejeitado. Elas foram detidas por C68, chefe do Estado-Maior do distrito (*Kasdim*), e interrogadas. Mais tarde, C67 obrigou-as a tornarem-se suas “amantes”.²⁴⁰

1980/1989

Para além da utilização declarada de força e de ameaças de violência, conforme provam os casos supracitados, também se registaram casos de raparigas envolvidas em relações sexuais com indivíduos que ocupavam lugares de autoridade. Embora as relações não tivessem necessariamente ocorrido sem o consentimento das partes, o consentimento aparente duma menor não altera a ilegalidade do acto.^{LXXVII} Mário Carrascalão, ex-governador de Timor Leste, falou à Comissão da dificuldade de trazer jovens professores da Indonésia, sem que se procedesse a uma adequada supervisão da sua conduta:

Quando, em 1983, foi iniciado o sistema de ensino obrigatório em Timor Leste, não só as crianças com seis anos de idade, mas também jovens com 16 e 17 anos começaram a frequentar a escola primária. Nomearam-se professores de um número limitado de escolas primárias timorenses para seleccionar um grande número de

^{LXXVI} As idades das outras vítimas não foram mencionadas.

^{LXXVII} *KUPH* (Código Penal Indonésio), artº 287º. O Código Penal Indonésio tem por implícito a idade de 15 anos como a idade de consentimento.

professores indonésios. Para Timor -Leste vinham apenas professores do sexo masculino que fossem solteiros (ou, se fossem casados, as mulheres permaneciam na Indonésia). Os timorenses que foram recrutados para ensinar nas escolas primárias também eram, na sua maioria, homens, jovens e recém-formados...O resultado desta situação chegou ao conhecimento do Governo sob forma de histórias sobre o envolvimento dos “Bapak” [indonésios] e de professores timorenses com as suas alunas. Covalima, Maliana, Liquiça e Baucau foram os distritos que registaram maior número de casos. Em Baucau, um professor indonésio violou 22 das suas alunas. O caso foi levado a tribunal, mas o violador foi apenas condenado a dois anos e meio de prisão.²⁴¹

Acusação por violação de uma menor, Tribunal de Díli, 1982

Também em 1982, um *Hansip* chamado C111, de 17 anos de idade, foi sentenciado pelo Tribunal Distrital de Díli, pela violação de uma rapariga de 12 anos chamada IM. No registo de Interrogatório (*Berita Acara Pemeriksaan, BAP*)^{LXXVIII}, C111 descreve o acontecimento da seguinte forma:

No dia 22 de Junho de 1982 eu estava de serviço como Hansip no Mercado de Díli, com a responsabilidade de verificar os documentos de todas as pessoas que iam ao mercado e pernoitavam. Por acaso, examinei os documentos de [uma rapariga chamada] IM que tinha acabado de chegar de Baucau. Quando lhe pedi os documentos de viagem, ela disse que o seu irmão, que estava em Becora, é que tinha o seu ‘surat jalan’. Por esse motivo, detive IM no posto, onde estava de serviço. Às 4 da manhã pedi-lhe de novo os documentos e ela deu-me a mesma resposta. Nessa altura, tive a má intenção de ter relações sexuais com ela, porque todos os outros estavam a dormir. Levei IM para a esquadra de polícia para a assustar, de modo a que tivesse relações sexuais comigo. Quando chegámos às traseiras do mercado, obriguei IM a sentar-se na relva. Ela recusou-se e eu bati-lhe duas vezes. Ela ficou com medo e deitou-se na relva.

C111 continuou a descrever a violação e disse que a tinha libertado para que ela pudesse regressar a casa. No entanto, IM apresentou imediatamente uma queixa ao comandante da *Hansip*. No dia seguinte, C111 foi detido por um outro *Hansip* e levado à polícia. C111 confessou prontamente o crime e foi detido pela polícia. C111 foi julgado e condenado pelo crime de violação sexual em Novembro de 1982 com uma pena de um ano e seis meses de prisão. A sentença teve por fundamento a sua confissão, os depoimentos escritos da vítima, duas testemunhas e o médico que examinou a vítima e confirmou que o seu hímen fora rasgado. Nem a vítima nem as testemunhas assistiram à audiência. A sentença faz referência ao facto de o hímen da rapariga ter sido rasgado, mas omite qualquer referência ao facto de a vítima ser menor. O tribunal afirmou que o facto de C111 ter abusado da sua posição de autoridade militava contra qualquer atenuação da sentença.

JM relatou à Comissão que, em 1982, em Mauchiga (Hatu Bullico, Ainaro), quando tinha 14 anos, um soldado do Batalhão de Infantaria 744 retirou-a à força de sua casa para um campo deserto, onde a violou. JM declarou que conhecia outras cinco mulheres que sofreram o mesmo destino. Durante uma semana, ocorreram violações todas as noites.²⁴²

^{LXXVIII} Processo No: 17/PID.S.B/1982/PN.DIL, Juíz: Doris A.A. Taulo, SH, Escrivão: Petrus Lamapala, Procurador: M. Darwis, Decisão: 19 de Novembro de 1982. A CAVR não realizou uma análise completa de todos os casos existentes no Tribunal Distrital de Díli e não pode afirmar se este caso foi rotineiro ou extraordinário. No entanto, a Comissão verificou a partir dos Registos do Tribunal, que a violência sexual constava regulamente dos casos processados judicialmente.

Num outro caso, KM testemunhou que foi violada em 1982, quando tinha 10 anos de idade e frequentava a segunda classe em Ossoualu (Vemasse, Baucau). Certo dia, dois membros do Batalhão de Infantaria 328 foram a sua casa. Um deles era um soldado chamado C70. KM recordou: “Ele segurou-me a mão e disse, ‘fazes comigo?’” Respondi-lhe, “sou muito nova”. Mas ele agarrou KM, despiu-a e violou-a. Os órgãos genitais de KM sangraram devido à penetração violenta. No dia seguinte, os pais de KM regressaram da sua horta e ficaram chocados ao ouvir o acontecido. Durante três dias, membros do Batalhão de Infantaria 328 das *ABRI* foram a casa deles, acusando-os de esconderem membros da Fretilin. KM foi violada repetidamente, até que engravidou.²⁴³

O caso de LM também ilustra a vulnerabilidade das crianças em idade escolar, bem como o envolvimento dos funcionários governamentais ao permitir que os militares violentassem as crianças. LM contou à Comissão que, em Setembro de 1983, quando tinha 13 anos, membros do *Kodim* 1630 foram à sua sala de aula e, sem qualquer explicação, levaram algumas das suas amigas. Quando LM chegou a casa, depois de ter levado comida a uma tia que estava detida em Viqueque, encontrou-se com o chefe de suco de Uaimori, C71. O chefe de suco disse-lhe para ir a casa dele, em Beobe, no dia seguinte e que levasse a sua colega NM:

Logo naquela noite tive de servir o comandante do Kodim, C72, NM serviu o comandante do Koramil C73 e OM serviu o C74, [oficial de orientação de aldeia] de Kraras, [Bibileo, Viqueque]. Iam buscar-me todas as noites e levavam-me ao Kodim para os servir e de manhã ia para casa, enquanto que NM e OM nunca regressavam do Kodim para casa. Esta situação continuou durante três meses, até a NM e a OM engravidarem e abortarem.

Passados três meses, o comandante do Koramil tomou posse como administrador distrital de Viqueque e trouxe a sua esposa de Java para Viqueque. A partir daí, nunca mais servi o comandante do Koramil. Felizmente, não engravidei... À noite iam-nos buscar e levavam-nos para o Kodim e eu ficava muito envergonhada, porque alguns dos nossos colegas de escola viram-nos. Acabei por deixar a escola.²⁴⁴

O padrão de casos de violação sexual contra alvos do movimento clandestino, por militares indonésios, continuou durante a década de 1980. Aparentemente, não foi feita qualquer distinção entre as mulheres e as crianças pertencentes ao movimento clandestino. Uma fonte disse à Comissão que, em 1980, uma rapariga de 12 anos foi mantida em cativeiro durante três meses no quartel-general das Forças Especiais, no Farol (Díli). Foi sujeita a uma situação de escravidão sexual pelos membros das Forças Especiais, que se revezavam para a violar. Tal ficou a dever-se ao facto de a casa da vítima ser conhecida como ponto de informação do movimento clandestino.²⁴⁵

Em 1980, PM tinha 17 anos de idade quando as *ABRI* a levaram e ao marido, de sua casa no suco de Macadiqui (Uatu-Lari, Viqueque) para o *Koramil* de Uatu-Lari. PM estava envolvida em actividades clandestinas, como levar comida às Falintil. No *Koramil*, despiram-na completamente e os militares urinaram sobre as suas roupas. Seguidamente, três membros da *Hansip* — C75, C76 e C77 — violaram-na na presença do marido. Embora não se saiba com exactidão a duração do período da sua detenção, PM diz que os *Hansip* a violaram todas as noites.²⁴⁶ QM, uma rapariga de 17 anos de Dare, Mauchiga (Hatu Bullico, Ainaro), ajudou um soldado ferido das Falintil em Agosto de 1982. Como consequência, foi levada por soldados para o *Koramil* de Dare e entregue a uma unidade das *ABRI* que operava no Monte Kablaki. Eles violaram-na diariamente, até ela conseguir fugir, em Outubro do mesmo ano.²⁴⁷

RM contou que tinha 12 anos quando foi capturada em 1980, juntamente com o pai, RM1, em Suhurama (Díli) por dois agentes das Forças Especiais. Foram levados para Mandarin, um centro de detenção em Díli, onde foram interrogados por soldados das Forças Especiais, ajudados por um intérprete chamado C78. Durante o interrogatório, queimaram a cara e as mãos de RM com pontas de cigarro e o cabelo com um isqueiro até o fazerem arder. RM ficou presa numa casa de banho. Trouxeram-na de volta para a sala de estar, onde presenciou o pai e o tio, RM2, a serem despidos, a receberem choques eléctricos e a serem espancados com uma barra de ferro. Assistiu também à violação de várias raparigas pelos membros das Forças Especiais. Passadas três semanas em Mandarin, RM e o pai foram transferidos para a prisão de Balide. Quando, finalmente, foi libertada, RM foi violada por um membro das Forças Especiais, em Pantai Kelapa, Díli. Foi libertada sob a condição de se apresentar regularmente às autoridades, durante um ano.²⁴⁸

A Comissão foi informada de um outro incidente relativo à captura de 19 membros do movimento clandestino dos arredores de Viqueque pela *Kopassus*, em Maio de 1986, e levados para o quartel-general da *Kopassus* em Baucau, onde foram torturados e interrogados sobre as suas actividades. Um membro do grupo, Caetano Alves, descreve o que viu suceder a quatro jovens do movimento clandestino: SM (14 anos), TM (16 anos), UM (10 anos) e VM (16 anos):

Permaneci no exterior e, através da janela, vi que as minhas amigas estavam a receber o mesmo tratamento que eu tinha acabado de receber. Nenhuma das nossas amigas foi poupada. Todas foram despidas e electrocutadas nos seios e nos órgãos genitais. Na verdade, os corpos e os órgãos genitais de algumas raparigas foram queimadas com pontas de cigarros. Para além dos maus-tratos, as raparigas foram também assediadas sexualmente, nomeadamente através de linguagem ordinária e de convites para dormirem com eles. Durante cinco dias, fomos diariamente interrogados e tratados desta forma.²⁴⁹

No início da década de 1980, realizaram-se enormes operações ofensivas nas áreas onde ocorreram levantamentos das Falintil. A violência sexual, incluindo contra crianças, fazia parte da estratégia de retaliação. WM nasceu em 1966 e tinha cerca de nove anos quando fugiu com a sua família para o Monte Kablaki. Apesar de, mais tarde, a família se ter rendido em Ainaro, continuaram a apoiar os soldados das Falintil. Em 1982, após o levantamento de Dare (Hatu Bulico, Ainaro), WM foi capturada e torturada. Conseguiu escapar à morte simplesmente porque alguém sugeriu que fosse utilizada como ajudante de cozinha e escrava sexual. Na altura WM tinha 17 anos de idade:

[Os soldados] disseram, "o comandante-adjunto do Koramil é um homem perverso, é preferível levá-la para Maumeta-Kio, para o meio do Kali e matá-la, do que deixá-la viver." Mas alguns discordaram e preferiram que ficássemos no Koramil a trabalhar na cozinha. E depois, todas as noites iam-nos buscar...segundo diziam, a pedido do comandante do Kodim...Conscientes do nosso estatuto de mulheres prisioneiras, em desespero, submetemo-nos a tudo. Isto tornou-se prática corrente e passaram a vir buscar-nos cada dois ou três dias, a meio da noite.²⁵⁰

Tal como muitas outras vítimas de violência sexual, WM ficou grávida dos seus captores. Deu à luz um filho de um membro das *ABRI* chamado C79.

Depois do levantamento de Mauchiga, foram presas várias jovens da região e forçadas a “casar” com soldados. XM, uma rapariga de 15 anos de idade, foi detida no *Kodim* de Ainaro, onde foi reiteradamente violada pelos agentes dos serviços de informação: *Kasi I* C80, sargento-mor (*serka*) C81 e sargento (*sersan*) C82. XM foi depois transferida para o *Koramil* de Dare e obrigada a viver em casa do *sersan* C83, até que este regressou a casa, em 1999.

1990/1998

A incidência de actos de violência sexual contra menores diminuiu neste período, talvez devido à normalização da vida comunitária e à redução de oportunidades para a ocorrência de actos fortuitos de violação sexual e de abusos. Dos testemunhos recolhidos e da pesquisa realizada pela Comissão, apenas um caso neste período envolve uma criança, embora se deva reiterar que 33,9% (289/853) dos casos reportados não incluem dados sobre a idade da vítima.

O caso relatado à Comissão indica que violação sexual continuou a ser utilizada para castigar as jovens membros de redes clandestinas. Em 1993, YM tinha 15 anos de idade e vivia em Malabae (Atsabe, Ermera). Contou que foi capturada com duas outras mulheres, quando regressavam de uma reunião com as Falintil, e foi posteriormente violada em Polsek Atsabe, por um agente de polícia chamado C84 (actualmente é agente da Polícia Nacional de Timor-Leste, PNTL).²⁵¹

1999

Os casos de violência sexual contra mulheres em 1999, relatados à Comissão, ocorreram no contexto do caos e da violência que se seguiu à Consulta Popular. Durante o período de deslocação forçada da população para Timor Ocidental, foram queimadas aldeias inteiras e foram separadas crianças das respectivas famílias. Esta situação deixou as crianças vulneráveis à violência e ao abuso.

O caso mais infame talvez seja porventura o de ZM, que foi levada por um membro das milícias para Timor Ocidental quando tinha 15 anos e que nunca mais regressou a casa:

ZM (Alola)

(Relatado pela sua tia, ZM1, em Novembro de 1999)

Depois da votação, o pai de ZM fugiu para as montanhas. No dia 5 de Setembro, ZM, o seu irmão mais novo, ZM2 (13 anos de idade) e eu, a sua tia, ZM1, refugiámo-nos na Igreja de Suai (Covalima), para estarmos com o padre Hilário. No dia 6 de Setembro de 1999, por volta das 2 e 45 da tarde, a igreja foi atacada pelas milícias Mahidi e Laksaur, em conjunto com o TNI e funcionários do governo. Os atacantes dispararam, bombardearam, torturaram e queimaram. ZM assistiu à morte do seu irmão, ZM2, durante o ataque.

Fomos obrigados a deixar a igreja e depois obrigados a dividir-nos em dois grupos — um grupo que se refugiou na escola preparatória e o outro grupo no Kodim. Ficamos no Kodim durante uma semana, de 6 a 12 de Setembro. Enquanto lá estivemos, mesmo à minha frente e perante o administrador distrital Herman, um membro da milícia Laksaur chamado C86 levou a ZM. Ele disse “Tu és uma prenda que a guerra me deu.” ZM foi então retirada do seio da sua família e arrastada por C86 para onde quer que este praticasse os seus actos de violência.

C86 levou ZM para o quartel-general da Laksaur, no campo de refugiados de Rainhenek, Betun (Suai, Covalima) com as suas outras duas mulheres. Fosse onde fosse, ZM era constantemente vigiada pela milícia Laksaur, mesmo quando ia à casa de banho. Foi obrigada a dormir entre as mulheres de C86. Quando a vi pela primeira vez, ela só chorava e não disse nada, porque estávamos a ser vigiadas. Uma vez estava tão doente que teve de levar soro. Foi-me permitido vê-la uma vez, vigiada pela milícia Laksaur.

Ela agora está grávida de dois meses (Novembro de 1999). Ainda está nas mãos da Laksaur, especificamente de C86. A família quer que volte, mas receamos pela sua vida.²⁵²

Alola permanece com C86 em Timor Ocidental, Indonésia.

Depois do Massacre da Igreja de Suai, as mulheres e as crianças foram mantidas em cativeiro numa escola preparatória. AN tinha 17 anos de idade na altura. Lembra-se de que todas as noites as mulheres eram levadas para o exterior, individualmente. Ela descreveu a sua vez de ser levada, da seguinte forma:

No dia 11 de Setembro de 1999...os milícias da Laksaur apontaram uma luz para a minha cara e abriram o meu sarong...Ordenaram-me que acordasse e ameaçaram que, se assim não fizesse...matariam todas as pessoas que estavam à minha volta. Fui obrigada a levantar-me; depois, arrastaram-me para fora e fui levada por um membro da milícia chamado C87. Fui violada e depois trazida de volta para o edifício. A única coisa que podia fazer era chorar.²⁵³

Depois disso, as mulheres foram levadas para um outro edifício. AN foi violada de novo no dia 14 de Setembro, desta vez por um polícia que fazia parte dos serviços de informação indonésios.

Vários casos do distrito de Aileu são reveladores dos acontecimentos na altura. Em Setembro de 1999, BN tinha 14 anos quando foi transferida de sua casa, em Lequidoe (Aileu), para a vila de Aileu em preparação da partida para Atambua. Ela e a irmã mais velha ficaram alojadas no centro de saúde local. BN foi chamada a casa do chefe do subdistrito e, no caminho, foi violada por C88, um membro da milícia *Aileu Hametin Integrasi (AHI, Aileu Fortalece a Integração)* e, posteriormente, por um agente da Brigada Móvel da Polícia, (*Brimob*). Ela descreve:

Quando íamos a meio do caminho, C88 empurrou-me para dentro de uma casa vazia, perto do campo de futebol de Aileu. Quando lá chegámos, C88 ameaçou-me com

*uma faca, para eu deixar que ele me violasse. Como tinha medo, deixei-o fazer comigo o que queria. Na noite seguinte fui levada outra vez por três membros da [Brigada Móvel da Polícia] [identidades desconhecidas] para uma casa vazia, perto do centro comunitário de saúde de Aileu, onde um deles me violou. Os outros dois não participaram, mas ficaram de guarda à porta, com as suas armas.*²⁵⁴

No dia 1 de Setembro de 1999, CN, uma rapariga de 12 anos, participou nos ensaios de danças tradicionais para a campanha do CNRT no seu suco de Namleso (Lequidoe, Aileu). No dia 9 de Setembro, apareceu a milícia *AHI* e queimaram as habitações do suco. No dia seguinte, os membros da milícia voltaram e começaram a disparar, pelo que CN e a sua família fugiram. Quando chegaram à estrada principal, um membro da milícia, de nome C89, abordou-a, esbofeteou-a na cara, agarrou-a pelos seios e pelas nádegas e ameaçou matá-la com uma pistola.

Também em Aileu, no dia 4 de Setembro de 1999, DS fugiu com a mãe porque ouviram dizer que o seu suco, Selo Kraik, ia ser incendiado. Na altura, DS tinha 17 anos e foi com a mãe para junto de um tio em Aileu. Passados alguns dias, um membro da milícia, C90, ameaçou a mãe de DS para que a entregasse. Ele deteve a DS durante uma semana, tendo-a violado à noite. Quando tentou fugir, foi ameaçada de morte. No dia 14 de Setembro, C90 levou DS para Díli e depois ela viajou com a família dele para Atambua. DS viveu com a família de C90 em Atambua durante duas semanas, até que a esposa deste começou a desconfiar e DS teve de admitir ter sido tomada como segunda esposa de C90. Foi posta fora de casa e, por fim, conseguiu regressar a casa.²⁵⁵

EN, de Ainaro, viveu uma experiência semelhante. Contou que, no dia 23 de Setembro de 1999, quando tinha 9 anos, membros da milícia *Mahidi* foram à sua aldeia e obrigaram a população a segui-los até Atambua. EN começou a andar a pé com a mãe, mas a mãe ficou muito para trás e foi abatida por C91, um membro da *Mahidi* e parente do seu pai.

Quando chegaram a Betun (Timor Ocidental), C91 levou EN para viver com ele e com a sua esposa. Durante uma semana, EN foi mantida num quarto sem portas e violada todas as noites por C91. Ela explicou:

*À noite, C91 aproveitava o facto de a esposa estar a dormir para ir ao meu quarto. Eu queria gritar, mas C91 tapava-me a boca com a mão. Depois arrancava-me a roupa e dormia em cima de mim. Não havia absolutamente nada a tapar o meu corpo. C91 beijou-me e violou-me três vezes, embora por pouco tempo, porque tinha medo que a mulher descobrisse.*²⁵⁶

Passada uma semana, um tio de EN, membro do *TNI*, foi buscá-la.

7.8.4 A transferência de crianças para a Indonésia

Desde os primeiros anos da ocupação até à chegada das forças de manutenção da paz em Setembro de 1999, foram levadas ou transferidas para a Indonésia vários milhares de crianças timorenses. Embora algumas destas crianças mantivessem o contacto com as respectivas famílias e, eventualmente, conseguissem regressar, outras nunca regressaram a Timor-Leste e as suas famílias desconhecem o seu destino ou o seu paradeiro.

Nos primeiros anos após a invasão, a maior parte das transferências de crianças para a Indonésia foi concretizada por soldados individualmente que, numa atitude oportunista, levavam as crianças, normalmente sem a família ou o seu consentimento. À medida que o tempo passou, a prática de transferência de crianças foi sendo oficialmente regulamentada. No entanto, na prática, as crianças continuaram a ser raptadas, ou o consentimento dos pais era obtido através de coacção, declarada ou subtil. Alguns funcionários civis e, mais tarde, departamentos governamentais, também estiveram envolvidos na movimentação de crianças. A partir dos finais da década de 1980, as instituições religiosas assumiram um papel crescente nesta prática. Mandavam as crianças timorenses viver e estudar em instituições indonésias, por vezes sem o consentimento das famílias, ou sem garantir um mecanismo para que as famílias pudessem manter o contacto com os seus filhos.

Depois da Consulta Popular de 1999, teve início uma nova vaga de transferências, provocada pela deslocação de dezenas de milhares de famílias e por uma última tentativa dos pró-integracionistas em darem continuidade, por outros meios, à luta pelo futuro de Timor-Leste. A maioria era composta por crianças retiradas dos campos em Timor Ocidental, frequentemente com a autorização dos pais ou tutores, que procuravam um lugar mais seguro para as crianças sob o seu cuidado. No entanto, alguns pais que aceitaram a retirada temporária dos filhos têm enfrentado dificuldades em trazê-los de volta a casa, ou até em contactá-los.

Relativamente ao período de 1999, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) afirma que:

A luta mais geral pela independência de Timor-Leste foi, em certa medida, projectada e combatida através de tentativas de controlo das crianças.²⁵⁷

Esta afirmação é aplicável a todo o período da ocupação. A prática generalizada de retirar as crianças revela um quadro mental em que o controlo sobre o território de Timor-Leste é colocado num patamar idêntico ao do controlo desbragado sobre as suas crianças. Isto foi manifesto ao longo de todo o período do regime da Nova Ordem na Indonésia. Os membros das *ABRI* e outros indivíduos em posições de autoridade em Timor-Leste sentiam-se no direito de levar crianças timorenses para casa, sem a autorização dos pais.

Houve também a exposição pública de criança timorense no Palácio Presidencial em Jacarta, em 1977 (ver, adiante, secção intitulada Transferências por funcionários civis e organizações de caridade). Esta prática estava habitualmente associada a objectivos mais amplos de ordem política, religiosa ou ideológicos, especialmente à medida em que se foi institucionalizando ao longo do período da ocupação. Os militares, o Governo e os organismos religiosos agiam frequentemente em uníssono.

Existem normas internacionais que ditam o modo como as crianças, em particular as que não se encontram aos cuidados de uma família, devem ser tratadas pelo Estado, tanto em condições de conflito armado como em tempo de paz. Em conformidade com a Convenção IV de Genebra, a Indonésia enquanto potência ocupante, detinha responsabilidade para com as crianças de

Timor-Leste ao longo de todo o período abrangido pelo mandato da Comissão. A Indonésia estava obrigada a:

- Evacuar as crianças da zona de conflito (artigo 17º).
- Assegurar que membros de uma mesma família não fossem separados (artigo 49º).
- Assegurar que as crianças de idade inferior a 15 anos, separadas de suas famílias ou órfãs, não fossem abandonadas a si próprias (artigo 24º).
- Assegurar a reunião das crianças com os pais, ou a entrega a cuidado de familiares ou amigos (a entrega da criança a uma instituição deve constituir recurso último).
- Assegurar que são tomadas todas as medidas necessárias para identificar e registar a filiação das crianças (artigo 50º) (O Estado não pode alterar o estatuto pessoal das crianças), e
- Assegurar a educação das crianças, se possível por pessoas da sua nacionalidade, língua e religião (artigo 50º).

Sendo, na prática, o poder de Estado em Timor-Leste, a Indonésia ao ratificar em Setembro de 1990 a Convenção sobre os Direitos da Criança, comprometeu-se a ter primordialmente em conta o interesse superior da criança ao tomar decisões relativas a crianças. Tal significa que, durante o período de ocupação, a Indonésia estava obrigada a:

- Ter em conta o interesse superior de criança, sempre que possível (Artigo 3º, nº 1).
- Regulamentar os processos de adopção e assegurar que a adopção é realizada sob controlo das autoridades competentes de acordo com a lei aplicável (artigo 21º).
- Combater a deslocação e a retenção ilícitas de crianças no estrangeiro (artigo 11º).
- Impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças (artigo 35º).
- Não privar as crianças da prática livre da sua própria religião e outras crenças (artigo 30º).
- Assegurar que uma criança separada da família, fosse cuidada pelo Estado, tendo em consideração os antecedentes culturais da criança (artigo 20º), e
- Proteger a criança de todas as formas de exploração (artigo 36º).

Ao contrário do que aconteceu relativamente às restantes secções deste subcapítulo, a deslocação de crianças de Timor-Leste para a Indonésia não foi objecto de análise ou pesquisa estatística. Na realidade, as conclusões da Comissão baseiam-se em fontes secundárias e na extensa quantidade de provas complementares recolhidas através de entrevistas conduzidas pela Comissão e por investigadores independentes, tanto em Timor-Leste como na Indonésia. A Comissão não tem conhecimento de qualquer relato relativo a crianças deslocadas involuntariamente para outros países para além da Indonésia embora não tenha realizado investigação com esse objectivo específico.

Número de crianças enviadas para a Indonésia

Uma vez que, durante o período da ocupação, se verificou uma quase total ausência de regulamentação sobre a retirada de crianças de Timor-Leste para a Indonésia e dado que esta se realizava através de canais diversificados, torna-se impossível determinar com precisão o número de crianças deslocadas. No entanto, é possível fazer uma estimativa baseada na informação disponível. O CICV informou a Comissão de que recebeu mais de 4.000 relatos de pessoas desaparecidas durante esse período, a maioria das quais no final da década de 1970 e 1980. Centenas destes relatos eram relacionados com menores à data do seu desaparecimento

e incluem crianças levadas por soldados, depois de terem servido como *TBO*.²⁵⁸ Mário Carrascalão disse à Comissão que, nos dez anos em que foi governador de Timor Leste (1982 a 1992), 20 a 30 crianças eram anualmente dadas como desaparecidas.²⁵⁹

A estimativa mais elevada do número de crianças desaparecidas foi apresentada por um oficial na reserva, que esteve destacado em Timor-Leste durante quase dez anos, do final da década de 1970 a 1980 e que serviu com o general Benny Murdani. Ele afirmou que os soldados tinham levado milhares de crianças de Timor-Leste. A sua estimativa não inclui as crianças transferidas por instituições religiosas ou de caridade no decurso do mesmo período.²⁶⁰

Se incluirmos as crianças retiradas em 1999, a estimativa do número total de crianças levadas para a Indonésia sobe consideravelmente, mas os números apresentados revelam acentuada variabilidade. Um estudo conjunto do Conselho Internacional de Refugiados (*IRC*), do ACNUR e do Conselho da Solidariedade Estudantil, realizado no final de 2001 quando muitos dos refugiados já haviam regressado a casa, estima que em 2.400 o número total de crianças enviadas para a Indonésia durante os anos da ocupação. Um representante do ACNUR afirmou em audiência pública que, entre 1976 e 1999, podem perto ter sido retiradas de Timor-Leste 4.534 crianças.^{LXXIX}

Com base nestas estimativas, a Comissão está convicta de que foram enviados vários milhares de crianças de Timor-Leste para a Indonésia. No entanto, é importante reconhecer que estas transferências ocorreram num contexto que abrange grande diversidade de situação, desde a transferência não regulamentada de crianças pequenas sem o devido consentimento, à coacção de crianças e pais, até ao consentimento informado.

Tal como sucede com o número total de crianças transferidas, também é difícil determinar o número de casos por resolver, porque as diferentes agências utilizam critérios distintos para o encerramento, ou não, dos casos. Num seminário organizado pelo ACNUR e realizado em Díli em Maio de 2003, foram identificados 770 casos pendentes relativos a todo o período da ocupação.^{LXXX} Segundo o ACNUR, em 29 de Fevereiro de 2004 ainda se encontravam 221 crianças na Indonésia, separadas dos respectivos pais que se encontravam em Timor-Leste, o que revela uma redução relativamente à estimativa de 600 crianças realizada em Junho de 2003.²⁶¹ Em 31 de Dezembro de 2004, data do encerramento do programa de reunificação do ACNUR, encontravam-se pendentes 107 casos; 72 crianças permaneciam na Indonésia (Java e Sulawesi) e desconhecia-se o paradeiro de 27 crianças.²⁶² O mandato do ACNUR estava restringido às separações ocorridas em 1999, não incluía casos em que tanto os pais como a criança se encontravam na Indonésia e considerava caso encerrado a partir do momento em que a criança atingisse os 18 anos. Consequentemente, o número de crianças transferidas que ainda não regressaram é certamente muito superior.

^{LXXIX} Depoimento do ACNUR na Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004. Os números indicam o número total de casos registados no ACNUR. Entre 1999 e 31 de Dezembro de 2004, 2.365 crianças foram reunidas com os pais ou tutores e 2.062 casos foram encerrados, por transferência da responsabilidade sobre as crianças. Encontram-se pendentes 107 casos. Entrevista da CAVR a Manuel Cárceres ACNUR, Díli, 28 de Março de 2005.

^{LXXX} Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Evaluation And Policy Analysis Unit, *Evaluation of UNHCR's repatriation and reintegration programme in East Timor, 1999-2003*, preparado por Chris Dolan, Judith Large, Naoko Obi, UNHCR, Geneva, 24 de Fevereiro de 2004, p. 61. A distribuição era de 508 crianças do sexo masculino e 262 crianças do sexo feminino; 29 no grupo etário 0-5 anos, 262 no grupo etário 6-12 anos, 228 no grupo etário 13-15 anos e 251 no grupo etário 16-18 anos.

Padrões ao longo do período de mandato

1976/1979

A maioria dos casos de retirada de crianças de Timor-Leste para a Indonésia ocorreu no período compreendido entre 1976 e 1979. Tratou-se de um período de ruptura profunda na vida familiar e comunitária em Timor-Leste, causada pela invasão indonésia e subsequentes operações militares. O contexto prevalecente de caos, de coacção e de impunidade, bem como o elevado número de crianças órfãs ou separadas dos seus familiares, criou as condições para a deslocação generalizada de crianças.

A pesquisa realizada pela Comissão sobre este período revela dois padrões. O primeiro padrão abrange os militares de baixa ou média patente que levaram crianças encontradas sozinhas em zonas de combate ou que retiraram as crianças directamente às famílias. A maioria destes casos relatados à Comissão ocorreu sem o consentimento dos pais, ou de outros responsáveis pela criança. O segundo padrão abrange as crianças enviadas para a Indonésia por funcionários públicos ou organizações de caridade conhecidas. Ambos os padrões levantam questões diferentes relacionadas com o consentimento e a responsabilidade estatal e serão analisadas em separado, adiante.

Crianças levadas por soldados agindo a título individual

A Comissão recebeu relatos em primeira mão, tanto de pais como de crianças e de militares, sobre crianças que foram levadas de Timor-Leste por soldados que agiram a título individual. Como referido anteriormente, um oficial do Exército indonésio, na reserva, estima que tenham sido levadas milhares de crianças desta forma. A maioria destes casos envolve soldados de baixa patente, que levaram as crianças com eles quando regressaram a casa. Um homem, que partiu voluntariamente num navio militar em 1976, quando tinha 18 anos de idade, recorda-se de ter visto a bordo algumas crianças:

*Na altura havia 21 crianças no navio. Haveria provavelmente duas nas mesmas boas condições que eu. Havia outras que trabalhavam para a companhia. E também havia algumas que talvez tivessem sido abandonadas...algumas que não tinham pais, pelo que foram trazidas. Talvez alguns dos [soldados] não tivessem filhos.*²⁶³

Normalmente, as crianças levadas desta forma foram encontradas em zonas de combate, depois de os pais terem sido mortos ou de terem sido separadas das famílias. A Comissão ouviu testemunho apresentado por funcionários de duas instituições onde, por vezes, os soldados deixavam estas crianças até regressarem a casa. De acordo com um indivíduo que trabalhou no Hospital Wira Husada, o hospital militar de Díli, em 1976 os soldados trouxeram muitas crianças de tenra idade de fora de Díli, para serem tratadas no hospital. As crianças estavam muito fragilizadas e subnutridas e muitas morreram. Frequentemente, os soldados levavam os sobreviventes para a Indonésia, uma vez terminada a sua comissão de serviço. Sempre que podiam, os funcionários timorenses levavam as crianças para suas habitações, de modo a evitar que os soldados as levassem.²⁶⁴

Os soldados também deixaram crianças ao cuidado do orfanato *Seroja*, em Díli.

O Orfanato Seroja

O orfanato *Seroja* (*Panti Asuhan Seroja*) foi instituído no dia 1 de Abril de 1976 pouco depois da invasão indonésia, pelos soldados do *Kodam* (Comando Regional) *VIII Brawijaya*, no local de um orfanato previamente existente no Bairro Formosa, Díli.

No momento da sua inauguração, encontravam-se 26 crianças no orfanato, mas esse número cresceu rapidamente. Os soldados traziam crianças das zonas de combate.^{LXXXI}

Segundo Guilherme dos Reis Fernandes, que trabalhou durante muitos anos no orfanato *Seroja* e foi o seu director entre 1988 e 1990, a instituição recebia não só órfãos, mas também crianças que tinham perdido um dos progenitores, tinham os pais no mato, ou cujos pais não tinham os meios necessários para pagar os seus estudos. Ele também se recorda que:

Foram trazidas muitas crianças dos distritos sem qualquer explicação e era frequente haver pais que vinham à procura dos filhos e os levavam de volta.

Um dos seus antigos colegas do orfanato acrescentou que, muitas vezes, as crianças eram deixadas no orfanato com pouca ou nenhuma informação sobre o local onde foram encontradas, ou as circunstâncias que originaram a sua ida para o orfanato. As barreiras linguísticas também contribuíram para estes problemas. Segundo um dos residentes:

*Por vezes, alteravam o nosso nome, adoptando o do soldado que nos tinha levado para o orfanato Seroja.*²⁶⁵

Para além de cuidar das crianças, até estas serem levadas pelos soldados para a Indonésia, o *Seroja* intervinha directamente na transferência de grupos de crianças de Timor-Leste. Guilherme dos Reis Fernandes soube que, nos dois anos em que o *Seroja* foi gerido pelos militares (antes de ele começar a trabalhar lá), foram enviadas cerca de 60 crianças do orfanato para a Indonésia. Entre estas constava um grupo conhecido como “as Crianças do Presidente”, do qual fazia parte Petrus Kanisius Alegria (ver adiante). Mário Carrascalão disse à Comissão que, durante o mandato do seu antecessor, Arnaldo dos Reis Araújo, o orfanato também tinha organizado a transferência de crianças para Bandung (Java Ocidental) e para Semarang (Java Central).

Em Agosto de 1978, o *Kodam Brawijaya* entregou a tutela do orfanato ao Departamento Provincial de Serviços Sociais. Os soldados continuavam a visitar as cerca de 80 crianças nos períodos de férias ou para celebrar o aniversário das respectivas unidades. Um antigo residente recorda-se que, depois da chegada de um grupo de 15 crianças provenientes de Ataúro, por volta de 1983, os soldados apareciam regularmente, para verificar se as crianças tinham tido algum contacto com os pais.^{LXXXII}

Depois da transferência de tutela para os Serviços Sociais, um funcionário recorda-se de uma ordem, transmitida oralmente, que especificava que as crianças timorenses não deveriam ser adoptadas por pessoas de fora do território, em particular, por soldados.

Alguns soldados levavam as crianças que lhes tinham servido como *TBO*. Alfredo Alves recorda a sua partida de Díli num navio:

^{LXXXI} Entrevista da CAVR a Maria Margarida Babo, que começou a trabalhar no *Seroja* dez dias após a sua inauguração, Díli, [Sem data].
^{LXXXII} *Ibid.*

Eu vi muitas outras crianças no navio, embora não saiba quantas. Nós tínhamos sete crianças no nosso pelotão. Cada batalhão indonésio tinha quatro companhias, cada uma com três pelotões. Se fizemos uma estimativa grosseira de 3 a 4 crianças por pelotão, então ao todo tínhamos cerca de 30 a 40 crianças. Mas pode ter havido pelotões cujo comandante cumprisse as instruções e não deixasse os seus homens levar as crianças com eles.²⁶⁶

A história de Alfredo Alves também revela como as crianças eram enganadas para deixar Timor-Leste (ver texto de caixa, adiante).

A Comissão também foi informada de um certo número de casos de crianças raptadas às famílias por soldados. Em Ponilala, Ermera, foi tirada à mãe uma criança de oito meses chamada Verónica, em 1977. Na altura, Manuel Martins trabalhava como *TBO* para um soldado chamado C92, que era membro da Polícia Militar. Ele recorda-se de ter visto C92 dar roupas e leite a Verónica, dar-lhe banho e andar com ela ao colo. C92 disse que não tinha filhas e que a Verónica era parecida com os seus filhos. No último dia da sua comissão de serviço em Ermera, C92 foi a casa de Verónica e levou-a, deixando um saco de arroz. C92 prometeu educá-la e mandá-la de volta para Timor-Leste, mas a família nunca mais teve qualquer contacto com Verónica, mesmo depois de a mãe da criança ter pedido ajuda ao CICV para localizar a filha.²⁶⁷

Yuliana (Bileki)

Esta história tem um final mais feliz. Uma rapariga de 5 anos de idade, Bileki, de Dare (Hatu Bulico, Ainaro), foi levada para Jacarta, em 1978, por um soldado da *Kopassus*, que tinha conquistado a sua amizade com chocolates e prendas. Depois de passar cinco dias com a família do soldado, ela foi entregue a outras duas famílias. A última família proporcionou-lhe um bom lar e deram-lhe um novo nome, Yuliana. Uma vez adulta e já casada, com três filhos seus, Yuliana procurou, sem êxito, encontrar a sua família em Timor-Leste através de um jornal. Mais tarde, encontrou-se com um investigador da Comissão em Jacarta, que conseguiu localizar a família dela através da rádio da Comissão.²⁶⁸ Em Julho de 2004, Yuliana foi trazida a Timor-Leste pela Comissão e reuniu-se com a sua família nas montanhas de Ainaro. Contou a sua história na Audiência Pública da Comissão:

Num Domingo, depois da primeira missa, um soldado perseguiu-me e apanhou-me, levando-me depois para a pista de aviação de Ainaro. Levaram-me para Díli de helicóptero. Na altura estávamos em guerra e eu fui separada dos meus pais, no entanto, o meu tio não queria deixar que C93 me levasse, já que ele não era meu pai. Em Díli, vivi com as esposas dos militares, numa casa de hospedagem. Um dia quase me perdi em Díli, quando tentei fugir para encontrar os meus pais, o meu tio e o resto da minha família.

Depois de viver três a seis meses em Díli, quando a guerra em Ainaro terminou, C93 voltou a Díli e levou-me logo para Jacarta. Em Jacarta vivi pouco menos de um ano com C93 e depois mudei de mãos várias vezes. Da casa de C93 fui viver para a casa do Sr. Ordin e, por fim, fui viver com o meu pai adoptivo, Tatang Yogosara. Eu estava triste porque ainda era muito pequenina. Enquanto vivia com a família do Sr. Tatang Yogosara sentia-me muito só. Na altura, só podia recordar-me dos nomes dos meus pais, Kuilbere e Maria e do meu irmão mais velho, Maumali e do meu nome verdadeiro, Bileki.

Enquanto vivi com a família do Sr. Tatang Yogosara, não senti que fosse tratada de forma diferente por ser uma estranha. Vivi com uma família cujos membros se amavam uns aos outros. Agora tenho a minha própria família e três filhos. O meu marido, Petrus Tapis, é de Tanah Teroja em Ujung Pandang, Sulawesi. Os meus três filhos são Veronika Ratu Rosari, Klara Monika Misi e Abraham Moris.

Na verdade, em 1999, antes da destruição de Timor-Leste, já andava à procura da minha família através do jornal Suara Timor Timur. Coloquei um anúncio no jornal...Quase obtive uma resposta...o jornal disse-me que o meu irmão mais velho, Maumali, tinha-me procurado. Mas depois [da votação] não soube mais nada até encontrar a D. Filomena e a D. Helena [uma investigadora que trabalhava para a Comissão].

O meu marido é um bom cidadão, que valoriza os direitos das pessoas. Sabe a minha nacionalidade, sabe que sou timorense e que tenho de ir a Timor, não para abandonar a minha família, nem pensar! Mas Deus queira que eu não morra antes de ter encontrado a minha própria família.²⁶⁹

Maria Legge Mesquita foi levada por soldados depois de o pai ser morto no mato. Ela e outras crianças raptadas foram resgatadas por uma família bastante expedita, quando estavam prestes a partir para a Indonésia:

Quando a tropa estava pronta a partir, depois de terminarem a comissão de serviço, pegaram em cinco crianças, eu incluída e colocaram-nos dentro de caixotes. Fomos colocados em caixotes, uma criança por caixote, como galinhas. Recordo-me de uma família que trabalhava para a Cruz Vermelha, e que andava à procura dos próprios filhos — receavam que os soldados lhes tivessem levado os filhos. Essa família encontrou-nos e libertou-nos a todos. Os membros daquela família foram espancados por causa disso, mas como já não nos encontraram, acabámos por não partir.²⁷⁰

A história de Maria demonstra não só que as crianças eram raptadas, mas que as famílias que resistiam eram castigadas.

A história de QN é semelhante:

O rapto de um bebé em Ermera

A mãe de QN contou-lhe que ela quase foi raptada por um militar. QN nasceu em 1978 e viveu com a sua família num campo de concentração em Kota Lama (Cidade Velha), Ermera. Um comandante de companhia no campo, C94 de Sulawesi^{LXXXIII} obrigou o seu irmão mais velho a servir como *TBO*. Também queria levar QN, mas a família dela resistiu. Então, o comandante meteu QN numa caixa e levou-a para Díli.

A mãe de QN queixou-se imediatamente do rapto ao padre de Ermera, que contactou algumas freiras e padres em Díli. Um *TBO* que trabalhava no *Kodim* informou as freiras que havia uma bebé de Ermera dentro de uma caixa, no *Kodim*. A mãe de QN foi directamente para Díli e enfrentou o soldado que lhe tirara a filha. Deram-lhe vários pontapés, mas, como se manteve firme, ele deixou-a ver o bebé. Felizmente, conseguiu provar que se tratava da sua filha ao revelar um sinal congénito que a bebé tinha atrás do pescoço e QN foi devolvida à mãe.

Mas a família da QN sofreu consequências graves por este confronto e o oficial ainda conseguiu levar um bebé. Em Ermera, C94 disparou contra a mãe de QN e prendeu o irmão, que tinha 18 anos de idade, tendo-o espancado e torturado. O rapaz foi colocado num buraco cheio de dejectos, onde a mãe o encontrou passados alguns dias. Duas das irmãs mais velhas de QN foram também torturadas e violadas por C94 e uma ficou grávida e deu à luz uma bebé. C94 voltou a Ermera e levou esta bebé para a Indonésia. A família não voltou a ter notícias do destino da bebé.²⁷¹

A história de QN é mais um dos casos em que os soldados pediam (ou pressionavam) aos pais ou tutores que autorizassem que as crianças fossem levadas para a Indonésia.

Domingos de Deus Maia, um padre que trabalhava no campo de concentração de Letefoho (Ermera) em 1977, recorda-se que alguns soldados pediram-lhe que assinasse uma carta cedendo uma criança para a levar para a Indonésia. Ele recusou-se a fazê-lo. Pouco depois, os pais de duas outras crianças informaram-no de que o Exército ia levar os seus filhos à força. Ele apresentou imediatamente queixa ao comandante, um cristão, que se deslocou ao camião que estava a ser carregado para partir de Letefoho. O comandante descarregou o camião e encontrou uma criança escondida num caixote. Houve então uma grande algazarra entre os soldados.²⁷²

^{LXXXIII} QN julga que o comandante da companhia pertencia ao Batalhão 152, mas a pesquisa realizada pela CAVR indica que é mais provável que pertencesse ao Batalhão 122.

Por vezes, pediam aos pais que assinassem documentos de adopção. As razões para eles concordarem eram múltiplas. Em alguns casos, os pais cediam a ameaças e à coacção impudente. A Comissão também possui informação de casos em que a pressão foi mais subtil e resultante de uma situação em que era praticamente impossível recusar o pedido do soldado. Outros acreditavam que os seus filhos estariam mais seguros, ou que receberiam uma melhor educação fora de Timor-Leste. Neste último caso, muitos pais receberam a promessa de que, um dia, os filhos regressariam a casa, o que raramente aconteceu.

Em alguns casos foram elaborados documentos formais de adopção, assinados por oficiais militares. Um conjunto completo de documentos de adopção consistia num acordo manuscrito e testemunhado pelo comandante do *Koramil* de Bobonaro, pelo administrador do subdistrito e diversas outras pessoas, e numa declaração impressa, onde constavam os nomes dos pais naturais e adoptivos e os das suas respectivas testemunhas.^{LXXXIV} No entanto, os acordos de adopção de crianças nem sempre foram celebrados de livre vontade:

Adopção forçada: A história de Aidia

Em 1975, tinha acabado de sair do mato e vivia num campo em Bobonaro. O meu marido tinha morrido e eu tinha uma filha chamada Kustantina, que tinha cerca de três anos. Enquanto lá vivíamos, [um soldado indonésio] chamado C95 costumava levar a minha filha ao posto militar. Todas as manhãs aparecia e levava-a, trazendo-a de volta pela tarde. Ele dizia sempre que o fazia por gosto. Esta situação arrastou-se durante muito tempo, apesar de eu nunca ter ido ao posto militar porque tínhamos medo dos soldados. Eu estava sempre a perguntar a mim própria porque é que o soldado levava a minha filha tantas vezes.

Um dia, ele veio ter comigo e disse: “Eu gosto muito da sua filha, porque eu próprio não tenho filhos.” Na verdade ele já não era muito novo – já tinha idade [para ter tido filhos]. Ele continuou: “Eu gostava de a levar para minha casa. Quero dar-lhe uma educação e depois disso ela pode voltar.” Ele disse que, como eu era uma mulher sozinha, não iria conseguir mandá-la para a escola.

Depois, disse que eu tinha de o acompanhar ao Koramil para assinar certos documentos. O meu pai e o meu tio foram chamados para vir connosco. Havia pessoas no Koramil, mas não sei quem eram e não sei ler. Não sei se o comandante estava presente ou não. Não sei se todos os que assinaram estavam lá ou não. Temukung (o chefe do meu suco) também não conseguia ler os documentos e não sabia o que diziam, porque não sabíamos indonésio e não fomos informados do seu teor. C95 disse que apenas queria mandá-la para escola e que ela depois voltava. Deu-me algum dinheiro, mas mais nada.

Na verdade, C95 estava de partida. Já tinha as malas feitas. Depois da sua partida, a minha família disse que não podíamos fazer nada, porque [nos documentos] estava a minha impressão digital. Eu só dei a minha filha porque tinha medo. Eles tinham pistolas e eu sentia que não tinha alternativa. Mas agora vivo com a esperança de que o homem cumpra a sua promessa e que, um dia, a minha filha volte para mim...Vou muitas vezes até a praia, respiro o ar fresco e recordo-me da minha filha, que me foi tirada e está do outro lado das águas.²⁷³

A retirada de crianças era política militar oficial?

A Comissão encontrou poucos indícios de que a retirada de crianças timorenses para a Indonésia fosse política militar oficial.^{LXXXV} Na verdade, os indícios sugerem que, pelo menos, quando os militares de baixa patente estavam envolvidos, os militares de patente mais elevada não aprovaram esta prática. Um padrão comum a vários casos acima referidos é o facto de as

^{LXXXIV} Documento constante no Arquivo da CAVR. O documento também contém as assinaturas do comandante da companhia do quartel-general do Batalhão 507 e do chefe de suco de Bobonaro (Bobonaro).

^{LXXXV} Apesar dos rumores persistentes sobre a existência de documentos militares instruindo os soldados a levarem crianças para a Indonésia, para as educarem como muçulmanas, a Comissão não conseguiu localizar tais documentos.

crianças terem sido levadas sub-repticiamente — metidas em caixas e levadas ilegalmente de navio. Alfredo Alves (ver caixa de texto adiante) recorda-se de ter sido escondido numa caixa, depois de ter ouvido a Polícia Militar dizer que os soldados não estavam autorizados a levar crianças para Sulawesi. O relato de Domingos de Deus Maia sobre a repreensão feita aos soldados pelo seu superior hierárquico por levarem crianças, é prova adicional de que os soldados agiam por iniciativa própria.

Existem provas de que, passados alguns anos, os militares tentaram regulamentar a retirada de crianças, exigindo, por exemplo, o consentimento dos pais e das autoridades.^{LXXXVI} No entanto, não existem provas suficientes para avaliar se estas medidas eram bastantes para reduzir o número de crianças levadas para a Indonésia. Na prática, num ambiente onde prevalecia a coacção, tais medidas não podiam garantir que a autorização dos pais fosse concedida de livre vontade. Existem provas consideráveis de que a conduta dos soldados contornava o regulamento, como revelado pelos inúmeros casos de crianças levadas ilegalmente de Timor-Leste em navios. Por outro lado, não existiam garantias de que, uma vez na Indonésia, a criança transferida ficasse a cargo da família do soldado que assinara o acordo, ou que a criança viesse a frequentar a escola. Na realidade, existem provas abundantes de crianças entregues a famílias que desejavam filhos, ou colocadas numa instituição. Não existem provas que sugiram que a prática de entregar crianças fosse realizada ao abrigo de qualquer sistema de regulamentação.

Transferência efectuada por funcionários públicos e organizações de caridade

Os soldados não foram os únicos a levar crianças para a Indonésia nos anos que se seguiram à invasão. Também estiveram envolvidos funcionários públicos e fundações de caridade, incluindo a da família do Presidente Suharto. De modo geral, as actividades destas entidades estavam melhor organizadas e destinavam-se, supostamente, a proporcionar uma educação às crianças timorenses. No entanto, também aqui se verificava um vazio regulamentar, as crianças eram levadas sem a autorização dos pais e, muitas vezes, foi ignorado o direito dos pais de manterem o contacto com os filhos.

A Comissão teve conhecimento da visita de um membro do órgão legislativo indonésio (*Dewan Perwakilan Rakyat, DPR*) de Jacarta, que se deslocou a Timor Leste e procurou convencer pais a enviarem os filhos para a Indonésia, onde iriam frequentar a escola. C96 era originária de Timor Ocidental mas vivia na aldeia de Boebe (Viqueque) antes da invasão indonésia. Mais tarde, tornou-se membro do *DPR*, em representação de Timor Leste. Em 1977, ela abordou alguns pais, incluindo uma mulher chamada Ana Maria, com a promessa de que os filhos seriam educados em Java. Ana Maria concordou enviar o seu filho Cipriano. Passados alguns dias, C96 levou Cipriano e mais quatro crianças, juntamente com outras três crianças de uma outra aldeia, num helicóptero militar. Segundo o tio, Duarte Sarmiento, Cipriano e o seu primo foram entregues a C96 com a autorização dos pais devido às difíceis circunstâncias na época, mas tinha-lhes sido prometido que iriam ser informados do seu endereço em Java. O primo do Cipriano regressou a Timor Leste pela primeira vez em 1984, mas sem o Cipriano. O primo contou à família que a mulher de um militar tinha visitado o Orfanato *Seroja* e levado duas crianças, o Cipriano e uma rapariga de Ainara.^{LXXXVII}

Nesse período, as fundações da família Suharto desempenharam um papel central no financiamento das instituições envolvidas na localização, transferência, alojamento e educação

^{LXXXVI} A obtenção da autorização não deve ter sido difícil. Um funcionário do Orfanato *Seroja* contou à Comissão o caso dum rapaz chamado Tomás, que vivia em *Seroja*. Representantes de uma associação de mulheres de militares (*Persatuan Istri Tentara*) deslocaram-se ao orfanato com uma carta de recomendação da sua organização e uma autorização do Departamento de Serviços Sociais, para adoptar um rapaz de 2 anos. Entrevista da CAVR a Maria Margarida Babo, Díli, [sem data].

^{LXXXVII} Entrevista da CAVR a Duarte Sarmiento, Kupang, Timor Ocidental, 8 de Fevereiro de 2004; Entrevista da CAVR a uma das outras crianças [nome retido], Bandung, Indonésia, 28 e 31 de Janeiro de 2004. Uma outra criança foi voluntariamente com os soldados e teve várias oportunidades para visitar a sua família em Timor-Leste, mas optou sempre por regressar a Java. Entrevistas da CAVR a Achmad Victor da Silva, Jacarta, Indonésia, Março de 2003 e 22 de Janeiro de 2004.

de crianças timorenses. O oficial na reserva, anteriormente citado no contexto do número de crianças levadas por soldados, explicou que a maioria das crianças era colocada em instituições educacionais privadas, geridas por Muçulmanos, Católicos ou Protestantes. As suas propinas eram financiadas pela Fundação Decreto 11 de Maio (*Yayasan Supersemar*), uma fundação financiada e gerida pela família Suharto.²⁷⁴ A percepção do valor propagandístico desta acção torna-se manifesta na publicitada transferência para Java de um grupo de crianças designadas “As Crianças do Presidente”.

“As Crianças do Presidente”

Em 1977, foi enviado um grupo de 20 crianças para Java, aparentemente num esforço para melhorar a imagem pública de Timor-Leste. Petrus Kanisius Alegria, um dos vários “representantes” do distrito de Aileu, era o mais velho do grupo:

*No dia 1 de Setembro de 1977, eu e mais algumas crianças fomos levados para Jacarta. Fomos levados pelo tenente-coronel Mulyadi [de Sulawesi]. Na altura, Arnaldo dos Reis Araújo era o governador de Timor-Leste. Ele acompanhou-nos até Jacarta. As nossas famílias não sabiam que nos iam levar para Jacarta. Chegámos a Jacarta no dia 6 de Setembro de 1977.*²⁷⁵

Petrus Kanisius Alegria foi levado para o orfanato *Seroja* em Abril de 1977, por soldados do *Kodim* de Aileu. Os pais morreram antes da invasão e ele vivia em Aileu, com um irmão mais velho, quando um soldado do *Kodim* informou o irmão que procuravam crianças para estudarem em Díli, com idades compreendidas entre os 10 e os 11 anos e cujos pais tivessem morrido no mato.²⁷⁶ O irmão não foi informado e, por isso, não tinha dado consentimento para que Petrus fosse enviado para a Indonésia.

As crianças, com uma idade média de 10 anos de idade e que eram provenientes dos distritos centrais e ocidentais, foram transportadas num avião militar Hércules.²⁷⁷ À chegada a Jacarta, visitaram lugares turísticos, tais como o Taman Mini (Jacarta Leste) e participaram numa cerimónia de boas-vindas, que contou com a presença do Presidente Suharto e do vice-presidente, Sultão Hamengkubowono IX. O Presidente disse-lhes:

*Sois os nossos filhos, pertença do Estado, e seremos responsáveis pelo vosso bem-estar, a partir de agora a vossa alimentação, vestuário e escolaridade, incluindo os estudos superiores, serão da responsabilidade do Estado.*²⁷⁸

A transferência destas crianças foi apoiada por uma fundação de Suharto, *Yayasan Dharmais*. Arnaldo dos Reis Araújo, governador de Timor Leste, enviou uma carta à *Dharmais*, em 25 de Agosto de 1977.^{LXXXVIII} Existia um acordo formal assinado entre a *Dharmais* e o orfanato de S. Tomás em Unggaran (Semarang, Java Central), datado de 4 de Setembro de 1977,^{LXXXIX} no qual a *Dharmais* prometia financiar a alimentação, o vestuário e a educação das crianças.^{XC} Suharto disse aos meios de comunicação social que a sua fundação iria disponibilizar 150 rupias diárias para cada criança. Apesar desta garantia e segundo Petrus Kanisius Alegria, o orfanato não recebia os fundos necessários para cuidar devidamente das crianças.²⁷⁹

^{LXXXVIII} A carta do governador foi enviada com cópias aos ministros dos Assuntos Internos e dos Assuntos Sociais em Jacarta e ao responsável pela Segurança Social (*Dinas Kesejahteraan Sosial*) em Díli. Também foram entregues cópias ao coordenador distrital (*Kordinator Wilayah, Korwil*) e ao comandante do Comando Regional de Defesa e Segurança (*Kodahankam*), bem como ao comandante do *Korem* de Defesa e Segurança Territorial (*Danrem Dahankam*).

^{LXXXIX} Foi testemunhado pelo administrador distrital (*bupati*) de Semarang, Iswanto e pelo responsável pelo Departamento de Segurança Social de Semarang, Kardoyo Karjosoemarto. Foi assinado pela Irmã Petrona, em nome do orfanato de S. Tomás e por Sudardi, pela *Dharmais*.

^{XC} “As crianças estão ao abandono...portanto recebem cuidados, serviços e uma boa educação. O custo da alimentação, do vestuário e da educação é da responsabilidade da fundação e está em conformidade com as capacidades e regulamentos da Fundação *Dharmais*”.

1980/1989

Durante a década de 1980, os soldados continuaram a levar crianças para a Indonésia. Por vezes, as crianças eram órfãs, ou estavam separadas dos seus pais. Não há dúvida de que, nessa altura, o número de órfãos em Timor-Leste era bastante elevado; Mário Carrascalão encomendou um estudo que concluiu que o número era superior a 40.000 órfãos, a maioria dos quais colocados em instituições:

*O problema residia naqueles que não estavam ao cuidado das missões católicas. Os militares aproveitavam-se desse facto. Havia alguns que gostavam de crianças com pele branca. Gostavam de crianças mestiças. Eram estas que eles levavam para a Indonésia.*²⁸⁰

Na década de 1980, emergiu um novo padrão na retirada de crianças por civis e militares de escalões superiores da hierarquia. Segundo Mário Carrascalão:

*Quando os militares das Forças Armadas indonésias regressavam à Indonésia, levavam sempre crianças. Todos os militares de patente elevada, como o [brigadeiro-general] C101 [comandante, de 1990 a 1991, do Kolakops, Komando Pelaksanaan Operasi, Comando de Execução das Operações] e o [brigadeiro-general] C102 [comandante do Kolakops, 1987 e 1988], levaram crianças com eles.*²⁸¹

C103, major-general do TNI, que, durante a década de 1980, trabalhou nos serviços de informação da *Kopassus* em Timor-Leste e regressou em 1999, como representante do TNI no Grupo de Intervenção Indonésio para a Implementação da Consulta Popular em Timor-Leste, chegou a ter cerca de dez rapazes a residirem na sua casa de Jacarta. Faziam parte deste grupo os primos Mário Freitas e Hércules, cujos pais foram mortos durante os bombardeamentos aéreos de 1978. Eles trabalhavam no jardim de C103, limpavam e faziam serviço de segurança. Mário Freitas fugiu, quando foi pressionado para se converter ao Islão e foi educado por padres católicos em Jacarta e Bali, enquanto que Hércules tornou-se líder de um gang em Jacarta.²⁸² C104 também “adoptou” dez jovens timorenses.^{XCI}

^{XCI} Keith Loveard, “Rising 2-Star”, *Asiaweek*, 18 de Abril de 1997. Mário Carrascalão ouviu dizer, que quando a esposa de Prabowo, Titiek Suharto, a filha do Presidente, visitou Timor-Leste no início da década de 1990, ela pediu ao vice-governador, brigadeiro-general A.B. Saridjo, para lhe encontrar uma criança cujos pais estivessem a lutar nas montanhas e não a pudessem reclamar. Segundo Mário Carrascalão, foi mandada uma criança de Lospalos para Jacarta, mas não se sabe o que aconteceu depois apesar de ter ouvido dizer que a esposa de Prabowo queria devolver a criança. Entrevista da CAVR a Mário Carrascalão, Dili, 12 de Setembro de 2003.

O caso de Tomás da Costa

Tomás da Costa nasceu em Lospalos (Lautém), no dia 3 de Abril de 1980. Quando as *ABRI* atacaram a Fretilin no mato, o seu pai, um militante da Fretilin, foi abatido a tiro. Thomas, que tinha 5 anos na altura, e a sua família foram presos pelos militares indonésios e levados para o *Koramil* de Iliomar (Lautém). Os soldados separaram Tomás da mãe e dos outros familiares e levaram-no para o quartel do Batalhão de Infantaria 745 em Lospalos, onde foi entregue ao major C105 do Batalhão 745.

Após alguns dias de interrogatório, o major C105 começou a dar tarefas a Tomás, como por exemplo, ir buscar lenha, cozinhar, ir buscar água e lavar roupa. Tomás permaneceu vários meses com o Batalhão 745 até que C105 lhe disse que tinha de ir para a escola primária local. Ele passou a frequentar a escola, mas continuava a desempenhar as suas tarefas para os militares.

Por volta de 1989, o major C105 regressou à Indonésia e levou Tomás para a sua aldeia, Bantul, (Yogyakarta, Indonésia). A família do C105 aceitou Tomás e ele frequentou a escola primária de Bantul durante mais um ano até terminar a quarta classe. Depois passou para a escola preparatória, mas a esposa de C105 começou a bater-lhe e tratá-lo como um criado. Depois de um incidente em que o Tomás foi mal tratado por C105 e pela esposa e eles lhe gritaram “Tu és um filho da Fretilin! Volta para o teu lugar!”, Tomás fugiu e apanhou um navio para regressar a casa. Chegou a Díli no dia 11 de Maio de 1998 e apanhou um autocarro para Lospalos, onde reencontrou a família.²⁸³

Existiam várias razões plausíveis para os funcionários civis e militares em postos mais elevados apoiarem a transferência de crianças. A “adopção” pública de crianças destinava-se provavelmente a reforçar a impressão de que Timor-Leste fazia parte da Indonésia. A promessa de que as crianças seriam bem tratadas era a imagem da afirmação indonésia de que estava a desenvolver o território, por oposição a Portugal, e da percepção de que tal iria fortalecer a pretensão de soberania sobre Timor-Leste. Não se sabe se alguma destas crianças foi sujeita a qualquer forma de escravidão na Indonésia.

Instituições religiosas e a transferência de crianças

As instituições religiosas indonésias começaram a trabalhar em Timor-Leste na década de 1980. Uma das componentes importantes da sua actividade era a transferência de crianças para as escolas religiosas na Indonésia. Uma das instituições religiosas mais importantes era uma organização missionária denominada Conselho Missionário Islâmico da Indonésia (*Dewan Dakwah Islamiyah Indonesia, DDII*). Segundo o dirigente da mesquita Sultan Alauddin de Makassar (Sulawesi do Sul), filiada no *DDII*, os missionários do *DDII* começaram a trabalhar em Timor-Leste em 1983. Contudo, como os missionários não podiam realizar abertamente as suas actividades, o *DDII* organizou a transferência de crianças de Timor-Leste para Makassar, entre o final da década de 1980 e os princípios da década de 1990. De acordo com os relatos existentes, estas transferências foram realizadas em colaboração com membros da secção de ‘Orientação Espiritual’ do Exército.²⁸⁴

Em 1982, foi inaugurada a Fundação de Caridade Islâmica Nasrullah (*Yayasan Kesejahteraan Islam Nasrullah, Yakin*) num vasto terreno em Culuhun, (Díli). A instituição construiu escolas primárias e secundárias, inclusive uma escola profissional e uma escola islâmica (*pesantren*) com alojamento para os estudantes provenientes dos distritos.^{XCII} A *Yakin* recrutava os seus

^{XCII} O Conselho Missionário Islâmico da Indonésia (*Dewan Dakwah Islamiyah Indonesia, DDII*) fundou a *Yakin* a 18 de Julho de 1981, George J. Aditjondro, “Yayasan-yayasan Suharto: Cakupan, Dampak, dan Pertanggungjawabannya” (“As Fundações de Suharto: a Missão, o Impacto e as Responsabilidades”), 31 de Janeiro de 1998, p.134, <http://www.geocities.com/CapitolHill/Senate/4427/mpr.htm> disponível em 30 de Março de 2005.

alunos de entre as famílias pobres de Lautém, Baucau, Viqueque e Same, e nem todos eram muçulmanos.

Entre 1983 e 1999, a *Yakin* organizou a transferência de algumas destas crianças, incluindo órfãs, para as *pesantren* na Indonésia. A maioria destas crianças tinha a idade de 10 ou mais anos.²⁸⁵ Salim Sagan, o director da *Yakin*, afirmou a um investigador da Comissão que a Fundação obteve o consentimento formal dos pais. No entanto, a Comissão não conseguiu verificar tal asserção, já que foi informada que se perderam todos os registos em 1999.^{XCIII} As entrevistas realizadas pelos funcionários da Comissão e investigadores independentes aos pais das crianças, não confirmam que os pais tenham, de facto, assinado os formulários de consentimento. Segundo relatos recolhidos, as fundações *Hidayatullah*, *An-Nur* e *Lemorai* enviaram crianças para estudarem em escolas islâmicas.²⁸⁶

As crianças timorenses recrutadas por organizações como o *DDII* e a *Yankin* iam estudar em instituições islâmicas em toda a Indonésia. Os maiores grupos concentravam-se provavelmente no Sul de Sulawesi e em Bandung, mas havia crianças noutras escolas na área da Grande Jacarta (Jacarta, Bogor, Bekasi e Tangerang), em Salatiga (Java Central) e em Surabaya, Jombang e Malang (Java oriental). Um investigador independente disse à Comissão que o coordenador dos Estudantes Muçulmanos de Timor Leste (*Mahasiswa Muslim Asal Timor Timur, Mamtim*) lhe disse que seria difícil recuperar a identidade ou confirmar o número de crianças, dada a ausência de registos. Não existia um organismo central de supervisão das crianças e à chegada das crianças aos orfanatos e *pesantren*, muitas viam os seus nomes alterados. Alega-se que a *Yakin* e a *Al-Nur* financiaram os estudos das crianças, com o objectivo de divulgarem o Islão ao regressarem a Timor-Leste após completarem os seus estudos.²⁸⁷

1990/1998

Aparentemente, durante a década de 1990, os soldados continuaram a levar crianças para a Indonésia. Leonel Guterres recorda-se de crianças de Quelicai (Baucau) a serem levadas por soldados entre 1993 e 1995. Houve um grupo de treze crianças entre os 5 e os 10 anos de idade, todas provenientes de famílias pobres. Os soldados pediram aos pais para levar as crianças, mas Leonel acrescentou que, quando se tratava de soldados, as pessoas não tinham alternativa de resposta. Entretanto, algumas dessas crianças já regressaram às suas habitações, em Quelicai.²⁸⁸

Crianças levadas por instituições religiosas

O número de crianças que partiram para a Indonésia, com o patrocínio de instituições religiosas, aumentou durante a década de 1990. Enquanto que, no início da ocupação indonésia, as actividades das organizações islâmicas eram restritas, em meados da década de 1990 a crescente influência do Islão na Indonésia permitiu que estas organizações operassem mais abertamente em Timor-Leste. Fundações baseadas em Timor-Leste e organizações nacionais indonésias continuaram a recrutar crianças para estudarem em *pesantren* ou noutras instituições por toda a Indonésia.

A maioria destas crianças, embora nem todas, pertencia a famílias muçulmanas ou recém-convertidas. Com frequência, os estudantes timorenses que estudaram na Indonésia, recrutavam uma nova geração de estudantes após a sua formação e regresso. Algumas das crianças abordadas desta forma não eram muçulmanas, mas viam este recrutamento como uma oportunidade para estudar. Após a sua chegada à Indonésia, recebiam novos nomes e eram incentivadas a converter-se. As instituições muçulmanas também recrutavam crianças

^{XCIII} “A *Yakin* financiava alunos de acordo com os perfis [número, idade e sexo] da instituição requerente na Indonésia. Se a instituição em Culuhun, Díli, albergasse crianças com o perfil solicitado, transferia-as; caso contrário, enviavam um representante ou funcionário aos distritos, para informar o *ustad*, o educador religioso da mesquita, do pedido. Ele reunia as crianças e levava-as para Díli”. Entrevista com Salim Sagan, citado in Helene van Klinken, *Islamic Children Educated in Indonesian*, depoimento disponibilizado à CAVR, 2003, p. 5.

provenientes de áreas pobre e remotas, prometendo aos pais uma boa educação à crianças e posterior regresso.

Aparentemente, tanto as famílias muçulmanas como as não muçulmanas tiveram dificuldade em manter contacto com os filhos e em assegurar o seu regresso. Em 2000, quando um estudante concluiu os seus estudos numa dessas instituições e se preparava para regressar a casa, muitos dos seus colegas timorenses perguntaram-lhe como é que podiam regressar a Timor-Leste. A maioria deles era de Manufahi, Viqueque, Baucau e Lautém; alguns não conheciam os seus pais, porque lhes foram retirados quando ainda eram muito pequenos.²⁸⁹

Programas dos Ministérios da Educação e do Trabalho

Na década de 1990, os departamentos governamentais foram responsáveis pela implementação em Timor-Leste de programas que envolviam a transferência de crianças para a Indonésia. Estes programas foram ostensivamente criados para incrementar o ensino e aumentar a empregabilidade dos jovens timorenses e, sob este ponto de vista, não representam qualquer violação dos direitos das crianças. Contudo, a Comissão foi informada de que as crianças foram obrigadas a participar nestes programas, o que consiste numa restrição à sua liberdade de movimento. Por outro lado, demonstra que a transferência forçada de criança estava a tornar-se em política oficial do Governo sustentada por razões políticas e de segurança.

Supostamente, os programas do Ministério do Trabalho (*Departemen Tenaga Kerja, Depnaker*) destinavam-se primordialmente a reduzir o universo de jovens desempregados, tendencialmente participantes de manifestações ou de outras formas de actividade política. O Ministério do Trabalho lançou o seu primeiro programa em 1990, em conjunto com a Fundação *Tiara*, de Tutut Suharto, para levar jovens timorenses para trabalhar na Indonésia. As crianças trabalhavam em fábricas ligadas à família do Presidente Suharto, como a fábrica *Indocement* em Cibinong (Bogor, Java Ocidental), as duas unidades têxteis, *Kanindotex* em Bawen (Semarang, Java Central), a *Sritex* em Sukoharjo (Solo, Java Central) e a serração de *Barito Pacific* na região oriental de Kalimantan.²⁹⁰

Estes programas foram lançados pouco depois da decisão de abrir Timor-Leste ao exterior. O mais significativo será o facto de terem coincidido temporalmente com o início da vaga de manifestações, protestos e agitação social generalizada, que foi uma característica persistente ao longo da última década da ocupação indonésia. Algumas destas manifestações de agitação, como as tensões étnicas e religiosas que deflagraram em Janeiro de 1995 por todo o Timor-Leste, estavam claramente associadas à frustração crescente dos jovens timorenses desempregados.

As promessas de empregos bem pagos que atraíam os jovens para Java e outras partes da Indonésia frequentemente não se concretizavam. Um relatório da *Asia Watch* de 1992 concluiu que os jovens que participaram neste programa, em geral, saíram de Timor-Leste de livre vontade, mas:

como foram enganados quanto à verdadeira natureza do emprego e da formação que iriam receber e como não dispunham de meios financeiros para regressarem, todo o projecto atingiu níveis de trabalhos forçados.²⁹¹

Algumas narrativas na primeira pessoa, indicam que os militares estavam profundamente envolvidos no recrutamento de jovens trabalhadores, incluindo no exercício de coacção para que aderissem aos programas. João da Costa, de Baucau, tinha 17 anos e estava envolvido em actividades clandestinas quando um familiar seu, a servir como militar nas forças indonésias, o pressionou para que aderisse a um programa do Ministério do Trabalho (*Depnaker*). Nessa altura, ele fez parte de um grupo de 75 jovens recrutados para trabalharem na Indonésia. Alguns membros do grupo eram mais novos do que ele e, à excepção de cinco raparigas, eram do sexo

masculino e provenientes de Díli e de Baucau. Os militares organizaram o seu transporte para Díli, onde ficaram alojados em instalações militares e foram entrevistados. Perguntaram a João se conhecia a Fretilin, ou se esteve envolvido na manifestação de Santa Cruz. Também receberam formação de tipo militar ministrada pelo Batalhão de Infantaria 744, conhecida como Disciplina Física e Mental (*Fisik, Mental Disiplin, FMD*).²⁹²

À chegada ao seu destino, Makassar (Sulawesi, Indonésia), João recebeu um subsídio e frequentou um curso de construção civil com experiência prática, organizado pelo Ministério do Trabalho, mas ao contrário do prometido não lhe foi oferecido emprego. Por fim, arranhou emprego, mas, em Março de 1999, regressou a Timor-Leste com a maioria dos outros membros do seu grupo, para fazer campanha pelo referendo.²⁹³

1999^{XCV}

Existem inúmeros relatos sobre crianças levadas para a Indonésia depois da Consulta Popular. Alguns destes casos ocorreram no contexto da evacuação de crianças para fora do território de modo a garantir a sua segurança. Por exemplo, o orfanato *Seroja* evacuou as crianças ao seu cuidado, em Setembro de 1999, depois de as milícias se apropriarem das viaturas do *Seroja* e ameaçarem um ataque ao orfanato com granadas, caso os residentes não fossem evacuados.²⁹⁴ Seguindo a rota de tantas pessoas que na altura foram forçadas a evacuar Díli, as 74 crianças que viviam no *Seroja*, e os funcionários com as respectivas famílias, foram levados para a esquadra de polícia e depois para o porto de Díli, onde embarcaram num navio para Kupang (Indonésia). Passados dez dias, funcionários da sede do *Kinderdorf* em Bandung (Java Ocidental) encaminharam-nos para um orfanato *Kinderdorf* nas Flores (Nusa Tenggara Leste, Indonésia). No dia 4 de Novembro de 1999, as crianças foram entregues ao ACNUR, que garantiu o seu regresso a Timor-Leste. Permaneceram ao cuidado das Irmãs Carmelitas até serem devolvidas às famílias. Várias crianças não conseguiram encontrar a respectiva família pelo que permaneceram no convento.²⁹⁵

O caos reinante nas semanas após a Consulta Popular fomentou um clima que encorajava a transferência de crianças de Timor Ocidental. Muitas crianças foram separadas das suas famílias, quer porque os pais tiveram de se esconder, quer porque se perderam durante o caos. Muitas ficaram sob a alçada de tutores autoneameados. Os pais e os tutores a viverem em condições de privação e de intimidação militar e das milícias nos campos de Timor Ocidental, depararam com ofertas atractivas para cuidar das crianças e educá-las fora dos campos e podem ter assinado precipitadamente acordos com as instituições que prometiam segurança e sustento aos seus filhos. Nestas condições, não se pode dizer que os pais deram sempre o seu consentimento em total liberdade, ou que compreenderam plenamente as consequências das suas decisões.^{XCV} Por outro lado, como ilustrado nos casos seguintes, as condições de vida em que as crianças foram mantidas nem sempre corresponderam às promessas feitas pelas instituições.

A fundação protestante *Cinta Damai* (Ama a Paz), trabalhou em Matata, no distrito de Ermera, durante a ocupação. A fundação abordou os pais solicitando autorização para levar as crianças para Kupang (Timor Ocidental, Indonésia), onde poderiam continuar os estudos. Quando as

^{XCV} Muitas das crianças retiradas dos campos de Timor Ocidental e enviadas para instituições na Indonésia foram separadas dos pais depois de Outubro de 1999, data que corresponde ao fim do período de mandato da CAVR. No entanto, como a separação foi uma consequência dos acontecimentos de Setembro de 1999 e representa a continuidade de práticas consolidadas em anos anteriores, esta secção teria ficado incompleta se não fossem tecidas breves considerações sobre esta prática.

^{XCV} "Por outro lado, parece que alguns pais foram pressionados a cederem os seus filhos, sem conhecimento cabal das consequências da assinatura dos pretensos acordos. Alguns foram obrigados a assinar um formulário de consentimento, abdicando da custódia dos filhos e do direito de visita. Em certos casos, depois do regresso dos pais a Timor-Leste e de tentarem recuperar os seus filhos, os novos tutores têm-se recusado a providenciar o regresso das crianças, ou exigem compensação financeira pelo seu regresso". Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Evaluation And Policy Analysis Unit, *Evaluation of UNHCR's Repatriation and Reintegration Programme in East Timor, 1999-2003*, preparado por Chris Dolan, Judith Large, Naoko Obi, UNHCR, Geneva, 24 de Fevereiro de 2004, p. 60.

crianças chegaram a Kupang, foram levadas inicialmente para o orfanato da Igreja Oebaha até serem entregues a várias famílias. Porque algumas das famílias não cuidavam devidamente das crianças, algumas regressaram a Timor-Leste para junto das respectivas famílias ainda que outras tenham permanecido em Kupang. Após a Consulta Popular, os pais relataram o desaparecimento das crianças ao ACNUR e ao Serviço Jesuíta para os Refugiados (*JRS*), em Kupang.²⁹⁶

Outras organizações, sem antecedentes de transferência de crianças de Timor-Leste até essa data, tornaram-se activas após a Consulta Popular. A mais conhecida foi a *Yayasan Hati* (Fundação Coração), que enviou cerca de 150 crianças dos campos de Timor Ocidental para Java Central. Estas crianças foram colocadas em instituições católicas ou numa instituição privada em Wonosari, 45 km a Leste de Yogyakarta. A instituição de Wonosari foi fundada por um antigo funcionário do Governo indonésio, que trabalhou em Díli como chefe da delegação regional do Departamento da Educação e da Cultura.²⁹⁷

As condições caóticas que rodearam a transferência de crianças para Java Central continuam a ensombrar a esperança de reunificar as famílias. O legado amargo da retirada indonésia de Timor-Leste constituiu um problema acrescido. Em Novembro de 2000, foi realizada uma reunião conjunta de várias agências com o objectivo de esclarecer a situação. Na reunião, o *JRS* disse que das 188 crianças residentes em instituições em Java Central os familiares de 83 ainda se encontravam em Timor Ocidental. Muitos estavam em Tuapukan Camp, Kupang (Nusa Tenggara Leste, Indonésia) e supunha-se que tencionavam permanecer na Indonésia. Presume-se que a maioria destas famílias seja proveniente de Beobe (Viqueque).²⁹⁸

O ACNUR e a Cruz Vermelha Internacional viajaram até Viqueque para localizar os familiares e verificaram que, nalguns casos, não foram os pais que organizaram a transferência das crianças para Java mas sim os tutores (inclusive membros da família mais alargada, com quem a criança pode ter vivido toda a sua vida). Oito pais em Timor-Leste pediram a ajuda ao ACNUR para o regresso dos seus filhos.²⁹⁹ Algumas das crianças em Java Central disseram que quando acabarem o ensino secundário gostariam de voltar para as suas famílias. Algumas famílias que se encontram em Timor Ocidental têm visitado os filhos.

A reunificação dos pais com os filhos, depois da retirada das crianças dos campos, tem sido difícil porque muitos pais não sabem qual a instituição ou pessoa que levou o filho. As crianças foram dispersas um pouco por todo o arquipélago. Um representante da Comissão Nacional indonésia para a Protecção das Crianças (*Komisi Nasional Perlindungan Anak*) informou a Comissão que sabia de muitos casos de crianças levadas por pessoas desconhecidas, dos campos de Timor Ocidental para Jacarta, Java Central e Oeste, Palembang (Samatra do Sul), Denpasar (Bali) e Sulawesi, com a promessa de bolsas de estudo, e que depois perderam o contacto com os pais.³⁰⁰

Alguns casos sugerem que as instituições impediram deliberadamente o contacto das crianças com os seus pais, ou o seu regresso a Timor-Leste. Uma ONG que trabalhou nos campos de Timor Ocidental, em representação da *Yayasan Hati*, contou que representantes desta fundação em conjunto com outra ONG, *Geni*, foram aos campos e pediram aos pais para mandarem os filhos para Java Central. No campo de Noelbaki (Kupang, Nusa Tenggara Leste, Indonésia), um destes representantes terá, supostamente, prometido aos pais que o Governo financiaria os estudos dos seus filhos até ao nível universitário e os alojaria em residências. Também terá prometido que, passados três anos, as crianças visitariam os pais nos campos. Nenhuma destas promessas foi formalizada através de acordos escritos. O representante da *Hati* no campo de Tuapukan (Kupang, Nusa Tenggara Leste, Indonésia) terá, supostamente, insistido que os pais não escrevessem aos filhos que estavam em Java. Algumas famílias não sabem a morada dos filhos.

As crianças foram levadas de navio para Semarang. A organização *Yayasan Sosial Sugijopranoto*, que trabalha com a diocese de Semarang, alojou-as durante alguns dias e depois

distribuiu-as pelas instituições locais. Destas crianças, oito foram mandadas para Boro (Java Central), 84 para Jimbaran (Denpasar, Bali), 21 para Temanggung (Java Central) e outras foram para Wonosari.³⁰¹ Segundo a *Yayasan Hati*, três grupos num total de 164 crianças foram enviados para Java, respectivamente, em Novembro de 1999, Dezembro de 1999 e Maio de 2001.³⁰²

A presidente da *Yayasan Hati*, Natércia Soares, reivindica que estas crianças são indonésias, porque ainda considera válida a integração de Timor-Leste na Indonésia. Afirma que:

Até à data, o Governo não anulou o Regulamento 7/76, que reconhece Timor-Leste como um território indonésio pelo que reconhece automaticamente todos os timorenses como cidadãos indonésios.^{XCVI 303}

A organização *Al Anshar*, de Sulawesi Sul, também resistiu à devolução das crianças. No seu relacionamento com as agências e com os pais, a instituição tem mudado continuamente a sua posição sobre se abdicará das crianças e em que condições. O regresso de duas crianças do *Al Anshar* de Sulawesi foi muito criticado pela imprensa indonésia e o director da instituição acusou o ACNUR de ter raptado as crianças e exigiu mais de 5.000 USD de “indemnização”.³⁰⁴

Em Novembro de 1999, a *Yayasan Tunas Kalimantan* (Fundação da Germinação de Kalimantan) de Kalimantan Sul, enviou alguns funcionários aos campos de refugiados em Timor Ocidental, oferecendo-se para educar as crianças em Banjar Baru. Foram levadas cerca de 19 crianças para Kalimantan Sul; três das mais velhas conseguiram regressar sozinhas a Atambua. Contaram que foram obrigadas a estudar o Islão e que não eram alimentadas se recusassem. Todas as crianças tinham os pais em Timor-Leste ou em Timor Ocidental. Tal como em Sulawesi Sul, os esforços para devolver as crianças às respectivas famílias foram frequentemente frustrados pela mudança constante das exigências da instituição.³⁰⁵

Mesmo quando as crianças podiam optar entre permanecer na Indonésia ou regressar, as suas decisões podem não ter sido tomadas livremente, ou reflectir o seu verdadeiro desejo. Zacarias Pereira observou esta situação num *pesantren* em Java Ocidental, onde foi enviado pela Fundação *Lemorai*, em 1999. Passados três anos, durante os quais se converteu ao Islão, Zacarias conseguiu contactar o pai, através do ACNUR. O ACNUR levou o pai ao *pesantren* para o ir buscar. Ele descreveu a visita do ACNUR:

O meu pai foi a Bandung com o ACNUR e visitou-me de 7 a 11 de Outubro de 2002...juntamente com um polícia e um funcionário do governo. Hasan Basri perguntou: “Quem quer voltar para Timor?” Só duas crianças levantaram o braço. Estava lá uma mãe e um dos seus três filhos queria voltar para casa. Esta mãe, Domingas, era a irmã mais velha da esposa de Hasan Basri. Nenhuma outra criança teve a coragem de levantar o braço. Mas, se os pais os tivessem ido buscar, acho que teriam desejado voltar para casa.

^{XCVI} No dia 17 de Julho de 1976, o órgão legislativo indonésio aprovou a Lei nº 7/76, declarando Timor-Leste a 27ª província da Indonésia. Esta lei nunca foi reconhecida pelas Nações Unidas. No dia 25 de Outubro de 1999, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1272, que instituiu a United Nations Transitional Administration of East Timor (UNTAET) separando Timor-Leste da Indonésia através da legislação internacional [ver também Capítulo 2: Mandato da Comissão].

De antemão, Hasan Basri disse-me que, apesar dos meus pais irem buscar-me, eu não precisava de regressar a Timor e que era melhor terminar primeiro [a escola]. Mas não me disse para não ir. Quando o veículo do ACNUR se preparava para partir, uma outra criança, Abe, de Ossu (Viqueque), correu e escondeu-se na estrada por onde iria passar o carro. Parou o veículo e pediu que o levassem para casa...Assim, três crianças acabaram por ir para casa.³⁰⁶

Zacarias permaneceu no *pesantren* com outras 20 crianças timorenses, muitas das quais pertenciam à família alargada de Basri. Destas crianças, algumas regressaram a Timor-Leste e outras ainda estavam em Java. O seu relato revela que, embora as crianças não fossem impedidas fisicamente de partir, não lhes era dada a oportunidade de tomarem tal decisão em circunstâncias de privacidade. O facto de uma criança se esconder no exterior e abordar a viatura do ACNUR indica a existência de pressão para não regressar.

Em Setembro de 2002, Basri disse a um jornalista:

Aconteça o que acontecer, mesmo que venham com as assinaturas ou fotografias dos pais, eu não desisto delas...eu não desisto delas. Mesmo que o ACNUR venha com a polícia. Eu não desisto delas.³⁰⁷

Condições de vida das crianças na Indonésia

As circunstâncias em que as crianças se encontravam antes da sua transferência para a Indonésia e as condições que encontraram quando lá chegaram eram muito diversas e variadas. As crianças foram enviadas sozinhas ou em grupo para as várias zonas da Indonésia. Algumas foram enviadas para instituições estatais ou privadas, outras para escolas ou colégios religiosos e outras ainda foram adoptadas como filhos, ou como trabalhadores domésticos. No entanto, existem alguns temas comuns às várias histórias e experiências vividas pelas crianças.

Perda de identidade cultural

A maioria das crianças refere ter perdido, em maior ou menor grau, a sua identidade cultural, por não falarem a sua língua materna, terem recebido um nome diferente, ou até terem sido obrigadas a converterem-se a uma nova religião. Algumas crianças, levadas enquanto bebés, nunca foram informadas de que eram timorenses. Durante o seu mandato de governador de Timor-Leste, Mário Carrascalão visitou cerca de 45 crianças timorenses que viviam em duas instituições em Bandung: o *Kinderdorf* e o Orfanato Estatal para as Crianças Mais Novas (*Panti Penyatunan Anak Turuna Negara, PPATN*). A maioria das crianças pertencia a famílias de membros da Apodeti. As crianças que encontrou pareciam bem cuidadas, mas ignorantes da sua cultura e língua.³⁰⁸

Uma das crianças recorda-se que antes da visita de Mário Carrascalão nunca ouvira falar de Timor-Leste. Depois, começaram a falar sobre as suas famílias e de onde vinham. Mário Carrascalão tomou a iniciativa de organizar algumas visitas a Timor-Leste³⁰⁹ o que acabou por ser concretizado.

O impacto de uma visita a casa foi descrito por um rapaz entregue por familiares ao orfanato *Seroja*, quando tinha 5 anos de idade. Fazia parte de um grupo de dez crianças enviadas em 1979 para o *PPATN* de Bandung. Ele recorda:

Em Bandung, eu vivia num ambiente que me era estranho, apesar da maioria das crianças timorenses viverem num mesmo edifício do PPATN. Nós nunca falávamos sobre Timor, não falávamos tétum e não enviávamos cartas para Timor. Fomos criados em Java como crianças sundanesas. Não sabia porque é que lá estava, apenas sabia que tinha havido uma guerra em Timor.

Eu estava contente por estudar em Bandung, mas no coração sentia que perguntaria sempre quem era. Na verdade, sentia-me como se tivesse sofrido uma lavagem ao cérebro. Por fim, fiz amizades com timorenses, mas sentia-me sempre limitado e envergonhado quando estava com eles, porque não falava tétum. Muitas vezes deixava a sala ou, com ainda maior frequência, ficava calado. Tentei estudar a minha própria língua e cultura.

Também me era muito difícil viver sem a minha família. Muito difícil... Mesmo agora, quando vejo a fotografia de uma mãe com o filho ao colo, fico com lágrimas nos olhos. É muito triste saber que nunca me vou poder sentir próximo da minha família.³¹⁰

Uma rapariga visitou Timor-Leste, em 1995 e 2003, depois de ter saído do orfanato em 1990, mas sentiu dificuldade em adaptar-se. Ainda vive em Bandung com o irmão, apesar de três outros familiares que partiram com ela em 1976 já terem regressado.³¹¹

Maus-tratos

A Comissão recebeu vários relatos de crianças que foram maltratadas pelas pessoas ou instituições que as acolheram. Alguns, tais como Alfredo Alves ou Tomás da Costa, dizem que foram espancados ao ponto de fugirem das suas novas habitações. Noutros casos, os maus-tratos infligidos eram mais subtis.

Por exemplo, as crianças que se tornaram “Crianças do Presidente” dizem que se sentiam discriminadas no orfanato católico em Unggaran, onde viviam. Apesar de dizerem que, durante os primeiros três anos, receberam cuidados adequados, começaram a sentir-se discriminadas relativamente às crianças indonésias que estavam na instituição, muitas das quais pagavam mensalidades bastante elevadas. Quando algumas crianças timorenses fugiram e não houve nenhuma reacção, Petrus e os outros apresentaram um protesto, em vão, na delegação local dos Serviços Sociais. Segundo Petrus: “Eu sentia que, para eles, as nossas vidas não valiam nada. Como se fosse a vida dum animal”.³¹² Em 1982, as crianças fizeram “greve” durante uma semana, em protesto contra a discriminação. Algumas das crianças regressaram a Timor-Leste em 1994. Em 1983, um estudante de filosofia de Yogyakarta visitou Unggaran (Semarang, Java Central), depois de ter ouvido as histórias sobre os protestos das crianças. Ele verificou que estavam muito descontentes com as suas condições de vida, especialmente com a alimentação inadequada e de baixa qualidade.³¹³

Segundo Sudirman, que fazia parte dum grupo de crianças transferidas para um *pesantren* em Makassar (Sulawesi do Sul), muitas das crianças do *pesantren* queixavam-se de negligência, espancamento e saudades e queriam regressar às suas famílias em Timor-Leste. Também se recordava de ter visto pais que foram buscar os filhos, mas a quem não foi permitido levá-los para casa.³¹⁴

Independentemente da existência ou não de maus-tratos, em muitos dos casos relatados à Comissão, não foram cumpridas as promessas feitas às crianças e aos pais. As oportunidades de educação e de emprego não se materializaram. As crianças foram colocadas em instituições e não junto de famílias. A comunicação entre pais e filhos foi impedida e as crianças não regressaram a casa como acordado.

A história de Alfredo Alves

Depois da operação, regressámos a Aileu, onde o nosso batalhão se preparava para regressar. Eu e outros cinco TBO...fomos levados a Taibessi, em Díli. Não sabíamos porque nos levavam para aquele local. Um dia, ouvi um comandante do Exército dizer que não era permitido aos soldados levarem crianças para a Indonésia.

Passados alguns dias, os soldados começaram a arrumar tudo para regressar. C107 [o soldado que Alfredo servia] disse-me que podia ir com eles ver o porto, mas que era melhor esconder-me dentro de uma caixa, para não ser visto pela Polícia. Achei estranho, mas não podia fazer nada. Quando chegámos ao porto, senti que estava a ser levantado. Tentei ver para fora e vi que estava num navio. Os outros amigos também estavam no navio. Disseram que também foram escondidos em caixas. Os outros soldados também lhes tinham dito para se esconderem por causa da Polícia Militar. Depois, ouvi a sirene do navio e este começou a mover-se.

Passada meia hora, foi-nos permitido sair das nossas caixas e vi Díli desaparecer ao longe. Senti-me muito triste, porque não via a minha mãe desde que me tinham levado do pátio da escola em Maubisse (Ainaro). Isto passou-se em Fevereiro de 1980, quando tinha 13 anos de idade.

C107 levou-me para a aldeia dos seus pais, em Lamikonga [Kolaka, Kendari], na região Sudoeste de Sulawesi. Os pais e a família de C107 trataram-me como a um escravo. Sofri muito. Passados alguns anos, C107 casou-se e fomos viver numa outra casa. A esposa do C107 era muito bondosa para mim e tratava-me como um membro da família. No entanto, um dia C107 mudou de opinião e disse-me para regressar a casa dos seus pais.

Não queria regressar a casa dos pais do C107. Eu e o meu amigo timorense, Afonso, planeámos a fuga...O nosso plano falhou — fomos apanhados no porto. C107 ficou muito zangado e bateu-me até os meus olhos e a minha boca ficarem inchados e com nódoas negras. Mandaram-me para a casa dos pais do C107. Uma noite fui visitar um amigo e, sem ter pedido autorização, não regresssei à noite. C107 bateu-me de novo. Naquela noite deixei a casa, apenas com as roupas que trazia no corpo e apanhei um autocarro para o porto. Ali apanhei um navio para Samarinda, Kalimantan. Encontrei alguém que trabalhava no navio e que me pagou o bilhete — talvez as pessoas sentissem pena de mim por a minha cara estar ainda inchada e cheia de nódoas negras. Por fim, cheguei a Samarinda quando ainda tinha 16 anos.

Durante quase dois anos, trabalhei e frequentei a escola secundária de Samarinda. Devido ao meu trabalho, ia frequentemente ao porto e lá conheci muitas pessoas. Soube que havia um navio de Surabaya para Timor-Leste. Um dia, tive conhecimento de um navio que estava a partir para Surabaya. Deixei o meu emprego e a minha namorada e parti, apenas com o salário daquele dia.

Quando cheguei a Surabaya, tentei arranjar um barco para Timor, mas um funcionário das alfândegas prendeu-me, porque na altura já não tinha dinheiro. Passados quatro dias, decidi contactar o comandante do Comando Militar Regional de Surabaya. Esperei dois dias e depois agradeci a Deus, porque o meu pedido foi atendido. Conteí toda a minha história ao comandante, desde o princípio. O comandante quis ajudar-me e deu-me uma carta. Levei a carta ao porto e depois fui muito bem tratado.

Apanhei um navio para Díli e fiquei muito contente quando cheguei. Parti imediatamente para Maubisse [Ainaro]. Quando me pediram os meus documentos, fiquei confuso e só lhes mostrei a carta que tinha recebido do comandante regional. Os agentes de segurança ficavam surpreendidos por ver aquela carta. Não tive nenhuma dificuldade até Maubisse. Corri para a casa da minha mãe, mas estava outra pessoa a viver lá. Fui ter com um tio, mas ele tinha-se esquecido de mim e suspeitou de mim. Mas, finalmente, um amigo chamado Tomás reconheceu-me. Fiquei muito contente e, por fim, levaram-me a casa da minha mãe, que ainda estava viva.

Passado algum tempo, a minha mãe sugeriu que tentasse procurar emprego junto dum tio que vivia aqui, em Díli. Por fim, este tio empregou-me como motorista de camião. Em 1987, aderi ao movimento clandestino. Sempre tinha gostado de navios no porto. Fui incumbido de sabotar um navio de guerra indonésio. No dia 22 de Julho tornei-me capitão e levei, clandestinamente, 18 pessoas de barco para a Austrália. Foi o único grupo que conseguiu alcançar a Austrália. O grupo seguinte foi apanhado e depois já não houve mais grupos.³¹⁵

7.8.5 Constatações e conclusões

A luta pelo controlo de Timor-Leste foi parcialmente travada na batalha pelas suas crianças. As crianças tornaram-se vítimas, perpetradores, assistentes e observadores nos conflitos políticos que abalaram Timor-Leste a partir de 1974. De uma forma geral, todas as partes negligenciaram a sua obrigação de colocar os interesses das crianças em primeiro lugar.

Os princípios legislativos internacionais conferem uma protecção especial às crianças e emergem do reconhecimento da vulnerabilidade particular das crianças. A responsabilidade de todas as partes de cumprir o dever de cuidar das crianças é particularmente premente durante períodos de conflito, em que se verifica um desequilíbrio pronunciado de forças entre as crianças e os adultos. A Comissão considera que todas as partes do conflito falharam no seu dever de respeitar esta protecção, mas as violações mais condenáveis foram cometidas pela Indonésia.

A Indonésia, enquanto o poder de Estado de facto em Timor-Leste, tinha a clara obrigação de respeitar os direitos das crianças. Esta obrigação tem por fundamento o direito internacional humanitário, tal como se encontra disposto na Convenção IV de Genebra. Para além das suas obrigações específicas, tinha ainda o dever mais geral de proteger as crianças e de não as expor a situações de perigo. A Indonésia não respeitou as suas obrigações, particularmente quando tratou as crianças como objectos que podiam ser utilizados no campo de batalha e quando separou crianças das suas famílias e as enviou para a Indonésia, onde a sua identidade cultural não foi reconhecida.

Ao longo do período da ocupação, a Indonésia também estava vinculada a normas de direitos humanos enunciadas na Declaração Universal de Direitos Humanos. Estes direitos foram sistematicamente violados de diversas formas, nomeadamente através do recrutamento forçado de crianças para prestar assistência às suas Forças Armadas, através da violação do direito das crianças à vida, à liberdade e à segurança pessoal e do direito à liberdade de consciência e de expressão. Mesmo após ter ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança, em Setembro de 1990, a Indonésia não respeitou as obrigações a que estava juridicamente vinculada. De uma forma geral, não cumpriu a sua obrigação de atribuir prioridade aos interesses superiores das crianças sempre que tomava decisões sobre as mesmas e de ter em atenção os seus pontos de vista (artigo 12º, nº 1), sempre que possível. A Indonésia violou ainda inúmeras obrigações específicas relativas à violência de cariz sexual, bem como as obrigações para com a liberdade de expressão e de escolha.

Crianças no conflito armado e no movimento clandestino

Durante o período abrangido pelo mandato da Comissão, as crianças foram utilizadas por todas as partes envolvidas nos conflitos políticos em Timor-Leste.

Crianças utilizadas pelo Exército indonésio como *TBO* (Auxiliares de Operação)

A Comissão concluiu que:

1. Os militares indonésios recrutaram vários milhares de crianças para servirem como *TBO*.
2. Os *TBO* foram recrutados ao longo de todo o período da ocupação, tendo o seu número atingido o valor mais elevado entre 1976 e 1981, quando as operações militares atingiram o seu auge.
3. As *ABRI* recorreram a diversos métodos para recrutar crianças como *TBO*, desde a coacção aberta até à oferta de incentivos. Algumas das crianças alistaram-se voluntariamente. No entanto, tendo em conta as circunstâncias desesperadas da época, é muito difícil estabelecer uma linha clara de fronteira entre o recrutamento voluntário e o forçado.

4. Os militares indonésios tinham uma preferência pelo uso de crianças como *TBO* e procurou activamente recrutar menores, em vez de adultos.
5. O recrutamento de crianças por soldados a título individual era do conhecimento dos escalões mais elevados da estrutura militar. Não foi envidado qualquer esforço no sentido de evitar a ocorrência; as tentativas de regulamentar esta prática indicam que era uma prática permitida.
6. Apesar do seu reconhecimento oficial, os *TBO* não eram membros das Forças Armadas e não gozavam das prerrogativas dos soldados regulares, como salário, posto e uniforme.
7. As crianças *TBO* não recebiam remuneração dos militares indonésios pelos serviços prestados. Apesar de receberem, habitualmente, alimentação e alojamento, não se tratava de uma remuneração justa.
8. Não existia regulamentação sobre a forma de tratamento das crianças *TBO* pelos soldados.
9. A relação entre as crianças *TBO* e os soldados que serviam manifestava-se totalmente desequilibrada. Em certos casos, os soldados tratavam os seus *TBO* como se detivessem direitos de propriedade. Controlavam os seus movimentos, deveres, condições de vida e, em última análise, a sua vida ou morte. Por vezes, os soldados mantinham o controlo sobre os seus *TBO* após o termo das suas comissões de serviço; por vezes, os *TBO* transferiam-nos para outros soldados; outras vezes ainda, eram simplesmente abandonados aos seus próprios cuidados.
10. As crianças *TBO* desempenhavam tarefas que, apesar de não as envolverem directamente em combate, as expunham a perigo físico. No mínimo, as suas condições de trabalho colocavam em perigo a sua saúde e punham em causa as suas oportunidades de estudo. Em inúmeros casos, o trabalho realizado pelas crianças *TBO* era desproporcional em relação às suas capacidades físicas e intelectuais.
11. Para além do seu recrutamento como *TBO*, as crianças também foram recrutadas com adultos para operações militares. No caso da *Operasi Kikis* realizada de Julho a Setembro de 1981, nalgumas áreas, encontravam-se crianças com apenas 10 anos de idade entre as dezenas de milhares de timorenses recrutados para cercar os redutos das Falintil.

Das conclusões acima listadas, a Comissão constata que a prática de utilização de crianças *TBO* pelos militares indonésios:

- É equiparável a uma forma de escravidão. Foi uma violação da proibição consuetudinária fundamental da escravidão, bem como uma infracção grave das Convenções de Genebra (propósito de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou graves lesões no corpo ou à saúde, artigo 147º, Convenção IV de Genebra) e uma violação da lei e dos costumes da guerra.
- Tratava-se duma forma de trabalho forçado em violação do artigo 51º da Convenção IV de Genebra, que estipula que, se a potência ocupante utiliza o trabalho da população civil do território ocupado, tem a obrigação de pagar uma remuneração equitativa e o trabalho será “proporcionado às possibilidades físicas e intelectuais dos trabalhadores”.

Crianças nas Falintil e no movimento clandestino

A Comissão conclui que:

1. Crianças com idade inferior a 15 anos serviram como guerrilheiros das Falintil. No entanto, a incidência não foi generalizada.
2. Não existem indícios de recrutamento forçado de crianças para as Falintil. Várias crianças recrutadas das Falintil testemunharam que se alistaram voluntariamente para apoiar a luta de Timor-Leste pela independência; outras disseram que os seus esforços para integrar a força de guerrilha foram rejeitados, por serem consideradas ainda muito

jovens. Isto distingue as crianças membro das Falintil das crianças-soldado em outras zonas do mundo, que são recrutadas à força devido à sua obediência e disponibilidade para cometerem atrocidades.

3. Aparentemente, o recrutamento foi *ad hoc*, informal e sem estar sujeito a qualquer controlo centralizado. Algumas crianças abandonaram as suas habitações para se alistarem, outras foram formalmente “recrutadas”, outras ainda viviam com as comunidades que fugiram para a floresta e envolveram-se simplesmente porque estavam presentes.
4. De uma forma geral, os recrutas foram bem tratados, apesar de estarem sujeitos ao mesmo tratamento rigoroso dos outros recrutas. Os casos de maus-tratos estavam relacionados com procedimentos disciplinares, com o conflito no interior da Fretilin ou com tentativas de evitar a rendição.
5. O serviço tinha o seu preço. Para além de se exporem ao perigo de perderem a vida durante os combates, muitos destes jovens enfrentaram problemas após o seu período de serviço, nomeadamente ao serem visados pelas forças de segurança indonésias como alvos apoiantes da independência e com dificuldades na adaptação à vida civil após a desmobilização.

A Comissão constata que:

- Ao aceitar crianças com menos de 15 anos de idade na sua força de guerrilha, as Falintil violaram as disposições do direito humanitário internacional definidas no Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra.
- O recrutamento voluntário de jovens entre os 15 e os 17 anos não constituiu uma violação dos instrumentos dos direitos humanos ou do direito humanitário.

A Comissão conclui que :

1. As crianças foram uma parte essencial da componente clandestina da resistência à potência ocupante, quer enquanto estafetas, participantes em manifestações ou prestadores de outro tipo de apoio.
2. A liderança da Resistência recrutou crianças e jovens para o movimento clandestino precisamente devido ao contributo exclusivo que podiam prestar.
3. Não existem indícios que sugiram que as crianças não tenham participado voluntariamente nas actividades clandestinas. Na realidade, a vivência directa de violações de direitos humanos cometidas por membros das forças de segurança indonésias, contra si próprias ou contra os seus familiares mais chegados, foi frequentemente a sua motivação para trabalhar com a Resistência. É difícil avaliar até que ponto a escolha da participação em actividades clandestinas resultou de uma opção informada. No entanto, crianças de determinada idade e maturidade têm o direito à liberdade de expressão e a agir de acordo com a sua consciência.
4. As crianças timorenses que participaram no movimento clandestino correram o risco grave de serem objecto de punição pelos militares indonésios e/ou seus agentes. Muitas crianças sofreram devido ao seu envolvimento.

A Comissão constata que:

- Embora o recrutamento de crianças para o movimento clandestino por um interveniente não estatal não constitua violação do direito internacional, é contrário às normas dos direitos humanos que estipula que deve ser atribuída prioridade aos interesses da criança.

A resposta draconiana dos militares indonésios às crianças envolvidas no movimento clandestino constituiu uma infracção dos direitos de todos os povos a gozarem de liberdade de consciência e de expressão, direitos esses que, no que diz respeito às crianças, estão consagrados especificamente nos artigos 12º e 13º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CRC).

Crianças recrutadas pelas milícias pró-autonomia em 1999

A Comissão conclui que:

1. A partir do final de 1998, as crianças foram recrutadas pelas milícias que aterrorizaram Timor-Leste.
2. Quase todas as crianças recrutadas foram obrigadas a aderir através de intimidação dirigida directamente a si próprias ou às suas famílias. Algumas crianças aderiram de livre vontade, normalmente porque elas ou as suas famílias eram pró-integração e concordavam com os objectivos das milícias.
3. As crianças membro de milícias foram envolvidas na perpetração de violações graves de direitos humanos, incluindo mortes ilícitas, ataques físicos e violação sexual, bem como de destruição generalizada de propriedade.
4. Os recrutas só eram remunerados esporadicamente, através de pequenas quantias de dinheiro ou de víveres.
5. A Indonésia nada fez para proteger as crianças deste recrutamento forçado para *gangs* criminosos; na realidade, alguns membros das estruturas militares estavam estreitamente envolvidos nesta actividade.
6. A prática de recrutamento forçado de crianças pelas milícias pró-integração aparenta ter-se destinado, em parte, a criar a impressão da existência de uma grande massa de jovens fanáticos no seu apoio à integração, bem como a atrair estes jovens para actividades criminosas, que destruísse as ligações familiares e comunitárias que sustentavam o movimento pró-independência.
7. Os recrutas eram, frequentemente, provenientes de segmentos mais desfavorecidos da sociedade timorense, tornaram-se brutais perante a observação e a perpetração de violência e foram marginalizados por terem estado do lado errado do conflito. Existem indícios de que, entre todas as crianças recrutadas pelas várias partes envolvidas nos 25 anos de conflito, aquelas que aderiram às milícias podem ter sido as que mais traumatizadas ficaram com a sua experiência.
8. A Comissão não encontrou qualquer indício de que a Indonésia tenha tomado medidas no sentido de promover a recuperação física e psíquica, e a reintegração social destas crianças.

A Comissão constata que:

- Forçar uma criança a aderir à milícia e depois obrigá-la a participar em actos criminosos, por vezes contra a sua própria comunidade, equivale a forma desumana de tratamento e/ou é causa de grande sofrimento ou grave lesão corporal e à saúde da criança envolvida, em violação do artigo 147º da Convenção IV de Genebra e das leis e costumes da guerra. Segundo o artigo 38º da Convenção dos Direitos da Criança, constitui também uma violação da obrigação da Indonésia de respeitar e fazer respeitar as normas do direito humanitário internacional;
- A utilização de crianças para a materialização de objectivos políticos é equiparável a exploração. Deste modo, a Indonésia violou o direito dessas crianças a serem protegidas contra todas as formas de exploração prejudiciais a qualquer aspecto do seu bem-estar, tal como é exigido no artigo 36º da CRC;

- A Indonésia não cumpriu a sua obrigação de tomar todas as medidas para promover a recuperação física e psicológica e a reintegração social destas crianças conforme estipulado pelo artigo 39º da CRC.

Tratamento desumano de crianças

Detenção arbitrária

A Comissão conclui que:

1. Durante quase todo o período abrangido pelo mandato da Comissão, as crianças foram sujeitas à detenção arbitrária. Membros da UDT detiveram arbitrariamente crianças durante o período do conflito partidário. Representantes da Fretilin foram responsáveis por detenções idênticas no mesmo período e nos anos subsequentes à invasão indonésia. As forças de segurança indonésias envolveram-se na detenção arbitrária de crianças numa escala muito mais vasta. Ao longo dos 24 anos da ocupação, o tratamento que dispensaram às crianças em detenção envolveu violações sistemáticas.
2. No decurso da ocupação, agentes das autoridades indonésias detiveram arbitrariamente crianças e foram responsáveis pela violação sistemática e generalizada dos seus direitos enquanto detidas. Entre 1975 e 1999, as crianças foram comumente amarradas, espancadas, pontapeadas, violadas, electrocutadas, queimadas com cigarros, imersas em água, mantidas em isolamento em celas sem iluminação, ameaçadas de morte e aterrorizadas de várias formas por agentes das forças de segurança indonésias. Algumas crianças morreram em resultado directo destes maus-tratos. A Comissão não conhece qualquer caso em que os perpetradores destas violações tivessem sido objecto de sanção ou de processo disciplinar.
3. Nos anos subsequentes à invasão, as crianças foram detidas numa escala desmesurada após captura ou rendição e colocadas em “campos de reinstalação”. A alimentação, o abrigo e os cuidados de saúde recebidos eram inadequados e a restrição de movimentos limitava a sua capacidade, assim como a das suas famílias, de complementar a escassa alimentação que recebiam. Após rendição ou captura, as crianças eram, por vezes, detidas em centros formais de detenção e em instalações militares. As crianças representam uma proporção considerável do total de pessoas detidas na Ilha de Ataúro, entre 1980 e 1986, quer em conjunto com as respectivas famílias ou separadas delas. Vários milhares de crianças morreram em consequência das difíceis condições nos campos de reinstalação, e em Ataúro.
4. As razões subjacentes à detenção de crianças pelos militares indonésios eram semelhantes às razões da detenção de adultos: o seu envolvimento em actividades clandestinas, tentativa de quebrar o apoio aos membros das Falintil e conseguir obter informação sobre as Falintil ou o movimento clandestino. As crianças também eram detidas pelos actos dos seus pais ou de outros familiares.
5. Com o início das manifestações públicas na década de 1990, os estudantes universitários e das escolas secundárias tornaram-se alvos de detenção e prisão. As autoridades indonésias detinham crianças durante e após as manifestações e, por vezes, para evitar que as manifestações se realizassem. Muitos dos detidos foram submetidos a violações graves, incluindo a tortura. As crianças foram igualmente detidas e presas por membros das forças de segurança indonésias, e pelos seus agentes das milícias, durante a violência em torno da Consulta Popular de 1999. Por vezes, estas detenções destinavam-se a obrigar as crianças a aderir às milícias.

6. Após o movimento armado de 11 de Agosto de 1975, contavam-se crianças entre os detidos pela UDT, em locais próprios para o efeito. A Comissão não recebeu relatos de tortura ou de outros maus-tratos graves contra crianças detidas pela UDT.
7. Durante o período do conflito partidário, havia crianças entre as pessoas detidas arbitrariamente por membros da Fretilin, por se pensar que elas, ou membros das suas famílias, estariam ligadas a opositores políticos. Algumas crianças detidas pela Fretilin foram vítimas de tortura e de maus-tratos, mas tal não ocorreu de forma generalizada ou sistemática.
8. Depois da invasão indonésia, continuaram a verificar-se detenções arbitrárias de crianças pela Fretilin mas, na sua maioria essas detenções ocorriam circunstancialmente aquando da detenção de adultos. No entanto, registaram-se casos de crianças presas “em substituição” de familiares militantes de outros partidos, que a Fretilin não conseguia alcançar, e por incumprimento de regras disciplinares. Apesar de haver alguns indícios que apontam para a apresentação de “mandados de captura”, não existia fundamento legal para as detenções, torturas, recusa de processo regular formal ou utilização de crianças como reféns, como veio a ocorrer.

A Comissão constata que:

- A detenção de crianças por membros das forças de segurança indonésias envolveu violações múltiplas e repetidas do direito indonésio, das normas de direitos humanos e do direito internacional. As detenções eram geralmente efectuadas por pessoas que, em conformidade com a legislação indonésia, não detinham a autoridade legal para as efectuar.
- A tortura e os maus-tratos generalizados causadores de grande sofrimento ou graves lesões no corpo ou à saúde constituem violações graves da Convenção IV de Genebra (artigo 147º) que se aplica à Indonésia, enquanto direito consuetudinário e de tratados.
- Não disponibilizar alimentação e medicamentos adequados às crianças detidas constituiu uma infracção do artigo 55º da Convenção IV de Genebra.
- Não conceder a livre passagem de todas as remessas de víveres, medicamentos e vestuário indispensáveis destinadas às crianças com idade inferior a 15 anos, constituiu uma violação do artigo 23º da Convenção IV de Genebra.
- A falha generalizada de informar as crianças detidas dos seus direitos e das razões para a sua detenção constituiu uma violação do artigo 71º da Convenção IV de Genebra.
- A Indonésia infringiu as suas obrigações específicas, ao abrigo da Convenção dos Direitos da Criança, que ratificou em 1990, especialmente o artigo 37º, que estabelece o dever de garantir que nenhuma criança seja ilegal ou arbitrariamente privada da sua liberdade e que a captura, a detenção ou a prisão de uma criança se efectuem em conformidade com a lei e exclusivamente como medida de último recurso e com a duração mais breve possível.
- Os actos dos representantes da UDT e da Fretilin durante o conflito partidário constituíram infracção das normas de direitos humanos, da legislação portuguesa aplicável e do direito internacional. De acordo com a legislação portuguesa, os representantes de ambos os partidos não detinham qualquer autoridade legal para prender, deter, atacar ou maltratar indivíduos.

- Representantes de ambos os partidos infringiram as suas obrigações perante o artigo 3º comum às Convenções de Genebra, que proíbe a violência contra a vida e a pessoa e ofensas contra a dignidade da pessoa, tal como tratamento humilhante e degradante e a tomada de reféns.
- A tortura, detenção ilegal e utilização de crianças como reféns pela Fretilin durante o período que se seguiu à invasão indonésia constituiu uma violação grave da Convenção IV de Genebra.

Morte arbitrária de crianças

A Comissão conclui que:

1. O não cumprimento, por todas as partes envolvidas, do dever de distinção entre civis e combatentes foi extensível às crianças. De forma geral, as crianças foram mortas pelas mesmas razões que os adultos e, muitas vezes, circunstâncias idênticas. Não existem indícios suficientes para se afirmar que as crianças foram alvos específicos. Simultaneamente, de uma forma geral, as crianças não foram especificamente protegidas ou sujeitas a tratamento de excepção durante a violência dos conflitos políticos.
2. As crianças foram mortas em contextos muito diversificados, incluindo em conflito armado, em massacres, sob custódia e em execuções sumárias. Durante os primeiros anos do conflito, foram mortas muitas crianças juntamente com as suas famílias na sequência de operações militares, ou quando capturadas em zonas de disputa. Mais tarde, as vítimas de menor idade eram geralmente adolescentes tornados alvos por suspeita de actividades pró-independência.
3. Durante o período do conflito interno armado, foram mortas crianças tanto pela Fretilin como pela UDT. Foram mortas sob custódia de oponentes, quer devido à sua filiação política ou à da sua família. Muitas vezes, foram mortas em grupo e com outros familiares e não individualmente.
4. As forças indonésias e os seus agentes mataram crianças no período 1975/1979 no contexto mais vasto da campanha indonésia que visava controlar Timor-Leste. Não fez qualquer distinção entre crianças e adultos. As crianças que procuravam alimento, sozinhas ou acompanhadas por adultos, corriam o risco de serem alvejadas por membros das *ABRI* ou da *Hansip*. Os grupos de civis desarmados, incluindo crianças, que viviam fora dos campos de reinstalação controlados pelos indonésios podiam ser aleatoriamente executados.
5. A partir de 1980, foram mortas crianças quando as *ABRI* lançaram actos de retaliação de grande dimensão e muitas vezes indiscriminados, em resposta aos ataques da Resistência. Encontravam-se crianças entre as vítimas das represálias em grande escala que se seguiram aos ataques dirigidos pelas Falintil em Díli, em Junho de 1980, ao *Koramil* de Mauchiga, em Agosto de 1982 e à unidade Zeni, em Kraras, em Agosto de 1983. Nestes casos, as crianças foram mortas em ataques indiscriminados a grupos de civis e por serem suspeitas de prestarem apoio às Falintil.
6. Em 1999, foram mortas crianças durante as operações de busca de membros das Falintil ou do movimento clandestino, durante os ataques de milícias para castigar comunidades que apoiavam ou ajudavam a Resistência, durante as mortes ilícitas perpetradas após o anúncio dos resultados da Consulta Popular, ou enquanto procuravam comida. As crianças eram alvos fáceis nos ataques a locais de refúgio. Os perpetradores eram membros das milícias associados a militares indonésios, ou ao próprio *TNI*.

A Comissão constata que:

- A morte de crianças é uma infracção ao seu direito à vida, um dos direitos humanos mais fundamentais. Em muitos casos, as crianças foram mortas em consequência de actos ilícitos, equiparáveis a crimes de guerra por violarem o direito e costumes da guerra, ou por constituírem infracções graves às Convenções de Genebra de 1949.
- A morte de crianças pela UDT e a Fretilin foi uma violação da legislação portuguesa que não concedia em circunstância alguma fundamento legal a qualquer uma das partes, enquanto intervenientes não estatais, para tirar a vida a uma pessoa, muito menos a crianças.
- A morte de crianças civis durante o período do conflito interno armado constituiu uma violação do artigo 3º comum às Convenções de Genebra de 1949, que proíbem expressamente as partes de matar pessoas que não constituem parte activa das hostilidades.
- Quando o conflito interno se internacionalizou, as normas que regem os conflitos armados internacionais passaram a aplicar-se a Timor-Leste, regulando as actividades da UDT, da Fretilin e da Indonésia. As crianças passaram a beneficiar de uma maior protecção ao abrigo do direito internacional relativo a conflitos armados mas a sua protecção relativa ao direito à vida continuava a ser igual à dos civis adultos.
- A morte intencional de crianças civis por militares indonésios, ou pelos seus agentes, durante o período do conflito armado internacional, é equiparável a crime de guerra, à luz do direito e costumes da guerra e da Convenção IV de Genebra.
- As crianças assassinadas devido às suas ligações com o movimento clandestino, ou durante as buscas de membros da Resistência, também eram civis desarmados não envolvidos no conflito militar. Aparentemente, estas mortes enquandram-se na categoria genérica de crimes de guerra, em violação do direito e costumes da guerra e da Convenção IV de Genebra.

Violência sexual cometida contra crianças

A Comissão conclui que:

1. As forças de segurança indonésias, os seus auxiliares timorenses e outras pessoas em posições de autoridade utilizaram a violência sexual contra crianças de forma estratégica e oportunista ao longo de todo o período da ocupação.
2. A violência sexual estratégica era utilizada para estabelecer o controlo através do terror, como forma de punir as vítimas, como um meio de extrair informação, ou com o objectivo mais geral de minar laços familiares.
3. A magnitude da violência sexual oportunista reflecte um clima de impunidade que se estendia das mais altas patentes militares aos seus auxiliares timorenses e aos civis em posições de autoridade.
4. A violência sexual contra raparigas surge frequentemente motivada pelo desejo de punir familiares envolvidos em actividades da Resistência.
5. As raparigas e mulheres adultas foram sujeitas ao mesmo tipo de violência sexual durante todo o período abrangido pelo mandato da Comissão. Ambas estavam expostas a riscos acrescidos nos campos de reinstalação ou quando detidas pelas autoridades indonésias.

6. Uma vez violadas, as raparigas tornavam-se vulneráveis a exploração de longo prazo, que podia conduzir a um período prolongado de escravidão sexual ou a outras formas de violência sexual reiterada.
7. Na maioria dos casos, a prática de violência sexual contra as crianças foi realizada abertamente e sem qualquer receio de sanções, tanto pelos militares de baixa patente como pelos oficiais superiores, bem como, por detentores de cargos de autoridade civil, como chefes de suco, polícias e professores.
8. A maioria dos casos de violência sexual examinados pela Comissão, teve lugar enquanto as vítimas se encontravam sob custódia militar ou em instalações militares, ou noutros locais considerados oficiais.
9. Embora os membros dos escalões superiores da hierarquia civil e indonésia estivessem certamente informados da ilegalidade desta conduta, a Comissão só detectou um caso em que o agente governamental foi processado. Vale a pena sublinhar que esse caso envolvia um membro de baixa patente da *Hansip*.

A Comissão constata que:

- Com base na natureza dos crimes sexuais cometidos contra crianças e a impunidade gozada pelos perpetradores, existia em Timor-Leste um ambiente onde a violência sexual perpetrada contra crianças era permitida e, até, encorajada.
- A violação e outras formas de violência sexual grave são agressões devastadoras à segurança da pessoa; também podem constituir tratamento cruel, desumano e degradante, equivalentes, em alguns casos, a tortura. Estes crimes terríveis são agravados quando o acto é cometido contra uma criança, cuja vulnerabilidade exige particular protecção. Estes princípios estão universalmente consagrados no direito internacional, bem como no direito indonésio (*KUHP*, Capítulo XIV).
- Alguns casos de violência sexual analisados pela Comissão são equiparáveis a formas de tratamento cruel, desumano, e degradante e a actos de tortura. Nas circunstâncias delineadas, a tortura representou uma grave infracção das Convenções de Genebra e uma violação do direito e costumes da guerra, bem como uma violação da proibição consuetudinária da tortura.
- Na situação de Timor-Leste invadido e ocupado, muitos dos actos de violência sexual cometidos contra crianças, incluindo a violação sexual, foram infracções graves das Convenções de Genebra (artigo 147º da Convenção IV de Genebra sobre civis), por causarem grande sofrimento ou graves lesões corporais ou à saúde, ou por corresponderem a tratamento desumano.
- Estes actos constituem uma violação do direito e costumes da guerra pelos maus-tratos a civis e grave ofensa à dignidade e honra das pessoas (artigo 3º comum às Convenções de Genebra e artigo 76º, nº 1 dos Regulamentos Anexos à Convenção IV da Haia).
- A escravidão sexual e outras práticas afins da escravidão, como a obrigação de prestação de serviços sexuais por solicitação, cometidas contra crianças civis, constituem uma violação do artigo 27º da Convenção IV de Genebra e são uma infracção grave desta Convenção (artigo 147º). Estas práticas envolvem múltiplas violações das normas de direitos humanos, nomeadamente a reclusão ilegal, o causar grandes sofrimentos ou graves lesões corporais ou à saúde, a tortura ou o tratamento desumano.

- Como quase todos os actos de violência sexual avaliados pela Comissão foram cometidos por funcionários ou agentes da potência ocupante, a Indonésia é responsável pelo sofrimento causado (artigos 29º e 32º, Convenção IV de Genebra).
- A Indonésia não cumpriu as suas obrigações, consuetudinárias e de tratado, à luz das Convenções de Genebra, de proteger as crianças civis da violência sexual e de tomar as medidas necessárias para investigar, processar e punir os perpetradores individuais de infracções graves (artigo 146º, Convenção IV de Genebra).
- Depois de Setembro de 1990, a Indonésia não cumpriu as suas obrigações perante a Convenção dos Direitos da Criança (CRC) de proteger as crianças da exploração e do abuso sexual (artigo 34º).
- Após Setembro de 1990, a Indonésia não cumpriu a sua obrigação perante a CRC de promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social das crianças vítimas de violência sexual (artigo 39º).

A transferência de crianças para a Indonésia

A Comissão conclui que:

1. Crianças timorenses foram frequentemente retiradas às suas famílias e pátria e transferidas para a Indonésia, durante todo o período da ocupação,.
2. A transferência de crianças para a Indonésia revestiu-se de inúmeras formas, do rapto por soldados a título individual, até aos programas educacionais patrocinados pelo Governo.
3. Apesar da variabilidade no grau de coacção exercida por indivíduos e instituições com vista à transferência das crianças, verificou-se quase sempre um elemento de sofrimento e por vezes, de força declarada.
4. Nos primeiros anos após a invasão, a transferência das crianças timorenses foi principalmente perpetrada por soldados comuns. Tal como as crianças *TBO* (algumas das quais também foram transferidas para a Indonésia pelos soldados que tinham servido), as crianças levadas para a Indonésia foram frequentemente tratadas como objectos ao serem forçadamente transportadas em caixas e terem de realizar tarefas servis para as famílias com quem viviam.
5. As instituições, incluindo os hospitais e o orfanato *Seroja*, facilitaram a transferência de crianças pelos soldados indonésios. Apesar de funcionários terem expresso individualmente perante a Comissão, as suas reservas relativamente a este processo, não existem provas de que as instituições se tenham recusado a participar.
6. As instituições religiosas também estiveram directamente envolvidas na transferência de crianças de Timor-Leste. Apesar de a Comissão reconhecer que estas transferências eram consideradas pelas instituições como um acto de caridade, houve um claro défice de informação prestada aos pais.
7. No princípio da década de 1980, foram envidados alguns esforços para regulamentar esta prática, mas a Comissão recebeu poucos indícios de que os regulamentos tenham sido cumpridos, ou que a sua aplicação tenha sido monitorizada. Nos casos em que foi procurado o consentimento dos pais, estes nem sempre foram cabalmente informados, ou foram mesmo abertamente enganados. Registaram-se ainda casos de “consentimento” forçado sob a ameaça de violência.

8. As crianças de Timor-Leste levadas para a Indonésia quando ainda eram muito pequenas sofreram a perda de identidade cultural, o que constitui causa de grande sofrimento para elas e para as suas famílias. Em muitos casos, tal resultou da política das instituições religiosas envolvidas, das opções das pessoas, ao cuidado de quem as crianças foram confiadas, ou, simplesmente da privação das raízes culturais, pelo facto de a criança se encontrar longe da sua pátria.
9. A Comissão não soube de nenhum caso em que tenham sido envidados esforços no sentido de educar as crianças timorenses por pessoas da mesma nacionalidade, língua ou religião. Pelo contrário, a Comissão tomou conhecimento de muitos casos onde houve tentativas explícitas de conversão da criança a outra religião ou de a tornar mais indonésia por outros meios.
10. Não existem indícios suficientes para determinar se a transferência em larga de escala de crianças timorenses constituía política oficial do Governo ou dos militares indonésios. Não obstante, existem indícios claros do envolvimento, de diversas formas, de detentores de cargos de autoridade, inclusive do Presidente Suharto e da sua família.
11. O Governo indonésio não envidou qualquer esforço genuíno para regulamentar a prática de transferência de crianças, através da aplicação de políticas de adopção pelas autoridades competentes, segundo as normas do direito aplicável.
12. Existem poucos indícios de que o Governo indonésio se tenha esforçado genuinamente para cumprir as suas obrigações perante o direito internacional no que respeita aos cuidados a prestar às crianças timorenses por pessoas não pertencentes à sua família, por instituições, à sua transferência para a Indonésia, ou às suas condições de vida.
13. O declínio no número de crianças raptadas após 1981 aparenta dever-se mais à alteração da situação militar e à normalização da ocupação, do que à eficácia das medidas tomadas pelas autoridades indonésias.
14. A Comissão conclui que os programas dos Ministérios da Educação e do Trabalho, ao abrigo dos quais as crianças foram enviadas para a Indonésia para estudar ou para trabalhar, tinham razões políticas e de segurança subjacentes, nomeadamente encorajar o compromisso para com a integração na Indonésia e retirar de Timor-Leste pessoas passíveis de causar perturbação.
15. Mesmo quando as transferências eram parcialmente motivadas por preocupações humanitárias, ou quando era obtido o consentimento dos pais, não eram envidados esforços para assegurar que as crianças mantivessem o contacto com as respectivas famílias, ou que pudessem escolher livremente se desejavam, ou não, regressar a Timor-Leste. A Comissão recebeu inúmeros relatos de crianças que foram retiradas e que nunca mais viram as suas famílias, bem como de pessoas que foram retiradas quando eram crianças e que, no seu regresso como adultos, não conseguiram localizar as suas famílias, ou mesmo os seus distritos de origem. Depoimentos prestados perante a Comissão revelam que pais que tentavam localizar os filhos raptados podiam ver os seus esforços obstruídos por funcionários indonésios.

A Comissão constata que:

- O rapto de crianças timorenses por soldados constitui crime ao abrigo da lei indonésia (Capítulo XVII do *KUHAP*, sobre crimes contra a liberdade pessoal), e infracção do dever da potência ocupante de respeitar os direitos da família e de não intimidar civis (artigo 27º da Convenção IV de Genebra).

- O distanciamento de uma criança da sua verdadeira identidade, cultura, etnicidade, religião ou língua pode representar uma infracção grave dos artigos 24º e 50º da Convenção IV de Genebra, por constituir tratamento desumano, ou causar grande sofrimento à criança.
- A imposição de uma cultura estranha constituiu uma violação do direito humanitário consuetudinário que obrigava a Indonésia a respeitar o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.
- O incumprimento por parte da Indonésia de garantir que o estatuto pessoal da criança não seria alterado pelos seus soldados ou instituições, constitui uma violação das suas obrigações decorrentes da Convenção IV de Genebra (artigo 50º).
- O incumprimento por parte da Indonésia de assegurar o ensino, na medida do possível, ministrado por pessoas da mesma nacionalidade, língua e religião, constitui uma infracção da Convenção IV de Genebra (artigo 50º)
- O incumprimento por parte da Indonésia em regulamentar adequadamente a transferência de crianças, constituiu uma infracção das suas obrigações nos termos do artigo 21º da Convenção IV de Genebra.
- O incumprimento por parte da Indonésia em combater a transferência ilícita de crianças para o estrangeiro constitui infracção da Convenção dos Direitos da Criança (artigo 11º) e o seu incumprimento para impedir o rapto, venda ou tráfico de crianças constitui uma infracção das suas obrigações ao abrigo do artigo 29º.
- A Indonésia não tomou as medidas necessárias enquanto potência ocupante para cumprir as suas obrigações para com as crianças de Timor-Leste à luz da Convenção IV de Genebra para evacuar as crianças das zonas de combate (artigo 17º), assegurar que membros de mesma família não fossem separados (artigo 49º), que as crianças fossem entregues aos pais ou educadas por familiares ou amigos e que eram identificadas e a sua filiação registada (artigo 50º). Não foram envidados esforços para assegurar que as crianças só seriam colocadas em instituições em último recurso. O facto de não se terem reunido as famílias separadas após 1990 constitui uma violação da Convenção dos Direitos da Criança (CRC).
- Obrigar os estudantes de Timor-Leste ocupado a prestar juramento de aceitação da integração de Timor-Leste na Indonésia constitui violação do artigo 45º do Regulamento Anexo à Convenção de Haia que proíbe o acto de obrigar a população de um território ocupado jurar lealdade à potência ocupante.
- A Indonésia agiu ilicitamente ao obrigar menores de 18 anos de idade a prestar qualquer forma de trabalho ou a forçar qualquer civil do território ocupado a trabalhar fora do território ocupado. (artigo 51º, Convenção IV de Genebra).

¹ Convenção Internacional Relativa às Leis e Costumes da Guerra em Terra, disponível à assinatura de Estados Parte a 18 de Outubro de 1907 (entrada em vigor a 26 de Janeiro de 1910), artº 23º H dos Regulamentos Anexos à Convenção IV da Haia,; ver também Convenção IV de Genebra relativa à Protecção das Pessoas Civas em Tempo de Guerra, disponível à assinatura de Estados Parte a 12 de Agosto de 1949 (entrada em vigor no dia 21 de Outubro de 1950),UNTS 75, p. 287, artº 51º (Secção III Territórios Ocupados) da Convenção IV de Genebra.

² Artº 147º, Convenção IV de Genebra, 1949.

³ Artº 17º, Convenção IV de Genebra, 1949.

⁴ Artº 49º, Convenção IV de Genebra, 1949.

⁵ Artºs 24º e 50º, Convenção IV de Genebra, 1949.

⁶ Artº 50º, Convenção IV de Genebra, 1949.

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*

-
- ⁹ Artº 3º, nº 1 Convenção dos Direitos da Criança, disponível à assinatura de Estados Parte a 20 de Novembro de 1989 (entrada em vigor no dia 2 de Setembro de 1990), UNTS 1577, p. 3.
- ¹⁰ Artºs 19º, 34º e 36º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹¹ Artº 27º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹² Artº 21º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹³ Artºs 11º e 35º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹⁴ Artº 20º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹⁵ Artº 39º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹⁶ Artº 38º, nºs 2 e 3, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹⁷ Artº 38º, nº 3, Convenção dos Direitos da Criança, 1989.
- ¹⁸ Artº 32º, Convenção dos Direitos da Criança, 1989; Ver também o artº10, nº 3 do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, disponível à assinatura de Estados Parte a 19 de Dezembro de 1966, UNTS 993, p. 3 (entrada em vigor no dia 3 de Janeiro de 1976).
- ¹⁹ Ver, por exemplo, CAVR, Perfís Comunitários da Aldeia de Lalawa, subdistrito de Tilomar, distrito de Lautém, 29 de Maio de 2003 e de Alawa Kraik, subdistrito de Baguia, distrito de Baucau, 6 de Outubro de 2003.
- ²⁰ Belchior Francisco Bento Alves Pereira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ²¹ Entrevista da CAVR a Bonifácio dos Reis, Hatulia, Ermera, 13 de Agosto de 2003.
- ²² HRVD, Testemunho nº 05646.
- ²³ Entrevista da CAVR a Francisco Soares, Laleia, Manatuto, 26 de Junho de 2003; Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004.
- ²⁴ ABRI, “Petunjuk Tehnis tentang Kegiatan Babinsa” [“Manual de Instrução: Oficial de Orientação de Aldeia/TDP, Actividade no desenvolvimento e desmantelamento da Força de Civis Treinados”], Juknis /06/IV/1982 (Korem 164, Wira Dharma, Serviços de Informação, Willem da Costa [chefe dos Serviços de Informação]), tradução in Budiardjo e Liong, *The War Against East Timor*, Zed Books, London, 1984, pp. 226-227.
- ²⁵ ABRI, “Tentang Perlawanan Rakyat Terlatih” [“Documento secreto, Instruções Operacionais”], No: INSOP/03/II/1982.
- ²⁶ HRVD, Testemunho nº 09081.
- ²⁷ Entrevista da CAVR a António da Costa, Díli, 4 de Janeiro de 2004.
- ²⁸ HRVD, Testemunho nº 08366.
- ²⁹ HRVD, Testemunho nºs 03819 e 03879.
- ³⁰ Entrevista da CAVR a Marcos Loina da Costa, Laleia, Manatuto, 24 de Junho de 2003.
- ³¹ CAVR Entrevista com João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004.
- ³² Entrevista da CAVR a Alfredo Alves, Díli, 5 de Março de 2004.
- ³³ Entrevista da CAVR a Francisco da Silva Guterres, Díli, 4 de Junho de 2004.
- ³⁴ Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2003.
- ³⁵ ABRI, Tentang Perlawanan Rakyat Terlatih [Documento Secreto Instruções Operacionais] No:INSOP 03/II1982, p. 7.
- ³⁶ Geoffrey Robinson, “People’s War: Militias in East Timor and Indonesia”, *South East Asia research*, Vol.9, No.3, 2001, pp. 292; Doug Carmen, Gerry van Klinken, *Masters of Terror*, www.villagechief.com/mot; Eurico Guterres, *Melintas Badai Politik Indonesia*, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, June 2002, pp. 41-42.
- ³⁷ Entrevista da CAVR ao padre Eligio Locatelli, Fatumaca, Baucau, 8 de Abril de 2003.
- ³⁸ Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004.
- ³⁹ ABRI, Tentang Perlawanan Rakyat Terlatih [Documento Secreto Instruções Operacionais] No:INSOP 03/II/1982, p. 7.
- ⁴⁰ ABRI, “Procedur Tetap, Protap” [Procedimento Acordado sobre Informações Secretas], No 01/IV/1982 (Comandante: A. Sahala Rajagukguk), Díli, Tradução in Budiardjo e Liong, *The War Against Timor Leste*, Zed Books, London, 1984, p. 227.
- ⁴¹ ABRI, Juknis /06/IV/1982, in Budiardjo e Liong, p. 226.
- ⁴² Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2003.
- ⁴³ Entrevista da CAVR a José Pinto, Viqueque, 18 de Julho de 2003.
- ⁴⁴ Entrevista da CAVR a Domingos Maria Bada, Turiscai, Same, Manufahi, 14 de Outubro de 2003.

-
- ⁴⁵ HRVD, Testemunho n° 02207. Ver também HRVD, Testemunhos n°s 02146 e 02048.
- ⁴⁶ Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2003.
- ⁴⁷ Entrevista da CAVR a Óscar Ramos Ximenes, Laleia, Manatuto, 24 de Junho de 2003.
- ⁴⁸ Entrevista da CAVR a Gil Parada Belo Martins, Lacluta, Viqueque, 15 de Julho de 2003.
- ⁴⁹ Eurico Guterres, Melintas Badia Politik Indonesia, Pustaka Sinar Harapan, Jakarta, Junho de 2002, pp. 41-42.
- ⁵⁰ Entrevista da CAVR a Agostinho Soares, Ermera, 13 de Agosto de 2003.
- ⁵¹ CAVR, “Edição 53: Relatório Especial sobre a Audiência Pública realizada em Ataúto, Díli”, Dalan Ba Dame (Caminho para a Paz), Rádio Timor-Leste, Díli, 5 de Dezembro de 2003.
- ⁵² ABRI, “Prinops n° 2/Kilat-I Kolakops Tim-Tim Lampiran F” [“Ordem Operacional No: 2/ Relâmpago-I, Comando de Implementação de Operações em Timor Leste. Anexo F], 1984, p. 5.
- ⁵³ Entrevista da CAVR a Domingos Maria Bada, Same, Manufahi, 14 de Outubro de 2003.
- ⁵⁴ Entrevista da CAVR a José Pinto, Viqueque, 18 de Julho de 2003.
- ⁵⁵ Entrevista da CAVR a Domingos Maria Bada, Same, 14 de Outubro de 2003.
- ⁵⁶ Belchior Francisco Bento Alves Pereira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ⁵⁷ Entrevista da CAVR a Marcos Loina da Costa, Cairui, Laleia, Manatuto, 24 de Junho de 2003 e Entrevista da CAVR a Agostinho Soares, Ermera, 13 de Agosto de 2003.
- ⁵⁸ Entrevista da CAVR a Marcos Loina da Costa, Manatuto, 24 de Junho de 2003.
- ⁵⁹ HRVD, Testemunho n° 03101.
- ⁶⁰ Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004.
- ⁶¹ Entrevista da CAVR a Francisco da Silva Guterres, Díli, 4 de Junho de 2004.
- ⁶² HRVD, Testemunho n° 04876.
- ⁶³ HRVD, Testemunho n° 02048.
- ⁶⁴ HRVD, Testemunho n° 06054.
- ⁶⁵ CAVR Entrevista com Eduardo Casimiro, Díli, 6 de Agosto de 2003.
- ⁶⁶ Alfredo Alves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ⁶⁷ HRVD, Testemunho n° 04435.
- ⁶⁸ HRVD, Testemunho n° 07801.
- ⁶⁹ Entrevista da CAVR a Domingos Maria Bada, Same, 14 de Outubro de 2003.
- ⁷⁰ Certificado arquivado na CAVR.
- ⁷¹ Entrevista da CAVR a João Rui, Díli, 5 de Maio de 2004.
- ⁷² ABRI, Juknis/06/IV/1982, in Budiardjo e Liong, pp. 226-227.
- ⁷³ Entrevista da CAVR a Eduardo Casimiro, Díli, 6 de Agosto de 2003.
- ⁷⁴ Entrevista da CAVR a Osório Florindo, Díli, 31 de Maio de 2003.
- ⁷⁵ CAVR, Perfis Comunitários de Pairara, subdistrito de Moro, distrito de Lautém, 28 de Março de 2003; Vatuvovo, subdistrito de Liquiça, distrito de Liquiça, 26 de Junho de 2003; Vemasse Tasi, subdistrito de Vemasse, distrito de Baucau, 28 de Março de 2003; Aisirimou, subdistrito de Aileu, distrito de Aileu, 27 de Março de 2003; Ossu Desima, subdistrito de Ossu, distrito de Viqueque, 20 de Março de 2003; Equipa de pesquisa da CAVR, *Cronologia de Lospalos*; Entrevistas da CAVR a Leonel Guterres, Quelicai, Baucau, 8 de Abril de 2003 e 24 de Abril de 2003; Entrevista da CAVR a José Pinto, Viqueque, 18 de Julho de 2003.
- ⁷⁶ CAVR, Perfis Comunitários, Suco do Parlamento, subdistrito de Moro, distrito de Lautém, 6 de Março de 2003; Selo Malere, subdistrito de Aileu, distrito de Aileu, 8 de Maio de 2003.
- ⁷⁷ Entrevista da CAVR a Francisco da Conceição Guterres, Tocolul, Railaco, Ermera, 17 de Junho de 2003.
- ⁷⁸ Entrevista da CAVR a Osório Florindo, Díli, 31 de Maio de 2003.
- ⁷⁹ Entrevista da CAVR a Hélio Freitas, Díli, 19 de Maio de 2003.
- ⁸⁰ UNICEF, East Timorese Children Involved in Armed Conflict, Case Studies Report: Outubro de 2000- Fevereiro de 2001, UNICEF Timor-Leste, Díli, p. 63.
- ⁸¹ D. Jimenez, “ Timor se convierte en un inmenso campo de refugiados”, El Mundo (Espanha), 10 de Setembro de 1999, citado in Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, Child Soldiers Global Report 2001, London, Junho de 2001.
- ⁸² UNICEF, p. 70.
- ⁸³ *Ibid.*, p. 70.
- ⁸⁴ *Ibid.*, p. 78.

-
- ⁸⁵ Yayasan Hak (Fundação de Direitos Humanos), *Terror, Violence and Intimidation: ABRI and the Pro-Integration Militia in Timor-Leste: Report on the Human Rights Situation in Timor-Leste for the period January to March 1999*, Díli, Abril de 1999, p. 3.
- ⁸⁶ Geoffrey Robinson, *East Timor 1999: Crimes Against Humanity*, A Report commissioned by the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, University of California, California, USA, Julho de 2003, p. 98.
- ⁸⁷ Yayasan Hak, p. 3.
- ⁸⁸ CAVR, *Perfil Comunitário de Lebos*, subdistrito de Lolotoe, distrito de Bobonaro, 9 de Setembro de 2003.
- ⁸⁹ UNICEF, pp. 75-84.
- ⁹⁰ Rufino Mesak, testemunho apresentado a 18 de Setembro de 2003, Oecusse, Testemunho da base de dados PRC da CAVR.
- ⁹¹ UNICEF, p. 61.
- ⁹² Mundus de Jesus, testemunho apresentado a 9 de Junho de 2003, Caicassa, Maubara, Liquiça, Testemunho da base de dados PRC da CAVR.
- ⁹³ UNICEF, pp. 64-65.
- ⁹⁴ HRVD, Testemunho nº 02947.
- ⁹⁵ UNICEF, p. 70.
- ⁹⁶ HRVD, Testemunho nº 01351.
- ⁹⁷ Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *Human Rights Situation in East Timor*, (UN Doc. E/CN.4/S-4/CRP), UNHCHR, 17 de Setembro de 1999, p. 56.
- ⁹⁸ UNICEF, pp. 10-11.
- ⁹⁹ *Ibid.*, p. 69.
- ¹⁰⁰ UNICEF; Testemunhos HRVD nºs 03513 e 05859.
- ¹⁰¹ HRVD, Testemunho nº 03513.
- ¹⁰² UNICEF, p.62.
- ¹⁰³ *Ibid.*, p.65.
- ¹⁰⁴ Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 185.
- ¹⁰⁵ Entrevista da CAVR a Caetano de Sousa Guterres, Díli, 22 de Maio de 2004.
- ¹⁰⁶ Entrevista da CAVR ao ex-comandante das Falintil, brigadeiro-general Taur Matan Ruak, Quartel General das Falintil-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), Caicoli, Díli, 14 de Junho de 2004.
- ¹⁰⁷ Entrevista da CAVR a Ricardo da Costa Ribeiro, Díli, 13 de Maio de 2004.
- ¹⁰⁸ Entrevista da CAVR a Francisco Amaral, Díli, 5 de Junho de 2004.
- ¹⁰⁹ Entrevista da CAVR a Ricardo da Costa Ribeiro, Díli, 13 de Maio de 2004.
- ¹¹⁰ Naldo Gil da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹¹¹ Aquilina Imaculada, história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD nº 16.
- ¹¹² Mateus da Costa, história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD nº 5.
- ¹¹³ Entrevista da CAVR a Francisco da Silva Guterres, Díli, 4 de Junho de 2004.
- ¹¹⁴ *Ibid.*
- ¹¹⁵ Entrevista da CAVR a João Sarmiento, Díli, 5 de Junho de 2004.
- ¹¹⁶ Gregório Saldanha, história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD nº 25.
- ¹¹⁷ Naldo Gil da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹¹⁸ Aquilina Imaculada, história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD nº16.
- ¹¹⁹ Entrevista da CAVR a Rosalina José da Costa, Díli, 30 de Novembro de 2003.
- ¹²⁰ Naldo Gil da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹²¹ Eduardo de Deus Barreto, história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD nº 13.

-
- ¹²² Aquilina Imaculada , história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD n° 16.
- ¹²³ Constâncio Pinto e Matthew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle* , South End Press, USA, 1997, pp. 118-119.
- ¹²⁴ João da Silva (João Becora), depoimento perante a Audiência Pública Nacional da Comissão sobre as Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹²⁵ A Paz é Possível em Timor-Leste (grupo de solidariedade português), Casualities of the November 12, 1991 Massacre at Santa Cruz Cemetry in Dili, East Timor: 271 Killed, Fevereiro de 1991, Díli e Lisboa, <http://www.etan.org/timor/KILLED.htm> a 30 de Março de 2005.
- ¹²⁶ Entrevista da CAVR a Horácio de Almeida, Díli, 1 de Junho de 2004.
- ¹²⁷ Alexandrino da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹²⁸ Xanana Gusmão, discurso no Simpósio sobre a Reconciliação, Tolerância, Direitos Humanos e Eleições, Conselho Nacional, Díli, 12 de Fevereiro de 2001, p. 3 [discurso distribuído por ocasião do Seminário. Cópia nos Arquivos da CAVR].
- ¹²⁹ UNICEF, p. 18.
- ¹³⁰ Entrevista da CAVR a Eli Foho Rai Boot (Cornélio Gama, L-7), Laga, Baucau, 9 de Abril de 2003.
- ¹³¹ Entrevista da CAVR a Faustino Cardoso Gomes, Díli, [Sem data].
- ¹³² Entrevista da CAVR a Manuel Alves Pereira Moreira, Baucau, Abril de 2003.
- ¹³³ Entrevista da CAVR a Joaquim Simião, Laleia, Manatuto, 24 de Junho de 2003.
- ¹³⁴ HRVD, Testemunho n° 02160.
- ¹³⁵ Entrevista da CAVR a Félix do Rosário, Alas, Manufahi, 3 de Junho de 2003.
- ¹³⁶ Constâncio Pinto e Matthew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle* , South End Press, 1997 , pp. 50-54.
- ¹³⁷ HRVD, Testemunho n° 07244.
- ¹³⁸ UNICEF, p. 27.
- ¹³⁹ *Ibid*, p. 24.
- ¹⁴⁰ *Ibid*, pp. 37-38.
- ¹⁴¹ *Ibid*, pp. 25.
- ¹⁴² Entrevista da CAVR a Naldo Gil da Costa, Díli, 11 de Novembro de 2003.
- ¹⁴³ UNICEF, p. 46.
- ¹⁴⁴ Entrevista da CAVR a Júlio José Exposto Gago, Hatulia, 13 de Agosto de 2003.
- ¹⁴⁵ UNICEF, p. 33.
- ¹⁴⁶ Entrevista da CAVR a Joaquim Simião, Laleia, Manatuto, 24 de Junho de 2003.
- ¹⁴⁷ UNICEF, p. 38.
- ¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 37.
- ¹⁴⁹ Entrevista da CAVR a Félix do Rosário, Alas, Manufahi, 3 de Junho de 2003.
- ¹⁵⁰ HRVD, Testemunho n° 01475.
- ¹⁵¹ CAVR, Conflito Inter-partidário, Case Summary Collection , 2003.
- ¹⁵² Entrevista da CAVR a Félix do Rosário, Alas, Manufahi, 3 de Junho de 2003.
- ¹⁵³ UNICEF, p. 39.
- ¹⁵⁴ Xanana Gusmão, *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 162.
- ¹⁵⁵ Meaeini Calado, “Saya Mengenal Clandestina dari Kawan-kawan Pribumi: Profil Annas Nasution” (Eu conheço o Movimento Clandestino através dos meus Amigos Nativos: Um Perfil de Annas Nasution), Talitakum, 12 de Fevereiro de 2002, pp. 25-26.
- ¹⁵⁶ HRVD, Testemunho n° 07671.
- ¹⁵⁷ HRVD, Testemunho n° 05615.
- ¹⁵⁸ HRVD, Testemunho n° 05443.
- ¹⁵⁹ HRVD, Testemunho n° 01469.
- ¹⁶⁰ HRVD, Testemunho n° 07813.
- ¹⁶¹ HRVD, Testemunho n° 00572.
- ¹⁶² HRVD, Testemunho n° 04093.
- ¹⁶³ HRVD, Testemunho n° 02363.
- ¹⁶⁴ HRVD, Testemunho n° 07586.

-
- ¹⁶⁵ Isabel dos Santos Neves, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹⁶⁶ HRVD, Testemunho n° 05679.
- ¹⁶⁷ HRVD, Testemunho n° 02094.
- ¹⁶⁸ Entrevista da CAVR a Adelino Araújo, Hatu-Builico, Ainaro, 29 de Maio de 2003.
- ¹⁶⁹ CAVR Perfil Comunitário, aldeia de Mehara, subdistrito de Tutuala, distrito de Lautém, 10 de Setembro de 2002.
- ¹⁷⁰ HRVD, Testemunho n° 03921.
- ¹⁷¹ Entrevista da CAVR a Rosalina José da Costa, Vila de Ataúro, Díli, 30 de Novembro de 2003.
- ¹⁷² HRVD, Testemunho n° 07701.
- ¹⁷³ HRVD, Testemunho n° 03686.
- ¹⁷⁴ Entrevista da CAVR a Joana Pereira, Díli, 10 de Junho 2003; Joana Pereira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocamento Forçado e Fome, Díli, 28 e 29 Julho 2003.
- ¹⁷⁵ Aida Maria dos Anjos, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹⁷⁶ Entrevista da CAVR a Adalgisa Ximenes, Díli, 26 de Novembro de 2003.
- ¹⁷⁷ HRVD, Testemunho n° 04789.
- ¹⁷⁸ HRVD, Testemunho n° 09038.
- ¹⁷⁹ Human Rights Watch, World Report 1990: Indonesia and East Timor, disponível em <http://www.hrw.org/reports/1990/WR90/ASIA.BOU-05.htm>
- ¹⁸⁰ HRVD, Testemunho n° 3212.
- ¹⁸¹ Alexandrino da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹⁸² Sidney Jones (Directora Executiva da Asia Watch), depoimento perante o US Senate Foreign Relations Committee, 21 de Fevereiro de 1992. Disponível em: <http://www.hamline.edu/apakabar/basisdata/1992/02/21/0002.html>
- ¹⁸³ HRVD, Testemunho n° 01690.
- ¹⁸⁴ Robinson, Documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, 2003, pp.197-198.
- ¹⁸⁵ HRVD, Testemunho n° 06278.
- ¹⁸⁶ HRVD, Testemunho n° 05854.
- ¹⁸⁷ HRVD, Testemunho n° 03212.
- ¹⁸⁸ HRVD, Testemunho n° 04355.
- ¹⁸⁹ HRVD, Testemunho n° 07008.
- ¹⁹⁰ HRVD, Testemunho n° 05062.
- ¹⁹¹ CAVR, O Conflito Interpartidário: Caso 10, Case Summary Collection, 2003.
- ¹⁹² HRVD Testemunho n° 09045; ver também HRVD, Testemunho n° 09081.
- ¹⁹³ Constantino Ornai, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004.
- ¹⁹⁴ HRVD, Testemunho n° 06546.
- ¹⁹⁵ HRVD, Testemunho n° 02056; ver mais pormenores sobre este caso na Secção 7.8.4.1, em baixo.
- ¹⁹⁶ HRVD, Testemunho n° 04845.
- ¹⁹⁷ HRVD, Testemunho n° 06541.
- ¹⁹⁸ Constantino Ornai, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março 2004.
- ¹⁹⁹ Entrevista da CAVR a José de Jesus dos Santos, 28 de Junho de 2004, Díli.
- ²⁰⁰ Ver, por exemplo. HRVD, Testemunho n° 03501.
- ²⁰¹ HRVD, Testemunho n° 05640.
- ²⁰² HRVD, Testemunho n° 00406.
- ²⁰³ HRVD, Testemunho n° 03828.
- ²⁰⁴ HRVD, Testemunho n° 03887.
- ²⁰⁵ HRVD, Testemunho n° 03501.
- ²⁰⁶ HRVD, Testemunho n° 02101-01.
- ²⁰⁷ Entrevista da CAVR a Sebastião da Cunha, Sau, Manatuto, 12 de Maio de 2004.
- ²⁰⁸ CAVR, Perfil Comunitário, Leuro, subdistrito de Lospalos, distrito de Lautém, 27 de Janeiro de 2004.
- ²⁰⁹ Entrevista da CAVR a Silvino das Dores Soares, Viqueque, 10 de Março de 2004.

-
- ²¹⁰ Entrevista da CAVR a Jerónimo da Costa Amaral, Viqueque, 10 de Março de 2004.
- ²¹¹ HRVD, Testemunho n° 08108.
- ²¹² A Paz é Possível em Timor-Leste, 1992, disponível em <http://www.etan.org/timor/KILLED.htm> a 30 de Março de 2005.
- ²¹³ Yayasan Hak, *From the road to Dili to the shootings in Baucau*, Dili, 1 de Julho de 1998, [East Timor International Support Centre, ETISC], disponível em <http://www.etan.org/et/1998/july/01road.htm> a 31 de Março de 2005.
- ²¹⁴ Raimundo Sarmento, depoimento apresentado à Audiência Subdistrital da CAVR em Laclubar, Manatuto, 2 de Outubro de 2003.
- ²¹⁵ HRVD, Testemunho n° 03684.
- ²¹⁶ Testemunhos HRVD n°s 02285 e 04060.
- ²¹⁷ Procurador-Geral Adjunto para os Crimes Graves vs Eurico Guterres *et al*, parágrafos 51-58.
- ²¹⁸ Procurador da UNTAET vs Simão Lopes *et al*.
- ²¹⁹ Robinson, Documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, 2003, p. 228.
- ²²⁰ *Ibid*, pp. 245-7.
- ²²¹ *Ibid*, p.231.
- ²²² Entrevista da CAVR a Adriano João, Dili, 21 de Setembro de 2004.
- ²²³ *Ibid*.
- ²²⁴ Entrevista da CAVR a Maria Santina Tilman Alves, Ermera, 10 de Outubro de 2003.
- ²²⁵ Entrevista da CAVR a Filomeno Pedro Cabral Fernandes, Dili, 5 de Maio de 2004.
- ²²⁶ HRVD, Testemunho n° 06639.
- ²²⁷ HRVD, Testemunho n° 04915.
- ²²⁸ HRVD, Testemunho n° 07784. Ver também o anterior testemunho 04915.
- ²²⁹ HRVD, Testemunho n° 05783.
- ²³⁰ HRVD, Testemunho n° 05120.
- ²³¹ HRVD, Testemunho n° 07840 e 06639.
- ²³² Nações Unidas, Contemporary Forms of Slavery: Systematic Rape, Sexual Slavery and Slavery-like Practices during Armed Conflict, (E/CN.4/Sub.2/1998/13), Final Report submitted by Gay J. McDougall, Special Rapporteur, United Nations, New York, 1998, pp. 7-8.
- ²³³ Entrevista da CAVR a Eufrásia da Jesus Soares, Ermera, Ermera, 22 de Dezembro de 2003.
- ²³⁴ HRVD, Testemunho n° 03334.
- ²³⁵ Alfredo Alves depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Dili, 29 e 30 de Março de 2004.
- ²³⁶ Entrevista da CAVR a DM, Luca, Viqueque, 1 de Junho de 2003.
- ²³⁷ Entrevista da CAVR a FM, Beobe, Viqueque, 31 de Maio de 2003.
- ²³⁸ HRVD, Testemunho n° 07209.
- ²³⁹ HRVD, Testemunho n° 01022.
- ²⁴⁰ HRVD, Testemunho n° 04080.
- ²⁴¹ Mário Viegas Carrascalão, *'Violência contra as Mulheres' e 'Planeamento Familiar' em Timor Leste durante a ocupação indonésia, entre 1982 e 1992*, Dili, 28 de Abril de 2003, Documento disponibilizado à CAVR, 28 de Abril de 2003.
- ²⁴² HRVD, Testemunho n° 07196.
- ²⁴³ HRVD, Testemunho n° 02321.
- ²⁴⁴ Entrevista da CAVR a LM, Bibileo, Lalarek Mutin, Viqueque, 24 de Março de 2004.
- ²⁴⁵ HRVD, Testemunho n° 05775.
- ²⁴⁶ CAVR, Mulheres, Caso 4, Case Summary Collection, Janeiro de 2004
- ²⁴⁷ CAVR, Mulheres, Caso 5, Case Summary Collection, Janeiro de 2004.
- ²⁴⁸ HRVD, Testemunho n° 05777.
- ²⁴⁹ HRVD, Testemunho n° 04198.
- ²⁵⁰ [Nome retido], história oral, Arquivos do Projecto de História oral Tuba Rai Metin, Documento disponibilizado à CAVR, CD n° 3.
- ²⁵¹ HRVD, Testemunho n° 04482.
- ²⁵² Fokupers, Gender Based Violations of 1999, Documento submetido à CAVR, Julho de 2004; HRVD, Testemunho n° 99COV004
- ²⁵³ Fokupers, 2004; HRVD, Testemunho n° 99COV010.

-
- ²⁵⁴ HRVD, Testemunho n° 08980.
- ²⁵⁵ Fokupers, 2004; HRVD, Testemunho n° 99AIL001.
- ²⁵⁶ Fokupers, 2004; HRVD, Testemunho n° 99AIN007
- ²⁵⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Evaluation and Policy Analysis Unit, *Evaluation of UNHCR's repatriation and reintegration programme in East Timor, 1999-2003*, preparado por Chris Dolan, Judith Large e Naoko Obi, UNHCR, Geneva, 24 de Fevereiro de 2004, p. 59.
- ²⁵⁸ Entrevista da CAVR a Comité Internacional da Cruz Vermelha/Cruz Vermelha de Timor-Leste, Díli, 7 de Abril de 2004.
- ²⁵⁹ Entrevista da CAVR a Mário Carrascalão, Díli, 12 de Setembro de 2003.
- ²⁶⁰ Helene van Klinken, Depoimento II “Crianças de Timor-Leste em Java”, Depoimento à CAVR, 2002, p. 4.
- ²⁶¹ Manuel Cárceres, ACNUR, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004; ver também Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (OHCHR), *Quarterly Reports Of Field Offices*, Geneva, 3 de Junho de 2003.
- ²⁶² Entrevista da CAVR a Manuel Cárceres, ACNUR, Díli, 28 de Março de 2005.
- ²⁶³ Entrevista da CAVR a Valdério de Araújo, [local não registado], 22 de Outubro de 2003.
- ²⁶⁴ Entrevista da CAVR a [nome retido], Díli, 25 de Agosto de 2003.
- ²⁶⁵ Petrus Kanisius Alegria, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ²⁶⁶ Alfredo Alves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, 29 e 30 de Março de 2004.
- ²⁶⁷ Entrevista da CAVR a Alexandre dos Santos, Ermera, 10 de Setembro de 2003; Entrevista da CAVR a Manuel Martins, Poilala, Ermera, 10 de Setembro de 2003.
- ²⁶⁸ Entrevista da CAVR a Yuliana, Jacarta, 15 de Janeiro de 2004.
- ²⁶⁹ Yuliana, depoimento apresentado no Seminário da CAVR sobre Crianças e o Conflito, 15 de Julho de 2004.
- ²⁷⁰ CAVR entrevista com Maria Legge Mesquita, Dare, Díli, 14 de Abril de 2004. .
- ²⁷¹ Entrevistas da CAVR a Virgínia Pereira, Ermera, 13 de Agosto de 2003 e 1 de Abril de 2004.
- ²⁷² CAVR Entrevista com Domingos de Deus Maia, Same, Manufahi, 20 de Abril de 2004.
- ²⁷³ Entrevista da CAVR a Aidia, Bobonaro, Bobonaro, 11 de Maio de 2004; ver também Entrevista da CAVR a Alexander dos Santos, Ermera, 10 de Setembro de 2003.
- ²⁷⁴ Helene van Klinken, Documento II disponibilizado à CAVR, 2002, p.4.
- ²⁷⁵ Petrus Kanisius Alegria, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ²⁷⁶ Petrus Kanisius Alegria, *ibid.*
- ²⁷⁷ Entrevista da CAVR a Petrus Kanisius Alegria, Díli, 16 de Junho de 2003.
- ²⁷⁸ Citado em Helene van Klinken, *Children and Conflict*, Documento disponibilizado à CAVR, Novembro de 2003, p. 23.
- ²⁷⁹ Entrevista da CAVR a Petrus Kanisius Alegria, Díli, 16 de Junho de 2003.
- ²⁸⁰ Entrevista da CAVR a Mário Carrascalão, Díli, 12 de Setembro de 2003.
- ²⁸¹ *Ibid.*
- ²⁸² Entrevista da CAVR a Abel dos Santos, Díli, 7 de Abril de 2003.
- ²⁸³ CAVR, Tomás da Costa, Case Summary Collection, 2003.
- ²⁸⁴ Helene van Klinken, Documento I disponibilizado à CAVR, East Timorese Children in South Sulawesi, Março de 2002, p. 2.
- ²⁸⁵ Entrevista da CAVR a Abidin Arianto, Baucau, 9 de Abril de 2003.
- ²⁸⁶ Simon Elegant, “Timor’s Lost Boys”, Revista TIME Asia, 23 de Dezembro de 2002.
- ²⁸⁷ Entrevista com Najib Abu Yasser, Voice of Human Rights Radio, Jacarta, Abril de 2002, in Helene van Klinken, Documento II disponibilizado à CAVR, 2002, p. 1.
- ²⁸⁸ CAVR Entrevista com Leonel Guterres, Quelicai, 8 de Abril de 2003.
- ²⁸⁹ Entrevista da CAVR a Syamshul Bahri, [local não registado], 9 de Abril de 2003.
- ²⁹⁰ George Aditjondro, Suharto’s Foundations [sic], 31 de Janeiro de 1998, p. 134.
- ²⁹¹ Asia Watch, Deception and Harassment of East Timorese Workers, 19 de Maio de 1992, p. 2.
- ²⁹² Entrevista da CAVR a João da Costa, Baucau, 23 de Abril de 2003.
- ²⁹³ *Ibid.*

-
- ²⁹⁴ Entrevista da CAVR a Maria Margarida Babo (Garida), Díli, [sem data].
- ²⁹⁵ *Ibid.*; ver ainda Guilherme dos Reis Fernandes, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Crianças e o Conflito, Díli, 29 e 30 de Março de 2004.
- ²⁹⁶ Entrevista da CAVR ao reverendo Agustinho de Vasconcelos, Comissário Nacional da CAVR, Díli, 7 de Agosto de 2003.
- ²⁹⁷ Helene van Klinken, East Timorese Children in Central Java, Post 1999: Submission III, Documento III disponibilizado à CAVR, Julho de 2001, p. 9.
- ²⁹⁸ East Timorese Children on Other Islands, sobre a reunião entre a UNICEF Indonésia, UNICEF Timor-Leste, Serviços Sociais da UNTAET, Cruz Vermelha Internacional, JRS e ACNUR, Díli, 2 de Novembro de 2000.
- ²⁹⁹ *Ibid.*
- ³⁰⁰ Arist Merdeka Sirait, Comissão Nacional para a Protecção das Crianças, in Helene van Klinken, Separated Children Post-August 1999, Documento disponibilizado à CAVR, 2002, p. 1.
- ³⁰¹ Serviço Jesuíta de Refugiados, “The Lost Of East Timorese Children [sic]”, Terms of Reference, Family Reunification Visit of the Parents to the Children in South Kalimantan, Atambua, (versão preliminar 22/01/01), p. 2.
- ³⁰² Natércia M.J.O. Soares (Presidente da Fundação HATI), “Pendidikan Anak Asrama dan Tanggungjawab Orangtua” (“A Educação das Crianças de Dormitório e a Responsabilidade dos Pais”), Jornal Kompas, Jakarta, 5 de Outubro de 2001, disponível em <http://www.hati.or.id/kompas140901.html> a 30 de Março de 2005.
- ³⁰³ *Ibid.*
- ³⁰⁴ Helene van Klinken, Separated Children Post-August 1999, 2002, p. 3.
- ³⁰⁵ Serviço Jesuíta de Refugiados, p. 2.
- ³⁰⁶ Entrevista da CAVR a Zacarias Pereira, Tibar, Liquiça, 5 de Maio de 2004.
- ³⁰⁷ Dateline, “East Timor’s Stolen Children”, SBS (Austrália), 4 de Setembro de 2002.
- ³⁰⁸ Entrevista da CAVR a Mário Carrascalão, Díli, 12 de Setembro de 2003.
- ³⁰⁹ *Ibid.*
- ³¹⁰ Entrevistas da CAVR a [nome retido], Bandung, Java, 28 e 31 de Janeiro de 2004.
- ³¹¹ Entrevista da CAVR a Maria Floriana da Conceição, Bandung, Java, 31 de Janeiro de 2004.
- ³¹² Entrevista da CAVR a Petrus Kanisius Alegria, Díli, 16 de Junho de 2003.
- ³¹³ Entrevista da CAVR a Domingos de Deus Maia, Díli, 20 de Abril de 2004.
- ³¹⁴ Entrevista da CAVR a Sudirman, Díli, 25 de Abril de 2003.
- ³¹⁵ Entrevista da CAVR a Alfredo Alves, Díli, 5 de Março de 2004.